

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 7	n. 1	p. 222	2010
----------------	-----------	------	------	--------	------

Diretoria do GEL / 2009-2011

Universidade Federal de São Carlos
Presidente: Gladis Maria de Barcellos Almeida
Vice-Presidente: Roberto Leiser Baronas
Tesoureira: Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Secretária: Mônica Baltazar Diniz Signori

Revista do GEL

revistadogel@gel.org.br
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

Comissão Editorial Executiva

Alessandra Del Ré
Cristina Carneiro Rodrigues
Flávia B. M. Hirata-Vale
Gisele Cristina de Sousa
Luciana Gimenes
Olga Ferreira Coelho
Ruth Lopes

Editora Responsável

Olga Ferreira Coelho

Revisão e Normatização

Rosane de Sá Amado
Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Diagramação

Editora Paulista

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Teda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marquezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral

Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Semestral
ISSN 1984-591X

SUMÁRIO/CONTENTS

EDITORIAL7

ARTIGOS/ARTICLES

MAIS DE UM “MAIS”

MORE THAN ONE “MAIS”

Luisandro Mendes de SOUZA 9

FORMAS NOMINAIS EM -NTE DO PORTUGUÊS DO BRASIL:
UMA ANÁLISE SINTÁTICA

BRAZILIAN PORTUGUESE –NTE NOMINALS: A SYNTACTIC ANALYSIS

Alessandro Boechat de MEDEIROS 30

NEOGRAMÁTICO, SIM, MAS COM TODA A GRADIÊNCIA

NEOGRAMMARIAN, YES, BUT WITH A TOTAL GRADIENCE

Maria Célia LIMA-HERNANDES 57

A ORTOGRAFIA DE VERNEY (1746): UM DETALHE RELEVANTE

THE ORTHOGRAPHY OF VERNEY (1746): A RELEVANT DETAIL

Maria Mercedes Saraiva HACKEROTT 71

ORALIDADE VS. ESCRITA NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

ORALITY VS. WRITING IN TEXTBOOKS ON PORTUGUESE (JUNIOR HIGH SCHOOL)

Saul Cabral GOMES JR 90

“PENSO EM TI, MURMURO O TEU NOME; NÃO SOU EU: SOU FELIZ”.

UM ESTUDO SOBRE A ALTERIDADE N’O PASTOR AMOROSO

“PENSO EM TI, MURMURO O TEU NOME; NÃO SOU EU: SOU FELIZ”.

A STUDY ON THE OTHERNESS IN O PASTOR AMOROSO

Ana Patrícia Silva de SOUSA 109

GÊNEROS DIGITAIS E A HIPERTEXTUALIDADE

DIGITAL GENRES AND HYPERTEXTUALITY

Flávia Sílvia Machado FERRAZ 127

MEMÓRIA DISCURSIVA E SEUS EFEITOS NA PRODUÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO POLÍTICO: O SLOGAN NA CAMPANHA ELEITORAL

DISCURSIVE MEMORY AND ITS EFFECTS ON THE POLITICAL SUBJECT'S IDENTITY PRODUCTION:

SLOGANS IN ELECTION CAMPAIGNS

Vera Lucia da SILVA e Fernanda Luzia LUNKES 145

DA FOTOGRAFIA AO CARTUM, UM PERCURSO DE SENTIDOS SOBRE DETENTOS E DEPUTADOS

FROM PHOTOGRAPHS TO CARTOONS, A ROUTE OF SENSES ABOUT INMATES AND CONGRESSPEOPLE

Francis LAMPOGLIA, Jonathan Raphael Bertassi da SILVA e

Lucília Maria Sousa ROMÃO 156

DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER: IDENTIDADES E TENTATIVA DE BUSCA PELA VERDADE

POLICE STATIONS DEDICATED TO CRIME AGAINST WOMEN: IDENTITIES AND

A TENTATIVE TRUTH CONSTRUCT

Débora MARQUES e Priscila Júlio Guedes PINTO 175

A ATUAÇÃO DE SEQUÊNCIAS DO TIPO NARRATIVO EM UM TEXTO JORNALÍSTICO IMPRESSO

THE EFFECT OF SEQUENCES OF THE NARRATIVE TYPE IN A PRINTED JOURNALISTIC TEXT

Gustavo XIMENES CUNHA 202

ÍNDICE DE ASSUNTOS 220

SUBJECT INDEX 221

ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX 222

EDITORIAL

Esta Revista do GEL apresenta um mosaico de tendências nos estudos das línguas e da linguagem no Brasil:

Abre-se com duas análises formais. O artigo de Souza analisa a expressão “mais”, distinguindo seus usos ‘comparativo’, ‘aditivo’ e ‘negativo’ e buscando capturar a semântica de ocorrência desses dois últimos. A proposta de Medeiros é que formas normais deverbais terminadas em “-nte” têm, em sua estrutura morfossintática, um núcleo flexional que concentra as funções de introduzir um argumento externo e de dar ao evento denotado pelo verbo mais encaixado uma interpretação genérica/habitual.

Os textos de Lima-Hernandes e de Hackerott promovem diálogos entre passado e presente, no primeiro caso, por meio da hipótese de que a concepção funcionalista de gramatização dá continuidade a postulados apresentados nos Princípios fundamentais da história da língua, de Herman Paul; no segundo, através da contextualização e interpretação de reflexões de Verney (1746) acerca da função da modalidade escrita na língua.

Na já tradicional seção dedicada à análise de textos e discursos, Gomes Júnior avalia seis coleções didáticas de Português (5ª a 8ª séries) com o intuito de investigar se (e de que modos) uma concepção textual-discursiva de oralidade tem aparecido nesses materiais. Sousa aborda o tema da alteridade nos versos de *O pastor amoroso*, de Alberto Caeiro. Silva e Lunkes, por sua vez, mapeiam os efeitos de sentido de específicos *slogans* divulgados em horário gratuito de propaganda eleitoral. Já o estudo apresentado pela equipe de pesquisadores da USP de Ribeirão Preto investiga como os sentidos de ‘detento’ e ‘deputado’ se materializam em uma fotografia e em um cartum, ao passo que o de Marques e Pinto investiga um interrogatório policial com o intuito de evidenciar como a construção sequencial de pares adjacentes de perguntas-respostas favorece uma tentativa de construção da verdade e o de Cunha procura demonstrar como a heterogeneidade composicional de um texto jornalístico pode ser bem apreendida pelo Modelo de Análise Modular. Por fim, Ferraz argumenta que as relações dialógicas estabelecidas por meio

de *links* eletrônicos nos enunciados digitais elevam a hipertextualidade a um patamar de modalidade dialógica ao lado da intertextualidade.

Este número surge sob impacto de uma aguardada notícia: a *Revista do GEL* está atualmente classificada como periódico A2 na área de Letras, no Qualis-CAPES. O apoio recebido das sucessivas diretorias, o trabalho criterioso dos membros do conselho editorial e dos pareceristas *ad hoc* e o empenho dos integrantes das diferentes comissões editoriais justificam esse resultado.

Agradecendo a cada um dos colegas que prestaram (e têm prestado) esse serviço à comunidade, peço licença para destacar a atuação decisiva de três deles: Cristina Altman, que propôs e editou, em 2002, o número especial com que esse periódico se fundou; Arnaldo Cortina, que articulou o refinamento da política editorial da Revista, e Cristina Carneiro Rodrigues, integrante entusiasmada e competente das comissões editoriais do primeiro a este número.

Porque nem tudo são flores, gostaria de acrescentar uma nota a este Editorial, antes de irmos aos textos: temos procurado minimizar, com o apoio da Diretoria do GEL, inconvenientes advindos do fato de ainda não dispormos de um processo totalmente informatizado de submissão e avaliação de trabalhos. Nossa intenção é, em pouco tempo, anunciar o pleno funcionamento do sistema. Por enquanto, requeremos, sobretudo dos autores, a manutenção da confiança que tem nos permitido trabalhar com rigor na seleção e no tratamento dos textos que estampam estas páginas.

Boa leitura!

Olga Ferreira Coelho
Editora responsável

MAIS DE UM "MAIS"

Luisandro Mendes de SOUZA¹

— Ontem eu bebi, hoje eu bebi, e amanhã vou beber de novo.
— Pô, pai, vai beber MAIS?
— Não, a mesma quantia.

RESUMO: Neste trabalho analisamos três usos da expressão *mais*. Distinguimos dois usos do uso comparativo, sejam eles, o aditivo e o que chamaremos de negativo. Argumentamos que esses três itens não possuem a mesma denotação. As evidências são: a interpretação que as sentenças onde eles ocorrem recebem; e o distinto comportamento em relação ao apagamento de constituintes. Por fim, apresentamos uma proposta de análise que busca capturar a semântica das ocorrências não comparativas de *mais* nos exemplos discutidos.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Ambiguidade lexical. Negação.

Introdução

Estudando a semântica das sentenças comparativas (SOUZA, 2006; 2007) me deparei com uma ocorrência da expressão *mais* exemplificada (1) que contrasta com a interpretação que atribuímos a ela na relação comparativa (2); e mesmo com outra relacionada, que chamarei de uso aditivo (3).

- (1) Não fazemos mais fiado.
- (2) Bart bebeu mais suco do que Lisa.
- (3) Homer pediu mais uma cerveja.

Por mais que (olha ele aqui de novo) as ocorrências da expressão *mais* nas sentenças acima possuam alguma semelhança na contribuição que fazem para as condições de verdade das sentenças em que ocorrem, não é claro que

¹ Doutorando em Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. mendesouza21@yahoo.com.br

elas estejam exercendo a mesma função semântica nos três casos. O primeiro objetivo deste artigo é mostrar que não estão. Claro, temos em mente que, pelo princípio da “navalha de Occam”, é indesejado empiricamente postular mais significados do que o necessário para uma dada expressão na língua. Entretanto, mostraremos que nesse caso as evidências apontam que temos uma mesma cadeia sonora a que correspondem três sentidos distintos. Trata-se de um caso de ambiguidade lexical.

Assim, o segundo objetivo deste trabalho é propor uma semântica para cada uma das interpretações de *mais* em (1) e (3). Começaremos argumentando que (1) contrasta (em vários aspectos) com (2) e (3) e que não há como assumir uma denotação idêntica para a expressão *mais* em todas essas ocorrências, o que nos levará a concluir que a expressão *não mais* se especializou como uma expressão única (idiomática) com função específica. No final, também sugeriremos uma semântica para o uso aditivo.

Na primeira seção mostramos que as três ocorrências do *mais* nas sentenças (1-3): (i) exercem funções semânticas distintas; (ii) têm comportamento sintático diferenciado em relação ao apagamento de constituintes, *e.g.*, a estrutura comparativa envolve elisão, ou recuperação contextual do padrão de comparação, enquanto o uso negativo e aditivo, não; e (iii) projetam pressuposições distintas: *não mais* se diferencia da negação sentencial clássica por projetar uma pressuposição, enquanto que o *mais*-comparativo não projeta. Na segunda parte deste artigo, mostramos que a atual semântica para o *mais*-comparativo não captura as condições de verdade das duas outras ocorrências, que chamaremos de “aditivo”, exemplificado em (3), e “negativo”, exemplificado em (1). Por fim, apresentamos uma proposta de descrição semântica que captura as condições de verdade das proposições que sentenças do tipo (1) e (3) expressam.

As diferenças

Interpretando os *mais*

A primeira das diferenças entre os três *mais* está na interpretação: a contribuição que cada ocorrência dessa expressão dá para as condições de verdade nos exemplos é diferente. Vejamos as paráfrases que podemos atribuir para as sentenças.

- (1) Não fazemos mais fiado.
- (1') Não é o caso que ainda fazemos fiado.
- (2) Bart bebeu mais suco do que Lisa.
- (2') A quantidade de suco bebido por Bart é maior do que a quantidade suco bebido por Lisa.
- (3) Homer pediu mais uma cerveja.
- (3') Homer pediu uma cerveja e essa cerveja é adicionada à quantidade de cervejas que ele havia tomado antes.

Vamos tentar refinar nossa intuição. Vamos supor que *não* e *mais* formam uma expressão descontínua, mas que opera sobre toda a sentença ‘fazemos fiado’:

- (4) Não é o caso que ainda (fazemos fiado).

Veja que não é o que temos em (2') e (3'). Abstraindo aqui os detalhes do atual estudo da semântica das sentenças comparativas,² (2) pode ser analisada de uma forma simplificada como:

- (5) a quantidade n(**Bart bebeu n suco**) > a quantidade n'(Lisa bebeu n' suco)

Em prosa, (5) corresponde à paráfrase dada em (3') (por ora isso é suficiente: entraremos em mais alguns detalhes dessa paráfrase na próxima seção). Veja que a contribuição que o *mais* faz aqui é estabelecer a relação de comparação entre a quantidade de suco que Bart bebeu e a quantidade de suco que Lisa bebeu, em outras palavras, ordenando os indivíduos com relação à quantidade de suco que ambos beberam.

Provavelmente (3') não é a melhor paráfrase possível para (3), sendo apenas uma primeira aproximação. Esperamos que ela nos mostre que as condições de verdade de (3) sugerem um terceiro significado para *mais*. Ele não relaciona explicitamente duas quantidades, dizendo que uma é maior do que a outra, como faz a relação comparativa, tampouco expressa que ‘não é o caso que ainda P’. A função dele aqui é adicionar um cardinal ao conjunto prévio

2 Para uma revisão dessas teorias ver Souza (2007) e referências lá citadas para textos clássicos sobre o tema; para uma proposta mais geral para a semântica das sentenças comparativas no português ver Marques (2003).

que já existe no fundo conversacional (para a sentença ser ‘feliz’, no sentido pragmático do termo, temos que pressupor que Homer já tomou pelo menos uma cerveja antes), estando próximo do sentido da adição matemática.

Além da diferença na interpretação, temos diferentes comportamentos quando eles se combinam com a expressão *já*. O *mais*-negativo pode se combinar com *já*, gerando o contraste esperado com a forma positiva, com a presença da expressão *ainda*. As sentenças nos pares (6-7) e (8-9) são contraditórias.

(6) João já não fuma mais.

(7) João ainda fuma.³

(8) João não fuma mais.

(9) João fuma.

Em termos de condições de verdade, (6) e (8) podem ser parafraseados da mesma forma: não é mais o caso que João fuma. (7) e (9) possuem uma diferença sutil: (7) João continua fumando; e (9) fumar é um hábito do João. A diferença é que *já* parece estar em (6) negando a pressuposição de que João ainda fuma. Alguém chega e diz “Você viu que o João ainda está fumando?”, ao que a outra pessoa responde (6). (8) também pode ser uma boa resposta para a pergunta, mas (6) acrescenta uma ênfase nessa negativa. Por sua vez, (7) implica uma expectativa negativa (GRITTI, 2008), não era esperado que João estivesse fumando. Entretanto, essa expectativa não é uma implicatura, dado que é contraditório dizer algo como (10):

(10) #João ainda está fumando, mas, de fato, ele parou de fumar.

Além disso, veja que, se usarmos *já* com o uso aditivo do *mais* e com uma negação, a sentença não soa natural:

(11) ??Homer já não pediu mais uma cerveja.

3 Não estamos preocupados aqui com a interpretação que pode ser entendida como um uso adicionante, ou discursivo do *ainda*. Supondo que João faz muitas coisas erradas, e alguém as está listando, um outro falante pode dizer (7) sem nenhum problema. O uso que estamos focando aqui é o chamado temporal, que parece ser o par negativo da forma *já*. Ver Ilari (1984), Gritti (2008) e Souza, Pires de Oliveira e Gritti (2008),

O motivo poder ser o fato de *não* estar interferindo com o *mais*, buscando uma interpretação no sentido “não+mais”. Se queremos o sentido do *mais* aditivo, (11) pode ser interpretada no seguinte cenário: Homer fez uma promessa de beber apenas duas cervejas, e todos estão de olho para ver se ele cumpre a promessa. Ele termina a sua segunda garrafa e agora pede um chope, quando então Barney profere (11).

Podemos usar a interação com o *já* também para mostrar que sua ocorrência em construções comparativas não apresenta problema. Em (12), *já* contribui da mesma forma que em (6): afirma que ocorreu, pelo menos uma vez, uma situação em que Bart bebeu mais suco que Lisa.

(12) Bart já bebeu mais suco do que Lisa.

Apesar de interessante, não vamos nos aprofundar nessa interação aqui. Esperamos ter mostrado que o *já* interage diferentemente com o *mais* aditivo em relação aos outros *mais*, o negativo e o comparativo.⁴

Apagamento de constituintes

Nesta seção nos concentraremos no segundo argumento: os processos de apagamento de constituintes nas sentenças em que os três tipos de *mais* ocorrem são diferentes. Isso evidencia que as nossas três sentenças prototípicas possuem estruturas distintas.

Vamos assumir que *não* e *mais* formam uma expressão descontínua,⁵ quando usadas separadas perdem o significado que possuem quando juntas. Excluindo a negação dos exemplos prototípicos, a sentença é estranha.

4 Para a interação do *não-mais* com *já* e *ainda*, ver Gritti (2008). Discordo de sua análise do *já-não-mais* como uma expressão única. Certamente há uma oposição com o *ainda* na forma positiva (sem presença de negação), como temos em (6-7), mas a função de *já* e *ainda* nesses casos é apenas expressar uma expectativa que não se confirma, e não há expectativa alguma com o uso simples de *não-mais*.

5 Expressões descontínuas não são novidade nas línguas naturais. Um exemplo de expressão descontínua é *não só ... mas também*. Por descontínuo entendemos que há sempre algum elemento “ensanduíchado” no meio da expressão, de outra forma a sentença é agramatical, testemunhado pelo contraste entre (i) e (ii). Outros exemplos são as conjunções correlativas *nem... nem... ou...ou*, etc. Sobre o *não-só-mas-também* ver Ilari (1987).

(i) *Não só* o João *mas também* a Maria gosta de Hitchcock.

(ii) * *Não só* mas também o João a Maria gosta de Hitchcock.

- (13) Não fazemos mais fiado.
 (13') ?? fazemos mais fiado.

- (14) João não fuma mais.
 (14') ?? João fuma mais.

Mesmo estranhas, (13') e (14') podem ser interpretadas como formas discursivas de uma sentença comparativa. Isto é, mesmo não apresentando explicitamente um padrão de comparação, tal padrão pode ser recuperado contextualmente (seja no contexto linguístico ou discursivo). Por padrão de comparação entendemos a denotação da expressão *do que XP*.

- (15) Fazemos mais fiado (do que fazíamos/do que o boteco da esquina faz).
 (16) O Pedro fuma muito. É, mas o João fuma mais (do que o Pedro).

Entretanto, (13'-14') não podem ser consideradas contrapartes afirmativas de (13) e (14) que sofreram apagamento de constituintes - o que vemos dentro dos parênteses em (15-16). Veja que podemos apagar quase toda a sentença nos outros casos, ainda podendo recuperar o sentido original das expressões:

- (17) A: A Lisa bebeu muito suco.
 B: O Bart bebeu mais.

- (18) Contexto: Homer está no boteco do Moe e já tomou algumas cervejas.
 Ele ergue a garrafa vazia e diz:
 H: Moe, mais uma.

Diferentemente de (13-14), (17) e (18) são formas que sofreram apagamento. Os constituintes podem ser recuperados via contexto sem problemas:

- (17') O Bart bebeu mais [~~suco do que Lisa~~]
 (18') Mais uma [~~cerveja~~].

Assim, o tipo de elemento que pode ser apagado nos três casos é diferente: (i) *não-mais* não apresenta elisão; (ii) *mais* comparativo pode apa-

gar uma série de constituintes; e (iii) o *mais*-aditivo pode apagar o sintagma nominal, mas com a presença de um artigo indefinido que funciona como pronome (18) ou numeral.⁶ Em resumo, intuitivamente podemos recuperar discursivamente elementos apagados nas estruturas comparativas ou no *mais*-aditivo, caso ocorra algum tipo de apagamento. Enquanto que com a expressão *não-mais* nada parece ter sido apagado ali, embora a sentença esteja ligada ao contexto de outra forma.

Pressuposição

Além de possuírem interpretações diferentes e apagarem constituintes diferentes, os três *mais* também possuem comportamento distinto em relação à projeção de pressuposições.

A negação possui uma interpretação diferente se ela for uma negação sentencial; contraste os exemplos e as paráfrases:

- (19) a. Não fazemos fiado.
b. Não é o caso que (fazemos fiado).

- (20) a. Não fazemos mais fiado.
b. # Não é o caso que (fazemos mais fiado (do que fazíamos antes)).

(19) e (20) expressam proposições idênticas. Como mostraremos, a diferença é que (20) projeta uma pressuposição. (19) nega simplesmente que seja o caso que no momento presente se faz fiado, e que seja um hábito fazer isso. Não temos como saber se no passado o estabelecimento tinha o costume de trabalhar com essa espécie de crédito informal. (19), por sua vez, difere de (20) justamente por carregar uma pressuposição de que em algum momento no passado fazia-se fiado e essa informação é apresentada como compartilhada. (20b) não é a paráfrase intuitiva que captura a proposição expressa por (20a).

Como afirmamos informalmente, a diferença entre (19) e (20) é que aquela não projeta a pressuposição que esta projeta. Testar as pressuposições

⁶ Como o numeral *um* e o artigo indefinido *um* são homófonos, é difícil decidir qual dos dois é o caso aqui, dado que podemos ter tanto outros indefinidos (ib), quanto numerais (ia) nessa posição:

- (i) a. Homer pediu mais duas cervejas.
b. Homer pediu mais alguns/vários drinks.

de (19) e (20) será meio complicado, mas vamos fazê-lo para reforçar nosso argumento. Há outras formas de testar uma pressuposição, além de negando a sentença. Não usarei a negação, dado que são as diferenças entre as duas negações que queremos entender. Outros testes relativamente seguros são: questionar P, duvidar de P, ou colocar P dentro de um contexto condicional (hipotético) (cf. CHIERCHIA; MCCONELL-GINNET, 2000):

- (21) a. Não fazemos fiado?
 b. Duvido que não fazemos fiado.
 c. Se não fazemos fiado, então devíamos começar.
 d. (a,b,c) não pressupõem que “fazíamos fiado”.
- (22) a. Não fazemos mais fiado?
 b. Duvido que não fazemos mais fiado.
 c. Se nós não fazemos mais fiado, está na hora de começar a ganhar dinheiro.
 d. (a,b,c) pressupõem que “fazíamos fiado”.

Como os testes em (21) e (22) mostram, os dois tipos de negação são diferentes em relação à pressuposição. (19) não pressupõe nada, enquanto (20) projeta a pressuposição de que se fazia fiado antes. Deve ser notado que o teste visa a mostrar o contraste entre a negação *não* e o *não-mais*. A negação é um “buraco” (‘hole’, cf. KARTUNNEN, 1973; CHIERCHIA, 2003; PIRES DE OLIVEIRA, s/d) ela projeta as pressuposições que a sentença sob negação carrega, por isso é um dos testes mais seguros para diagnosticar pressuposições. Como a sentença *fazemos fiado* não possui pressuposição alguma, a sentença com a negação (21a) também não projetará nenhuma pressuposição. Para mostrar o contraste com o *mais*-negativo mantemos a expressão toda *não+mais* nos testes, o que evidencia que quem está projetando a pressuposição é essa expressão (como um todo) e não uma possível pressuposição que a sentença tenha em detrimento da expressão que se combina com ela.

Passando para as sentenças comparativas, elas não pressupõem coisa alguma:

- (23) Bart bebeu mais suco do que Lisa.
 a. não é o caso que Bart bebeu mais suco do que Lisa

- b. Bart bebeu mais suco do que Lisa?
- c. Se Bart bebeu mais suco do que Lisa, então ele não pode já estar com sede.
- d. (a,b,c) não pressupõem nada.

O *mais*-aditivo carrega uma pressuposição, mas essa pressuposição é diferente daquela disparada por *não-mais*. O que pode ser confirmado pelo teste em (24):

- (24) Homer pediu mais uma cerveja.
- a. Não é o caso que Homer pediu mais uma cerveja.
 - b. Homer pediu mais uma cerveja?
 - c. Se Homer pediu mais uma cerveja, então ele quebrou a promessa.
 - d. (a,b,c) pressupõem que “Homer pediu uma cerveja antes”.

(24) acarreta que *Homer pediu uma cerveja*, mas essa sentença não carrega uma pressuposição, dado que indefinidos não carregam pressuposições (em contraste com os definidos e descrições definidas, cf. HEIM, 1982; PIRES DE OLIVEIRA, s/d), por isso eles podem aparecer como frases iniciais no discurso (o que definidos não podem fazer). Logo, a conclusão é que quem está projetando a pressuposição é o *mais*.

Em resumo, ao longo desta seção mostramos alguns fatos que favorecem a nossa hipótese inicial de que temos três significados distintos para as ocorrências da expressão *mais*, o comparativo, o aditivo e o negativo. O primeiro passo foi mostrar que podemos atribuir paráfrases distintas para os três casos prototípicos; em seguida a interação com o par *já/ainda* parece reforçar o significado principal do *não+mais*, ao passo que seu uso é estranho com o *mais* em contexto onde possui interpretação aditiva; também mostramos que se separarmos *não* de *mais* nos contextos prototípicos as sentenças ficam estranhas, ou se interpretáveis perdem o sentido que obtemos com eles juntos, o que se explica pelo fato de os casos do tipo (2) e (3) poderem ser sujeitos a apagamento de constituintes maiores, enquanto que com o *não+mais* a sentença não sofreu elisão das suas partes. Também a favor dessa mesma hipótese é que a negação não parece exercer a mesma função quando isolada, sem o *mais*, o que mostramos com o contraste entre (19) e (21) e as diferentes pressuposições que projetam.

A próxima seção apresenta uma proposta que captura as diferenças de interpretação que o uso negativo e aditivo do *mais* apresentam.

Mais de um *mais*

Nosso primeiro passo será mostrar que não é possível dar uma semântica para (1) e (3) da mesma forma que atribuímos uma semântica para as sentenças comparativas; tal proposta geraria resultados indesejados. Vejamos uma denotação do operador comparativo como temos em Kennedy (2007), por exemplo:

$$(25) [[\mathbf{mais}]]^7 = \lambda d_{\langle d \rangle} . \lambda g_{\langle d, et \rangle} . \lambda d'_{\langle d \rangle} . \lambda x_{\langle e \rangle} . \max \{ d \mid g(d)(x) = 1 \} \succ d'$$

Basicamente, essa denotação traz consigo algumas suposições: (i) adjetivos são predicados graduais do tipo $\langle d, et \rangle$, denotando relações entre indivíduos e graus $A(x, d)$, ou seja, qualquer predicação do tipo $x \text{ é } A$ vai ser verdadeira se $x \text{ é } A$ pelo menos no grau d , o que conta como A no contexto relevante. O primeiro argumento da função comparativa é um grau do tipo $\langle d \rangle$, ou seja, o grau (ou conjunto de graus) que denota o constituinte *do que XP*, o que é chamado de ‘padrão de comparação’ (KENNEDY, 2007). Vamos a um exemplo:

- (26) a. João é mais alto que o Pedro.
 b. João é mais alto [do que [o Pedro é ~~alto~~]].
 c. $\max \{ d: \text{alto}(d)(j) \} \succ \max \{ d': \text{alto}(d')(p) \}$

7 Os colchetes duplos “[[a]]” indicam que o que vem depois do símbolo de igualdade “=” é a denotação da expressão linguística “a” ou sua entrada lexical.

8 Assim como há os tipos básicos para indivíduos $\langle e \rangle$ e valores de verdade $\langle t \rangle$, temos também indivíduos do tipo $\langle d \rangle$ na ontologia, indivíduos que se referem a graus, representados nos subscritos dos argumentos da função. Na denotação assumida a expressão da língua natural *mais* (em negrito) corresponde a uma função que pede quatro argumentos: o primeiro do tipo $\langle d \rangle$, que deve ser um grau; o segundo do tipo $\langle d, et \rangle$, que deve ser um predicado gradual (adjetivos como *alto* são um exemplo); o terceiro de tipo $\langle d \rangle$ que deve ser uma expressão do tipo $\langle d \rangle$, ou um traço de um quantificador gradual (e.g. *mais*-comparativo; sintagmas de medida, expressões diferenciais); e, por fim, um indivíduo do tipo $\langle e \rangle$, que denota uma entidade (e.g. nomes próprios, pronomes, traço de quantificadores generalizados que sofreram alçamento).

Em prosa, (27c) é uma proposição verdadeira se e somente se o grau máximo de altura de João for maior do que o grau máximo de altura de Pedro.⁹

Com nosso exemplo principal, um argumento para a não funcionalidade da denotação do *mais* como dada em (25) é que não temos como relacionar graus, ou como recuperar o segundo grau necessário para a relação comparativa, o padrão de comparação. Para que (25) funcionasse aqui, a paráfrase de (1), repetido aqui como (27), deveria ser (27b):

- (27) a. Não fazemos mais fiado.
b. não é o caso que (fazemos mais fiado do que fazíamos antes).

Para (27) ser verdadeira, a proposição ‘o número de vezes que se faz fiado agora tem que ser maior do que o número de vezes que se fazia em algum momento passado’ tem que ser falsa em algum modelo de mundo, o que obviamente não é o que (1) significa. (1/27a) não compara as quantidades de ocorrências de situações do tipo ‘fazer fiado’ entre dois momentos no tempo. Vamos tentar outro caminho. Para começar, relembremos o tratamento da negação sentencial.

- (28) a. Não fazemos fiado.
b. $[[\text{não}]] = \sim(P) = 1$ sse $P = 0$
“*não é o caso que P*” é verdadeira se e somente se *P* for falsa.

Veja que, se aplicamos uma denotação similar para (1), esta e (28a) tornam-se sinônimas (e, como mostramos na seção anterior, este não é o caso):

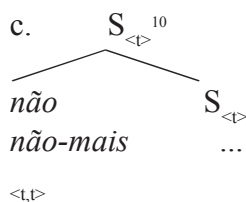
- (29) $[[\text{não ... mais}]] = \text{não} + \text{mais}(P) = 1$ sse $P = 0$

Ou seja, temos que estabelecer na denotação de *não+mais* o que a diferencia da negação sentencial. Podemos manter a relação intuitiva entre ambos: os dois são do tipo $\langle t, t \rangle$, funções que têm como domínio os valores de verdade $\{0,1\}$ e contra-domínio outro valor de verdade. A diferença, como

9 Para argumentos defendendo a necessidade de referência a um grau máximo na computação do significado das orações comparativas veja von Stechow (1984), Rullmann (1995) e Heim (2006), que argumentam uma visão pragmática da maximalidade nas sentenças comparativas.

vimos na seção anterior, fica por conta da pressuposição que *não-mais* carrega. Enquanto em (30a) temos a denotação da negação simples, em (30b) temos codificada na denotação da expressão a sua pressuposição (representada depois dos dois pontos ‘:’). (30c), a árvore anotada, mostra que ambos os tipos de negação continuam semelhantes composicionalmente, dado que ambos são funções do tipo $\langle t, t \rangle$. Por fim, em (30d) temos as condições de verdade da sentença (1/27a) explicitadas juntamente com a pressuposição que a sentença projeta.

- (30) a. $[[\mathbf{n\tilde{a}o}]] = \lambda p_{\langle t, t \rangle}. \sim p = 1$
 b. $[[\mathbf{n\tilde{a}o+mais}]] = \lambda p_{\langle t, t \rangle} : p \text{ era o caso num momento anterior. } \sim p = 1$



- d. $[[\mathbf{(27a)}]] = 1 \text{ sse } \sim(\mathbf{fazemos fiado})$
 pressuposição: fazíamos fiado num momento anterior.

“(27a) é verdadeira se e somente se não é mais o caso que fazemos fiado.”

As condições corretas são capturadas incluindo a pressuposição, “fazia-se fiado em um momento anterior ao momento de fala”, na entrada lexical de *não+mais*. Gritti (2008, p. 86), baseando-se na análise de Löbner (1999 apud GRITTI, 2008), chega à mesma conclusão para o *ainda* e o *já-não*: “Ambos $ainda(t_e P)$ e $j\tilde{a} \ n\tilde{a}o(t_e P)$ disparam a pressuposição que há uma fase de P anterior a t_e e que depois do t_e pelo menos uma mudança entre não-P e P ocorreu.” [t_e = momento de referência do evento, ou tempo do proferimento]. O que defendo é que a pressuposição é disparada pelo *não-mais*. Ou seja, *já-não-mais* é decomponível em *já* (qualquer que seja sua análise correta) mais *não-mais*.

Vejamos agora se podemos aplicar essa semântica de *mais* ao exemplo (3), repetido aqui como (31). Analisando essa sentença usando a denotação que demos para o *mais* anteriormente em (25), temos (31b).

10 ‘S’ abrevia ‘sentença’. Os subscritos $\langle t, t \rangle$ indicam que os nós sentenciais são do tipo de um valor de verdade $\{0,1\}$.

- (31) a. Homer pediu mais uma cerveja [do que havia pedido antes].
 b. $\max\{d: \text{pediu cerveja}(d)(h)\}(t) >$
 $\max\{d': \text{pediu cerveja}(d')(h)\}(t') \& (t' < t)$
 “grau máximo *d* de cervejas que Homer pediu em *t* é maior do que o grau máximo *d'* de cervejas que Homer pediu em *t'*, sendo *t'* anterior a *t*.”

Problemas com a proposição em (31b): temos que assumir que um predicado como “pedir cerveja” denote algo como ‘*x* pediu *d* cervejas’, onde *d* especificaria a quantidade de cervejas que o sujeito pediu;¹¹ além disso, introduzimos na proposição uma relação temporal entre a quantidade de cervejas que Homer pediu em *t* e a quantidade de cervejas que Homer pediu em *t'*, sendo que *t* antecede temporalmente *t'*. Isso foi preciso para captarmos a relação que há entre a sentença e a pressuposição que ela projeta, seja ela, Homer pediu *n* cervejas antes. Entretanto, assumir isso acarreta que estamos dizendo que em (31a) o constituinte [do que havia pedido antes] precisa ser interpretado via reconstrução de elipse, o que como vimos na seção anterior não é o caso, dado que essa expressão é pressuposta e não faz parte da proposição (como ficará mais claro na sequência).

Guimarães (2007) discute alguns casos similares. Vejamos os exemplos (32a) e (32b):

- (32) a. Mais do que cinco pessoas morreram.
 b. Mais cinco pessoas morreram.

Em (32a) temos a presença da conjunção comparativa *do que*, e a intuição de Guimarães é que em construções desse tipo não há diferença (semântica, pelo menos) em relação à construção comparativa canônica. Podemos atribuir as mesmas condições de verdade para essa sentença, utilizando a definição do operador comparativo em (25). Aqui, o grau *d* é denotado pelo numeral. Ou seja, intuitivamente, (33) parece ser a análise correta de (32a).

11 Hackl (2001) apresenta uma proposta para as comparativas de quantidade que não implica na asunção de que nomes possuem um argumento de grau. Basicamente, a relação comparativa insere um sintagma de medida que mede a cardinalidade dos nomes, ou seja, o grau. Alternativamente, há autores que propõem que nomes contáveis (ou mesmo os massivos, como Cresswell (1976)) denotem relações entre indivíduos e cardinalidades. Assim, vacas denotaria: $[[\text{vacas}]] = \lambda x. \exists n[\text{vaca}(x,n)]$. Para discussão das alternativas ver Souza (2010).

- (33) $\max\{d: \text{morreram}(x) \ \& \ \text{pessoas}(x) \ \text{e} \ |x|=d\} \succ \max\{d': |d'| = 5\}$
 “o grau máximo d de pessoas que morreram é de cardinalidade d é maior do que o grau máximo d' tal que d' é de cardinalidade 5.”

Quanto a (32b), vamos assumir que esse exemplo possui a mesma estrutura que (3), aqui como (34):

- (34) Homer pediu [mais uma cerveja].
 (35) Morreram [mais cinco pessoas].

Relembremos a paráfrase (3') que demos acima para (3):

- (36) Homer pediu uma cerveja e essa cerveja é adicionada à quantidade de cervejas que ele havia tomado antes.

A paráfrase pode ser simplificada. Vamos dividir: o que é pressuposto e o que é posto (a proposição).

- (37) *Proposição*: Homer pediu mais uma cerveja.
Pressuposto: Homer pediu uma quantidade n de cerveja antes.

Será que (37) está correto? O que diferencia essa sentença de “Homer pediu uma cerveja”? Precisamos que *mais* esteja na asserção? Como mostraremos abaixo, sim. A sentença (38) não carrega uma pressuposição:

- (38) Homer pediu uma cerveja.
 a. Não é o caso que Homer pediu uma cerveja.
 b. Homer pediu uma cerveja?
 c. Duvido que Homer pediu uma cerveja.
 d. Se Homer pediu uma cerveja, ele não pode dirigir.
 e. (a-d) não pressupõem nada.

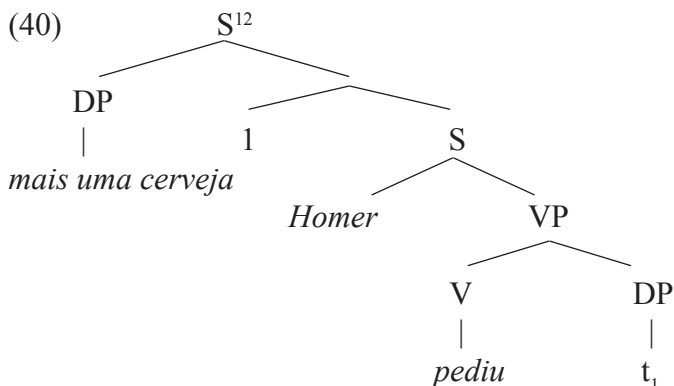
Também podemos mostrar que (38) e (3) não são verdadeiras no mesmo contexto. Suponha que Homer acaba de chegar ao bar e pede sua primeira cerveja. Nesse cenário, (3) é infeliz devido a uma falha pressuposicional, já

que não há cervejas que ele tomou antes, esta sentença não pode ser usada nesse contexto. (38) pode ser usada nesse contexto sem problema algum.

Vamos assumir que *mais*-aditivo possui o mesmo significado que a soma matemática, sua função é adicionar um cardinal a outro e nos mapear para um novo cardinal, que é o resultado da adição $\lambda x. \exists y, z[x + y = z]$. Não é difícil perceber que é isso o que temos em (3). Há um número indefinido de cervejas que Homer tomou antes, pelo menos uma, e a esse número, $n \geq 1$, adicionamos mais um (é o que sugere Guimarães (2007) para o uso aditivo do *mais*).

Vamos supor que [mais ...] denote (39) e a Forma Lógica seja (40) com o DP tendo escopo sobre toda a sentença:

- (39) $[[\text{maisaditivo}]]= \lambda x e : \exists n[|n| \in C]. \exists n[|n| + |x| = n+x]$
 “adicione a cardinalidade de x a cardinalidade de n ”
 onde $|n|$ é uma cardinalidade pressuposta no contexto C .



Vejam se conseguimos derivar as condições de verdade corretas, dada a denotação do *mais* em (39) e a LF em (40). O traço t_1 sob a atribuição a vai denotar (41a) e o constituinte [1 Homer pediu t_1] denota (41b). Por simplicidade, a entrada lexical de *pedir* é “ $\lambda y. \lambda x. \text{pedir}(x, y)$ ”.

- (41) a. $[[t_1]]a = a(1)$
 b. $[[\text{Homer pediu } t_1]]= \lambda x. [\text{pediu}(h, a(1))]$
 c. $[[[1]]]([[\text{Homer pediu } t_1]]) = \lambda x. \text{pediu}(h, x)$

12 ‘DP’ abrevia ‘Sintagma Determinado’ (Determiner Phrase) e ‘VP’ abrevia ‘Sintagma Verbal’ (Verbal Phrase).

Como estamos considerando as denotações dentro da atribuição a essa atribuição, devemos substituir as ocorrências de índices (números atribuídos ao traço dentro de uma atribuição) pela variável x (cf. HEIM; KRATZER, 1998). Agora é só aplicar a função resultante em (41c) à denotação do quantificador que foi alçado:

- (42) a. $[[\text{mais}]] = \lambda x e : \exists n[|n| \in C]. \exists n[|n| + |x| = n+x]$ (39)
 b. $[[\text{uma cerveja}]] = \exists x[\text{cerveja}(x) \ \& \ |x| = 1]$
 c. $[[\text{mais}]]([[\text{uma cerveja}]]) = \exists n \exists x[\text{cerveja}(x) \ \& \ |x| = 1 \ \& \ |n| + 1 = n+1]$
 d. $\lambda x. \text{pediu}(h, x)(\exists n \exists x[\text{cerveja}(x) \ \& \ |x| = 1 \ \& \ |n| + 1 = n+1])$
 e. $\exists n \exists x[\text{cerveja}(x) \ \& \ |x| = 1 \ \& \ |n| + 1 = n+1 \ \& \ \text{pediu}(h, x)]$

Asserção: “*existe um n e existe um x , tal que x é cerveja de cardinalidade 1, a cardinalidade de n foi adicionado 1 elemento e Homer pediu x* ”.

Pressuposto: *existe uma cardinalidade de cervejas no contexto C .*

Em (42) temos como as condições de verdade podem ser derivadas a partir do significado das partes. No final, temos o que (42e) expressa: intuitivamente a expressão *mais*, no sentido adicionante, insere um numeral ao conjunto já existente da cardinalidade de x no contexto. Isso nos permite capturar as condições de verdade de (3) de maneira satisfatória, da mesma forma que mostra as diferenças que ele apresenta em relação aos seus primos: *mais-comparativo* e *mais-negativo*.

Não mostramos o porquê de o constituinte *mais uma cerveja* ter escopo amplo. Isso pode ser mostrado, ao colocarmos essa expressão em interação com outro quantificador, como abaixo em (43). Temos duas FLs, uma onde *todos os linguistas* possui escopo amplo (43a), verdadeira em um contexto onde diferentes linguistas pediram diferentes cervejas, noutra quem possui escopo mais alto é *mais uma cerveja* (43b), verdadeira se há uma cerveja específica que todos pediram, não permitindo a leitura anterior:

- (43) Todos os linguistas pediram mais uma cerveja.
 a. para todo x , tal que x é linguista, há mais uma cerveja que x pediu.
 b. existe mais uma cerveja y , para todo linguista x , tal que x pediu y .

Também não discutimos por que *mais* é alçado com todo o DP, nem sua função sintática. Possivelmente ele está na posição de especificador do DP:

(44) [DP mais [D' [D uma [NP cerveja]]]]

Que é esse o caso, pode ser atestado pelo fato de não podermos topicalizar o DP deixando *mais* para trás, e os testes mostram que de fato ele parece estar dentro do DP, não como adjunto. Isto é, a topicalização (45a), a focalização em (45b,c), o fragmento de pergunta (45d) e a coordenação (45e) nos mostram que *mais n NP* é um constituinte, e parece ser do tipo DP.

- (45) a. * uma cerveja_i, Homer pediu mais t_i
b. Foi mais uma cerveja que o Homer pediu.
c. * Foi uma cerveja que o Homer pediu mais.
d. A: O que que o Homer pediu?
B: mais uma cerveja.
e. O Homer pediu (mais uma cerveja) e (um pastel de queijo).¹³

Há um outro uso do *mais* aditivo que só mencionamos. A diferença é apenas na posição. Enquanto no exemplo discutido anteriormente *mais* modifica o objeto, em (46) modifica o sujeito:

(46) Mais pessoas chegaram.

Pessoas de acordo com a denotação que demos para o *mais*-aditivo em (39), tem que denotar uma cardinalidade, e é isso que intuitivamente esse NP denota: um número incerto de pessoas. Uma forma *mais* simples de escrever a entrada lexical do *mais* nesse caso seria (47):

- (47) a. $[[\mathbf{mais}]] = \lambda P_{\langle et \rangle}. \lambda Q_{\langle et \rangle}. |P| + |P \cap Q|$
b. $[[(46)]] = |\text{pessoas}| + |\text{pessoas} \cap \text{chegaram}|$
"a cardinalidade de pessoas foi adicionada à cardinalidade das pessoas que chegaram."

13 Pode ser o primeiro pastel que ele esteja pedindo.

Não há problema para aplicar essa denotação ao exemplo discutido anteriormente:

- (48) a. Homer pediu mais uma cerveja.
 b. $[[[(3)]]] = |\text{cerveja}(x)| = 1 + |\text{cerveja}(x) \cap \text{pedir}(p,x)|$
 “*uma cerveja foi adicionada ao número de cervejas que Homer pediu*”.

(42) foi uma forma de mostrar como podemos capturar o significado do *mais* aditivo usando uma abordagem explicitamente composicional, que mostra como o significado do todo é construído a partir do significado das partes.

Considerações finais

Mostramos ao longo do texto que as diferentes ocorrências de *mais* nos nossos exemplos prototípicos (1-3) não possuem a mesma interpretação e tampouco propriedades sintático-distribucionais semelhantes, que justificassem a busca por uma denotação uniforme. A segunda parte do trabalho mostrou que não há como aplicar a denotação do uso comparativo dessa expressão para os outros usos, sugerindo que eles tenham uma semântica própria, e foi o que apresentamos. Em termos gerais, *mais*-comparativo é a relação de superioridade “>”, o *mais*-negativo é uma espécie de negação que carrega uma pressuposição, e o *mais*-aditivo é como a adição matemática “+”, o seu equivalente em língua natural digamos assim, mas a adição é sempre feita em relação a uma quantidade pressuposta contextualmente. Trata-se, portanto, de um caso de ambiguidade lexical.

Alguns aspectos ficam por ser mais bem discutidos e esclarecidos, como a relação com as expressões *já* e *ainda*, na qual tocamos brevemente, para mostrar que o *mais*-aditivo e o negativo se comportam diferentemente em relação a essas expressões (ver nota 3).

Agradecimento: Essa pesquisa conta com apoio de Bolsa de Doutorado do CNPq. Agradeço a leitura e os comentários de Roberta Pires de Oliveira, Renato Basso, Letícia Gritti e dos revisores anônimos desta revista que ajudaram a melhorar o texto significativamente. As falhas que permanecem são de minha responsabilidade.

SOUZA, Luisandro Mendes de. More than one “mais”. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 9-29, 2010.

ABSTRACT: *In this paper we analyze three uses of the expression mais (more). We distinguished two uses from the comparative usage, i.e., the ‘additive’ and what we are call ‘negative’. We argue that it is not plausible to give the same denotation to all uses. The evidences are based on the interpretation they receive in the sentences where they can occur and the distinct behavior regarding the deletion of constituents. In the end, we present an account that tries to capture the semantics of the non-comparative occurrences of mais in the instances discussed.*

KEYWORDS: *Semantics. Lexical ambiguity. Negation.*

Referências

CHIERCHIA, G.; McCONNELL-GINET, S. **Meaning and Grammar:** an introduction to semantics. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2000.

CHIERCHIA, G. **Semântica.** Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: EDUEL, 2003.

CRESSWELL, M. The semantics of degree. In: PARTEE, B. (Org.). **Montague Grammar.** New York: Academic Press, 1976. p. 261-292.

GRITTI, L. L. **‘Ainda’ tem solução:** uma proposta semântica. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GUIMARÃES, Márcio Renato. **Dos intensificadores como quantificadores:** os âmbitos da quantificação do Português do Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

HACKL, Martin. **Comparative Quantifiers.** 2001. Dissertation (PhD in Linguistics) - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2001.

HEIM, Irene. **The semantics of definite and indefinite noun phrases.** New York: Garland, 1988.

_____. **Remarks on comparative clauses as generalized quantifiers.** manuscrito, 2006. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/mJiMDBIN/>>. Acesso em: 7 de abril de 2006.

HEIM, Irene; KRATZER, Angelika. **Semantics in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell, 1988.

ILARI, Rodolfo. Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo. In: **Linguística: Questões e Controvérsias**. Série estudos 10, Fac. Integrada de Uberaba, Uberaba, p. 83-97, 1984.

_____. Algo mais sobre não só mas também. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.1, n.3, p. 111-115, 1987.

KARTUNNEN, L. Presuppositions of compound sentences. **Linguistic Inquiry**, n. 4, p. 169-193, 1973.

KENNEDY, Christopher. Modes of Comparison. **Proceedings of Chicago Linguistics Society (CLS)**, Chicago, n. 43, 2007. Disponível em: <<http://semantics.uchicago.edu/kennedy/docs/modesofcomparison.html>>. Acesso em: 20 novembro 2007.

MARQUES, Rui. **Para uma semântica das sentenças comparativas do Português**. 2003. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **O problema da projeção das pressuposições**. UFSC. s/d. manuscrito.

SOUZA, Luisandro M. de. **A Semântica da comparação: problemas levantados pelas sentenças com predicados verbais**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. A comparação em estruturas com predicados verbais. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Ano 5, n. 8, março de 2007. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>>. Acesso em: 9 de março de 2007.

_____. **Comparativas Quantificacionais no Português do Brasil: semântica e sintaxe**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, Luisandro M. de; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; GRITTI, Leticia L. Notas sobre Polaridade negativa. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 2, n. 9, p. 23-40, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/issue/view/1134>>. Acesso em: 03 de abril de 2009.

RULLMANN, Hotze. **Maximality in the semantics of Wh constructions**. 1995. Thesis (PhD in Linguistics) - UMass, Amherst, 1995.

von STECHOW, Armin. Comparing semantic theories of comparison. **Journal of Semantics**, Oxford, n.3, p. 1-77, 1984.

FORMAS NOMINAIS EM -NTE DO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA ANÁLISE SINTÁTICA

Alessandro Boechat de MEDEIROS¹

RESUMO: O presente artigo analisa formas nominais deverbais terminadas em *-nte*, como *fertilizante*, *fumante* ou *entorpecente*, dentro do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída. Propomos que em sua estrutura morfossintática exista um núcleo flexional que concentra duas funções: introduzir um argumento externo e dar ao evento denotado pelo verbo mais encaixado uma interpretação genérica/habitual. Na análise, esse sintagma flexional interno também é constituinte de formas com a mesma terminação, mas com distribuição tipicamente adjetiva. Apresentamos argumentos para a abordagem sintática proposta e, nas seções finais do artigo, fazemos uma breve discussão sobre o tipo de referência associada a tais formas nominais.

PALAVRAS-CHAVE: Particípio presente. Aspecto. Nominalizações. Morfologia Distribuída.

Introdução

Alguns manuais chamam a forma em negrito nas sentenças em (1) de “particípio presente”, fazendo referência a sua origem histórica. Tais formas são ditas *ativas*, pois descrevem propriedades de entidades interpretadas como sujeitos de seus verbos de base.² No português, o *particípio presente* tem, tipicamente, distribuição e concordância adjetivas; o que é mostrado pelas sentenças abaixo:

- (1) a. Filme “**comovente**” sempre me faz rir.
b. Seus filhos estão muito **falantes** hoje.

¹ UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. alboechat@gmail.com

² Observe-se que justo o oposto ocorre com o “particípio passado”, que é normalmente *passivo* e denota um estado (final, alvo, resultante, atingido) do complemento do verbo de que deriva.

Contudo, os exemplos (2) a seguir apresentam a palavra *repelente*, um *particípio presente*, não só com o comportamento de adjetivo, mas também com o de nome em (2c), pois é argumento interno do verbo *usar*, é sempre masculina, e é modificada pelo adjetivo *poderoso*. A maior parte dos itens da lista (3), na sequência, se comporta como a palavra *repelente*

- (2) a. João é **repelente**.
b. Uma postura **repelente** a do seu patrão.
c. Era tanto mosquito lá que eu tive que usar um **repelente** poderoso.

(3) Absorvente, adoçante, agravante, alvejante, amante, aniversariante, assaltante, calmante, concorrente, comandante, depositante, descendente, desinfetante, dirigente, estudante, fertilizante, ficante, fumante, governante, militante, navegante, oponente, ouvinte, pisante, precedente, presidente, refrigerante, regente, repelente, representante, residente, restaurante, retirante, servente, vigilante, visitante, etc.

O objeto de análise deste artigo são formas como as encontradas em (3), que vou, por razões que apresentarei na seção a seguir, tratar como formas nominais derivadas, não como adjetivos modificando categorias vazias (ver KESTER, 1994; SIAINES, 1997; BORER; ROY, 2007). Nos itens da lista duas características consideradas antagônicas convivem. A primeira é que, ao contrário das nominalizações de verbo com outras terminações (como *destruição*, *varrida*, *desenvolvimento* – que denotam eventualidades), os exemplos de (3) tipicamente se referem a entidades que são, assim como o são os sintagmas nominais modificados pelas formas adjetivas correspondentes, interpretadas como *sujeitos* de seus verbos de base. Por exemplo, o *acompanhante* é *alguém* que *acompanha*; o *desinfetante* é um produto que *desinfeta*; *absorvente* é algo que *absorve* (excreções do corpo, fluxo menstrual, íons, etc.). A segunda característica é: os contextos de uso de algumas das palavras listadas acima parecem sugerir que seus significados são mais específicos do que o veiculado por suas paráfrases – e, de fato, nem sempre paráfrases lhes podem ser facilmente associadas. Por exemplo, *fertilizante* não é, de fato, uma substância que enriquece solos, e não simplesmente algo que *fertiliza*? *Retirante* não se refere a pessoa que foge das secas e da pobreza dos sertões nordestinos, emigrando para outras regiões, e não simplesmente a alguém

que *se retira*? O *pisante* é alguém que *pisa* ou um calçado? *Restaurante* é um lugar onde as pessoas *restauram* suas forças – é um lugar que *restaura*? *Refrigerantes* “refrigeram” quem está sofrendo com o calor? Ao que parece, temos uma tensão aqui: ao passo que algumas de suas propriedades são essencialmente sintáticas e regulares, como o fato de, tipicamente, designarem entidades interpretadas como os *sujeitos* dos verbos de base, muitas dessas palavras apresentam significados que extrapolam os das paráfrases associadas (quando não se distanciam deles mais radicalmente), característica que se atribui ao léxico, o armazém das idiossincrasias. Como lidar com isso?

Arquiteturas gramaticais que postulam um léxico gerativo, com propriedades e operações diferentes das do componente sintático (por exemplo, ver ANDERSON, 1992), assumirão que os itens de (3) são gerados no léxico, por operações que lhe são próprias, uma vez que podem trazer idiossincrasias semânticas como as mencionadas no parágrafo anterior e caracterizam, ao que parece, mudança de classe de palavra – de adjetivo para nome. Contudo, essas operações deverão fazer referência a uma função sintática – de sujeito – associada ao argumento externo do verbo mais encaixado,³ pois, tipicamente, os itens denotam entes assim interpretados. O sistema, portanto, será necessariamente redundante: assumirá operações lexicais, por natureza não-sintáticas, mas que espelham propriedades sintáticas.

Um dos objetivos deste artigo é mostrar que a tensão mencionada dois parágrafos acima não existe e que (3) não é um conjunto homogêneo. Espero mostrar, também, que uma abordagem sintática é a melhor maneira de explicar as propriedades de seus itens – e suas diferenças –, evitando a redundância apontada no parágrafo anterior. A arquitetura de gramática adotada aqui será a proposta pela *Morfologia Distribuída* (ver HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), que elimina a dicotomia sintático-lexical e baseia-se em um único mecanismo gerativo – a sintaxe.

Nas subseções do artigo, apresento: (a) argumentos para afirmar que os itens em (3) são nominais, não adjetivos modificando uma categoria vazia (um *pro*, por exemplo; ver SIAINES, 1997; KESTER, 1994; BORER; ROY, 2007); (b) outras abordagens para formas semelhantes em outras línguas: duas delas orientadas pela Morfologia Distribuída (doravante MD), uma assumindo uma *sintaxe lexical*, à maneira de (HALE; KEYSER, 1993) – algumas

3 Que, diga-se de passagem, no *mainstream* da teoria gerativa, é associado ao verbo sintaticamente. Ver, entre outros, Marantz (1984), Chomsky (1995) e Kratzer (1996).

das ideias que elas trazem contribuirão para a análise contida neste artigo; (c) uma introdução à MD e minha análise dos nominais em *-nte*; e (d) algumas questões relevantes à guisa de conclusão.

Desinfetante é mesmo um nominal?

Autores como Kester (1994) propõem que, em sentenças como as de (4) a seguir, as palavras em negrito não são nomes derivados de adjetivos. Tais palavras preservam sua categoria gramatical: continuam sendo adjetivos. A questão é que modificam uma categoria vazia, um *pro*.

- (4) a. Um **cego** atravessou a rua.
b. O **curioso** neste autor é a sua ironia feroz.
c. Os **belos** sempre acabam sendo os escolhidos.

Trabalhos como Borer e Roy (2007) e Siaines (1997) apontam, contudo, diferenças entre (4a) e os demais exemplos. Siaines argumenta que, diferentemente de *belos* em (4c), *cego* em (4a) só pode referir-se a um ente humano – nunca a cachorros, por exemplo, ainda que estes também possam ser cegos e atravessem ruas. Isso indica idiosincrasia de significado, e leva a autora a propor que *cego* não seja tratado como um adjetivo modificando um *pro* em (4a), mas como um nome lexicalmente derivado de um adjetivo.

Borer e Roy (2007) apresentam uma característica distribucional que distingue o que elas chamam de Noms(A), nomes derivados de adjetivo (o caso de *cego* acima), das formas *Adj-pro*, adjetivos atributivos modificando *pro*'s (coisas como *curioso* ou *belos* em [4b] e [4c], respectivamente). Trata-se do licenciamento de Noms(A) despojados em contextos fracos, contextos em que não há referentes pressupostos, algo que ocorre naturalmente com os nomes em geral (ver [5c]). *Adj-pro*'s despojados, ao contrário, não são licenciados nos mesmos contextos. Vejam-se os exemplos a seguir (BORER; ROY, 2007, p.18), com exceção de [5c]; os exemplos foram traduzidos do espanhol para o português, mas guardam as mesmas propriedades):

- (5) a. *Não encontrou **importantes** na reunião.
b. Não encontrou **cegos** na reunião.
c. Não encontrou mendigos de barba hirsuta na reunião.

Além de serem modificáveis por adjetivos (ver [2c]), as formas em (3) são licenciadas em contextos fracos, exatamente como *cegos* em (5b) acima. Os exemplos a seguir o mostram:

- (6) a. *Não encontrou **nauseantes** no armário.⁴
 b. Não encontrou **desinfetantes** no armário.

Em (6) não há um contexto que forneça referência para *nauseantes* ou *desinfetantes*. Segundo Borer e Roy, o fato de termos agramaticalidade em (6a) mostra que *nauseantes*, ali, seria um adjetivo, não um nome derivado. O mesmo não acontece com a palavra *desinfetante* em (6b), que não cria problemas para a sentença. Todos os itens da lista (3) são como *desinfetante*, e podem ser usados nos contextos fracos mencionados.

Assumindo que o critério de Borer e Roy (2007) seja suficiente para distinguir os casos em que há, de fato, uma forma nominal derivada dos casos em que temos um adjetivo modificando uma categoria vazia, a conclusão inevitável é que os itens em (3) são formas nominais. E assim eles serão tratados ao longo deste artigo.

E já que os itens de (3) são nominais, discutirei algumas análises encontradas na literatura para formas semelhantes em outras línguas. As abordagens a seguir sugerem alguns caminhos possíveis para o tratamento dos nominais em *-nte*.

Algumas considerações sobre outras abordagens

As propostas de van Hout e Roepper

Em artigo de 1998, van Hout e Roepper analisam as nominalizações em *-er* do inglês em dois contextos distintos, exemplificados abaixo em (7):

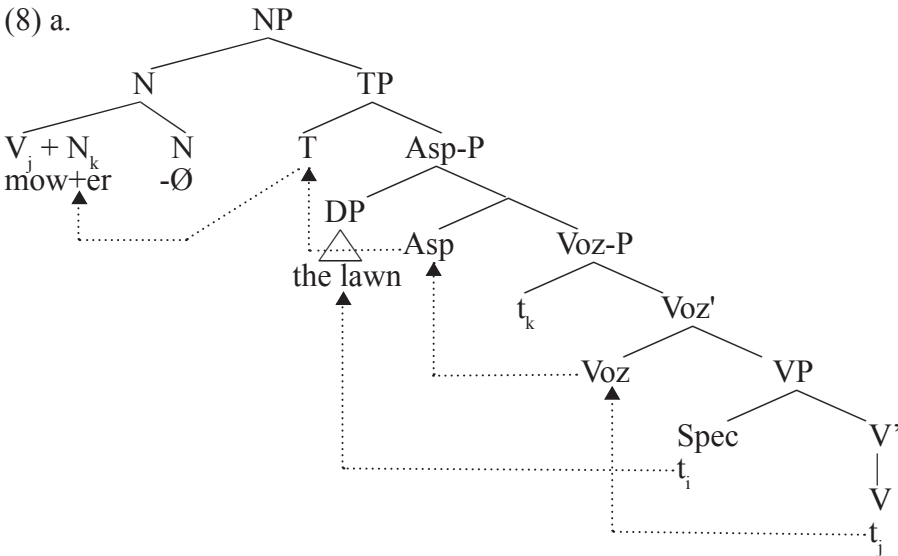
- (7) a. The mower of the lawn just walked in (o cortador da grama acabou de entrar).
 b. The lawn-mower just walked in (o cortador de grama acabou de entrar).

⁴ Parece-me que a sentença não seria agramatical se existisse algum medicamento cuja função exclusiva fosse causar náuseas. Essa afirmação não vem a troco de nada. Ver discussão na conclusão do artigo.

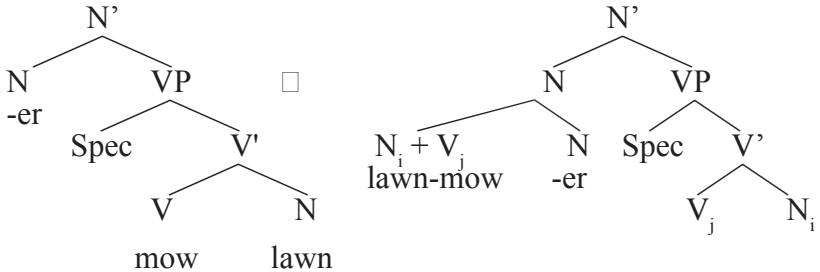
Segundo os autores, em (7a) há implicação de um evento, e *mower* tem somente leitura agentiva; já em (7b) o composto *lawn-mower* tem leitura de instrumento ou de agente e não há um evento envolvido.

Na proposta dos autores, alinhada com a noção de *sintaxe lexical* desenvolvida em Hale e Keyser (1993), *mower* de (7a) envolve um VP, um Voz-P, um Asp-P e um TP; o composto *lawn-mower* em (7b), por outro lado, envolve somente um VP, sem os outros núcleos do sistema flexional. Os esquemas a seguir ilustram a ideia:

(8) a.



b.



Na estrutura (8a), o nó Voz tem a função de introduzir uma variável de evento, licenciar um complemento e criar uma posição para a introdução de um agente, que será ocupada pelo núcleo nominal *-er*. O *-er* nessa posição se cliticiza ao verbo, que passa por sucessivos movimentos de núcleo até

cliticizar-se ao N vazio, na posição mais alta. O complemento move-se para especificador de Asp-P onde checa telicidade (observe-se que, no exemplo (7a), o complemento é um tema incremental e é quantificado, e por isso a interpretação télica). O núcleo T é necessário para fechar a variável de evento introduzida por Voz, provavelmente contribuindo com um quantificador existencial para o evento. A presença desse núcleo explica por que na interpretação de (7a) um evento é implicado: para *lawn-mower*, onde não há núcleo T (ver [8b] acima), não necessariamente houve, em algum momento, um evento de cortar a grama; já *o mower of the lawn* cortou a grama alguma vez. A leitura de entidade que é um agente do evento interno à forma nominal é possível porque o N *-er* parte de uma posição em que é interpretado como agente do evento – o especificador de Voz-P. Em casos como o da nominalização *destruction*, por exemplo, teríamos também Voz, Asp, T; mas, como não há um N que parte da posição de especificador de Voz, a interpretação não é a de agente de um evento, mas a de evento com certas propriedades (é o nome de um evento, não de uma entidade).

A interpretação de (8b) não tem implicação de evento, como esperado, uma vez que não tem Voz que introduz variável de evento nem T que fecha essa variável.

Apesar de tratar de formas nominais que guardam certas semelhanças com as listadas em (3), os nominais em *-er* do inglês estudados por van Hout e Roepper têm algumas propriedades que os tornam inconciliáveis com os nominais *-nte* do português. Por exemplo, a estrutura de (8a) fornece uma leitura *episódica* para o evento mais encaixado (ver discussão abaixo), coisa que nunca ocorre com os nominais *-nte*. De fato, a estrutura (8a) seria mais adequada para explicar uma das leituras das formas nominais em *-dor* (*matador*) do português.⁵ Já a outra estrutura é para compostos, sem muita utilidade para o nosso caso.

As propostas de Alexiadou

Seguindo o arcabouço teórico da MD, Alexiadou (2001) propõe que formas nominais como *dancer* do inglês ou *katharistis* (limpador) do grego tenham estruturas com as seguintes características: (1) presença de um verba-

5 Por exemplo, para o DP *o matador do Chico Mendes* a interpretação envolve um evento único de “matar alguém”. Note-se aqui que não necessariamente o matador é um profissional que faz isso habitualmente. Nominais *-nte* não aceitam essa leitura.

lizador com traços de agentividade; (2) ausência, em sua estrutura morfossintática, de núcleo com traços aspectuais.

A ideia de que essas formas nominais trazem verbalizadores – ou, por outros termos, uma posição de evento – se justifica por certos paralelos que existem entre nominais eventivos com *-er* e nominalizações de processo como *destruction*. Segundo a autora, as formas nominais em *-er* verdadeiramente eventivas tomam sempre complementos, assim como o fazem os nominais de processo (ver GRIMSHAW, 1990 para uma extensa discussão sobre nominais de processo e de resultado); isso fica demonstrado pelo fato de serem modificados por adjetivos como *frequent* somente na presença dos argumentos internos. Quando o nominal é não-eventivo (ou seja, quando o complemento não é obrigatório), a modificação aspectual com tal adjetivo não é permitida. Os exemplos abaixo, tirados de Alexiadou (2001, p. 128-129), ilustram tais propriedades:

- (10) a. the defender *(of human rights).
b. frequent consumer *(of tobacco).
c. this machine continues to be our only (*frequent) transmitter.
d. this machine continues to be our only transmitter (*to headquarters).

Entretanto, há diferenças importantes entre as formas nominais em *-er* e os típicos nominais de processo. Ao contrário destes, segundo a autora, os nominais em *-er* não permitem modificação com advérbios de modo; tampouco aceitam modificação aspectual, diferentemente de formas nominais como *destruction*. Vejam-se os exemplos a seguir do grego (ALEXIADOU, 2001, p. 129):

- (11) a. *o katharistis tu ktiriu prosektika
o limpador o-GEN prédio cuidadosamente
b. *o katharistis tu ktiriu epi ena mina telika apolithike
o limpador o-GEN prédio por um mês finalmente pegou fogo.

Segundo a autora, tais contrastes sugerem que as formas nominais em *-er* tenham um caráter verbal “diminuído”, mesmo em sua leitura agentiva.

Uma vez que as formas nominais em *-er* tomam complementos e são indiscutivelmente agentivas, postular a presença de um verbalizador é inescala-

pável. Essa característica é parcialmente partilhada pelos nominais de processo. E digo *parcialmente* porque nos nominais de processo do tipo *destruction*, diferentemente dos nominais do tipo discutido nesta seção, o verbalizador não traz traços de agentividade: é, ao contrário, um verbalizador ergativo. Já o fato de as formas nominais em *-er* não aceitarem modificadores aspectuais (ver exemplo (10d)) leva a autora a dizer o contrário sobre núcleos aspectuais: estes devem estar ausentes. Nesse ponto, os nominais em *-er* divergem radicalmente dos nominais de processo, que trazem, sempre, nas propostas de Alexiadou, núcleos aspectuais.

Segundo a autora, como resultado da estrutura proposta, as formas nominais em *-er* não denotam eventos específicos, mas agentes de um evento – ou seja, indivíduos ou classes de indivíduos. A ausência de nós de aspecto parece coerente com tal interpretação, uma vez que aspecto é uma noção relevante para eventos, não para indivíduos.

Este me parece ser um dos pontos problemáticos da proposta de Alexiadou: a não existência de um núcleo aspectual em nominais do tipo *-er* não pode ser generalizada para qualquer língua (se de fato vale nos exemplos que ela dá). Veremos a seguir que o esloveno tem nominais semelhantes em muitos aspectos aos estudados por Alexiadou, com a mesma leitura de indivíduo agente (ou instrumento) para o evento denotado pelo verbo mais encaixado, que aceitam modificação aspectual e podem ter uma leitura em que o evento denotado pelo seu verbo de base está em progresso em determinado momento. Pode ser verdade que aspecto não seja uma noção relevante para indivíduos, mas isso não impede que formas nominais deverbais com denotação de entidade aceitem modificação aspectual/temporal. Ademais, a ideia de que o vizinho dessas estruturas traz necessariamente traços de agentividade seria problemática para casos como *descendente* ou *aniversariante* da lista (3) acima. São exemplos de nominais *-nte* que não denotam agentes dos verbos de base, até porque seus verbos de base não expressam ações.

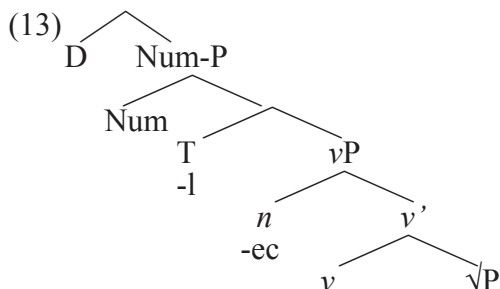
As propostas de Marvin

Estudando as nominalizações de participio do esloveno, Marvin (2002) trata do que ela chama de *Nominalizações de Participio-L Agentivas*. Essas nominalizações têm propriedades muito semelhantes às dos nominais em *-er* do inglês e em *-dor* e *-nte* do português. Por exemplo, denotam o

argumento externo do evento denotado pela raiz verbal (ou pelo verbo mais encaixado). A interpretação desse argumento externo é sempre a de agente ou de instrumento:

- (12) a. plavalec/ka = o/a agente do evento de nadar
 b. morilec/ka = o/a agente do evento de assassinar
 c. rezalo = a coisa que é o instrumento que realiza o evento de cortar.

A autora propõe que a previsibilidade da interpretação de “argumento externo” é consequência da estrutura na qual o nominalizador é inserido, como mostra o esquema a seguir:



No esquema acima, o vezinho é um feixe de traços que reúne os traços [+Ext, +Ag] (ver EMBICK, 2000): ou seja, ele projeta uma posição de argumento externo e o que ocupa essa posição deve ser interpretado como agente do vP. A postulação de um núcleo como o vezinho, que implica um evento, se justifica por alguns testes semânticos apresentados pela autora. Por exemplo, modificação adverbial: segundo a autora, as nominalizações aqui discutidas podem ser modificadas por advérbios de modo, tempo ou lugar:

- (14) a. Rezalo na tanke kose (cortador em pedaços finos) – Modo;
 b. Iztrebljevalec v enem dnevu (exterminador em um dia) – Tempo;
 c. Sprehajalec po parku (caminhante em parque) – Lugar.

As nominalizações de Particípio-L apresentam dois enquadres possíveis de tempo/aspecto para o argumento externo que elas denotam. Podem ser agente/instrumento de um evento habitual ou agente/instrumento de um

evento em progresso. O tempo do evento denotado pelo verbo mais encaixado pode ser presente, passado ou futuro. Por exemplo, a palavra *plavalec* (nadador) pode se referir a alguém que é nadador por profissão (habitual) ou a alguém que está/estava/estará nadando em um momento contextualmente determinado (em progresso). Na proposta de Marvin, o responsável por tais leituras é o T em (13), que alberga traços temporais (S,R)⁶ e uma variável de evento E; o tempo real do evento vai ser determinado contextualmente.

Uma outra propriedade dessas construções que, segundo a autora, corroboraria a presença de um núcleo de tempo/aspecto com certas especificações semânticas é que elas são bem-formadas somente com verbos imperfectivos do esloveno, aqueles sem prefixação perfectiva. Por exemplo, *plavalec* (nadador) envolve o verbo *plavati* (nadar) imperfectivo; o acréscimo do prefixo perfectivo ao verbo inviabilizaria a formação da forma nominal em questão: ***preplavalec**.

Entretanto, olhando para o esquema (13), me pergunto se podemos realmente afirmar que a estrutura denota entidades, e não nomes de eventos com agentes. Quero dizer: o núcleo Num, irmão de TP – que, de fato, nominaliza a estrutura –, não faz com que a leitura principal seja a de nome de um evento (habitual ou em progresso) com agente, e não a de agente de um determinado evento? Se este núcleo trouxer o traço [plural], por exemplo, a interpretação esperada não seria algo como: “mais de um evento em progresso”, com um bizarro *n* como agente? Como o fato de haver um nominalizador na posição de especificador de um vP mais encaixado é suficiente para se obter a leitura de entidade (e não de evento) ao final de tudo? Além disso, segundo a autora, a forma nominal eslovena tem somente leitura agentiva/instrumental, e esse não é o caso dos nominais em *-nte*, como vimos acima.

Analizando os nominais em *-nte* do português

No que segue, apontarei algumas propriedades das formas nominais em *-nte* que as distinguem dos nominais em *-er* do inglês e das formas nominais do esloveno discutidas acima. Vimos que nenhuma das análises pode ser

6 A vírgula entre S e R indica coincidência temporal entre o tempo da fala (S) e o tempo de referência (R). Esses dois tempos, junto com o tempo do evento (E), formam a base do sistema tríplice de Reichenbach (1966 [1947]). Este autor defende a ideia de que as interpretações dos tempos verbais das línguas do mundo podem sair de combinações das relações de antecedência e coincidência entre as três entidades temporais mencionadas.

diretamente aplicada aos nominais em *-nte*. Entretanto, o proposto aqui é, em certa medida, devedor do que se discutiu na seção anterior. Por exemplo, considerarei, como em Marvin (2002), que há núcleo flexional – aspectual – que é responsável por uma leitura genérica/habitual do evento introduzido pelo verbo de base, ainda que não aposte numa abordagem configuracional para a leitura de entidade que a forma nominal tem. Como em Alexiadou (2001), assumirei que a propriedade de introduzir argumento externo de um núcleo funcional (na minha abordagem, o núcleo de Voz) é suficiente para a interpretação que o nominal recebe de entidade sujeito do verbo mais encaixado, sem que seja necessária a concatenação de um N ou *n* na posição de especificador deste núcleo para se obter tal leitura.

Pressupostos teóricos

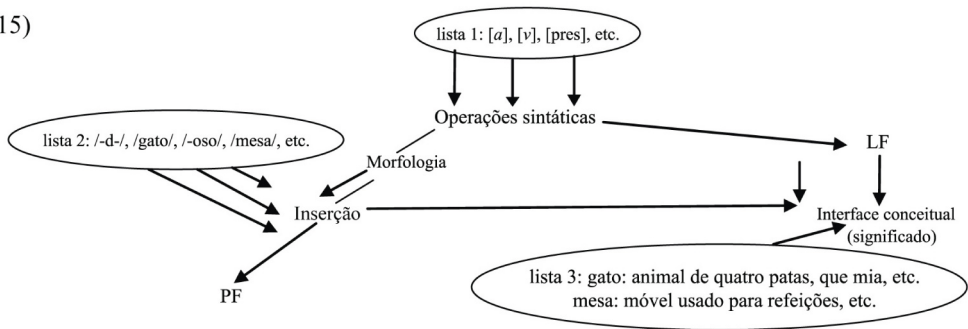
Como já está dito na introdução, adoto, na minha análise, a arquitetura de gramática proposta pela Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997).

Esse modelo gramatical compõe-se de três listas: (a) uma lista de feixes atômicos de traços morfossintáticos abstratos (o Léxico Estrito ou lista 1, MARANTZ, 1997), ou morfemas sem conteúdo fonológico – como os diversos “vizinhos” (verbalizadores), núcleos flexionais (de tempo, aspecto, etc.), determinantes (definidos ou indefinidos), núcleos nominalizadores (os “enezinhos”), etc. –, e raízes, ou contêineres de raízes, que se combinam por meio de operações sintáticas, produzindo, recursivamente, estruturas mais complexas; (b) uma lista de peças de vocabulário, ou de regras de associação de conteúdo fonológico a nós terminais da sintaxe (o Vocabulário ou lista 2); e, finalmente, uma lista de significados para as raízes em contextos sintáticos determinados (a Enciclopédia ou lista 3). Também baseia-se em três propriedades: (a) Inserção Tardia (ou pós-sintática) das peças de vocabulário; (b) Subespecificação do Vocabulário – ou seja, a especificação para a inserção do conteúdo fonológico em um nó sintático terminal deve ser igual à, ou um subconjunto da, informação contida em tal nó; e (c) Estrutura Sintática Hierárquica em Toda a Derivação (*All The Way Down*), que, grosso modo, quer dizer que a sintaxe chega ao nível da palavra.

Nessa arquitetura, uma derivação ocorre da seguinte maneira. Primeiro, há uma pré-seleção (uma *Numeração*, nos termos de Chomsky [, 1995)

de elementos do Léxico Estrito, os morfemas abstratos e as raízes, que serão nela usados. No componente sintático, os itens pré-selecionados serão concatenados e deslocados, gerando os constituintes sintáticos. Após o *spell-out* das operações sintáticas, no ramo que leva a derivação para o componente fonológico (ver esquema abaixo), operações morfológicas se aplicam sobre os nós terminais, antes da inserção das peças do Vocabulário. Após a inserção, a derivação é enviada para a interface conceitual, e a Enciclopédia é acessada, fornecendo os significados das raízes nos contextos sintáticos em que ocorrem. O esquema a seguir (HARLEY; NOYER, 1999) ilustra o que está contido neste parágrafo.

(15)



Baseando-se em Chomsky (1999), Marantz (2001) propõe que as derivações ocorram por fases, com múltiplos *spell-outs*. Entretanto, ao contrário das fases proposicionais de Chomsky (vP e CP), Marantz propõe que o *spell-out* aconteça sempre que um núcleo categorizador (*v*, *n* ou *a*) seja anexado à estrutura. Então, assim que ocorre, na sintaxe, a combinação de um nominalizador *n* com uma raiz, por exemplo, para gerar um nome (como a combinação do *n* realizado pela peça de Vocabulário /ion/ com a raiz $\sqrt{\text{cant-}}$, para produzir o nome *canção*), o constituinte gerado é enviado para a FL e para o componente fonológico, conforme o esquema acima.

Essa visão tem duas consequências: (a) a Enciclopédia vai fornecer significado para a raiz no contexto do primeiro categorizador, e somente nesse contexto; (b) uma vez que etapas posteriores não têm acesso a fases fechadas, nenhum morfema que se anexe acima do primeiro categorizador terá poder de alterar o significado da raiz negociado na fase mais encaixada. A primeira fase, portanto, é o *locus* das idiosincrasias semânticas, da atribuição de conteúdo enciclopédico; o que se

concatena com ela só contribui com o conteúdo dos traços que compõem os morfemas.

Na análise a seguir adotarei esta versão da MD. Como se verá, a proposta de Marantz (2001) explica a relativa heterogeneidade dos nominais em *-nte* listados em (3).

Há um núcleo verbalizador (um vizinho) em tais formas nominais?

Quando propomos estruturas morfossintáticas para grupos de formas como os nominais em *-nte*, devemos buscar por evidências que corroborem a presença dos constituintes postulados. No caso das formas em questão, sem muito esforço encontramos evidências morfológicas de que há núcleos verbalizadores (os “vizinhos” de MARANTZ, 1997) em suas estruturas. Por exemplo, em *fertilizante*, *alvejante*, *entorpecente* e *adoçante* encontramos morfemas verbalizadores (ou que co-ocorrem com verbalizadores) reconhecidos até mesmo pelas gramáticas tradicionais: o *-iz-* causativo (normalmente deadjetival), o *-ej-* iterativo, o *-ec-* incoativo e o prefixo *a-*, presente em diversos verbos derivados de adjetivos e nomes (como *aterrar* ou *apedrejar*). Em uma teoria realizacional como a MD, essas peças indicam inescapavelmente a presença de morfemas verbalizadores abstratos, pois são realizações fonológicas dos mesmos. Ora, assumindo que a análise para os exemplos discutidos neste parágrafo se estenderá à maioria dos nominais em *-nte* cujas bases envolvem raízes tipicamente associadas a verbos existentes da língua,⁷ a conclusão é que tais formas têm, em sua estrutura, “vizinhos”; e, segundo o que se discutiu acima, tais verbalizadores definirão os ambientes de negociação dos significados das raízes destas formas nominais, o que há de enciclopédico no significado dos nominais.

Há núcleo aspectual na estrutura dos nominais -nte?

Olhando com bastante atenção os nominais em *-nte* do português, descobrimos neles uma característica bem sutil e importante: quando o verbo de base seleciona um tema incremental, seu complemento é preferencialmente

⁷ Há casos em que a terminação *-nte* ocorre em palavras cujas raízes não aparecem em verbos do português. É o caso do nome *paciente* (por exemplo: *o paciente não conseguia tomar sua sopa*), cuja raiz vem, historicamente, do verbo *patior* do latim. O verbo não existe em nossa língua, e, provavelmente, a palavra *paciente* não traz um vizinho em sua estrutura morfossintática.

um DP despojado, plural ou singular. Quando, junto ao nominal *-nte*, há um PP com um DP quantificado, a interpretação do nominal mais o PP não aceita leitura télica. Observem-se os exemplos em (16).

- (16) a. O/um alvejante de roupa, o/um alvejante de roupas, o/um alvejante da camisa do Pedro;
 b. O/um fertilizante de solo, o/um fertilizante de solos, o/um fertilizante do terreno da fazenda do meu tio.

Em *o alvejante da camisa do Pedro* ou *o fertilizante do terreno da fazenda do meu tio*, as interpretações são a de alvejante (normalmente) *usado* na camisa do Pedro ou de fertilizante (normalmente) *usado* no terreno da fazenda do meu tio. O uso do alvejante não implica que a camisa de Pedro ficou *alvejada* ou *alva*, nem o uso do fertilizante implica que o terreno da fazenda do meu tio ficou *fertilizado* ou *fértil*. Comparemos, entretanto, (16b) com *o fertilizador do terreno da fazenda do meu tio*, nas paráfrases a seguir.

- (17) a. O fertilizante do terreno do meu tio = algo usado no terreno do meu tio, para fertilizar.
 b. O fertilizador do terreno do meu tio = algo usado no terreno do meu tio, para fertilizar; alguém que, habitualmente, fertiliza o terreno do meu tio; *alguém ou algo que alguma vez fertilizou o terreno do meu tio*.

Vemos que em (17b) uma das leituras possíveis (em itálico) envolve um evento culminado, tendo como resultado *terreno fertilizado* ou *fértil*. A palavra *fertilizante*, ao contrário, nunca implica eventos culminados de fertilizar – no máximo, uma espécie de evento genérico de fertilizar –, mesmo com um DP quantificado funcionando como seu (pelo menos aparente) complemento. Como explicar isso?

Lembre-mos de que as paráfrases para os nominais *-nte* envolvem, sempre, o verbo no presente do indicativo. Uma estratégia interessante talvez seja buscar por propriedades compartilhadas entre esse tempo verbal e as formas aqui estudadas. Vejamos os exemplos a seguir, que envolvem um verbo de consumação (o contrário de um verbo de criação):

- (18) a. João fuma cigarro/cigarros (não charuto/charutos).
b. #João fuma um cigarro/o cigarro.⁸
c. João tem fumado cigarro/cigarros.
d. João tem fumado um/o cigarro *(que é fabricado na Índia).

Em (18a, c e d), vê-se que a interpretação habitual é compatível somente com complementos não-quantificados; se o complemento for quantificado, ele tem que ser interpretado como um tipo, não como uma entidade particular (por exemplo, (18d), que precisa da oração relativa para ser gramatical). Os exemplos em (19) mostram uma simetria interessante entre o verbo no presente e o nominal *-nte* derivado:

- (19) a. Um/o fumante de cigarro/cigarros (não de charuto/charutos).
b. Um/o fumante de ?um cigarro/do cigarro *(Marlboro).
c. ?O fumante do único cigarro que estava no bolso do Pedro foi o João.

Assim como o presente do indicativo – habitual – do verbo *fumar*, a palavra *fumante* tem baixa tolerância a complementos quantificados, a não ser quando estes denotam tipos, não entidades particulares (ver (19b)).⁹ Tampouco aceita uma leitura em que um evento particular de fumar culminou (ver (19c)).

A literatura reconhece uma forte relação entre habitualidade e uma leitura *característica/genérica* (CARLSON, 1977) ou *caracterizadora* (KRIFKA et al., 1995) do evento/predicado que se lhe associa. Para que se entenda: predicados caracterizadores expressam propriedades de seus sujeitos (KRIFKA et al., 1995).¹⁰ Tomemos (18a) como ilustração. Além de um hábito de João, fumar cigarros é uma generalização a seu respeito: sabemos que ele pertence a um grupo pessoas que fuma cigarros, mas talvez não charutos ou cachimbos, e às quais são reservados setores especiais em restaurantes, por

8 Aqui, o complemento quantificado força uma leitura progressiva, e não habitual, do presente do indicativo. Esta leitura, entretanto, é bastante marginal, talvez por haver no sistema da língua uma forma, envolvendo o gerúndio do verbo, expressando mais tipicamente progressividade: *João está fumando um cigarro*.

9 Os complementos quantificados em (16) para *alvejar* e *fertilizar* são permitidos porque seus referentes não deixam de existir ao final do processo; o contrário do que ocorre com *cigarro* em (19b).

10 Para esses autores, os predicados verbais se dividem em duas classes: os episódicos e os caracterizadores. Os episódicos referem-se a um evento específico, já os caracterizadores caracterizam propriedades do referente do sujeito, não se referem a uma ocorrência particular do evento denotado pelo verbo.

exemplo. A mesma percepção pode ser estendida à palavra *fumante* em (19): fumar (cigarro) seria um hábito – e uma propriedade – de seu referente.

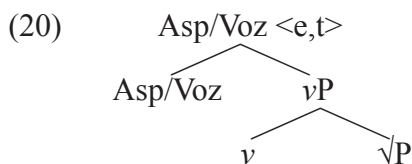
Com o nosso primeiro exemplo em (16b), *fertilizante*, a coisa não é diferente. Seu referente tem a propriedade de fertilizar. Como vimos antes, palavras como *fertilizador* têm uma pequena diferença semântica em relação a palavras como *fertilizante*: há uma leitura em que seu referente é o realizador de uma fertilização particular, de um evento singular, sem que necessariamente ele tenha uma propriedade fertilizadora ou hábito de fertilizar o que quer que seja (ver nota 5 acima, para um exemplo mais transparente). A palavra *fertilizador* permite, portanto, uma leitura *episódica* (e *télica*) do evento denotado pelo verbo de base (ver (17) acima); já a palavra *fertilizante* (ou *fumante*) veicula, sempre, uma leitura *genérica* ou *caracterizadora* do evento.

Para explicar tais características, proponho a existência de um núcleo, tanto no presente do indicativo (dos verbos não-estativos) quanto nos nominais e adjetivos em *-nte*, cuja função seja fazer com que os eventos tenham uma leitura genérica/habitual. Este núcleo trará um operador genérico e fará, na proposta, parte do sistema flexional do verbo, uma vez que traz traços relativos a propriedades temporais de eventos, proibindo-lhes leitura *télica*. Assim, o predicado das formas em *-nte* será, tipicamente, um predicado caracterizador. Observe-se que uma abordagem sintática como esta explica sem embaraços o fato de um tempo verbal, o presente do indicativo, que envolve núcleos sintáticos, e um adjetivo ou nominal em *-nte*, formações tradicionalmente atribuídas a regras lexicais, compartilharem tantas propriedades. Então, se o defendido aqui está no caminho certo, parece realmente legítimo chamar as formas terminadas em *-nte* de “participios presentes”.

E a leitura de argumento externo do verbo encaixado, como se explica?

Assumirei que (a) argumentos externos são licenciados na estrutura pela presença de um núcleo funcional – Voz – separado do verbalizador ou da raiz verbal (ver KRATZER, 1996; CHOMSKY, 1995; PYLKKÄNEN, 2002; MARANTZ, 1984) e (b) pelo menos no caso das formas em *-nte*, os *participios presentes*, os traços de Voz estão no mesmo núcleo flexional que traz o operador genérico. Dados os traços albergados por este núcleo, o que quer que venha a concatenar-se com a estrutura projetada por ele vai (a) ter a interpretação temática tipicamente associada ao argumento externo do verbo mais encaixado e

(b) ser caracterizado pelo predicado associado. Aqui, vou assumir a definição diádica dada por (KRIFKA et al., 1995) para o operador genérico, que é, grosso modo, a seguinte: para toda situação normal relacionada ao evento descrito pelo verbo mais encaixado, se o referente do argumento externo está contido nesta situação, então ele é sujeito do verbo em tal situação. Os referentes poderão ser interpretados como instrumentos ou agentes, dependendo do significado do verbo interno; em alguns casos (como o do nominal *agravante*¹¹), o referente será uma eventualidade causadora. A estrutura (20) ilustra a ideia. Nela, o tipo semântico do nó mais alto deverá ser $\langle e,t \rangle$, relacionando entidade com valor verdade – assumindo, aqui pelo menos, que o operador fecha a variável de evento aberta pelo vP , e o verbo mais encaixado pede por um sujeito que seja tipicamente uma entidade, não uma eventualidade.



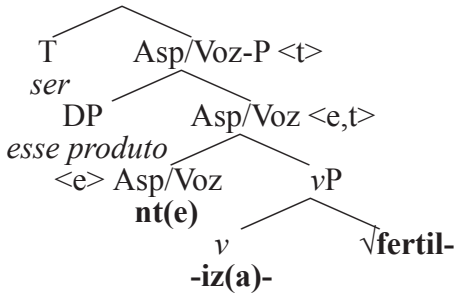
Temos três maneiras de saturar ou fechar a variável de entidade que sobra em (20), seguindo propostas de Heim e Kratzer (1998):

- (1) Combinamos um constituinte sintático de tipo semântico $\langle e \rangle$ (um DP, por exemplo) e saturamo-la com Aplicação Funcional;
- (2) Concatenamos um nP de tipo semântico $\langle e,t \rangle$ e aplicamos Modificação de Predicado, criando um outro constituinte de tipo $\langle e,t \rangle$ cuja variável x será fechada com quantificação existencial pela aplicação de uma função de tipo $\langle \langle e,t \rangle, e \rangle$ (um determinante).
- (3) Combinamos diretamente um determinante (de tipo $\langle \langle e,t \rangle, e \rangle$) com (20) e fechamos a variável x com quantificação existencial também por Aplicação Funcional.

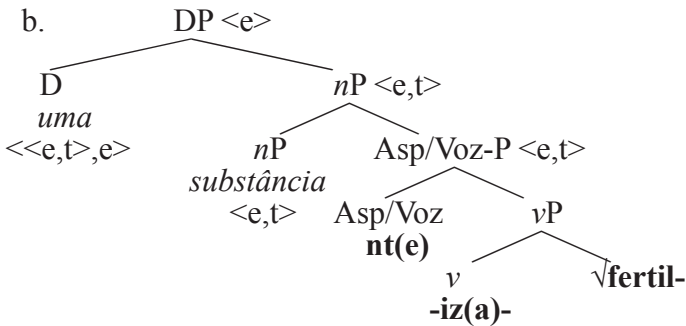
As três estruturas abaixo, para *fertilizante*, ilustram as três possibilidades acima. É possível que, para licenciar sintaticamente a concatenação de D com a estrutura em (20) na opção (3), um n semanticamente vácuo se combine via *merge*, na sintaxe, com esse constituinte (ver [21c]).

¹¹ Agradeço a Miriam Lemle por me chamar a atenção para este tipo de exemplo.

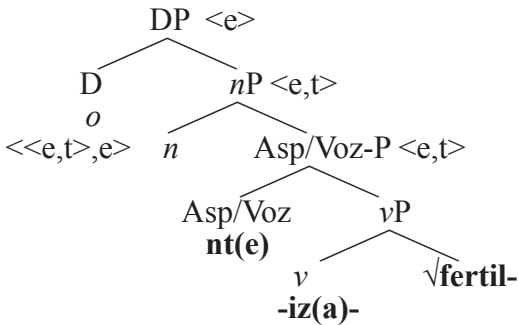
(21) a.



b.



c.



Em (21a) temos o adjetivo *fertilizante* como um predicativo; em (21b) temos *fertilizante* como um adjetivo atributivo; (21c) é a minha proposta para nominais em *-nte* como os dos exemplos em (3). O fato de o núcleo Asp/Voz ser realizado fonologicamente pelo item de Vocabulário /nt/, explica por que os nominais em *-nte* são sempre ativos, descrevendo propriedades dos sujeitos dos verbos de base.

Para fechar esta seção, é importante explicar um aspecto da morfologia das formas representadas em (21a) e (21b): sua concordância adjetiva. Vou assumir que um morfema dissociado, de concordância (HALLE; MARANTZ, 1994), é inserido sob o nó flexional destas estruturas – o nó que contém traços de Voz e Aspecto em (20) – e fecha “palavra” (IPPOLITO, 1999). Assumirei também, tentativamente, que nós dissociados de concordância copiam traços de *número* e *pessoa* de sintagmas nominais sujeitos quando estão anexados a nós flexionais imediatamente c-comandados por C. Mas, quando o nó flexional não é imediatamente c-comandado por C, o nó de concordância copia traços de *gênero* e *número* do sintagma nominal associado. Este é o caso de (21a) e (21b), e por isso a concordância tipicamente adjetiva das formas correspondentes.

Outras questões:

a) Sobre os verbos de base:

Os dados sugerem que verbos que a literatura classifica como inacusativos (intransitivos cujo argumento é interno) são muito raros (se de fato ocorrem) nos nominais em *-nte*. Palavras como ?*chegante*, **veniente* (vir) são bastante degradadas. A explicação para isso seria a seguinte: o núcleo flexional envolvido em sua estrutura é ativo, e não co-ocorre com tais verbos, por razões óbvias. Verbos que tenham argumento externo, de um modo geral, podem lhes servir de base, independentemente, em princípio, de qual papel temático tipicamente se atribui ao argumento externo. Essa afirmação, entretanto, parece não se estender facilmente a verbos transitivos que denotam estados – **gostante*, **possuinte*, **sabente*, etc. (mas *descendente*, *amante*, etc.) –, talvez por conta da definição assumida para o operador genérico, que pressupõe verbos que possam denotar eventos, com leituras episódicas. Uma discussão mais pormenorizada sobre o licenciamento (ou não) de verbos estativos e inacusativos neste tipo de forma nominal fica para trabalhos futuros.

b) Sobre as interpretações idiossincráticas:

Em uma estrutura como a de (21c), a parte enciclopédica de seu significado é dada pela raiz no ambiente do primeiro categorizador, o “vizinho”.

Como já vimos anteriormente, segundo Marantz (2001), o que se anexa acima da primeira camada morfossintática (da primeira fase) contribui somente com a informação veiculada pelos morfemas presentes, não podendo, pois, modificar o conteúdo enciclopédico da raiz, nem, em princípio, acrescentar conteúdo enciclopédico ao nominal em *-nte*. Vejamos, entretanto, o que ocorre com a palavra *fertilizante*. Na análise proposta, (21c) nos diz que *fertilizante* é uma entidade que *fertiliza*, mas não restringe, dentro do universo das entidades, tipos de entidade que o façam. A conclusão, então, é que se Paulo ou Pedro são entidades, eles poderiam ser fertilizantes. Mas isso é verdade? Fertilizante não seria uma entidade não-humana, um adubo? Ora, se restrinjo o universo de entidades, não estou acrescentando conteúdo enciclopédico a (21c), um conteúdo que vai além do significado da raiz verbal – ou da paráfrase associada? As questões parecem espinhosas para a proposta de Marantz, e talvez até mesmo criem problemas para uma abordagem sintática dos nominais em *-nte*, pois retomam a tensão mencionada na introdução ao artigo. Como lidar com elas?

Em primeiro lugar, não é verdade que *fertilizante* é sempre sinônimo de *adubo*, nem tem como único referente possível alguma mistura química, natural ou sintética, usada para enriquecer solos. Esta associação só *pode* acontecer com a palavra em questão nos contextos em que se esteja falando de fertilização de solos, mas este não é único contexto em que usamos a palavra *fertilizante*. Veja-se esta notícia, tirada do sítio www.saude.df.gov.br: “Dezesseis mulheres tomaram **fertilizantes** de alto risco e foram usadas como produtoras de óvulos”. Aqui, *fertilizante* é um medicamento que torna a mulher mais fértil; e, portanto, a palavra não se refere somente a produtos usados no enriquecimento de solos.

E quanto à limitação de referência a entes não-humanos? Sim, existe alguma restrição quanto ao uso de entes humanos (ou animados em geral) como referentes da palavra *fertilizante*, mas creio que isso tenha que ver com o conteúdo enciclopédico do verbo *fertilizar*, e não com algum possível conteúdo enciclopédico acrescentado por outra das camadas de (21c). Mas, se assim é, como se explicam frases como *o João fertilizou o terreno do meu tio*, em que o verbo toma como sujeito uma entidade humana (animada)? Não creio que este seja um bom contra-exemplo para o que afirmei acima. Observe-se que a frase descreve uma situação em que João realizou uma atividade (por exemplo, aplicar adubos no solo) que teve como consquência

um solo fértil ou fertilizado. João não tem a propriedade ou as propriedades necessárias para tornar algo fértil, ainda que a fertilidade do solo possa depender de uma ação sua. O adubo aplicado fertilizou o solo; João, no máximo, o fez indiretamente. Portanto, a restrição do tipo de referência para a palavra *fertilizante* é determinada pelo verbo de base, o *locus* do conteúdo enciclopédico. Nosso conhecimento de mundo nos diz que, de fato, entes animados não fertilizam algo ou alguém, a não ser “indiretamente”, e por isso não são os referentes típicos de *fertilizante*. O mesmo raciocínio vale para *alvejante*, *adoçante*, *entorpecente*, etc.

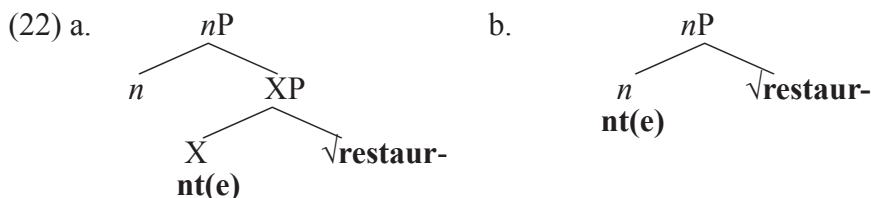
Será que podemos estendê-lo também para *retirante*, *pisante*, *restaurante*, *refrigerante*, etc., outros exemplos problemáticos mencionados na introdução? Tomemos o caso de *retirante*. As catástrofes produzidas pelas secas mais ou menos periódicas nos sertões brasileiros provocam a saída de contingentes humanos das áreas afetadas. A situação se repete com regularidade, fazendo com que um tipo de pessoa, o sertanejo nordestino, seja, com frequência, obrigado a *se retirar* de tais localidades, muitos deles ainda voltando para suas roças arrasadas quando a seca termina. Temos, então, um grupo de indivíduos que se adequam perfeitamente ao significado veiculado pela estrutura em (21c), pois *retiram-se* “habitualmente” de algum lugar. Observe-se que “retirar-se” é um verbo agentivo; os verbos agentivos em geral selecionam como referente de seu sujeito um ente animado ou um instrumento; como é bem difícil imaginar um instrumento cuja função seja *retirar-se*, ficam os entes animados como referentes para *retirante*. A discussão sugere, pois, que qualquer entidade animada que se retire regularmente de um lugar, com alguma intenção (por exemplo, escapar a uma catástrofe natural, a uma mudança de estação, etc.), pode ser chamada de *retirante*. Seria este o caso aqui? Creio que sim. Se *retirante* parece estar muito ligado ao sertanejo que foge da seca, é porque este deve ser, para nós, o tipo de entidade mais frequentemente associada à palavra, como um *default*, e não porque o vocábulo *retirante* é formado no léxico, com determinadas idiosincrasias semânticas, ou porque há alguma camada em (21c) que acrescenta ao seu significado que o referente tenha que ser “um sertanejo fugindo da seca”.

E quanto a *pisante*? A gíria faz referência a instrumentos usados para pisar: ou seja, a calçados em geral. Mas o verbo *pisar* não deveria pedir por um ente animado como sujeito? Por que, então, os referentes de *pisante* são calçados para o pé, entes não animados? Minha resposta para estas questões,

ainda tateante, é a seguinte: talvez simplesmente seja difícil encontrar um contexto em que o nominal *pisante* caracterize de maneira relevante um ente animado ou humano, uma vez que todos os entes que têm patas ou pés pisam, o tempo todo. Em que contextos estaríamos sendo realmente informativos sobre Pedro e Paulo nos referindo a eles como *pisantes*? Na comparação com outros entes animados que não pisam, como cobras ou minhocas? Ocorre-me um contexto em que se fale de uma profissão (hábito) cuja principal atividade seja a de **pisar**: assim, Pedro e Paulo, por exemplo, poderiam ser *pisantes* em vinhedos da região sul do Brasil, contratados para pisar uvas na produção de vinho. Este me parece um uso possível, ainda que não tenha encontrado exemplo dele. De qualquer modo, como afirmei acima, nominalizações de verbos agentivos que denotam entidades frequentemente aceitam interpretação de “instrumento necessário à atividade associada ao verbo de base” (por exemplo, *cortador*, *rebocador*, etc.). Ao contrário do que ocorre com os entes animados, que são possíveis sujeitos para o verbo *pisar*, usar a palavra *pisante* para distinguir e caracterizar entidades no universo dos instrumentos parece ser altamente relevante, uma vez que instrumentos diferenciam-se por suas funções – e a função de *pisar* é diferente das de *cortar* ou *rebocar*. A conclusão é que os nominais discutidos nos parágrafos anteriores não colocam, de fato, problemas para a abordagem expressa por (21c), nem para as propostas de Marantz (2001).

E os casos de *restaurante* e *refrigerante*, que nem mesmo parecem remeter (de maneira imediata, pelo menos) a suas esperadas paráfrases? Alguns dados sugerem que o item de Vocabulário /nt/ ocorre também em nomes (e adjetivos) cujas raízes não se associam a verbos do português. Vimos na nota 7 que *paciente* é uma dessas palavras. Suponhamos que, no caso de *paciente* e de outros itens aparentemente não deverbais, o morfema realizado por /nt/, qualquer que seja, se anexa diretamente à raiz, sem que haja, aqui, uma camada verbal interveniente que fixe seu significado. Assim, o significado da raiz será determinado, com suas idiossincrasias, pelo primeiro morfema categorizador que se anexar à estrutura. Ora, será, então, que o mesmo não pode estar acontecendo com *restaurante* ou *refrigerante*, ainda que sua raiz seja também a de um verbo do português? Observe-se que, ao contrário do que ocorre com *fertilizante*, não encontramos neles realização fonológica de um verbalizador (**-iz-**), o que permite, em princípio, a postulação de uma estrutura morfossintática que não o envolva. Muitos outros nominais em *-nte* pare-

cem-se com *restaurante* e *refrigerante*, pois têm uma raiz que encontramos em verbos da língua, mas seu significado difere do da maioria dos itens em (3): *mordente* (preparação usada por pintores para fixar as tintas), *escrevente* (auxiliar substituto do serventário de justiça), *doente* (que não se refere a quem “dói”), *alto-falante* (uma caixa de som que não necessariamente reproduz sons da fala), *corrente* (que, de fato, não corre), etc. Proponho, então, que tais palavras não tenham a estrutura morfossintática representada em (21c), mas, como em *paciente* (ou *pingente*, *ingrediente*, etc.), tenham uma estrutura como a representada por um dos esquemas a seguir, o que explicaria seu significado tão particular:



Aqui, ou o item de Vocabulário /nt/ realiza o próprio núcleo nominalizador, ou realiza algum núcleo funcional intermediário não categorizador (que estou chamando de X), que, portanto, não fecha fase. Isso quer dizer que o item de Vocabulário em questão é **subespecificado**. Os esquemas (22a) e (22b) representam os ambientes morfossintáticos nos quais, segundo Marantz (2001), o significado da raiz é negociado, e, por isto, podemos ter conteúdos enciclopédicos que não precisam levar em consideração o significado do suposto verbo de base, ainda que levem em consideração o conteúdo – mínimo; qualquer que seja – que a raiz traz.

Com isso, espero ter mostrado que a lista (3) não encerrava um paradoxo; o que ela traz é uma heterogeneidade morfossintática, com suas consequências.

Conclusão

Mostrei, ao longo do artigo, uma maneira de tratar os itens em (3), conciliando as propriedades supostamente antagônicas descritas na introdução. Com efeito, a conclusão é que não há propriedades antagônicas: o tratamento sintático é suficiente para explicar as características dos nominais em

-nte; o que há, na maioria dos casos, de semanticamente idiossincrático está no verbo de base, que constitui a sua primeira camada morfossintática (o *locus* da arbitrariedade saussurea; cf. MARANTZ, 2001).

Uma questão, entretanto, não é explicada pelas propostas acima. Segundo o que vim defendendo até o momento, sempre que combinamos um *n* a uma estrutura como (20), que é, assumo, a base também para participípios com distribuição adjetiva, temos um nominal em *-nte*. Mas essa formação *parece* não ser muito produtiva. Em particular, (21c) raramente tem um verbo com objeto-experienciador na base: *o *alegrante*, *o *aterrorizante*, *o *eletrizante*, *o *deprimente*, *o *atordoante*, *o *acabrunhante*, *o *estonteante*, *um *agoniante*, *um *inebriante*, *um *desestimulante*, etc. Por quê?

Ainda não tenho uma boa resposta para este problema. Mas me ocorre que, pelo menos no caso de alguns dos verbos mencionados, a questão não é de agramaticalidade. Imaginemos um futuro em que a psiquiatria tenha a sua disposição medicamentos que provoquem vários tipos de estados psicológicos e humores, como alegria, terror, etc. Nesse caso, por indicação do fabricante, talvez fosse preciso deixar o *alegrante* na geladeira, porque ele se estraga facilmente. E para quem está sofrendo com acessos freqüentes de euforia, talvez seja indicado um tratamento a base de *acabrunhantes* ou *desestimulantes*. Ao que parece, nada impede, em princípio, que qualquer verbo transitivo sirva de base para os nominais em *-nte*. Contudo, acontece que, dependendo do tipo de eventualidade que o verbo descreve, é muito difícil conseguir um contexto em que a tal forma nominal derivada encontre, no mundo, um referente adequado ao significado que ela veicula.

AGRADECIMENTOS: Gostaria de agradecer a Ana Paula Scher, aos membros do GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída, da USP) e a Miriam Lemle por comentários e ideias. Gostaria de agradecer também à FAPESP pela bolsa de pós-doutorado (2008/00426-0) que possibilita esta pesquisa.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Brazilian Portuguese *nte*-nominals: a syntactic analysis. *Revista do Gel*. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 30-56, 2010.

ABSTRACT: *This paper analyzes Brazilian Portuguese deverbal nte-nominals, such as fertilizante, fumante or entorpecente, in the framework of Distributed Morphology. We propose that its morphosyntactic structure has an inflectional head whose functions are: introducing an external argument and giving the event denoted by the embedded verb a generic/habitual reading. In our analysis, the same internal inflectional phrase that we find in nte-nominals*

is found in nte-words, which behave typically like adjectives. We present arguments for our syntactic approach to the nte-nominals and, in the final sections, we discuss the kind of reference thch is typically associated to such nominals

KEYWORDS: *Present Participles. Aspect. Nominalizations. Distributed Morphology.*

REFERÊNCIAS

ALEXIADOU, A. **Functional Structure in Nominals:** Nominalization and Ergativity. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

ANDERSON, S. R. **A-Morphous Morphology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BORER, H; ROY, E. **The Name of the Adjective.** Manuscrito, 2007.

CARLSON, G. N. An Unified Analysis of English Bare Plurals. **Linguistics and Philosophy**, v. 1, p. 413-457, 1977.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** Cambridge Mass: MIT Press, 1995.

_____. **Derivation by Phase.** MIT, manuscrito, 1999.

EMBICK, D. **Unaccusative Syntax and Verbal Alternations.** MIT, manuscrito, 2000.

GRIMSHAW, J. **Argument Structure.** Cambridge, Mass: MIT Press, 1990.

HALE, K.; KEYSER, S. J. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In _____. (Orgs.) **The View From Building 20.** Cambridge Mass: MIT Press, 1993. p. 53-109.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Orgs.) **The View From Building 20.** Cambridge Mass: MIT Press, 1993. p. 111-176.

_____. Some key features of Distributed Morphology. In: CARNIE, A.; HARLEY, H. (Orgs.) **MIT Working Papers in Linguistics:** Papers on phonology and morphology. Cambridge Ma.: MIT Press, 1994. v. 21, p. 275-288.

HARLEY, H; NOYER, R. **State-of-the-article:** Distributed Morphology. Manuscrito. University of Pennsylvania, 1999.

HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in generative grammar.** Malden, MA.: Blackwell, 1998.

HOUT A. van; ROEPPER, T. Events and Aspectual Structure in Derivational Morphology. **MIT Working Papers in Linguistics**, Cambridge Mass., v. 32, p. 175-220, 1998.

KESTER, E. Adjectival Inflection and the Licensing of pro. In: NUNES, J.; THOMPSON, E.; VARLOKOSTA, S. (Orgs.) **Working Papers in Linguistics**. Maryland: Universidade de Maryland, 1994. v. 2, p. 91-109.

KRATZER, A. Severing the External Argument from its Verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. **Phrase Structure and the Lexicon**. (Orgs.) Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996. p. 109-137.

KRIFKA, M.; PELLETIER F. ir, CARLSON, ON, A.; MEULEN, ter; CHIERCHIA, G.; LINK, K. Genericity: An Introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Orgs.) **The Generic Book**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995. p. 1-124.

MARANTZ, A. **On the Nature of Grammatical Relations**. Cambridge Mass: MIT Press, 1984.

_____. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. et al. (Orgs.) **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium**, Universidade da Pennsylvania, v. 4.2, 1997. p. 201-225.

_____. **Words**. MIT, manuscrito, 2001.

MARVIN, T. **Topics in the stress and syntax of words**. 2002. Tese. (Doutorado em Linguística), - MIT, Cambridge Mass, 2002.

PARSONS, T. **Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1990.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística), - MIT, Cambridge Mass, 2002.

REICHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logics**. New York: Free Press, 1966 [1947].

SIAINES, C. A. **Categoria vazia no sintagma determinante: licenciamento sintático e implicações semânticas e lexicais**. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

NEOGRAMÁTICO, SIM, MAS COM TODA A GRADIÊNCIA...

Maria Célia LIMA-HERNANDES¹

RESUMO: Neste artigo, discuto postulados funcionalistas sobre gramaticalização, tecendo um possível diálogo com os postulados neogramáticos explicitados na obra de Herman Paul. É objetivo, portanto, deste texto aproximar duas correntes linguísticas distantes no tempo, as quais utilizam rótulos distintos para semelhantes referentes. Mostro que os pontos de concórdia entre as duas teorias tornam a perspectiva funcionalista da gramaticalização, em sua vertente clássica, uma extensão do que postulava Paul em seus *Princípios fundamentais da história da língua*.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização. Funcionalismo. Princípios neogramáticos.

Introdução

Dentre os universais de mudança explicável por gramaticalização são incluídas a generalização (BYBEE, 1998; SWEETSER, 1990), a unidirecionalidade (vários autores, e em especial o grupo alemão coordenado por Heine) e a frequência (BYBEE, 2006; dentre outros), todos eles trabalhados em termos de sua gradiência.

Apesar de serem discutidos de forma bastante autônoma nas obras em que são propostos como universais de mudança, na verdade generalização, unidirecionalidade e frequência estão altamente correlacionados em suas ações e efeitos que conduzem à mudança gramatical.

A generalização é depreendida de um efeito de extensão do significado de um item a outros campos semânticos. Assim, ao mesmo tempo em que um item perde sua especificidade, ampliando o espectro de atuação semântica, essa mudança se dá em direção de uma abstratização intensa.

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP, São Paulo – SP, Brasil. mceliah@usp.br

O sentido original continua a ser empregado nos contextos restritos observados anteriormente, e o sentido mais abstrato ganha em contextos, dado o impacto do contexto discursivo-pragmático e sua opacidade semântica, ao mesmo tempo em que pode ocupar o espaço antes previsto como lugar de outras formas. É o que notamos com a passagem de *tipo*, que parte de um emprego referenciador (“Esse é um *tipo* bastante esquisito”) a classificador (“Comprei um *tipo* de caneta roller-ball”). Ambos são substantivos, mas a generalização do emprego, no segundo caso, praticamente nos impede de classificá-lo assim, dado que não se ancora a um ser ou indivíduo, mas a um protótipo de ser. A generalização implica que os contextos de emprego sofram uma amplificação (mudança categorial) e uma ampliação de usos (crescimento da frequência *type*) também.

A propósito da tênue divisão entre categorias e classes e sua gradiência, encontramos em Paul o seguinte:

As partículas de ligação [...] provieram, mediante uma modificação de classificação, de palavras autônomas. Este processo repete-se sempre de novo. Já por isso não podemos delimitá-las nitidamente. A isto vem juntar-se que uma palavra pode ser autônoma adentro da oração individual a que pertence, mas servir ao mesmo tempo para ligar esta oração com uma outra. (1983, p. 374)

A unidirecionalidade é depreendida justamente da passagem de um item que é mais concreto a mais abstrato, mas algumas mudanças podem ter sua unidirecionalidade também marcada pelo deslizamento de outras categorias, como as cognitivas (pessoa > objeto > espaço > tempo > processo > qualidade) ou como as gramaticais (advérbio > conjunção > preposição). Muitas vezes não é incomum que se observe uma correlação entre os vários *continua* apresentados. É o caso do item *como*: Advérbio (modo) > conjunção (comparativa) > preposição (exemplificativa), *continuum* que também permite observar a passagem de uma categoria mais concreta a uma mais abstrata. Está implicada nessa mudança também a ampliação de funções categoriais ao mesmo tempo em que a frequência *token* seria um bom critério de checagem dos efeitos desses deslizamentos.

Chegamos, assim, aos efeitos da frequência para a mudança gramatical. Para tanto, deslocaremos o foco da discussão dos teóricos que invariavelmente discutem gramaticalização para dar voz a Herman Paul, que tornou o mote de sua principal obra a discussão da gradiência na mudança, o que o

levou a argumentar sobre o papel da frequência para a instabilidade e estabilidade da língua:

Em todos os campos da vida da língua é possível uma evolução suavemente graduada e esta graduação suave mostra-se, por um lado, nas modificações sofridas pela linguagem individual, por outro lado, no comportamento recíproco das linguagens individuais. Mostrar isto em pormenor é o fim único de toda a minha obra. (1983, p. 41)

Notemos que a função interativa da linguagem, mas, principalmente, o que decorre dessa interação entre os indivíduos é o que está no cerne da proposta de Paul. Essa constatação permite que uma retomada dos postulados de Herman Paul proceda-se agora orientada por uma busca de princípios funcionalistas que explicariam a mudança gramatical, de modo a evidenciar o quanto tem ecoado nos discursos de linguistas que teorizam sobre gramaticalização desde o final do século XX.

Ideias fundantes da obra de Paul à luz do processo de mudança gramatical

Torna-se relevante reconhecer que gramática comparativa (visa às relações mútuas de famílias de línguas aparentadas cuja origem comum se perdeu ou à comparação de descrições relativas a diferentes períodos) e gramática histórica (investiga a continuação da evolução baseando-se num ponto de partida que lhe é transmitido pela tradição), embora admitam uma proximidade quanto às perguntas mais específicas, são, de fato, vertentes metodológicas bastante diversas. Talvez um rótulo mais apropriado e menos compartimentado fosse falar em historicidade da língua.

Ainda Paul alerta que as categorias gramaticais não darão conta de organizar as mudanças mais tênues sofridas por um item-fonte (lembremo-nos do caso do item *tipo*, que não muda de classe de palavras, mas em seu emprego como classificador não mais detém todos os traços originais de substantivo, embora não possa ser classificado de forma distinta segundo o modelo tradicional).² Ao que parece, Paul está se referindo a uma gradiência possível, mas não tão discreta, nem menos fácil de se lidar. A exigência de um refinamento do olhar no trabalho descritivista não prescinde da incursão etimológica.

2 “As nossas categorias gramaticais tradicionais são um meio mais do que insuficiente para ilustrar o modo de agrupamento dos elementos da língua”. (PAUL, 1983, p. 39)

Um ponto de apoio importante para o trabalho do investigador é a etimologia, que não pode ser recuperada sem uma reflexão mais histórica sobre os hábitos de usos de uma determinada época: “Se compararmos, por exemplo, as diferentes significações duma palavra, tentamos estabelecer qual delas é a significação primitiva, ou que significação primitiva desaparecida elas indicam” (PAUL, 1983, p. 28). A proposta de resgate etimológico de Paul aproxima-se do que os grupos funcionalistas que lidam com gramaticalização têm aplicado aos seus estudos. Todo o cuidado é pouco para não se incorrer no equívoco comum de aceitar passivamente que “o significado de uma palavra será determinado segundo a sua etimologia, embora a consciência desta etimologia já tenha desaparecido por completo e tenha sobrevivido uma evolução independente do significado” (PAUL, 1983, p. 40).

Aqui há que se estabelecer uma diferença funcionalista importante entre etimologia lexicográfica e traço etimológico. A primeira pode ser encontrada pronta num bom dicionário etimológico e recolhida como fonte de apoio para a pesquisa; o segundo só pode ser conseguido a partir de um estudo detalhado das várias acepções que se foram crescendo ao item sob estudo. O que for recorrente e mantido incondicionalmente em todos os usos do item deverá ser reconhecido como traço etimológico. Para os estudos que se preocupam com gramaticalização, somente o traço etimológico pode auxiliar a depreender uma possível rota de mudança.

Afirma, ainda, Paul que uma lei geral guia a mudança da língua e esta se refere ao grau de consciência do povo ao utilizar sua língua:

nenhuma ideia introduzida no consciente através da atividade da fala pode desaparecer sem deixar vestígios, mesmo quando estes vestígios são tão fracos que são necessárias circunstâncias especialíssimas (...) para lhe emprestar a faculdade de se tornar de novo consciente. (1983, p. 35)

Ao que parece, Paul pretende argumentar sobre a instabilidade linguística decorrida das situações interativas em que automatizamos os usos,³ não mais nos dando conta da codificação em si, mas da finalidade comunicativa (baixo grau de consciência). É inconscientemente (ou menos atentos para o código do que para a finalidade) que elidimos de uma sequência sintática elementos que julgamos ainda estejam vivos na memória de nosso interlocutor

3 Haiman (1994) preferiria falar em *habituação*.

por ter feito parte de uma cadeia comunicativa imediatamente anterior ou pressuposta pelo compartilhamento.

É o que pressupomos ter ocorrido com a aproximação entre o verbo *ir* (deslocamento no espaço físico) e o verbo de ação apresentado na sequência “Vou almoçar”, em que uma sequência locativa (ao restaurante, ao refeitório, para casa) foi elidida por ser altamente pressuposta. O efeito é a constituição de uma sequência sintática bastante recorrente e generalizada no português, o que pode ter provocado a reanálise de um verbo pleno a verbo auxiliar de futuro (vou almoçar = almoçarei).

Ainda que a mudança seja já implementada, evidências dessa mudança podem ser recuperadas nos usos cotidianos, especialmente quando reunimos o conjunto dos padrões funcionais do verbo *ir* no português. Deparamo-nos com vestígios da mudança e até mesmo dos contextos em que essa mudança se manifestou: numa situação interativa em que a informação elidida poderia ser inferida pelo interlocutor.

Nem só o falar e o ouvir são processos da evolução da língua [...] uma grande quantidade de fenômenos psíquicos se consomem sem consciência clara e que tudo o que alguma vez existiu na consciência permanece no subconsciente como momento ativo. (PAUL, 1983, p. 34)

Analisemos mais um caso de mudança recente ocorrida no português. Essa mudança assume um caráter diferenciado por ter sido deflagrada a partir de um momento de conscientização. Num determinado momento, os falantes ou um grupo específico de falantes dá-se conta de que, numa situação que há muito tempo vinha sendo realizada de determinada maneira, havia uma inadequação entre uso e propósito comunicativo.

Trata-se da expressão *risco de vida*, que, dada sua especificidade de uso, tem uma sequência sintática elidida da sequência: risco de *perder a vida*. Sua alta recorrência num contexto específico fez com que falantes passassem a elidir o verbo de polaridade negativa *perder*, mas isso só ocorre porque a palavra *risco* assumira perfeitamente essa carga negativa. Para restabelecer a ordem, somente percebida muito recentemente na mídia brasileira, passou-se a realizar a sequência da seguinte forma: *risco de morte*, sendo este último termo acrescido equivalente semanticamente ao que codificava a sequência original: *perder a vida = morte*. Por uma consciência mais alta sobre uma sintaxe já alterada pela alta frequência e uso, uma mudança é implementada

na língua, e essa mudança não veio do povo, mas da mídia falada e do meio escrito da imprensa brasileira. A mudança operada na língua falada, em contrapartida, continua insuspeita, daí ser analisado como um desvio atualmente.

O que se percebe é que mudanças podem assumir direções distintas se tomarmos como eixo de análise a situação interativa. Interações face a face são altamente relevantes para que algumas mudanças (inicialmente sentidas como um desvio em relação à codificação na língua escrita) sejam levadas a termo, mas a língua escrita favorece que um maior grau de consciência se manifeste. Chegamos, assim, a outro ponto de concordância entre funcionalistas que lidam com gramaticalização e o neogramático: não somente a modalidade escrita, mas especialmente a falada, constituem *locus* da dinamicidade e, por isso, das pistas fundamentais da mudança linguística:

As modificações da língua realizam-se no indivíduo, em parte através da sua atividade espontânea, do falar e do pensar nas formas da língua, e em parte através da influência que recebe de outros indivíduos. Uma modificação do uso só poderá efetuar-se quando ambas as coisas coincidirem. O indivíduo está sempre sujeito à influência de outros, mesmo quando já absorveu completamente o que é usual na língua. Mas o período em que a influência desempenha o seu papel principal é o das primeiras recepções, o da aprendizagem da língua. (PAUL, 1983, p. 41-42)

A consciência pode ter seu índice de atenção alterado pelo canal e forma de comunicação, portanto. Quando duas pessoas que estão iniciando seus contatos interativos se aproximam, o código pode ficar mais evidente do que cotidianamente. Essas situações interativas de alta atenção favorecem a percepção de que algo é usado de forma diferente. Isso se dá mais fortemente nas situações de aquisição de língua, mas também se replicam, em menor dose, nas situações em que as interações são iniciadas entre pessoas que não se conhecem. É justamente por esse motivo que Paul argumenta que somente se pode entender a dinamicidade da língua no contexto de uso, que envolve os interactantes, a cena, a conversa em si e a materialização sintática: “Quem considera as formas gramaticais só isoladamente, sem ver a sua relação com a atividade anímica individual, nunca conseguirá compreender a evolução da língua” (1983, p. 44).

Como pudemos demonstrar, muitas das ideias de Paul sobre consciência e ativação de informações na linha sintática dizem respeito também ao princípio mestre da gramaticalização para funcionalistas, a frequência de uso. Três são os fatores que podem determinar a mudança, segundo Paul:

1º) cada momento isolado que não seja fortalecido por uma renovação da impressão ou por uma nova introdução na consciência, enfraquece cada vez mais.

2º) toda a ação de falar, de ouvir e de pensar traz alguma coisa de novo. Mesmo a repetição exata duma ação anterior fortalece pelo menos certos elementos do organismo já existente.

3º) as relações entre as associações adentro do organismo são de todas as vezes modificadas, tanto pelo enfraquecimento como pelo fortalecimento dos antigos elementos, e, finalmente, pela introdução de novos. (1983, p.36)

Logo, se um uso esporádico não for replicado em outras situações, a tendência é que esse uso seja enfraquecido; a repetição de um uso linguístico fortalece esse mesmo uso na língua; a situação de uso e os fatores co-ocorrentes podem atuar como variáveis na mudança linguística.

E quando Paul aproxima a evolução linguística da evolução das espécies proposta por Darwin, nada mais faz do que marcar sua posição sobre a pertinência de se falar em efeitos sociolinguísticos na gramática de uma língua: só terá longevidade na língua o que de fato tiver finalidade comunicativa, e ainda assim não se pode falar em estagnação, porque é próprio da língua evoluir.⁴

O método de trabalho científico do historiador da língua deve, assim, ser pautado pelas seguintes tarefas:

a. Constituição de amostras;⁵

a.1 identificação dos usos reais;

a.2 considerar a produção de indivíduos vivos.⁶

b. Descrição de dados estáveis (1983, p. 37);

b.1 descrevê-los fielmente ao contexto de uso (contextos de uso, relações entre itens e funções) (1983, p. 37).

c. comparar usos de diferentes usuários da língua (1983, p. 38);

c.1 estabelecer relações entre língua falada e escrita.

Consideremos, portanto, o método de trabalho orientado por Paul e o comparemos com o que vem sendo feito pelo Grupo de Pesquisa “Mudança

4 “De resto, na evolução do uso da língua, a finalidade desempenha o mesmo papel que Darwin lhe atribui na evolução da natureza orgânica: a utilidade maior ou menor das formas criadas é determinante para a conservação ou desaparecimento das mesmas.” (1983, p. 40)

5 “são em geral as épocas modernas que nos oferecem material mais útil e digno de confiança.” (1983, p. 41)

6 “compreender da língua materna a natureza da atividade da fala” (p. 39) – “a verdadeira causa das modificações do uso não é nada mais do que a atividade habitual da fala.” (1983, p. 40)

Gramatical do Português – Gramaticalização”, na Universidade de São Paulo, um grupo funcionalista que tem lidado há cinco anos com gramaticalização.

Método de trabalho funcionalista sobre gramaticalização: problemas identificados

Nesta seção, criamos um campo de debate a respeito da correlação entre *frequência de uso* e *derivação categorial*, especialmente discutindo as *variáveis* que podem interferir na compreensão das rotas de gramaticalização de itens/estruturas.

Alguns problemas advêm dessa correlação. Muitos estudos mostram que nem sempre o item inovador é o mais frequente, assim como há estudos que mostram que um item mais gramaticalizado é quase sempre o menos recorrente no *corpus*. Assim, aparentemente, *não há uma correspondência satisfatória entre alta frequência e estruturas em processo de gramaticalização*, a menos que se leve em conta a variável gênero discursivo.

Tomemos como base de exemplificação os seguintes dados, extraídos de variados trabalhos sobre gramaticalização:

- (1) Ah, tirava logo essas criança da rua. Essas criança que ficam cheirando cola, essas mãe sem vergonha que ficam pegando FILHO no colo, sentada com a canequinha pedindo dinheiro. Você passa ali no túnel, que você vê uma velha com bebê no colo. Aquele neném não é filho dela. *Como* se fosse neto, com a canequinha balançando. E eu sei que esses pessoal tem casa. Eles vão pra ali pedir esmola, porque eles são safado. Ouvi dizer que eles tão até alugando, se você... mendigo da rua, tão até alugando o filho da pessoa pra pedir esmola! Bota as criança pra pedir esmola na... na nos trânsito (PEUL – inf. 8 – amostra 00 – primário, apud CARVALHO, 2004, p.189).
- (2) *Como* profissional da área, posso afirmar que esse foi, sem dúvida, um dos melhores filmes publicitários a que já assisti (XX, carta de leitor, apud LIMA-HERNANDES, 2005, p. 118).
- (3) Um dia eu *peguei* um papel, né, recortei, aí desenhei, né? Parece, fiz uma bola, qualquer coisa lá. Comecei a brincar, né? (PEUL/Cen-E-53, apud GONÇALVES, 2003, p. 197) satélites de atitudes proposicionais.
- (4) Falou tudo o que queria aí *pegou* e disse que ia embora (RODRIGUES, 2006).

Ao analisar a diferença entre (1) e (2), Lima-Hernandes (2005) notou que o segundo só aparece registrado em documentos escritos a partir do século XIX, portanto seria um uso inovador. Também nota que sua frequência de uso aumenta em gêneros discursivos específicos, o que nos parece totalmente óbvio hoje, quando reconhecemos gênero discursivo ligado a finalidades sociais. Em (2), há uma moldura pragmática construída para que o falante valide, por meio de seu papel social, o que dirá na sequência. O segundo exemplo é mais abstrato, envolve funções textuais (coesão) e funções discursivas (validação de um argumento para convencer). No primeiro exemplo, em contrapartida, há ainda bastante clara uma função comparativa. Nesse estudo, não há a ratificação da correlação frequência/forte gramaticalização.

Percurso similar na identificação do padrão funcional do verbo *pegar* poderia ser observado por meio da análise de (3) e (4). Somente um tratamento frequencial pormenorizado daria conta de reconhecer que o exemplo (3) teria alta recorrência de caráter geral, mas o exemplo (4) somente se demonstraria altamente recorrente se tipos textuais específicos fossem selecionados. Isso se deve ao caráter mais gramaticalizado do verbo, que passa de um verbo serializado (uma série de eventos são sequenciados numa cadeia discursiva – vide exemplo 3) a um verbo serial (indica a tomada de atitude e sua semântica original sofre *bleaching*). Também nesse estudo não foi possível verificar essa correlação entre alta produtividade e forte gramaticalização.

Os resultados da quantificação não criteriosa durante as análises podem, na verdade, converterem-se em ferramentas de opacização do fato em si. O que resta de certo é que nem sempre essa correlação entre gramaticalização e alta frequência mostra-se sustentável. E então nos perguntamos: (i) que tipo de frequência devemos controlar quando investigamos gramaticalização? (ii) sobre quais variáveis devemos ter controle para que não haja inviesamento dos resultados?

O conhecimento de que os itens gramaticais são mais frequentes do que os lexicais, de que os sentidos gramaticais são mais abstratos, mais generalizados, mais subjetivos e mais orientados para o discurso do que sentidos lexicais necessariamente precisa desdobrar-se nestas implicações:

- (i) a repetição condiciona o processo de abstratização de um item, sendo, portanto, índice de difusão de um item (gerando novos padrões funcionais), conforme defendem Hopper e Traugott (2003[1993]);
- (ii) a repetição formal é um dos efeitos da gramaticalização;

- (iii) a repetição desencadeia certos efeitos sobre a representação neuromotora e cognitiva;
- (iv) o aumento da frequência é *resultado* e *facilitador* do processo de gramaticalização.

Ainda que algumas dessas implicações possam soar um pouco contraditórias, é o cuidado do analista com essas questões que permitirá que o trabalho de análise atinja seus objetivos em cada uma de suas progressões: a) compor o *corpus* com amostras heterogêneas quanto à modalidade de língua (falada e escrita) e ao gênero discursivo (levando em conta a fidedignidade da edição consultada⁷ e fatores sociolinguísticos⁸).

Paul, ainda que voltado para outro tipo de unidade, trata da importância do papel da frequência e da gradiência categorial da seguinte maneira:

O agrupamento [das palavras] faz-se tanto mais facilmente e torna-se tanto mais sólido, por um lado quanto maior for a concordância e significação no aspecto fonético, por outro lado quanto mais profundamente estiverem gravados os elementos capazes de formar um grupo. No último caso interessam para os grupos de *proporções*, por um lado, a *frequência* de cada uma das palavras, por outro lado, o número de proporções análogas possíveis. Onde os vários elementos são demasiado pouco marcados ou a sua concordância recíproca é muito fraca, eles ou não se associam ou a associação permanece pouco sólida. Também aqui são possíveis várias *gradações*. (...) Aqueles grupos de proporções que adquiriram um determinado *grau de solidez* são de importância eminente para toda a actividade da fala e para toda a evolução da língua. (1983, p. 120)

Já os linguistas que têm investido em gramaticalização numa abordagem funcionalista têm combinado a abordagem sincrônica com referendação diacrônica e para isso tem aprimorado o papel da quantificação para depreen-

7 Comparando duas edições da mesma receita de cozinha do século XV, notamos que em uma há o emprego da palavra tipo como classificador, mas que numa edição mais cuidadosa e fidedigna esse emprego não existe: “Escolham alguns marmelos alongados, do tipo pêra, bem compridos e lisos, podendo, inclusive, ser marmelos silvestres. Descasquem-nos, partam-nos em quartos, dando-lhes a seguir uns cortes oitavados.” (edição modernizada, Gomes Filho, 1963). “Tomarão mujto bõos marmelos e bicudos | E cõprjdos e lisos e gramdes babaros | Se qujser~e e falosão ~e quartos e aparã| Losão oitauadas. (edição diplomática, Biblioteca Nacional).

8 O item *tipo*, na função de marcador conversacional, pode ocorrer na fala de qualquer pessoa, e pensar que só poderia ocorrer na fala dos mais jovens é um equívoco. Ainda que o senso comum deponha que a expressão *tipo assim* só ocorre em falares de grupos restritos da periferia, é possível surpreendê-lo em outros nichos sociais. Para mais informações sobre os resultados de pesquisa que lida com esse item, indicamos a leitura de Lima-Hernandes (2005).

der movimentações do sistema. Combinam, então, métodos de quantificação com vistas a evitar possíveis enviesamentos, daí o controle da frequência *type* e da frequência *token*, tal como propõe Bybee (2003), baseada nos métodos do trabalho lexicográfico.

A frequência *token*, equivalente a uma frequência textual, visa ao controle quantitativo da ocorrência de um item no texto corrido para verificar as formas que ocorrem no texto independentemente do padrão funcional. Trata-se, assim, de um índice frequencial de palavras, independentemente de seu valor funcional no texto. Se houver uma alta frequência de *tokens*, então teremos evidências nítidas de que mudanças estão se implementando, seja pela emergência de um novo padrão funcional, seja pela gramaticalização intensa de uma função inovadora anteriormente. É também um índice interessante que permite ao linguista identificar possíveis fenômenos para estudo. Já a frequência *type*, em contrapartida, permite quantificar padrões funcionais de uma mesma forma. A alta de uma frequência *type* pode colocar à luz um contexto específico que está se generalizando na língua ou, ao inverso, a restrição de algum uso específico.

Um terceiro tipo de frequência é a aquela que visa ao controle da regra variável, visando à estratificação implicada na gramaticalização de um item ou de um padrão funcional. A função desse tipo de quantificação é identificar variantes e variáveis associadas.⁹ Uma alta frequência desvenda as tendências de uso e de mudança linguística, levando-se em conta critérios sociolinguísticos, ou seja, a firme relação estabelecida entre fatores linguísticos e sociais.

Como toda situação comunicativa que gera gêneros discursivos primários, reúne como unidade mínima o enunciado, então devemos atentar que unidades discursivo-pragmáticas podem também estar a serviço da gramaticalização. A atenção de Paul para os processos de mutação devem ser lidos à luz de caracteres psíquicos e da interferência da fala entre interactantes de mesma ou de diferentes línguas. Nesse aspecto, pode-se notar uma aproximação entre aspectos psicológicos do uso da linguagem e a ritualização¹⁰ derivada de repetição de eventos sempre do mesmo modo, o que em termos de gramaticalização equivaleria à máxima: quanto mais ritualizado for o item/estrutura, mais gramaticalizado será.

9 Sociolinguistas lançam mão de programas específicos, dentre os quais citamos o *Varbrul* e o *Goldvarb*.

10 Ritualização equivale ao processo pelo qual uma palavra ou uma sequência de palavras em determinado contexto torna-se automatizada e é processada como um único bloco informativo.

Para Bybee (2006), o modelo de Haiman (1994) aplica-se perfeitamente à direção de evolução por gramaticalização, pois prevê a alta frequência, a perda da autonomia, a redução fonética e a decategorização, sem desprezar a cena comunicativa. Essa percepção de Bybee, na verdade, também se aplica ao encaminhamento dado por Paul. Observemos o seguinte quadro:

	Haiman (práticas sociais)	Bybee (gramaticalização)	Paul (neogramática)
Habituação	Repetição e esgotamento de um objeto ou prática cultural, de sua força e frequência de seu significado original.	A repetição gera enfraquecimento da força semântica, processo pelo qual um organismo pára de responder no mesmo nível a estímulos repetidos.	A utilidade maior ou menor das formas criadas é determinante para a conservação ou desaparecimento das mesmas (p.40)
Automatização	Sequências/unidades têm como efeito o uso em bloco em determinado contexto.	a repetição gera dependência de um item, e o efeito disso é que palavras autônomas (lexicais) convertem-se em palavras dependentes (gramaticais).	Mesmo que em diferentes indivíduos [o organismo de grupos] se forme dos mesmos elementos, ainda assim estes elementos serão introduzidos na alma em ordem diferente, em agrupamentos diferentes, com diferente intensidade, alguns mais, outros com com menos frequência. (p.36)
Redução da forma	Ocorre com o enfraquecimento e reorganização de uma série antes entendida como uma série de informações.	mudanças fonológicas (redução e fusão) são condicionadas pela alta frequência e seu uso em porções informativas velhas ou inferíveis.	Cada momento isolado que não seja fortalecido por uma renovação da impressão ou por uma nova introdução na consciência, enfraquece cada vez mais (p.36).
Emancipação	Funções mais instrumentais tornam-se funções mais simbólicas inferidas de um contexto específico.	a autonomia de uma oração frequente torna-a mais arraigada à língua, e a frequência condiciona a preservação de características morfossintáticas obsoletas.	Toda a categoria gramatical se cria com base numa categoria psicológica. A primeira não é originariamente mais do que a passagem da segunda a fenômeno exterior. (p.279)

Quadro 1: Paralelo entre funcionalistas

Notemos que essa aproximação entre as três perspectivas permite a verificação de uma gradiência funcionalista, já presente, na verdade, nos postulados teóricos de Paul, grande expoente do grupo neogramático.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Neogrammarian, yes, but with a total gradience... **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 57-70, 2010.

ABSTRACT: *This article discuss the functionalist approach to grammaticalization and the possible interaction between this approach and the neogrammatic one presented in Herman Paul's book. This study aims at linking two perspectives from two historical realities that use different names for the same referents. We argue that the concordances between both theories make the functionalist perspective of grammaticalization, in its classical version, similar to the perspective presented by Paul in *Princípios fundamentais da história da língua*.*

KEYWORDS: *Grammaticalization. Functionalism. Neogrammatic principles.*

Referências

BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. **Language**, Washington D.C., v. 82, n.4, p. 711-733, 2006.

_____. Mechanisms of change in grammaticization: The role of frequency. In B. D. Joseph and J. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.

_____. A functionalist approach to grammar and its evolution. **Evolution of Communication**, Amsterdam: John Benjamins, v. 2, n. 2, p. 249-278, 1998.

CARVALHO, Cristina. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista**. 2004. Tese (Doutoramento em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2004.

GOMES FILHO, Antonio. **Tratado da cozinha portuguesa do século XV**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. Campinas: IEL/UNICAMP, 2003.

HAIMAN, J. Ritualization and the development of language. In: PAGLIUCA, William (ed.) **Perspectives on grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 3-28.

HOPPER, Paul John; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. [1993]

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. **A interface sociolinguística/gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como – sincronia e diacronia.** 2005. Tese (Doutoramento em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2005.

PAUL, Hermann. **Princípios fundamentais da história da língua.** Tradução Maria Luísa Schemann. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

RODRIGUES, Angélica Terezinha Carmo. **Eu Fui e Fiz Esta Tese: As Construções do Tipo Foi Fez no Português do Brasil.** 2006. Tese (Doutoramento em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2006.

SWEETSER, Eve. **From etymology to pragmatics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

A ORTOGRAFIA DE VERNEY (1746): UM DETALHE RELEVANTE

Maria Mercedes Saraiva HACKEROTT¹

RESUMO: O presente trabalho visa a analisar a sistematização ortográfica proposta e praticada por Verney no *Verdadeiro Metodo de Estudar* (1746). Essa ortografia, bastante simplificada e utilizada apenas por esse autor, revela uma reflexão sobre a função que a modalidade escrita desempenha na língua e discute também o papel da língua enquanto instrumento de comunicação da sociedade e da ciência. Os questionamentos desenvolvidos neste trabalho seguem orientação da Historiografia Linguística, que busca explicar como o conhecimento linguístico foi obtido, formulado e comunicado através do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística. Língua Portuguesa. Ortografia. Verney.

O *Verdadeiro Metodo de Estudar*, de Luís Antonio Verney (1713-1792), foi publicado em 1746 com uma ortografia bastante simplificada e baseada em critérios fonéticos. A ortografia adotada divergia da tendência ortográfica da época, que valorizava a proliferação do uso de consoantes dobradas, de consoantes nulas, do grupo **ch** com valor de /k/, dos digramas **th**, **ph**, **rh** e do **y**. A ortografia usualmente empregada no setecentismo tentava assemelhar a grafia da palavra portuguesa à grafia da palavra latina ou grega que lhe dera origem e, muitas vezes, deixava de considerar o percurso de transformações pelo qual passara o vocábulo. Um dos fatores que incentivou o uso da ortografia etimológica era o apreço pela erudição, porém a falta de conhecimentos filológicos gerou fantasiosas associações nem sempre bem aceitas, o que levou historiadores a considerarem pseudo-etimológica a ortografia do período. A sistematização e a adoção de uma ortografia simplificada no *Verdadeiro Metodo de Estudar* é um flagrante

¹ Pesquisadora do GT de Historiografia Linguística do IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae* para Estudos do Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, SP, Brasil. ceda.hackerott@uol.com.br

de descontinuidade frente ao clima de opinião da época. Apesar de ter sido praticada apenas por esse autor, a ortografia de Verney suscitou uma discussão que extrapola os limites ortográficos e revela uma teorização sobre o conceito de língua. Desvendar a teoria linguística que sustenta a proposta ortográfica de Verney é o objetivo deste trabalho, que segue orientação teórica da Historiografia Linguística.

O Verdadeiro Metodo de Estudar

Muitas são as imprecisões bibliográficas do *Verdadeiro Metodo de Estudar*. A própria autoria do livro foi encoberta pelo nome Barbadinho e mantida no anonimato por mais de sete anos. Andrade (1949, p. 212) comenta que, em correspondência a Pina e Melo, datada de 1753, Verney ainda negava sua autoria. Outras informações bibliográficas como ano e local de publicação também foram encobertas e estas lacunas referenciais só foram esclarecidas por Martins (1997) ao complementar as investigações de Andrade.

A primeira edição do *Verdadeiro Metodo de Estudar* foi estampada em dois volumes pelos impressores Gennaro e Vincenzo Muzio, em 1746, na cidade de Nápoles. No final desse ano, uma remessa dessa edição foi enviada para Lisboa com a substituição do primeiro caderno do tomo 1 composto de oito páginas sem numeração, contendo a página de rosto, o índice e as licenças por outro caderno de 12 páginas com a página de rosto, a saudação de Antonio Balle e o índice. Esta segunda montagem teve grande circulação em Portugal. Quanto à datação e local de impressão, Martins (1997, p. 14) esclarece que Antonio Balle teve uma tipografia em Valença que funcionou de 1721 a 1740 e em seus impressos constava a estampa do locativo “Valencia” ou “Em Valencia”, mas nunca “Valensa”, como aparece na página de rosto da obra de Verney.

Na saudação, escrita sob o nome de Antonio Balle, também se observa a mesma ortografia simplificada de Verney.

O autor segue uma Ortografia particular, (que eu, movido das mesmas razoens, abrasei) e que ainda nam está bem recebida, nese Reino: e asim para nam parecer novidade, será precizo ler as cartas, como se-acham impresas: observando bem a primeira, na qual dá razam, da sua Ortografia. (VERNEY, 1746, tomo 1, “Antonio Balle obzequiozamente sauda”)

O *Verdadeiro Metodo de Estudar* é um programa de ensino organizado em dezesseis cartas assinadas pelo Pe. Barbadinho, que, da Itália, responde a solicitações feitas por um religioso da Universidade de Coimbra.

Em um primeiro tomo, Verney trata da reforma do ensino de Humanidades. A primeira carta defende o estudo de Português, avalia a gramática de Argote, elabora um plano de estudo para a língua portuguesa, sistematiza a ortografia e sugere a redução do dicionário de Rafael Bluteau. A Carta II apresenta uma nova metodologia para o ensino de Latim em substituição à gramática do padre jesuíta Manoel Álvares. A Carta III integra a programação de Latim aos conhecimentos de geografia, história e cronologia. A Carta IV introduz o estudo de Grego, Hebraico e das línguas modernas. A quinta e sexta cartas abordam a retórica e fazem algumas reflexões sobre as obras de Antônio Vieira, chegando a condenar o estilo empregado nos *Sermões*. A Carta VII trata do estudo da poesia e a Carta VIII propõe mudanças no estudo de Filosofia.

No segundo tomo, Verney aborda, em oito cartas, os Estudos Maiores: Carta IX — Metafísica, Carta X — Física, Carta XI — Ética, Carta XII — Medicina, Carta XIII — Jurisprudência Romana, Carta XIV — Teologia, Carta XV — Direito Canônico. A última carta é uma síntese do projeto educacional desde as classes de Gramática até o Curso de Teologia.

Segundo Lopes (1947), a reforma educacional de Verney contempla toda a sociedade. Os primeiros estudos deveriam ser ministrados a toda população. O estudo da leitura, escrita e gramática portuguesa deveria ser obrigatório tanto para os nobres quanto para o baixo clero secular, para as mulheres e para as classes populares.

Nisto á grande descuido em Portugal: achando-se muita gente, nam digo infima, mas que veste camiza lavada, que nam sabe ler, nem escrever: outros que, suposto saibam alguma coiza, nam contejam: o que cauza sumo prejuízo, em todos os estados da vida. Privam-se estes omens, do-maior divertimento, que pode ter um omem, quando está só; que é, divertir-se com o seu livro. fazem-se escravos de todos os outros; pois para ajustar contas, conservar correpondencias, dependem dos-mais. Fôra de Portugal, vive-se de outra sorte. sam tam raros os plebeos, que nam saibam escrever, como aqui os que o-sabem, o muxila, o carneiro, o sapateiro todos se-divertem, com os seus livros. Esta necessidade é tam clara, que todos a-experimentam: e assim nam podemos asaz condenar os Pais, que se-descuidam nesta materia. Devia também aver, em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do-Publico; paraque todos os pobres pudesem mandar lá, os seus filhos: o que se-pratica em varias partes. (VERNEY, 1746, tomo 2, p. 254)

É preciso ressaltar o cuidado de Verney com a educação feminina, que deveria ser estendida a todas as mulheres e não apenas às religiosas. A leitura era lazer e pré-requisito para o conhecimento.

Quanto à necessidade, eu acho-a grande, que as molheres estudem. Elas, principalmente as maens de familia, sam as nosas mestras, nos-primeiros anos da-nosa vida: elas nos-ensinam a lingua; elas nos-dam, as primeiras ideias das-coizas. E que coiza boa nos-âm-de ensinar, se elas nam sabem o que dizem? Certamente, que os prejuizos que nos-metem na cabeça, na nosa primeira meninise; sam sumamente prejudiciais, em todos os estados da-vida: e quer-se um grande estudo e reflexam, para se-despir deles. (VERNEY, 1746, tomo 2, p. 291)

O espírito democrático perpassa todo o *Verdadeiro Metodo de Estudar* e pode ser identificado principalmente nos parágrafos que tratam do acesso à leitura e à escrita. Estas são atividades previstas para todos, sem distinção de sexo ou classe social.

Reduzindo pois em pouco, o que se-pode dizer nesta materia, principalmente acomodando-me ao estilo de Portugal; digo, que com as molheres se-deve praticar o mesmo, que apontei dos-rapazes. O primeiro estudo das-maens deve ser, ensinar-lhe por si, ou, tendo possibilidade, por-meio de outra pessoa capaz, os primeiros elementos da-Fé. &c. explicando-lhe bem todas estas coizas: o que podem fazer, desde a idade de sinco anos, até os sete. Depois, ler, e escrever Portuguez corretamente. Isto é o que rara molher sabe fazer, em Portugal. Nam digo eu escrever corretamente, pois ainda nam achei alguma, que o-fizese; mas digo, que pouquissimas sabem ler, e escrever; e muito menos fazer ambas as coizas corretamente. Ortografia, e Pontuasam, nenhuma as-conhece. As cartas das-molheres sam escritas, polo estilo das-Bulas, sem virgulas nem pontos: e alguma que os-poem, pola maior parte é fora do-seu lugar. Este é um grande defeito: porque daqui nace o nam saber ler, e por-consequencia, o nam intender as coizas: deve-se emendar com cuidado, este defeito. (VERNEY, 1746, tomo 2, p. 292-293)

Quanto à orientação teórica, o plano educacional de Verney tenta viabilizar a substituição do Humanismo Clássico por uma nova metodologia experimental.

A inteligência estudantil não se limitaria a interrogar e a ser interrogada sobre autores; teria de haver-se com factos, teria de acostumar-se a interrogar os factos com um método matemático que lhe permitiria obter respostas significativas, cruciais. (LOPES, 1947, p. 48)

Essa mudança metodológica altera a valorização das línguas a serem adotadas nos registros científicos. As escolas que se dedicavam apenas às línguas clássicas precisam incluir no seu programa o estudo das línguas modernas, tanto materna quanto estrangeira. No setecentismo a modernidade era professada em língua vernácula que já desfrutava do mesmo prestígio outrora dedicado apenas às línguas clássicas. O projeto educacional de Verney introduz aulas de Língua Portuguesa (leitura, escrita, gramática) nas classes de Humanidade e o ensino de línguas modernas juntamente com Latim, Grego e Hebraico.

Seria também justo, que o estudante com o tempo aprendese Francez, ou Italiano, para poder ler as maravilhozas obras, que nestas linguas se-tem composto, em todas as Ciências; de que nam temos, tradusoens Latinas. Antigamente intendiam os doutos, que era necesario saber Latim, para saber as Ciências: mas no-seculo pasado, e neste prezente, dezenganou-se o mundo, e se-persuadio, que as Ciências se-podem tratar, em todas as linguas. Parece-me que com muita razam; porque a maior dificuldade das-Ciências consiste, em serem escritas em Latim, lingua que os rapazes nam intendem bem. Onde nam só sabem mal a materia, mas o tempo que deviam empregar, em a-estudar, ocupam em perceber a lingua. Com esta advertência, os Inglezes, Olandezes, Francezes, Alemens &c. comesáram a tratar todas as Ciências, em Vulgar. Esta oje é a moda. Os melhores livros acham-se escritos, em Vulgar: e qualquer omem que saiba ler, pode intender na prezente era, todas as Ciências. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 122)

Para Portugal ingressar na modernidade, era necessário acabar com o analfabetismo que bloqueava o progresso científico. Com Verney, o conhecimento da modalidade escrita da língua portuguesa deve ser acessível a toda população. A escrita precisa se adequar a novos critérios e substituir o parâmetro etimológico no qual o Latim e o Grego eram modelos de escrita, pelo parâmetro fonético que, por ser passível de observação e generalização, torna as regras ortográficas mais realistas e criteriosas. Assim, a nova ortografia, além de representar as palavras na escrita, passa a ser o símbolo de uma nova mentalidade condizente com os novos tempos.

A proposta ortográfica de Verney

A sistematização da ortografia portuguesa ocupa 58% da primeira carta do *Verdadeiro Metodo de Estudar* e começa com sua justificativa:

Devo tambem dizer a V.P. alguma coiza, sobre a Ortografia Portugueza. noticia que me-parece mui necessaria, e que com todo o cuidado se-deve comunicar aos principiantes: pois da-falta desta doutrina nace, que em toda a sua vida, escrevam mal: e, ainda depois de estarem em lugares de letras, é lastima ver, como muitos escrevem. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 14)

De acordo com Pinto (1988, p. 17), a ortografia de Verney estava baseada numa empírica doutrina fonética e visava à simplificação e à uniformização da escrita. As regras propostas resultam tanto da observação da pronúncia da língua portuguesa realizada pela audição quanto da racionalização dessa observação realizada pela sistematização das regras gerais. Santos (1947, p. 42) percebe na postura metodológica de Verney a influência inglesa de Locke, para quem o conhecimento tinha duas fontes: a sensação e a reflexão. No *Verdadeiro Metodo de Estudar*, a verdade científica era percebida por meio dos sentidos e sistematizada pela razão em regras gerais.

À acção de pensar junta-se a consciência de sentir pensando. O senso comum, o senso íntimo, a consciência, irmana o processo racional e torna-se potencia discriminadora do bom e do mau. O que a cada um é relativo, porque provém da experiência singular do sujeito que pensa, passa a ter um índice comum que permite a generalização do julgamento, e explica a possibilidade de reduzir a ciência o que é variável e opinativo. (SANTOS, 1947, p. 46)

A necessidade de uma reforma ortográfica era reivindicada por vários autores setecentistas, entretanto ela só foi homologada no século XIX. Para Verney, havia urgência em se fazer a reforma ortográfica, pois a ortografia usual não reproduzia mais a realidade observada na fala e, ao se afastar da pronúncia, se falseava a verdade da língua. A atribuição da noção de verdade à realidade ortográfica não é uma novidade, ela já fora bastante discutida principalmente no século anterior, como ilustra o seguinte fragmento:

Para que guardemos certeza, ou verdade em nossa escritura, assim devemos escrever, como pronunciamos & pronunciar como escrevemos. D'outra maneyra será nosso escrever mentiroso, porque se mente no fallar, quem falla contra o ã entende, tambem mente no escrever, quem escreve contra o que pronuncia. E o bom Portuguez para ser totalmente verdadeyro, deve ter verdade no escrever, como a tem no fallar. (PEREIRA, 1666, p. 29)

A novidade de Verney está em reconhecer como verdadeiros apenas os fatos passíveis de observação. Essa premissa levou Verney a adotar atitudes extremas como exigir a substituição do uso do Latim pelo Português nas escolas e, nas classes de Retórica ou Poesia, só aceitar redações dos alunos na língua portuguesa, jamais na língua morta, pois esta só deveria ser utilizada em exercícios de leitura, interpretação e tradução.

Ao elaborar uma ortografia fonética, Verney elegeu uma das pronúncias do Português para ser representada na escrita:

digo, que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura: e, posto isto, devem escrever a sua língua, da-mesma sorte que a-pronunciam. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 14)

A Província de Estremadura continha Lisboa e Coimbra que eram centros econômicos, políticos e culturais na época. Além do critério regional, Verney adotou o critério cultural para eleger a pronúncia padrão, a ser sistematizada na escrita. Ao mesmo tempo em que o projeto de democratização cultural levou Verney a unificar e simplificar a ortografia para ser adotada por todos os portugueses, o compromisso com o método experimental o colocou frente à diversidade de falares e o obrigou a eleger uma variante para garantir a veracidade da escrita. Contudo, tais medidas ao invés de omitirem as variações colocaram-nas em destaque, como mostram os fragmentos a seguir.

E nam sei, se confirma também o que ate aqui dise, ver, que na Província de Entre Doiro, e Minho, ainda oje se-pronuncia, em muitas destas palavras, o *o*; pois dizem *Tabaliom, Escrivom &c.* (VERNEY, 1746, tomo 1, p.27)

Nesta letra é digno de atensam, o demaziado escrupulo de alguns, que magistralmente decidem, que o *x* tem diferente pronuncia do-*ch*, antes de *e*, ou *i*: e que é erro dizer, *Xapeo*; mas que se-deve pronunciar, *Chapeo*, carregando muito no-*ch*, para o-distinguir do *x*: e advertem, que é erro da-pronuncia da-Estremadura, pronunciar o *ch*, como *x*. Mas, sem fazer cazo da-decizam destes Senhores, julgo, que devemos continuar, na pronuncia da-Estremadura. Nam digo, que na escritura convertamos o *ch*, em *x*: deixo as coizas como se-acham: só digo, que na pronuncia, nam á diferença entre uma, e outra letra. Em materia de pronuncia, sempre se-deve preferir, os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura, che todos os das-outras Provincias juntas. Ora é certo, que os ditos pronunciam docemente como um *x*: e nem só eles, mas muitisimos de outras Provincias, tem a mesma pronuncia. Somente alguma diversidade achei nos-Beirenses, que batem mais o dito *c*, encostando-se à pronuncia Romana do-*c*. (VERNEY, 1746; tomo 1, p.30)

A proposta ortográfica de Verney não pode ser desvinculada de um projeto educacional maior, que extrapola os limites da educação escolar e atinge toda a sociedade portuguesa. A simplificação da ortografia contribui para a democratização cultural, na medida em que desvincula a escrita portuguesa das línguas clássicas. A pronúncia a ser seguida na ortografia era a falada pelas pessoas que tinham melhor doutrina, ou melhor, que sabiam mais e conheciam mais. Para Verney, o conhecimento não estava atrelado à latinidade, vinculava-se aos sentidos, ao método experimental. Dessa forma, a ortografia portuguesa ganhou autonomia e se libertou do Latim. No *Verdadeiro Metodo* há a ruptura com a tradição ortográfica defendida por Gandavo (1574) e Véra (1631) que subordinava o conhecimento do Português ao da língua clássica.

Por onde não auia de auer pessoa que se prezasse de si, q̃ não trabalhasse por saber algũ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues: & desta maneira facilmete euitarião todos estes erros, & serião perfectos em guardar a orthographia cõforme â ethymologia & pronunciação dos vocabulos (GANDAVO, 1574, p.9)

Orthographia he arte de escrever as vozes com as letras dividas á dierita pronunciação, & segundo sua orijem: porque orthos (em Grego) quer dizer, direito; & graphos, escrevo: como se dissessemos, escrevo como pronuncio. (VÉRA, 1631, p.1)

A defesa do critério fonético frente ao etimológico, pode ser observada nos trabalhos de Barros (1971 [1540]) e Barretto (1671), que já tinham condenado o costume de alatinar a grafia portuguesa, desrespeitando as transformações das palavras verificadas na passagem do Latim para o Português.

A Primeira e principál regra na nõssa orthografia, e escreuer totalas dições com tantas leteras com quantas a pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas: como uemos na escritura italiana e francesa. E dádo que a diçam seja latina, como â deriuamos a nós, e perder sua pureza, lógo á deuemos escreuer ao nõsso módo, per semelhante exemplo, Orthographia e uocábulo grego, e os latinos o escreuem desta maneira atras, e nós o deuemos escreuer com estas leteras, orthografia, por que com ellas ô pronunçiamos. (BARROS, 1971 [1540], p. 42)

A primeyra, & principal regra e a nossa ortografia, he escrever todas as diçoens cõ tantas leteras, cõ quantas pronunçiamos, sê por consoantes ociosas, como vemos na escritura Italiana, & Franceza. E dado que a diçã seja Latina, como a dirivamos a nós, & perde sua pureza, lógo a devemos escrever ao nosso modo, per semelhante

exemplo. Orthographia he vocábulo Grego, & os Latinos o escrevem desta maneira atrás, & nós devemos escrever cõ estas letras, Ortografia, porque cõ ellas o pronunciamos. (BARRETTO, 1671, p. 3)

A sistematização ortográfica de Verney está estruturada de forma bastante lógica: primeiramente, ele escolhe a pronúncia dos homens de melhor doutrina da Província de Estremadura, depois faz os ajustes necessários para que essa pronúncia seja reproduzida na escrita. Os ajustes são de três naturezas: eliminação de excessos (dobra de letras e letras nulas); substituição de inadequações (representação das nasais e uso de duas letras para representar um mesmo som: **g** e **j**; **s** e **z**; **x** e **ch**); e acréscimos (acento diferencial; apóstrofe; hífen).

Quanto à dobra de letra, Verney admite apenas a dobra de **r**, por ser a única sentida na pronúncia.

Daqui fica claro, que devem desterrar-se da-língua Portugueza, aquelas letras dobradas, que de nada servem: os dois *SS*. dois *LL*. dois *PP*. &c. Na pronuncia da-língua, nam se ouve coiza alguma que fasa dobrar, as ditas consoantes. Que se-escreva *Terra*, *Perra*, com dois *rr*, intendo eu a razam; e o ouvido me-aviza, que a pronuncia é fortissima no-*r*. pois quando nam é forte, como em *Pera*, *Caracol*, escreve-se um só *r*. mas *Elle*, *Essa*, é coiza supérflua: porque ou tenha um, ou dois *ss*. Sempre se-á-de pronunciar, da mesma sorte. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 14)

As grafias **ss** e **ç** foram eliminadas pois representavam o mesmo som. Para Verney, a letra **ç** valia o mesmo que a letra **s** e era desenhada pela duplicação da letra **c** contrapostas **ſ**. Em todo *Verdadeiro Metodo de Estudar*, essa regra foi respeitada havendo: *berso* (por *berço*), *serviso* (por *serviço*), *forsa* (por *força*), *obedeso* (por *obedeço*), *expresam* (por *expressão*), *dise* (por *disse*), *pesoa* (por *pessoa*), etc.

Verney também combateu a prática de dobrar vogais. Discordou de Leão (1576, p. 118), que recomendava a dobra da letra **a** em nomes femininos que tinham masculinos acabados em **ao** como *maa*, de *mao*, e de Bluteau que recomendava a dobra da letra **e**.

Costumam muitos Portuguezes dobrar os *ee* finais em muitas vozes, especialmente em *Fée*, e *Sée* &c. e alguns dobram-nos em muitas outras palavras, inclinndo-se, segundo dizem, a uma antiga pronuncia. Mas ou seja antiga, ou seja de novo inventada, deve-se fugir esta introdusam, pola mesma razam que disemos, de ser contraria à pronuncia. Concorda o Bluteau dizendo, que em algumas palavras se-supre, com um acento sobre o *é*. Mas eu digo, que nam sò em algumas, mas em todas se-deve escre-

ver um só *e*. e quanto ao cento agudo, digo, que se-lhe-deve pôr, nam para mostrar, que falta um *e*; mas para mostrar, que se-deve carregar a vogal; porque asim ensina a pronuncia. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 19)

Quanto às letras nulas, Verney as eliminou, como é o caso da letra *s* inicial em *scena*, devendo-se escrever simplesmente *cena*, e do uso da letra *c* antes de *t*, recomendado por Leão, mas criticado por Bluteau, que o admitia apenas em situações duvidosas como *compacto* e *compato*. O uso da letra *u* ou da letra *c* em *auto* e *acto* também deveria ser eliminado, sendo aceita apenas a forma *ato*. Mas, em *douto* e *docto*, a vogal *u* ou a consoante *c* deveria ser mantida segundo o uso. O mesmo critério foi adotado para a grafia da letra *g* antes de consoante: *Madalena* (não *Magdalena*), mas *magnifico*.

Agora digo, que nem menos se-pode sofrer, o que muitos fazem, pôr *p*, antes de *t*, em muitas disoens. vg. *Prompto* &c. Esta é uma afetasam pouco toleravel: vistoque a pronuncia Portugueza, tem já desterrado este *p*. Onde nam é a mesma razam do-*b*, ou do-*g*, ou do-*d*, que se-conservam nas palavras, *Obscuro*, *Significo*, *Adverte*: porque este, ouve-se mui bem: e o *p*, nam se-ouve sem afetasam. E nam falta quem diga, que nas duas primeiras palavras tem ja introduzido o uzo deixar aquelas letras na pronuncia: o que eu nam condeno: como nem menos condeno, quem as-pronuncia. Pode ser que com o tempo, se-deixem totalmente. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 28)

Verney admitiu o uso da letra *h* apenas nos dígrafos *nh*, *ch* e *lh*. A letra *h* nunca deveria ser escrita no início de palavras, pois nessa posição não era pronunciada. No *Verdadeiro Metodo de Estudar*, são encontradas palavras como: *omens* (por *homens*), *oje* (por *hoje*), *Istoria* (por *história*), *averá* (por *haverá*).

Quanto às adequações, Verney substituiu os grupos *th* e *ph*, pelas letras *t* e *f* e a letra grega *y* por *i*. Entretanto, deu preferência ao uso da letra *k* em vez de *q* por sentir que depois dessa letra sempre se pronunciava a letra *u*. Para a grafia de palavras estrangeiras, Verney alertou:

Quanto aos nomes, que ainda nam estam em uzo por-todos, mas que somente uzam, ou para melhor dizer, algumas vezes se-servem deles os literatos; deve-se praticar esta regra. Se sam nomes (falo dos-Latinos, Gregos, Ebreos, &c.) de coizas partencentes a Artes, ou Ciências, parece-me que se-devem escrever, com suas letras originais. Vg. Se quizermos explicar, ou escrever os nomes pertencentes à Anatomia, que sam todos Gregos, segundo o estilo do-Portuguez; escrevemos palavras, que se-nam-entederám: e asim é melhor, seguir a derivasam Grega. O mesmo digo, de algumas partes da-Medicina, da-Filozofia, &c. Muitos destes nomes ou nam se-podem

escrever de outra maneira, vg. *Pneumatologia &c.* ou, aindaque se-posam escrever, nam estam geralmente recebidos, nem ainda polos mesmos eruditos: e asim nam gozam, do-privilegio Portuguez. Se sam nomes Próprios, entra a mesma regra: ou sam pouco uzados; e em tal cazo é obrigasam escrevelos, com suas próprias letras. Onde nam condeno quem escreve, *Homero, Heródoto, Herodes &c.* aindaque estes trez, e outros semelhantes que estam ja muito em uzo, podem escrever-se sem *h*: o que ate os nosos Italianos ja fazem: Mas sempre é mais desculpável, se em semelhantes nomes se-uzem letras da-origem. Quanto porem aos outros, que servem de diferenciar as pessoas Portuguezas, e já estam totalmente naturalizados; devem-se vestir, com traje de Portugal. E este uzo acho praticado, em todas as Nasoens de melhor doutrina. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 20)

Verney substituiu o uso do til pelas consoantes nasais. *Falão* equivalia a *falaom*, sendo que a pronúncia da letra *o* entre as letras *a* e *m* era tão breve que ocasionava uma síncope resultando na grafia *falam*. A terminação *am* era diferente da terminação *an*, sendo a primeira usada nos masculinos *vam* e *irmam* e a segunda, nos femininos *van* e *irman*.

Para representar as minúsculas das formas *I* e *V*, Verney estabeleceu as letras *i* e *u* para as vogais e *j* e *v* para as consoantes. Admitiu também a grafia das consoantes maiúsculas *J* e *U*, por já estarem sendo adotadas na Alemanha.

O emprego da letra *g* ou *j* antes das vogais *e* ou *i* tinha por regra: no início de palavras, usar preferencialmente a letra *j*, exceto quando seguida por *i* (*Ginja*); no meio de palavras era preferível a letra *g*, mas em caso de dúvida, podiam usar indiferentemente das duas letras.

Nam devemos admirar-nos, se em alguma letra nem todos concordem: nam sendo posivel, que convenham todos, em matéria tam duvidoza e arbitraria. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 25)

A diferença de pronúncia entre as letras *z* e *s* intervocálicas também foi notada por Verney, sendo a pronúncia da letra *z* mais áspera do que a da letra *s* (*coiza, impreso*). Na posição final, essa diferença era anulada e as letras *s* e *z* eram pronunciadas com o som da letra *x*. Apesar dessa semelhança, a distinção deveria ser mantida na escrita, pois na forma plural essas mesmas letras eram pronunciadas diferentemente.

Diz Alvaro Ferreira de Vera, que nenhuma disam Portugueza, deve acabar em *x*. Muitos porem acabam em *x* algumas palavras, e entre elas *Felix, Simplex &c.* O que sei é, que a pronuncia Portugueza acaba em *x*, todas as palavras que acabam em *s*:

quero dizer, que todo o *s* final pronunciam como *x*. de que nam quero outra prova mais, que cada um observe, como pronuncia o *s* final; e que diferenca tem do-*s*, que pronunciam no-meio das-disoens. O que suposto, se seja mais útil, acabar em *x*, o que se pronuncia como *x*, ou pronunciar diferentemente os *ss* finais; eu o-deixo considerar a V.P. (VERNEY, 1746, tomo 1, p. 29)

Quanto ao que deveria ser acrescentado, Verney sugeriu o uso do acento para diferenciar pretérito (*amara*) de futuro (*amará*) e nome (*pronúncia*) de verbo (*pronúcia*). O uso do hífen foi estabelecido para: ligar pronomes a verbos (*fazemos-lhes*, *lhes-fazem*); para distinguir conjunção de pronome (*se se-fizer*), pretérito (*amase*) de presente (*ama-se*) e nominativo de outro caso (*Nós fazemos*, *nos-fazem*); e para ligar a negação ao verbo (*se-nam-faz*). Verney recomendou o uso de apóstrofe para indicar as omissões ocorridas nas ligações de palavras com vogais semelhantes (*amor d'Antonio*).

Verney encerra a sistematização ortográfica com uma retórica de ruptura. A ortografia verneiana é uma resposta ao caos ortográfico da época que, segundo ele, devia-se à falta de critério e de método das regras vigentes que impossibilitavam a unificação e simplificação da ortografia.

Isto me-parece basta advertir, sobre a Ortografia Portugueza, visto nam fazer tratado dela. muito mais, porque com estas poucas regras, se-pode responder às outras dificuldades que ocorreram. Algumas observaoens de menor momento, podem-se ver, nas Ortografias Portuguezas: tendo a advertencia, de nam se-deixar enganar, das regras que dam, porque comumente sam mui más. O P. Bento Pereira, que cuidou foi dos-primeiros, que escreveram nesta materia, dá muito más regras; e só proprias para destruir, o que cada um sabe. O Barreto, o Leam, o Vera, tem algumas coizas boas, entre outras muito más. Na mesma clase ponho, o que diz o P. Argote, nas sua Regras Portuguezas; e algum outro. Tais autores copiaram-se fielmente uns aos outros, sem examinarem a materia. (VERNEY, 1746, p. 36)

Autores citados por Verney

Uma maneira de reconstruir o clima de opinião de uma época passada é analisar as influências diretas documentadas em referências explícitas. Por meio do mapeamento das citações diretas, podem-se identificar: mudanças e inovações de conceitos; variações de temas e de seleção sobre o conhecimento acumulado; e desvios de orientação teórica. No *Verdadeiro Metodo de Estudar*, as citações diretas têm função de atestar erudição, apontar controvérsias entre os autores e conferir autoridade à argumentação.

Para explicar sua ortografia, Verney referencia Barros (1971 [1540]), Leão (1576), Véra (1631), Pereira (1666), Barretto (1671), Argote (1721) e Bluteau (Dicionário, Suplemento, Opúsculos, Prosa Apologética e Prosa gramatonómica), sendo este último, o autor mais citado e a fonte primária de seus estudos.

Mas agora, devendo dizer a V.P. o meu parecer nela, puz de parte, todos os respeitos políticos; e nam só quiz apontar, o que condeno; mas, para o-fazer melhor, tive a curiosidade de ler, o que dise nesta materia o P. Bluteau, cuja leitura me-confirmou, no-meu propozito, e me-convida, a abrir-me mais prontamente: porque alfim vejo, que tenho mais padrinhos, doque nam cuidava. (VERNEY, 1746, tomo 1, p.16)

Verney discorda de Bluteau quanto à dobra da letra *e* (cf. VERNEY, 1746, tomo 1, p. 19), ao uso da letra *q* (cf. p.18, p. 28, p.33); da letra *y* (cf. p.30-31); da letra *h* em posição inicial (cf. p.22); da letra *c* antes da letra *t* (cf. p.18); da letra *s* antes de consoante (cf. p.28); do grupo *ph* em vez da letra *f* (cf. p.33); e do til (cf. p. 25).

Quanto aos ortógrafos quinhentistas, Verney cita três vezes Leão sem revelar a fonte consultada, e dele discorda quanto à dobra de letras (cf. 1746, p. 16), ao uso da letra *c* ou *u* antes de *t* (cf. p. 18) e ao emprego de til (cf. p. 73-74). Barros é referendado apenas uma vez indiretamente e juntamente com Leão.

Que desta opiniam era Duarte Nunes de Leam, & Joam de Barros, nas suas Ortografias; e outros muitos autores que escrevêram da-lingua. Contudo diz, que na Academia do-Ericeira se-asentára, que nem sempre se-devia escrever como a pronuncia: [...] Confeso a V.P. que nam pude ler isto sem rizo. Eu nunca li as obras do-Leam, ou Barros, nem me-cansei em buscalas: (VERNEY, 1746, tomo 1, p.33)

Dos autores seiscentistas, Verney cita Barretto juntamente com Pereira para justificar a manutenção da letra *h* apenas nos grupos *ch*, *nh*, *lh* (cf. 1746, p. 22). Véra é criticado por não reconhecer palavras portuguesas terminadas pela letra *x* (cf. p. 29). De Pereira, condena o uso da letra *y* (cf. p. 30), mas concorda com a terminação de plural em *ais*, em vez de *aes*, para as palavras que no singular terminam em *al* (cf. p. 38).

De Luiz Caetano de Lima, Verney parece desconhecer a *Orthographia da Lingua Portugueza*, publicada em 1736, pois não a cita, porém referencia explicitamente a *Arte Francesa* para mostrar a tendência na França de elimi-

nar as letras não pronunciadas (cf. 1746, p. 15). Outro gramático setecentista citado é Argote, cuja doutrina Verney se propõe a emendar na primeira carta do *Verdadeiro Metodo de Estudar*.

Obras clássicas da literatura portuguesa não foram poupadas das críticas de Verney. A edição dos *Lusíadas* de Camões, feita por Ignacio Garcez Ferreira em 1731, foi criticada pelo uso de til na terminação *aõ* (cf. 1746, p. 27), e os *Sermões* de Vieira, pela confusão no emprego das letras *s* e *z* (cf. p.31). Também o clássico tratado de medicina de João Curvo Semedo publicado em 1720 foi condenado pelo uso abusivo da letra *y* (cf. p.30).

Discussão suscitada pela ortografia de Verney

Foi grande a repercussão do *Verdadeiro Metodo de Estudar* e a polémica gerada em torno dele. Dois anos depois de sua publicação, o jesuíta José de Araújo, sob o pseudônimo de Frei Arsênio da Piedade – religioso da Província dos Capuchos, publicou as *Reflexões Apologeticas*, em que condena cada uma das cartas de Verney. Em resposta a essas críticas Verney publicou, no mesmo ano, as *Respostas às Reflexoens*. A partir desse debate, apareceram diversas réplicas chegando a mais de trinta edições descritas por Andrade (1949) e Martins (1997). A celeuma instaurada envolveu jesuítas, oratorianos e leigos e só teve fim com a Reforma dos Estudos de 1759.

Na “*Reflexão IV – Da sua Orthographia*”, Araújo inicia sua crítica questionando a pseudo-autoridade do autor do *Verdadeiro Metodo de Estudar* em propor uma reforma ortográfica.

o erro do graõ Critico em nos querer introduzir novas palavras, e novo modo de escrever, sem legitima autoridade, nem ao menos apresentar procuração bastante feita em publica fôrma. (ARAÚJO, 1748, p. 15)

A essa crítica, Verney se defende na “*Reflexam IV – Da sua Orthografia*” com as seguintes palavras:

Onde aprendeste esta Logica, Fr. Arsenio? Para provar alguma coiza deveis provar, que nam se podia admitir palavra nenhuma sem uma Lei feita pelo Senado, ou por Elrei. Mas emquanto deixais a introdusam ao uzo, deveis saber, que alguém deve ser o primeiro a introduzilas, outro a abasalas, e assim se vai fazendo o uzo. Pergunto agora, quem á de ser o introdutor? Um sapateiro, ou um omem douto? Sem duvida que o douto. E neste cazo que coiza provais? Nada. (VERNEY, 1748, p. 14)

Quanto à reformulação ortográfica propriamente dita, Araújo combateu as regras verneianas que tratavam da eliminação das dobras de letras e do uso da letra *h* e do til.

Manda desterrar para fora do Reino as letras dobradas, e toda a culpa he, por se não expressarem na pronuncia, e la vay tambem desterrado o *h* pelo mesmo peccado. Tomara saber, q̃ intercessão lhe meteo a letra *u*, ou que privilegio teve, para que tambem não fosse desterrada das palavras, em q̃ se não exprime, como são: *guerra, guiar, esquecer, que, quiz, quem, quero, &c.* Alem de que he contra o estylo, e uzo commum, que faz ley consuetudinaria; e vindo às palavras de letras dobradas das latinas, que as tem, he bem que se conservem, e não sejaõ sentenciadas sem serem ouvidas, como *amassem, lessem, de amavissent, legissent.* Outras vezes servem para distinção da pronuncia de breve, ou longa; como *andasse, anda-se, conservasse, conserva-se;* e o remedio que lhe quer pôr com as risquinhas, bem se póde riscar.

Elle mesmo concede, que se escreva com *h* *Herodes*, e outros semelhantes, porque o tem no seu original; e porque não bastara a mesma razão para as letras dobradas, e *h*? Accrescenta, que tambem se escreva o *h* na palavra, por não escandalizar aos leitores: de sorte que nos escandalizara faltar a *Herodes* um *h*, e não devemos receber escandalo de tirarem ás outras palavras? Por ventura tem mais privilegio *Herodes*, que foy Rey tyrano, do que *Henrique* nome de um Emperador santo? [...]

Aqui nos quer dar huma nova explicação do *aõ* Portuguez, e nos quer persuadir, que tem hum *m* no fim, e talvez levado deste engano costuma escrever: **razam, mam, amaram, vieram** com este modo engana a qualquer estrangeiro, que quizer ler as taes palavras na mesma fórmula, que as ve escritas, e lhe dará sem duvida o mesmo som, que a estas latinas: **amandam, quendam, legendam**, etc. E ainda dado, que o nosso *aõ* leve no fim *m*, devia nesse cazo escrever **razaom, maom, amaraom, vieraom**, e teria sua galanteria. Não há duvida, que o nosso *aõ* leva *m*, mas não no fim depois do *o*, leva-o entre o *a*, e *o*, v.g. **rezamo**; porem com esta advertencia, que o *m*, não deve juntar-se, nem fazer syllaba com o *o*, mas deve fazer huma syllaba junto com o *a*, e para signficarmos isto, se inventou assinar uma plica entre o *a*, e *o*: desta sorte escrevendo tudo, deveria ser assim: re-zam-o, vi-e-ram-o. Faça-se agora reflexão em querer ajuntar as taes syllabas na pronuncia, e acharse-há; que daõ o mesmo som, que damos, quando pronunciamos **razaõ, vieraõ**. (ARAÚJO, 1748, p. 15-16)

Verney desconsidera as críticas em relação à eliminação das letras dobradas e do uso da letra *h* em posição inicial, desconsiderando a autoridade do oponente que apresenta uma ortografia sem uniformidade além de ter um estilo pouco convincente e sem elegância. Quanto à censura do til, rebate com a justificativa:

Tambem vejo, que nam sabeis, que a consoante entre duas vogais se une sempre com a vogal seguinte: porque se o soubeseis, nam direis, que em *razaom*, *vieraom*, etc. se deve escrever o *m* entre as Letras *a*, e *o* asim, ra-zam-o, vi-e-ram-o. Porque desta sorte faz um som despropozitadisimo. (VERNEY, 1748, p. 15)

Tal resposta ilustra o clima de opinião frente à adoção ou não do til, discussão iniciada com Leão no século XVI:

E a causa desta necessidade he, que a razão da orthographia, em totalas lingoas, requer, quando entre duas vogaes vem hũa consoante, que sempre essa consoante va com a vogal seguinte, como: amo, Roma. As quaes dições he manifesto, que se hão de screuer assi, a-mo, Ro-ma. Mas acerca de nos, há hũa peculiar, & própria pronunciação, & estranha das outras nações, que em algũas dições, onde o .m. vem entre duas vogaes, pronunciamolo de maneira, que fica com a vogal precedente, & não com a seguinte. A qual pronunciação de .m. não he perfecta, nem inteira. Pólo que não sem razão, o chamarem liquido, porque fica mais apagado, & froxo, que quando vai com a vogal seguinte, como se vee nestas palavras, Alemam-o, capitam-o. Onde assi soa o .m. como se ficasse com o .a. precedente, sem ferir no .o. que se segue.

E por assi ser liquido este .m. & não servir a vogal seguinte, & ainda soar pouco, dá lugar, que as duas vogaes, em que elle interuem, se ajũtem sempre em diphthongo, fazendo hũa sôo syllaba, ainda que as vogaes ambas sejam de hum gênero. Pólo que para denotarmos esta differença, de quando vai com a vogal precedente, & he assi froxo, o screuemos necessariamẽte per a dicta abbreviatura, por não teermos outra letra, co que o representemos. E assi dizemos, Alemão, capitão, falcões, beleguĩjs. (LEÃO, 1576, p. 24-25)

Sem mais explicações convincentes, ambos, Verney e Araújo, transferem a discussão do campo da ortográfica para o embate pessoal e a racionalidade é abandonada: o arbitrário se apresenta como resolução e a autoridade de cada autor passa a estabelecer o padrão de correção ortográfica.

Por ultima concluzaõ, esta primeira Carta he escuzada, e o tempo, em que escreveo, melhor seria gastallo em rezar pelas contas. (ARAÚJO, 1748, p. 18)

Em fim como de Ortografia vejo que nam entendeis nada, nam tenho mais que vos aconselhar, senam que leais bem, e entendais a primeira carta do autor, e a compareis com o que dizem os autores Portuguezes, que ele cita; e vereis que nas regras fundamentaes pela maior parte concordam: e a diferensa so está emque o Barbadinho da regra da pronuncia tira bem as consequencias, e as pratica; o que nam fazem os outros. (VERNEY, 1748, p. 16)

Considerações finais

Segundo Swiggers (1990, p. 21), a Historiografia Linguística é a disciplina que descreve e explica como o conhecimento linguístico foi obtido, formulado e comunicado através do tempo e não apenas trata do conhecimento expresso nos cânones gramaticais ou que é acatado pela comunidade científica. Assim, apesar de não ser um compêndio ortográfico, nem reproduzir a tendência ortográfica da época, a primeira carta do *Verdadeiro Metodo de Estudar* tem grande interesse historiográfico, pois revela uma proficua reflexão sobre a língua e a ortografia portuguesa.

Vale lembrar que no século XVIII não havia ainda uma ortografia oficial do Português. Na época, o uso arbitrário de cada autor variava e o critério de correção ortográfica dependia do prestígio de quem escrevia. Na prática, valia mais a autoridade de cada escritor do que a razão que regia tal prática ortográfica. Ciente de tal contexto de produção da escrita, Verney formaliza e aplica sua ortografia.

A sistematização ortográfica de Verney mostra uma nova finalidade para a modalidade escrita da língua portuguesa que, além de registrar a literatura, passa a registrar os resultados das observações científicas. No período analisado, observa-se a emergência de uma nova maneira de se fazer ciência. A tradição clássica entra em disputa com uma prática experimental, em que a verdade científica decorre da observação dos fatos. A língua, instrumento de registro dessa nova ciência, precisa ser cientificamente verdadeira, isto é, passível de comprovação observacional. Apesar do aspecto individual da realização linguística, decorrente da variação regional, social e cultural do uso da língua, é possível verificar certas generalizações, isto é, regras gerais que regem as manifestações individuais. Nessa perspectiva, Verney padroniza a ortografia da língua portuguesa. A simplificação das regras ortográficas viabiliza seu projeto de democratização da modalidade escrita da língua portuguesa. Segundo o autor setecentista, essa era a única maneira de inserir Portugal no novo cenário cultural europeu que não mais admitia uma população iletrada. Nota-se a postura arrojada de Verney em utilizar uma ortografia bastante simplificada resultante da observação da língua utilizada pelas autoridades no assunto. A simplificação ortográfica é fundamental para a educação de toda a população independentemente de sexo ou condição social. Nesse sentido, a ortografia de Verney adquire uma dimensão ideológica e representa a vitória

do novo sobre o velho, a vitória da razão experimental sobre a especulação tradicional e principalmente a vitória do *Verdadeiro Metodo de Estudar para ser util à Republica e à Igreja* sobre os demais métodos utilizados em Portugal.

HACKEROTT, Maria Mercedes Sarava. The orthography of Verney (1746): A relevant detail. *Revista do Gel*. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 71-89, 2010.

ABSTRACT: *This paper aims to analyze the orthographic systematization proposed and practiced by Verney in his Verdadeiro Metodo de Estudar (1746). This orthography, quite simplified and employed only by this author, reveals a reflection about the function that the writing modality performs in the language and also discusses the role of the language as a communication tool of the society and the science. The issues developed in this work follow the Linguistic Historiography, which attempts to explain how the linguistic knowledge was acquired, formulated and communicated throughout the time.*

KEYWORDS: *Linguistic Historiography. Portuguese. Orthography. Verney.*

Referências

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. Bibliografia da Polêmica Verneiana. **Brotéria**, Lisboa, v. 49, fasc. 2-3, p. 210-232, 1949.

ARAÚJO, José de. **Reflexoens Apologeticas à Obra Intitulada Verdadeiro Metodo de Estudar Dirigida a Persuadir hum Novo Metodo para Portugal se Ensinarem, e Aprenderem as Sciencias, e Refutar o que neste Reino sa Pretica; Expendidas para Desagravo dos Portuguezes em huma Carta, que em Resposta de outra Escreveo da Cidade de Lisboa para a de Coimbra**. Valensa: Antonio Balle, 1748.

ARGOTE, Jeronymo Contador de. **Regras da Lingua Portugueza Espelho da lingua Latina, ou Disposiçam para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza**. Lisboa: Officina de Mathias Pereyra da Sylva & João Antunes Pedrozo, 1721. [com o pseudônimo de Padre Caetano Maldonado da Gama]

BARRETTO, Joam Franco. **Ortografia da Lingua Portugueza**. Lisboa: Officina de João da Costa, 1671.

BARROS, João de. **Gramática da Língua Portuguesa**. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971. [1540]

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Regras que ensinam a maneira de escrever e Ortho-**

graphia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua. Lisboa: Officina de Antonio Gonçalvez, 1574.

LEÃO, Duarte Nunes do. **Orthographia da Lingoa Portuguesa.** Lisboa: João de Barreira, 1576.

LOPES, Oscar. Verney e a Crise do Humanismo Clássico. **Seara Nova**, Lisboa, n.10, p. 47-48, 25 de janeiro de 1947.

MARTINS, Teresa Payan. **Verdadeiro Método de Estudar.** 1997. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/VERNEY.pdf>. Acesso em: 15 mar 2010.

PINTO, Rolando Morel. **História da Língua Portuguesa.** São Paulo: Ática, 1988.

PEREIRA, Bento. **Regras Gerays, Breves, & Comprehensivas Da Melhor Orthografia; com que se podem evitar erros no escrever em Lingua Latina, & Portuguesa.** Lisboa: Domingos Carneiro, 1666.

SANTOS, Marina Machado. Verney e o bom-gosto. **Seara Nova**, Lisboa, n.10, p. 42-46, 25 de janeiro de 1947.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, Werner (Ed.) **Understanding the historiography of Linguistics: Problems and Projects.** Münster: Nodus, 1990. p. 21-34.

VÉRA, Alvaro Ferreira de. **Ortografia ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa.** Com hum Trattado da Memoria Artificial: outro de muita semelhança que tem a Lingua portuguesa com a Latina. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1631.

VERNEY, Luiz Antonio. **Verdadeiro Metodo de Estudar, para Ser util à Republica, e à Igreja:** Proporcionado ao Estilo, e Necesidade de Portugal. Valensa: Antonio Balle, 1746.

_____. **Respostas às Reflexoens, que o R.P.M. Frei Arsenio da Piedade Capucho fez ao Livro intitulado Verdadeiro Metodo de Estudar.** Escrita por outro Religioso da dita Provincia para desagravo da mesma Religiam, e da Nasam. Valensa: Antonio Balle, 1748.

ORALIDADE X ESCRITA NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS (5ª A 8ª SÉRIE)¹

Saul Cabral GOMES JR.²

RESUMO: Este artigo tem como propósito verificar se o livro didático de Português (5ª a 8ª série) já está assimilando a concepção textual-discursiva da oralidade. Ao se estabelecer tal concepção, possibilita-se a demonstração de que fala e escrita confluem para o uso linguístico do indivíduo. Adotaram-se como corpus seis coleções didáticas de Português. Algumas dessas coleções são utilizadas na rede particular de ensino; outras, na rede pública.

PALAVRAS-CHAVE: Português. Ensino. Livro didático. Oralidade. Escrita.

Introdução

Marcuschi (2001b) destaca a importância do livro didático de Português como recurso de aprendizagem por meio do qual a língua falada seja integrada ao ensino de língua materna, veiculando-se aspectos típicos da produção oral e possibilitando-se que se desenvolvam as habilidades de expressão e compreensão oral. Dessa forma, o manual didático pode servir como o veículo de uma abordagem produtiva da modalidade oral, isentando-a de ser tratada didaticamente como uma modalidade subsidiária da escrita.

Uma abordagem produtiva consiste em dirigir à fala atividades por intermédio das quais se possa concebê-la como *prática textual-discursiva*, concepção a partir da qual se pode explicitar que a modalidade oral possui

1 Decidiu-se, neste trabalho, conservar a nomenclatura anterior ao acréscimo da 9ª série – a partir do qual o período escolar da 5ª à 8ª série passou a se denominar 6º a 9º ano – por ser ela a nomenclatura adotada nas coleções a serem analisadas.

2 Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). São Paulo, SP, Brasil. muiiraquitan.saul@bol.com.br

recursos próprios, cuja demonstração possibilita que se atribua ao oral uma *especificação*, que é incluída, por Milanez (1993), entre os aspectos a serem considerados ao se integrar a oralidade ao ensino de Português. Os aspectos, explicitados pela autora, são três: o primeiro é a determinação dos objetivos da prática da oralidade no ensino de língua materna, tomando-se como base a meta de tornar consciente o que é intuitivo no aluno a respeito da língua falada, com a finalidade de fazê-lo aperfeiçoar suas habilidades comunicativas em sociedade; o segundo é a especificação da língua falada – cujo funcionamento se distingue do da escrita por uma série de traços e regras próprias – anulando-se a impressão de que só se fala a língua (e bem) a partir da escrita; o terceiro é a diversidade do oral, considerando-se a grande variedade de tipos de produções orais.³

Partindo-se da concepção da fala como prática textual-discursiva, pode-se explicitar, também, que, juntamente com a modalidade escrita, conforme explicita Marcuschi (2001a), ela converge para o contínuo dos gêneros textuais produzidos pelo indivíduo. Pode-se expor essa convergência ao estudante desde a 5ª série, na qual se inicia a atuação do professor de Português. A partir da série citada, podem-se consolidar as noções de oralidade cedidas até a 4ª série e elaborar atividades que permitam, ao aluno, chegar ao Ensino Médio habilitado a reconhecer o caráter textual-discursivo da fala. Dessa forma, o Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série – faz-se o período adequado para que se desenvolva, no discente, a capacidade de assimilar as propriedades intrínsecas ao uso da língua materna, em suas modalidades oral e escrita. Em virtude dessa adequação, optou-se, neste trabalho, pela análise do manual didático de Português utilizado no referido nível de ensino.

Para constituir o *corpus* desta pesquisa, composto por manuais correntes na rede pública e por livros utilizados na rede particular, adotaram-se 06 (seis) coleções didáticas de Português, a saber: *ALP: Análise, Linguagem e Pensamento*; *A palavra é PORTUGUÊS*; *Encontro e reencontro em língua portuguesa*; *Interação e transformação: língua portuguesa*; *Português: leitura e expressão*; e *Português: linguagens*.

3 Pode-se observar que este terceiro aspecto deve ser levado em conta não apenas no que se refere à abordagem da oralidade, mas ao ensino de língua materna como um todo, pois a *diversidade* é intrínseca, também, à escrita.

Em busca da relação fala X escrita

Referencial acerca da oralidade: uma análise no *corpus*

Anteriormente a se investigar a relação instituída entre fala e escrita no *corpus*, faz-se conveniente descrever⁴ os referenciais teóricos que os autores dos manuais analisados destinam à oralidade. Partindo-se dessa descrição, permite-se relacionar as concepções de oralidade vigentes no *corpus* aos referenciais adotados nas coleções em questão, sobre os quais se assentam os tratamentos que os autores destinam à modalidade oral.

Tal descrição não se faz possível em *Português: leitura e expressão e Interação e transformação*. Ao final dos volumes que integram essas coleções – nas quais sobressai a concepção da oralidade como *ação natural*, destinada a ser simplesmente praticada, sem que a ela se dirija algum tipo de investigação textual-discursiva – não se verifica, sequer, uma bibliografia.

Nas coleções *Encontro e reencontro em língua portuguesa* e *A palavra é PORTUGUÊS* – nas quais prepondera a concepção da oralidade como *exercício do lúdico*, como um meio para que o aluno *brinque* ao se valer da modalidade oral – as bibliografias consistem, predominantemente, nas listagens das obras literárias⁵ e meta-literárias citadas pelos autores. Na segunda coleção mencionada, nota-se o acréscimo de determinadas gramáticas e de alguns dicionários. Nessas coleções, portanto, não se identifica um referencial teórico voltado para as modalidades linguísticas.

Na bibliografia adotada em *Encontro e reencontro em língua portuguesa*, figura Fanny Abramovich, autora que dedica produções literárias ao público infanto-juvenil. Na referida bibliografia, inclui-se Abramovich (1999), obra ensaístico-didática,⁶ na qual a escritora reflete sobre *contar histórias*. Ao efetivar essa reflexão, a autora deixa transparecer uma concepção da oralidade como exercício do lúdico:

4 A partir dessa descrição, ao se fazer necessária a transcrição de fragmentos do *corpus* investigado, adotar-se-á o seguinte esquema de citação: sigla do livro (acrescentada da série escolar à qual se dirige a obra mencionada) seguida imediatamente do(s) número(s) da(s) página(s) da(s) qual (is) se extraiu a passagem.

5 Estas obras consistem, essencialmente, em coletâneas de poemas ou de contos, que permitem aos autores das referidas coleções utilizarem recursos como *jograis* e *dramatizações* para sobrelevar a prática lúdica da oralidade.

6 Nesta obra, prevalece o *registro coloquial*, variação que a autora adota, predominantemente, ao escrever seus livros.

Para se contar uma história – seja qual for – é bom saber como se faz. Afinal, nela se descobrem palavras novas, se entra em contato com a música e com a sonoridade das frases, dos nomes... Se capta o ritmo, a cadência do conto, fluindo como uma canção... Ou se brinca com a melodia dos versos, com o acerto das rimas, com o jogo das palavras... Contar histórias é uma arte... e tão linda!!! É ela que equilibra o que é ouvido com o que é sentido, e por isso não é nem remotamente declamação ou teatro... Ela é o uso simples e harmônico da voz. (ABRAMOVICH, 1999, p. 18)

Para a escritora, é fundamental perceber a sonoridade intrínseca às frases que formam o texto a ser narrado. A modalidade oral servirá, nesse caso, para expressar o *ritmo* próprio da história a ser relatada, constituída de palavras das quais deriva um jogo de interpretação, a ser efetuado por meio da *voz* do narrador.

Na concepção da autora, manifesta-se a sublimação da *voz*:

AH, É BOM SABER USAR AS MODALIDADES E POSSIBILIDADES DA VOZ: sussurrar quando a personagem fala baixinho ou está pensando em algo importantíssimo; é bom levantar a voz quando uma algazarra está acontecendo, ou falar de mansinho quando a ação é calma... Ah, é bom falar muito baixinho, de modo quase inaudível, nos momentos de reflexão ou de dúvida, e usar humoradamente as onomatopeias, os ruídos, os espantos... Ah, é fundamental dar longas pausas quando se introduz o “Então...”, para que haja tempo de cada um imaginar as muitas coisas que estão para acontecer em seguida... E é bom valorizar o momento em que o conflito está acontecendo e dar tempo, muito tempo, para que cada ouvinte o vivencie e tome a sua posição... [grifo da autora] (ABRAMOVICH, 1999, p. 21)

Contar uma história, buscando empreender as possibilidades da voz acima citadas, é uma atividade à qual a autora de *Encontro e reencontro em língua portuguesa* convida o aluno, recomendando ao professor que o estimule:

Literatura oral

Na **literatura oral** encontramos os **causos**, **histórias** que estão vivas na memória do povo e que são contadas ao pé do fogo, nas fazendas, nas reuniões de compadres e comadres, nas histórias que os mais velhos contam às crianças.

Veja algumas histórias:

- de tesouros enterrados
- de saci

- de bruxa
- de mula-sem-cabeça
- de lobisomem
- de boitatá
- de fantasma, assombração, aparição

Adaptado de *Folclore brasileiro*, Roselys Vellozo Roderjan.

Você não quer contar um “causo”?

Estimular para a hora de contar, recontar. [grifos da autora]

(ERLP – 6ª, 209)

Em *Português: linguagens*, não se encontram referências bibliográficas acerca da oralidade. A fundamentação linguística edificada pelos autores se destina, com efeito, à escrita. Ao final dos manuais que integram essa coleção, verifica-se a listagem de obras de linguistas voltados para a produção do texto escrito, entre os quais se situa Ilari (1992).

Para ser bem-sucedido no exercício da redação, o aluno necessita observar anteriormente uma referência e encontrar-se motivado a escrever, conforme a assertiva do referido autor:

A importância da leitura, da observação e da motivação são coisas evidentes para qualquer educador interessado em problemas de redação ou outros, e posto que seu peso relativo pudesse ser discutido em função do grau de escolaridade, da idade dos alunos, das condições psicológicas em que se encontra a classe ao redigir, trata-se de ingredientes virtualmente presentes em qualquer exercício de redação bem-sucedido. (ILARI, 1992, p. 70)

A observação prévia de um texto e a motivação a escrever, dois fatores citados por Ilari, são levados em conta ao se elaborar, em *Português: linguagens*, uma proposta de redação. Atente-se ao fragmento abaixo:

Agora é a sua vez

Apresentamos, a seguir, o início de dois contos de escritores brasileiros. Escolha um deles e dê continuidade à narrativa. Se preferir, escreva um conto com um assunto diferente dos propostos.

Quando eu e minha prima descemos do táxi, já era quase noite. Ficamos imóveis diante do velho sobrado de janelas ovaladas, iguais a dois olhos tristes, um deles vazado por uma pedrada. Descansei a mala no chão e apertei o braço da prima.

(Lygia Fagundes Telles. Venha ver o pôr-do-sol e outros contos. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 35.)

Antes o telefone tocava e eu nem ligava. Agora fico torcendo, rezando. Morrendo de medo da minha mãe descobrir ou desconfiar.

(Vivina de Assis Viana. Sete faces do amor. 11 ed. São Paulo: Moderna, 1992. p. 78.)

Ao escrever seu conto, tenha em mente que ele fará parte do livro que seu grupo irá produzir e expor na mostra **Quem conta um conto aumenta um ponto**, proposta no capítulo **Intervalo** desta unidade. [grifos dos autores]

(PL – 8ª, 23)

Percebe-se na citação anterior, além da exposição de excertos literários que servirão como referência para que o aluno redija seu texto, a assumpção do compromisso de incluir o conto do estudante em um livro. Dessa maneira, além de se ceder um ponto de observação a partir do qual o aluno assimile a estrutura do texto solicitado, propõe-se a exposição do conto escrito pelo discente, proposição que se constitui elemento de motivação para a produção do conto.

Na coleção *ALP*, integra-se Vigotsky (1991) às referências bibliográficas. O teórico russo concentrou seus estudos, predominantemente, no texto escrito. Em algumas de suas considerações, o autor chega a estabelecer a dicotomia escrita *planejada* X *fala não-planejada*:

A comunicação por escrito baseia-se no significado formal das palavras e requer um número muito maior de palavras do que a *fala*⁷ oral, para transmitir a mesma ideia. Dirige-se a um interlocutor ausente, que muito poucas vezes tem em mente o mesmo assunto que o escritor. Portanto, deve ser muito mais desenvolvida: a diferenciação sintática deve chegar ao seu ponto máximo, e devem-se usar expressões que soariam artificiais na conversação. (VIGOTSKY, 1991, p. 122)

No trecho acima, Vigotsky ressalta o planejamento a que a escrita, por ser um meio formal de empregar as palavras, estaria submetida. Desse planejamento,

7 Vigotsky utiliza o termo *fala* como sinônimo de “produção linguística”. Assim, na concepção do teórico russo, a *fala* pode ser oral ou escrita.

estaria isenta a fala, por ser uma atividade comunicativa em que há um interlocutor presente, que facilita a troca de informações na qual se materializa o diálogo.

O planejamento do texto escrito, processo ao qual se volta prioritariamente Vigotsky, é um ponto no qual se detêm os autores de *ALP*. Ao proporem a elaboração de um livro de contos, por exemplo, estabelecem uma pormenorizada diretriz:

Vamos montar um livro de contos da classe.

Escolha um assunto para tema, um tipo de conto (aventura, fantástico, psicológico etc.), pense sobre o ambiente, as personagens, o conflito e o desfecho. Escreva seu conto.

Depois de produzido, seu texto vai passar por um processo de edição.

1. Peça para um colega ler, assinalando as correções necessárias.
2. Verifique mais uma vez se:
 - as ideias estão bem distribuídas nos parágrafos;
 - a pontuação está adequada;
 - a ortografia está correta.
3. Peça para o professor ler e comentar; corrija o que for necessário.
4. Defina, com a ajuda do professor, o tamanho da página do livro.
5. Escolha o tamanho da letra do título e do texto.
6. Passe a limpo, na página escolhida, com sua própria letra, datilografado ou digitado. Cuide da distribuição do texto na página.
7. Criem a ficha catalográfica, colocando título, autores, editora, criador da capa, local e ano da publicação.
8. Montem o livro e, depois, deixem à disposição na biblioteca da escola.

(ALP – 8ª, 79)

Dentre as coleções analisadas, somente *ALP* chega a conter algumas referências sobre a oralidade. Dessas referências, a mais significativa é Azevedo e Tardelli (1998). Ao tratarem da configuração da oralidade em sala de aula, as autoras mantêm uma visão textual-discursiva:

Decorrente das situações de interação social – dentro ou fora do ambiente escolar – a oralidade emerge em sala de aula de maneira informal, numa pluralidade de falas (aqui consideradas como manifestações orais dos alunos) que constitui uma instância discursiva marcada pela heterogeneidade (...). É o momento em que o conteúdo circundante permeia o tema central estudado, configurando um cruzamento de vozes que caracteriza o processo de interação/interlocução entre professor/aluno, aluno/aluno. (AZEVEDO; TARDELLI, 1998, p. 26)

Indícios de uma perspectiva textual-discursiva da oralidade, consonante com aquela adotada pelas pesquisadoras referidas acima, podem ser depreendidos de uma atividade presente em *ALP*, na qual transparece o propósito de se demonstrarem especificidades da modalidade oral:

Em grupo, gravem uma conversa entre duas pessoas ou então escutem um diálogo entre dois colegas da classe e registrem, no caderno, exatamente o que e como foi falado. Depois, releiam e escrevam quais as expressões presentes no registro de vocês que as pessoas não usam normalmente na escrita.

(ALP – 5ª, 52)

Percebe-se, portanto, que a maioria das coleções analisadas carece de uma fundamentação linguística voltada para a oralidade, carência que pode ser considerada um fator determinante para a vigência das concepções de oralidade como *ação natural* e como *exercício do lúdico*.

A relação estabelecida: informatividade da escrita X não-informatividade da fala

Marcuschi conceitua *fala* e *escrita*, situando-as no plano das modalidades de uso da língua:

A *fala* seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo, ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica.

A *escrita* seria um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracteriza por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros (situa-se no plano dos letramentos). Pode manifestar-se, do ponto de vista de sua tecnologia, por unidades alfabéticas (escrita alfabética), ideogramas (escrita ideográfica) ou unidades iconográficas, sendo que no geral não temos uma dessas escritas puras. Trata-se de uma modalidade de uso da língua complementar à fala. [grifos do autor]

(MARCUSCHI, 2001a, p. 25-26)

Porém, nas coleções investigadas, *modalidade de uso linguístico* é uma qualificação atribuída, quase exclusivamente, à escrita. Ao trabalharem com a oralidade, os autores dos manuais analisados a exploram, geralmente, sob o aspecto de *prática social*. Esse aspecto nos remete ao estado original da oralidade, como se percebe na conceituação efetuada pelo autor supracitado:

“A *oralidade* seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso. [grifo do autor]” (MARCUSCHI, 2001a, p. 25).

Ao se explorar a oralidade como prática social, estabelecem-se atividades como debates e dramatizações, que são importantes para a socialização entre os alunos e, por conseguinte, para o processo ensino/aprendizagem. Ressalte-se, no entanto, que o ensino de Português requer uma exploração mais profunda da oralidade, que lhe perscrute as características textual-discursivas. A partir dessa investigação, pode-se trabalhar, especificamente, com a *fala*, modalidade textual-discursiva por meio da qual se consolidam os gêneros textuais orais.

A oralidade tem seu lugar assegurado no ensino de língua materna, pois consiste em uma prática socializante, por intermédio da qual se pode desinibir os estudantes, com vistas, primordialmente, às atividades em grupo. Não se pode, entretanto, circunscrever a oralidade a uma prática social. É necessário investigá-la até alcançar a modalidade falada, pela qual se materializam as distintas práticas linguísticas orais, cuja identificação pelo aluno é condição para que este se torne um usuário proficiente da língua.

Nas coleções analisadas, a abordagem da oralidade, de modo geral, exclui a *textualidade*, a capacidade humana de criar textos, tanto na modalidade falada quanto na escrita, conforme conceituam Fávero e Koch (1988). Ao se associar a *textualidade* à oralidade, situa-se a investigação da modalidade oral no plano do *uso da língua*. Chega-se, portanto, à fala.

Para que a textualidade se manifeste, uma formulação linguística deve apresentar algumas propriedades que possibilitem reconhecê-la como um *texto*. Dentre essas propriedades – ou *princípios de textualidade* – destaque-se a *informatividade*, atribuída pelos autores das coleções em questão, quase exclusivamente, à escrita. No *corpus* investigado, concede-se absoluta prioridade à exposição das informações intrínsecas ao texto escrito (espe-

cificidades da modalidade escrita, tipos de produção escrita, convenções da ortografia etc.), conferindo-se à oralidade um caráter de prática *superficial*, destituída de informações que permitam classificá-la como forma de produção linguística.

Mesmo nas atividades em que se identificam referências a peculiaridades da modalidade oral (como a entonação, por exemplo), a carência de um embasamento linguístico voltado ao texto falado impede que tais recursos próprios da fala sejam focalizados de modo produtivo. A *informatividade* da escrita e a *não-informatividade* da fala se evidenciam, como concepções vigentes no *corpus* analisado, nos fragmentos a seguir:

1) A palavra é PORTUGUÊS:

Escrevendo bilhetes

O bilhete é uma forma rápida de comunicação, utilizada nas mais variadas situações. Serve para deixar recados, para cumprimentar pessoas, para fazer pedidos e agradecimentos e também para expressar sentimentos, como o bilhete que os amigos da Zeca [protagonista do conto “O goleiro do time”, de Edson Gabriel Garcia] escreveram para ela ao entregar-lhe o novo blusão de goleiro.

Você tem abaixo algumas duplas de palavras. Escolha três duplas e escreva três bilhetes, usando as palavras em situações que você vai inventar .

- | | |
|----------------------|-----------------------|
| a) amigo – desculpas | d) patrão – convite |
| b) amiga – flores | e) professora – prova |
| c) mãe – pedido | |
- [grifo das autoras]

(APEP – 6^a, 129-130)

Linguagem oral

Hoje nosso time entra em campo

A classe, dividida em grupos, vai fazer um animado campeonato de narradores de futebol.

Cada grupo escolhe um time de futebol e faz a escalação do time, como a personagem Marcel do texto **O goleiro do time**. Depois escreve uma sequência de aproximadamente cinco jogadas que termina num gol espetacular, ou numa defesa sensacional do goleiro do time adversário, ou numa decepcionante saída de bola pela linha de fundo, ou, quem sabe, em algo inesperado.

Terminada a criação do time e do texto, cada grupo elege um narrador para representá-lo. Enquanto o narrador faz a narração oral das jogadas, o seu grupo pode fazer as vezes da torcida do time, com palavras de encorajamento e palmas para seus jogadores. [grifos das autoras]

(APEP – 6^a, 135-136)

Na proposta de atividade escrita, observa-se a especificação do gênero *bilhete*, ao qual se atribui o conceito de *forma rápida de comunicação*, empregada nas mais diversas situações. Nota-se, também, a exposição de metas comunicativas que demandam a produção desse gênero textual: transmissão de recados, solicitação de algo, manifestação de gratidão. A apresentação dessas *informações* possibilita que o aluno apreenda as características básicas do bilhete, apreensão fundamental para que o estudante se torne apto a elaborar esse gênero de texto escrito.

Na proposta em questão, posteriormente à explicitação de peculiaridades do bilhete, solicita-se a elaboração desse texto escrito. Ao se solicitar essa produção, enfileiram-se duplas de vocábulos – *amigo-desculpas*, *mãe-pedido*, *patrão-convite* – que se associam semanticamente às utilidades comunicativas atribuídas ao bilhete. Estabelece-se, portanto, uma vinculação imediata entre a caracterização do bilhete e a requisição para que se produza esse tipo de texto. Tal vinculação favorece a assimilação da *padronização*⁸ própria de um gênero textual.

Na proposta de atividade oral, solicita-se a simulação de um jogo de futebol, a partir da qual os alunos farão a narração de lances da partida. Anteriormente a essa narração, não se reserva espaço para a exploração de características do texto oral requisitado, como as expressões peculiares e o ritmo de fala adotado pelo locutor de futebol.

A proposta em análise se restringe a uma sugestão de exercício lúdico do oral, baseada na requisição de um texto falado cuja caracterização não é efetivada. Percebe-se, desta maneira, que a *informatividade* da fala não é trazida a lume.

2) Interação e transformação:

Discriminação

◇ Com certeza, você já ouviu ou leu esta palavra em algum lugar. Forme um grupo e discuta com seus colegas o que cada um entende por discriminação. Quando todos os grupos formados na classe tiverem terminado, abram uma roda e comparem todas as definições.

◇ Um cidadão que se cala diante de uma situação injusta, torna-se cúmplice da injustiça. Uma sociedade que se cala diante da injustiça perpetua o ódio, a revolta e o medo... Seu grupo concorda com essa ideia?

◇ É possível estabelecer uma relação entre a discriminação e suas consequências com o seguinte poema de Carlos Drummond de Andrade?

8 A *padronização*, enquadramento de um texto em um conjunto de características que o tornem adequado a uma situação específica de uso da língua, é um conceito arraigado na noção de *gêneros do discurso*, proposta por Bakhtin (1997), ao se referir aos tipos de enunciados por meio dos quais se expressam as distintas esferas de utilização da língua.

Congresso internacional do medo

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio porque esse não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,
depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas. [grifos das autoras]
(IT – 8ª, 09)

De leitor a escritor

O tema central deste Estudo, a questão da liberdade, é muito amplo. Por isso, para elaborar sua dissertação, você pode optar por liberdade em determinado contexto: escola, adolescência, profissão, namoro, família...

Qualquer que seja o contexto que você escolher, as etapas abaixo podem auxiliá-lo a elaborar um texto claro com justificativas coerentes.

Uma dissertação pode ser organizada em três etapas:

- introdução
- desenvolvimento
- conclusão

A introdução deve apresentar a ideia central; é o parágrafo que introduz o tema.

O desenvolvimento deve expor os argumentos que irão provar a ideia apresentada na introdução.

A conclusão deve assegurar a coerência da proposta dissertativa, ou seja, deve “atar” todas as ideias discutidas sobre a ideia central.

Geralmente a introdução e a conclusão correspondem a um parágrafo cada, e o desenvolvimento a mais parágrafos. Nem todos os textos dissertativos seguem esta organização, mas é uma forma de assegurar a coerência de suas ideias. [grifo das autoras]

(IT – 8ª, 119)

Na proposta de atividade oral, verificam-se orientações para a execução de um debate. Não há, porém, uma caracterização do debate como *prática linguística*, que consiste em uma alternância de turnos construídos por indivíduos dispostos a argumentar, a estabelecer oralmente a articulação de suas ideias sobre um determinado tema. Trata-se, portanto, de uma prática linguística em tempo real, fundamentada em uma argumentação elaborada oralmente.

Essa instantaneidade, inerente à atividade conversacional, deverá ser conciliada com uma exposição consistente de ideias. Para que essa conciliação se

efetive, exigir-se-á que o debatedor utilize estratégias específicas de formulação textual, em cuja descrição se deve assentar uma análise linguística do debate.

Conduzir o aluno à observação dos recursos linguísticos empregados pelo debatedor não é um objetivo adotado na proposta em questão, na qual se prescinde das *informações* textual-discursivas a serem apreendidas do debate. A argumentação, procedimento intrínseco ao debate, é citada somente na proposta de atividade escrita, na qual é sugerida a elaboração de um texto dissertativo sobre a *liberdade*.

Nessa proposta de atividade, contrariamente ao que se nota na proposta dirigida à oralidade, há um fornecimento de informações acerca do texto requisitado. Oferece-se, inclusive, um esquema de composição textual, baseado na forma como se preconiza tradicionalmente a organização do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão. Desta maneira, deixa-se evidente a *informatividade* da escrita.

3) Português: leitura e expressão:

Sugestão para leitura oral

Agrupados em equipes de 5 ou 6 elementos, os alunos deverão dividir o texto [“Glória”, crônica de Carlos Drummond de Andrade] por assuntos, de forma que cada aluno fique responsável pela leitura de um trecho.

A classe deve observar que a ausência de parágrafos exige que a leitura seja dinâmica e imite o ritmo da fala. [grifo das autoras]

(PLE – 7^a, 21)

Técnica de composição

Observe como Drummond organizou a conversa de D. Clementina com o bigodudo, para dar mais rapidez e leveza ao texto:

Aí eu disse: O senhor me desculpe, mas eu não sei escrever, a cabeça não dá. Então nada feito outra vez, o bigodão respondeu. Aí eu não tinha mais vontade de chorar e disse assim pra ele: Escuta aqui, moço, quanto é que meu filho tem pra receber? Ele respondeu: 50 cruzeiros. Ah, é isso?, respondi. Pode ficar pra agência.

Observe agora a organização usual do diálogo:

Aí eu disse:

- O senhor me desculpe, mas eu não sei escrever, a cabeça não dá.
- Então nada feito outra vez, o bigodão respondeu.

Aí eu não tinha mais vontade de chorar e disse assim pra ele:

– Escuta aqui, moço, quanto é que meu filho tem pra receber?

Ele respondeu:

– 50 cruzeiros.

– Ah, é isso? – respondi. – Pode ficar pra agência.

1. Reescreva os trechos abaixo, utilizando a mesma pontuação de Drummond.

Em caso de dúvida, consulte o texto “Glória”.

a) Aí um dos homens falou assim pra ele:

– Quer fazer um teste, ó garoto?

– O que é um teste? – ele respondeu.

Aí o homem explicou, não sei bem qual é a explicação.

b) Aí mandaram ele pra casa, não, antes falaram assim pra ele:

– Manda seu pai aqui na agência receber o cachet.

Ele ficou espantado, falou assim.

– Que troço é esse?

Eles responderam:

– É tutu.

Aí ele baixou a cabeça e respondeu baixinho:

– Eu não tenho pai.

– E mãe você tem?

Ele respondeu que mãe ele tinha, e levantou a cabeça. [grifo das autoras]

(PLE – 7ª, 25)

Na proposta de atividade dirigida à oralidade, sugere-se a divisão do texto “Glória”, para uma leitura oral. Expõe-se que, devido ao fato de quase todo o texto se constituir um único parágrafo (vide Anexo), a leitura deve ser dinâmica, buscando imitar o ritmo da fala. Não se apresentam, no entanto, *informações* acerca desse ritmo: constituição supra-segmental, características, variações de acordo com a situação. Por não comportar essa especificação do ritmo da fala, a proposta mencionada termina por conduzir o aluno, estritamente, à prática lúdica da oralidade.

Na proposta de atividade escrita, nota-se o fornecimento de um modelo de texto escrito, que deverá ser reproduzido pelo estudante. O *discurso indireto* construído por Drummond é empregado, portanto, para que o aluno assimile um aspecto constitutivo da escrita: os distintos modos de pontuação.

Esses diferentes modos integram uma camada mais ampla: o(s) *formato(s)* do texto escrito. É nesse estrato que se concentra a *informatividade* explorada pelos autores. Na proposta em questão, o diálogo literário,

por meio do qual se poderia analisar a tentativa de se reproduzir a fala no texto literário, é utilizado, restritamente, para se abordar um aspecto do texto escrito.

4) Português: linguagens: Leitura expressiva do texto

Dois alunos leem a 1ª cena [da crônica “Antes e depois”, de Moacyr Scliar]. O primeiro faz o papel da mãe, lendo com uma voz ora áspera e autoritária, ora mansa e carinhosa, de acordo com a situação. O outro aluno lê colocando-se no papel da esposa, enfatizando os trechos que dão ideia de desprezo e descrédito. Outros pares de alunos poderão ler as demais cenas, procurando a entonação adequada a cada personagem. [grifo dos autores]
(PL – 7ª, 54)

Para escrever com coerência e coesão A CONECTIVIDADE

Um texto não é simplesmente um amontoado de palavras e frases. Para fazer sentido, ele precisa ter **textualidade**, isto é, deve **apresentar articulação de ideias** (a **coerência**) e **articulação gramatical** entre palavras, orações, frases e partes maiores (a **coesão**).

O texto abaixo [de Mário Quintana] não apresenta textualidade, porque foram suprimidas algumas palavras essenciais para a construção de seu sentido. Veja:

DA PAGINAÇÃO

Os livros □ poemas devem ter margens largas □ muitas páginas em branco □ suficientes claros nas páginas impressas, □ as crianças possam enchê-los □ poemas □ gatos, homens, aviões, casas, chaminés, árvores, luas, pontes, automóveis, cachorros, cavalos, bois, tranças, estrelas □ que passarão também a fazer parte dos poemas... [grifos dos autores]
(PL – 7ª, 188)

Na proposta de atividade escrita, expõe-se uma característica fundamental da língua: a conectividade. No entanto, do modo estabelecido pelos autores, deixa-se parecer que se trata de uma característica verificável somente na escrita. A existência da conectividade seria, desta maneira, uma *informação* a ser depreendida, restritamente, da escrita.

Na proposta em questão, de certa forma, circunscreve-se a própria textualidade ao texto escrito, pois, ao se discorrer sobre ela, não se menciona o texto falado. Far-se-ia conveniente explicar que a textualidade – e, dentro dela, a conectividade – é inerente, também, à fala. Nessa explanação, ao se

mencionar a conectividade, poder-se-iam expor os meios distintos pelos quais ela se opera na fala e na escrita.

Na proposta de atividade oral, sobreleva-se a prática lúdica da oralidade. A citação da *entonação*, única menção à fala, não é acompanhada de *informações* que permitam compreender esse elemento fonológico como integrante do texto oral.

Conclusão

No *corpus* investigado, em virtude da carência de uma fundamentação linguística voltada para a modalidade oral, pôde-se constatar uma nítida predominância de atividades nas quais se concebe a oralidade como *ação natural* e como *exercício do lúdico*.

Essas atividades possuem inegável relevância, já que promovem a socialização entre os alunos. Entretanto, não devem prevalecer às atividades geradas a partir da concepção da oralidade como prática textual-discursiva, que se manifesta linguisticamente por meio da *fala*.

Ao se estabelecer tal concepção, contribui-se, fundamentalmente, para que o estudante se torne um usuário proficiente da língua. Esse estabelecimento possibilita que o aluno perceba que as duas modalidades linguísticas mantêm entre si uma relação de *confluência*, convergindo para a produção linguística do indivíduo.

Os manuais investigados se revelaram *à margem* dessa confluência, visto que seus autores exploram a oralidade, geralmente, sob o aspecto de prática social, a partir do qual se estabelecem estritamente atividades como debates e dramatizações, às quais não se integra uma perspectiva textual-discursiva, que permita chegar-se à fala. Logo, nesses livros didáticos, a relação instaurada não é entre fala e escrita, mas entre *oralidade e escrita*.

GOMES JR., Saul Cabral. Orality vs. writing in textbooks on Portuguese (Junior High School): aspects of a relation. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 90-108, 2010.

ABSTRACT: *This article intends to verify whether the Portuguese textbook (junior high school) has already assimilated the textual discursive conception of orality. Taking orality as a textual discursive practice, we can note the way speech and writing are combined for one purpose: the linguistic production. The analysed corpora consist in six Portuguese textbook collections. Some of these collections are used by private school teachers, whereas others are used by public schools teachers.*

KEYWORDS: *Portuguese. Teaching. Textbook. Orality. Writing.*

Referências

1) Coleções didáticas

BASSI, C.; LEITE, M. **Português:** leitura e expressão. São Paulo: Atual, 2004.

BOURGOGNE, C. V. B.; SILVA, L. S. **Interação e transformação:** língua portuguesa. São Paulo: Editora do Brasil, 2004.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português:** linguagens. São Paulo: Atual, 2004.

FERNANDES, M.; HAILER, M. A. **ALP:** Análise, Linguagem e Pensamento. São Paulo: FTD, 2004.

PRATES, M. **Encontro e reencontro em língua portuguesa.** São Paulo: Moderna, 2004.

PROENÇA, G.; HORTA, R. **A palavra é PORTUGUÊS.** São Paulo: Ática, 2004.

2) Bibliografia complementar

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil** – gostosuras e bobices. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

AZEVEDO, C. B.; TARDELLI, M. C. Escrevendo e falando na sala de aula. In: GERALDI, João Wanderley; CITELLI, Beatriz (Orgs.). **Aprender e ensinar com textos de alunos.** V. 1. da Série “Aprender e ensinar com textos”, coordenada por Lígia Chiappini. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 25-47.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Trad. feita a partir do francês: Maria Ermentina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. **Linguística textual** – uma introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita** – atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001a.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e ensino de língua – uma questão pouco “falada”. In:

DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **O livro didático de português** – múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001b. p. 21-34.

MILANEZ, W. Condições básicas para o ensino da oralidade em língua materna. In: **Pedagogia do oral** – condições e perspectivas para sua aplicação no português. Campinas: Sama, 1993. p. 23-43.

VIGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jeferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ANEXO

“Glória”, de Carlos Drummond de Andrade, texto utilizado em *Português: Leitura e Expressão (7ª Série)*

— Meu filho é artista de televisão, contando o senhor não acredita. Eu mesmo às vezes penso que é ilusão. Com oito anos, imagine. Estava brincando na pracinha lá da vila quando passaram uns homens e olharam muito pra ele. Meu filho, não é pra me gabar, mas é uma lindeza de Menino-Jesus, aí um dos homens falou assim pra ele: Quer fazer um teste, ó garoto? O que é teste?, ele respondeu. Aí o homem explicou, não sei bem qual é a explicação, levaram ele pra um edifício na cidade, tiraram um bocado de retratos dele, depois falaram assim: [...] Você foi aprovado pra fazer um comercial, tá bem? Ele neca de saber o que é um comercial, nem eu, mas agora eu fiquei sabendo, é uma coisa-à-toa, a pessoa nem precisa falar, fica só fazendo uma coisa, comendo doce de leite, devagarinho, com uma carinha alegre, quando acaba passa a língua nos beiços, assim, olha, e pisca o olho, ele é tão engraçado, antes de acabar de comer ele já estava fazendo isso, um negócio. Aí mandaram ele de volta pra casa, não, antes falaram assim pra ele: manda seu pai aqui na agência receber o *cachet*. Ele ficou espantado, falou assim: que troço é esse? Eles responderam: É tutu. Aí ele baixou a cabeça e respondeu baixinho: Eu não tenho pai. E mãe você tem? Ele respondeu que mãe ele tinha, e levantou a cabeça. Então manda ela aqui, mas o garoto é esperto, deu uma de sabido: Eu mesmo não posso receber? se fui eu que fiz tudo sozinho. Não você não pode, tem que ser sua mãe, diz a ela que venha das 2 às 4, trazendo carteira de identifica-

de. Bonito, e eu que nunca tive carteira, já pelejei pra tirar uma. [...] Vou lá na agência assim mesmo. Larguei meu serviço. Fui. Tinha um mundão de gente, eu não sabia quem é que podia me atender, andei rodando de uma sala pra outra, até que afinal um cara de bigodão, atrás da parede de vidro com um óculo no meio, falou assim: É comigo, trouxe a carteira? Eu expliquei que carteira eu não tinha, mas sou lavadeira muito acreditada na Zona Norte [...] Ele abanou a cabeça, falou assim: Nada feito, não tenho ordem de pagar sem identidade. Mas o meu filho trabalhou, moço, eles ficaram satisfeitos com o trabalho dele, tanto que prometeram pagar um tal de *cachet*, como é que pra pagar a ele é preciso a carteira de outra pessoa, o senhor acha isso direito? Ele não respondeu nada, tornou a abanar a cabeça e eu fiquei matutando: O que tu vai fazer pra sair dessa, Clementina da Anunciação? E comecei a chorar. Aí eles me viram chorando, ficaram com pena de mim, um barbudo que passava disse pro bigodão: Paga ela, Reginaldo. O bigodão resmungou: Tá legal, e me deu um papel passado em três folhas iguais, pra eu assinar nelas todas. Aí eu disse: O senhor me desculpe, mas eu não sei escrever, a cabeça não dá. Então nada feito outra vez, o bigodão respondeu. Aí eu não tinha mais vontade de chorar e disse assim pra ele: Escuta aqui, moço, quanto é que meu filho tem pra receber? Ele respondeu: 50 cruzeiros. Ah, é isso?, respondi. Pode ficar pra agência. Perdi meu dia de trabalho, gastei trem, gastei ônibus, andei a pé nesse solão, não vou me chatear por causa dessa mixaria. [...] Meu filho vale muito mais, a gente não fica mais pobre por causa disso, ele agora é artista, amanhã, se Deus e a Virgem Maria ajudar, vai ganhar milhões. Nem precisa ganhar, só o orgulho que eu sinto por ele ter passado no teste! Saí de lá com esse orgulho bonito no coração, meu filho é artista, meu filho é artista, ia repetindo sozinha, na rua me olhavam admirados, mas eu nem dei bola, fui pra casa e ligo a televisão o dia inteiro, trabalho vendo ela, até chegar a hora de meu filho aparecer no comercial comendo doce de leite. Pobre tem televisão, na vila todos têm, vai ser um estouro quando meu boneco aparecer e piscar o olho, então isso não vale mais que 50, que 500, ou cinco mil cruzeiros, ou todos os cruzeiros do mundo?

E seu rosto enrugado cintilava de glória.

(Em *De notícias & não-notícias faz-se a crônica*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.)

"PENSO EM TI, MURMURO O TEU NOME; NÃO SOU EU: SOU FELIZ". UM ESTUDO SOBRE A ALTERIDADE N'O PASTOR AMOROSO

Ana Patrícia Silva de SOUSA¹

RESUMO: Este trabalho aborda o tema da alteridade na poesia do heterónimo pessoano, Alberto Caeiro, mais precisamente nos versos d'*O Pastor Amoroso*. Esses poemas retratam um episódio amoroso em que o *ego*, antes isolado, encontra o *alter* e vive a experiência da alteridade, tornando-se num *alter ego*.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade. Identidade. Metafísica. Poesia. Amor.

*Os outros também são românticos,
Os outros também não realizam nada, e são ricos e pobres,
Os outros também levam a vida a olhar para as malas a arrumar,
Os outros também dormem ao lado dos papéis meio compostos,
Os outros também são eu.*²

*...connaître l'autre et soi est une seule et même chose.*³

Descobrir o *outro* é descobrirmo-nos a nós próprios. Os contornos do nosso corpo não limitam as nossas peculiaridades idiossincráticas; não somos seres estranhos a tudo o que escapa à esfera do *eu* — o *eu* é o *outro*, o *outro* é o *eu*.⁴

1 Mestre em Estudos Clássicos, UA, Departamento de Línguas e Culturas, Aveiro, Portugal, sousafamilia@hotmail.com

2 PESSOA, s.d., p. 221.

3 TODOROV, 1989, p. 27

4 Note-se que estas noções se baseiam em Todorov (1990, p.11), que inter-relaciona, estreitamente, o eu e o outro. Para ele, encontram-se “apenas separados pelo [meu] ponto de vista segundo o qual eles estão todos lá e só eu estou aqui”. Acrescenta, ainda, que o outro pode assumir duas definições: a de ideia abstracta sobre outro indivíduo em geral, ou a de existência de um indivíduo concreto.

O encontro com o *tu* funda a identidade do *eu*, na medida em que, frente ao *outro*, se interroga sobre as suas características naturais e se descentraliza em termos individuais, sociais e étnicos. Esse dialogismo permite, assim, o reconhecimento de *si* e do *outrem*, cuja troca de informações ou vivências diferentes enriquece ambos e os influencia mutuamente. O constante e variado contacto entre o *eu* e o *outro*, leva a que o *ego* acumule vários *altri*, e vice-versa. Aliás, para os *outros*, um indivíduo é múltiplo, podendo ser um filho, um pai, um amigo, ou um colega, entre outras facetas. O conhecimento da alteridade põe em prática a essência social do ser humano:

Todo homem é um *ego* e todo *ego*, para existir, precisa de um *alter*, que é, ele mesmo, um *ego* do qual o primeiro é o *alter*. No total, trata-se, portanto, de um *alter ego*.⁵

A consciência de que o *outro* é o reflexo do *eu* ou de que, para o *tu*, o *eu* é um *alter* põe a ênfase no estudo das relações humanas como um meio para conhecer o homem, nas suas múltiplas dimensões (pessoais, sociais, étnicas, psicológicas...), e para compreender as leis e comportamentos socioculturais.

Essa necessidade do *outro* é natural ao ser humano. Mal nasce, a criança está inserida num mundo que invade e pelo qual é invadida, iniciando um processo de socialização e aprendizagem na exterioridade, durante o qual se modifica e cresce. Torna-se, então, uma amálgama, uma junção do *eu-natural* com o *eu-aprendido*. O *eu-natural* constitui as nossas características naturais, que nascem com o indivíduo, enquanto o *eu-aprendido* significa tudo aquilo que o *eu* apreende do *outro*, da sociedade.

A educação passa a desempenhar um papel fundamental no progresso da humanidade. Muitos foram os homens que questionaram o modo de educar, uns apoiaram a modernização e o cosmopolitismo da aprendizagem — o *eu-aprendido*; outros viram na civilização uma depravação do mundo e afastamento do verdadeiro *eu* — o *eu-natural*. Na poesia, não há quem seja tão obcecado por esta dicotomia como o heterónimo pessoano, Alberto Caeiro.

⁵ Tout homme est un *ego* et tout *ego*, pour exister, a besoin d'un *alter*, qui est lui-même un *ego* et dont le premier est l'*alter*. Au total il s'agit donc d'un *alter ego* (GROUX; PORCHER, 2003, p. 32)

Nascido da criatividade de Fernando Pessoa, AC⁶ exemplifica a capacidade racional do *eu* se desdobrar em vários, em *outros* — os heterónimos.⁷ Cada uma dessas personagens ficcionais dramatiza um papel que lhe é inerente e cuja interação teatraliza um enredo enovelado de pensamentos e relações. Torna-se deveras espantoso como a imaginação de um só indivíduo inventa o mestre — Alberto Caeiro — de todo um sistema filosófico e o ramifica, e complexifica, por meio de uma variedade de discípulos — Fernando Pessoa, Ricardo Reis, Álvaro de Campos, entre outros.

Ao alto, num canto de uma cómoda, nasce AC, como por inspiração divina. De um ímpeto, foram escritos trinta e quatro poemas deste poeta bucólico de índole complicada. Envolto de misticismo, o aparecimento do mestre ao discípulo ortónimo parece profético, como se estivesse destinado ou como se fosse aguardado. Assim, o 8 de março de 1914 é o dia “triumfal”, único e absoluto, em que renasceu o deus “Pã”, “o grande Libertador”, “o descobridor da Natureza”.⁸

6 Esclarece-se que a sigla AC corresponde a Alberto Caeiro, usada para facilitar a referência ao autor que, por constituir o objecto de estudo, é nomeado ao longo deste trabalho.

7 Considera-se não ser relevante debater a questão da heterónima neste trabalho. De facto, e apesar de a heterónima estar intimamente relacionada com o tema da alteridade, pretendemos, no entanto, cingir o nosso estudo à análise literária da poesia caeiriana, concretamente aos poemas d’*O Pastor Amoroso*. Contudo, apresenta-se as palavras de Jorge de Sena (2000, p. 146-147) sobre este assunto: “A tão discutida questão dos «heterónimos», há que colocá-la muito diversamente do que tem sido: não nos interrogarmos sobre se são ou não são ele, ou em que medida corresponderam a um Pessoa verdadeiro e sincero. Eles, como tudo o que fez e viveu o homem Fernando Pessoa, existiram e existem realmente (alguns até existirão hoje muito mais do que para ele chegaram a existir): quem não existiu foi ele mesmo. E não há que procurar-lhes uma referência individual que foi, na existência deles todos, uma mera circunstância. Ainda quando investigações minuciosas do estilo de cada um nos provem que não são tão diversos uns dos outros quanto aparentam, e que há, entre eles (a não ser em casos extremos, em que se imitaram excessivamente a si mesmos), um denominador muito comum que seria «ele», nem mesmo assim provaríamos a existência dele como personalidade, porquanto estaríamos tirando a prova, pelo absurdo, de que ele lhes cedera de si mesmo o que lhe cabia ser. Ele não foi um «eu», mas um «anti-eu». [...] Como foi possível um homem levar tão longe a negação de si mesmo? Que negação de que si mesmo?” Sobre esta questão, aconselha-se, ainda, o estudo de António Lourenço (1995), intitulado *Identidade e alteridade em Fernando Pessoa e António Machado: Álvaro de Campos e Juan de Mairena*.

8 Explique-se que os vocábulos e expressões, em itálico, são utilizadas, no caso de “triumfal”, por Fernando Pessoa na carta sobre a génese dos heterónimos, no caso dos epítetos “Pã” e “grande Libertador”, por Ricardo Reis no prefácio à poesia do mestre e, por fim, no caso de “descobridor da Natureza”, por o próprio AC que assim se auto-apelidou. Note-se que a antonomásia de “descobridor da Natureza” é traduzida da expressão latina “rerum inuentor”, que já tinha sido atribuída a um outro grande filósofo grego, Epicuro, por o seu discípulo latino, Lucrécio. Há, aliás, estudos que defendem a influência da filosofia epicurista na poesia caeiriana, designadamente: *Alberto Caeiro “descobridor da Natureza?”*, de Maria Helena Nery Garcez (1985); e a tese de mestrado *Influências lucrecianas na poesia de Alberto Caeiro*, de Ana Sousa (2005).

Da sua fisionomia, realça-se a candura e a brandura, características estas consentâneas com a clareza dos seus versos e com a tranquilidade dos seus intentos existenciais. Ele escreve, naturalmente, o que sente, sem rasura, nem rima. Tal qual a sacerdotisa é o veículo das palavras oraculares de Apolo, AC entremeia o mundo natural e o mundo humano. Ele é “o intérprete da Natureza”⁹ somente para que os homens compreendam a sua não-linguagem. Sincero com as suas sensações, transcreve-as, para a linguagem humana, conforme as percebe, resultando, deste exercício de escrita, uma maneira de poetizar anti-poética, por lhe faltar a subjectividade e a interioridade que a costumam caracterizar.¹⁰

Da sua biografia, nada se sabe — a vida do mestre é a sua poesia. Nada aconteceu, nem factos, nem episódios.¹¹ Mas, basta lê-lo para que o vazio desta afirmação adquira uma plenitude de sentidos. Há, contudo, uma informação caricata de que o mestre detinha poucos estudos e parca cultura. Um contra-senso que se justifica pelos seus propósitos doutrinários, muito embora AC nem deseje ser um teorizador, nem poeta, nem sequer o mestre — quem lhe dera a simplicidade das coisas, quem lhe dera ser um “carro de bois” ou “o pó da estrada”.¹² Defini-lo como um cidadão no campo mostra a procura dessa simplicidade, dessa pureza natural.

Da sua morte, acredita-se que, *in extremis*, fechou os olhos e dormiu. Era de saúde frágil e morreu jovem, de tuberculose. Aliás, e perdoem o absurdo da afirmação, AC nasceu quasi-morto. Apesar de ter sido criado em 1914, contam-se os anos de 1889 e 1915, como as datas de nascimento e de

9 CAEIRO, 2001, p. 66: “Porque escrevo para eles me lerem sacrifico-me às vezes/ À sua estupidez de sentidos... / Não concordo comigo mas absolvo-me/ Porque não me aceito a sério,/ Porque só sou essa cousa odiosa, um intérprete da Natureza,/ Porque há homens que não percebem a sua linguagem,/ Por ela não ser linguagem nenhuma...”

10 Explícite-se que, para Caeiro, “a linguagem dos homens impossibilita a visão real das coisas, pois atribui nomes, embebidos em significados abstractos e em subjectividade. A realidade não tem de ser pensada, mas sentida. Atribuir um nome, ou seja um significado, às coisas é corromper-lhes a essência: as coisas completam-se pela sua existência.” (SOUSA, 2005, p. 47)

11 Conforme diz Ricardo Reis, no seu prefácio, “a vida de Caeiro não pode narrar-se pois que não há nela de que narrar. Seus poemas são o que houve nele de vida. Em tudo o mais não houve incidentes, nem há história”. (apud PESSOA, 1994, p. 25)

12 CAEIRO, 2001, p. 49; 51: “Quem me dera que a minha vida fosse um carro de bois/ Que vem a chiar, manhaninha cedo, pela estrada,/ E que para de onde vem volta depois, / Quase à noitinha pela mesma estrada”; “Quem me dera que eu fosse o pó da estrada/ E que os pés dos pobres me estivessem pisando...”

morte, respectivamente. Este facto marca uma vida, ou poesia, fria, distante e sofrida.

Da sua obra, catalogam-se os muitos poemas sob os títulos de *O Guardador de Rebanhos*, *O Pastor Amoroso* e *Poemas Inconjuntos*. Por não ser sua ambição ser poeta — compor é a maneira de estar sozinho¹³ —, os seus versos confirmam a (aparente) bonomia do mestre ao serem redigidos com as ideias encostadas e sem serem limados artisticamente.

Escritos, em grande parte, num dia de inspiração ímpar, os poemas d’*O Guardador de Rebanhos* são considerados o auge da filosofia caeiriana. Neles, apresenta-se como um pastor que nunca guardou rebanhos. Assim, o primeiro verso da obra caeiriana mostra o temperamento antitético e paradoxal da filosofia da não-filosofia do mestre. Afinal, ele não é um guardador de rebanhos — conforme o título desse conjunto —, mas é como se fosse. Imagina-se, então, um velho¹⁴ e rude aldeão que contempla o sossego da Natureza mas, aos poucos, entrevê-se que esta serenidade flutua na superfície, como a brisa ligeira a dar nas folhas. Na raiz, no íntimo caeiriano, há, conquanto, uma rebeldia intelectual que, partindo de preconceções, axiomas e tautologias, (des)reconstrói os fundamentos da sociedade, da tradição e do conhecimento humano. Fá-lo com uma tal naturalidade que o leitor é convencido pela clareza das suas palavras certas, sem questionar as verdades do mestre. E, assim, sob a máscara da simplicidade, poetiza os fundamentos filosóficos e os preceitos éticos de uma doutrina anti-metafísica – o sensacionismo. Para ele, o pensamento distorce a visão humana — “pensar é estar doente dos olhos”¹⁵ — e apenas a percepção sensorial é a fonte de informação fidedigna sobre a realidade, pelo contacto directo e imediato com a exterioridade. Ele é o poeta das sensações sem consciência de que as sente — “procuro dizer o que sinto/ sem pensar em o que sinto” —, ele é o pagão que objectiva a realidade — “a Natureza é partes sem um todo” —, ele é o mestre que, subversivamente, ensina a desaprender — “procuro

13 CAEIRO, 2001, p. 22: “Não tenho ambições nem desejos./ Ser poeta não é uma ambição minha./ É a minha maneira de estar sozinho.”

14 O tom autoritário, sério e frio envelhece a poesia caeiriana, por isso, ao lê-la, fica a sensação de que o autor é um sábio ancião quando, de facto, sabemos pela sua biografia que AC morreu ainda jovem.

15 CAEIRO, 2001, p. 24.

despir-me do que aprendi,/ (...) desembrulhar-me e ser eu, não Alberto Caeiro,/ mas um animal humano que a Natureza produziu”.¹⁶ Tal torna-o um ascético que abdica do pensamento, da cultura, da sociedade, da memória e das ambições, para alcançar a ataraxia alheada das sensações. Isolado dos *outros*, limitado à realidade aparente e desnudado das aprendizagens — incluindo a linguagem —, AC mostra uma obcecação sensista e nominalista e, até, considera antinaturais palavras como interior, significado ou mistério. Só existe superfície, só existe significante, só existe o que se vê, só existe o que existe. E, deste modo, ostraciza o Homem como ser racional que, por esta particularidade, não é mais ou menos natural, mas é, radicalmente, antinatural. Aliás, segundo o próprio, é natural que não se pense¹⁷. Dá-se, então, a reconciliação do homem moderno e civilizado com a Natureza, como que um regresso à pureza primitiva da existência humana. E ainda, igual à tona serena do rio, ao se despir das aprendizagens, ao satirizar a arte de rimar e ao desarrumar a maneira de pensar, o (pseudo) pastor parece ter atingido um estado de superioridade entre as flores e as árvores que sugere a tranquilidade dos deuses no *intermundia* de Lucrécio.¹⁸ Por tudo isto, ele está só — como ninguém esteve — no silêncio, no vazio do ser: é um poeta anti-poeta, um metafísico anti-metafísico, um eu anti-eu.

Como pode esta figura ser o mestre de todos? Que ensinamentos tem para os *outros* um exilado, sem estudos e sem cultura? Afinal, trata-se de um mestre que professa o nada — “bendito seja eu por tudo quanto não sei” — a ninguém — “quem sabe quem os [versos] lerá?/ quem sabe a que mãos irão?”¹⁹

Ora, tal como “há bastante metafísica em não pensar em nada”,²⁰ também há, analogamente, muito estudo para aprender a desaprender. Aliás, para

16 CAEIRO, 2001, p. 82; 84; 82-83.

17 CAEIRO, 2001, p. 29.

18 Explique-se que, para Lucrécio, fiel discípulo epicurista, os deuses habitam num lugar inter-cósmico, a que chama *intermundia*. Aí, “vivem num ambiente de tranquilidade serena, inalterável e eterna, o que é incoadunável com a preocupação em infligir castigos ou em atribuir benesses aos mortais. Acaso intervissem nos afazeres humanos, quebrar-se-ia esse clima harmonioso e calmo, logo é impossível haver tal providência por parte dos deuses.” (SOUSA, 2005, p. 97-98)

19 CAEIRO, 2001, p. 61;85.

20 CAEIRO, 2001, p. 70: “Acho tão natural que não se pense/ Que me ponho a rir às vezes, sozinho, / Não sei bem de quê, mas é de qualquer coisa/ Que tem que ver com haver gente que pensa...”

o compreender são precisos grandes conhecimentos filosóficos, gnosiológicos e culturais. É pois, tal a violência submersa do rio, pela forte determinação para o indefinido, para o ser inferior e para o não-ser — tão inteiramente — que AC acaba por se converter, absurdamente, no mestre. Não esqueçamos que é AC quem traz o “Universo ao Universo”.²¹ Ele é “como a voz da terra, que é tudo e ninguém”.²²

A figura de um simples guardador de rebanhos identifica-o com um homem da terra e acresce-lhe a autoridade de falar sobre a Natureza. Aplica o seu poder de um modo determinado, rigoroso e violento para quem defende visões opostas à sua. Seguro das suas sensações, satiriza, sem piedade, outras formas de ser e de pensar. Actuando desta forma, parece ser feliz na paz estoica que persegue nos campos, embora duvidemos da autenticidade do pastor quanto a este assunto. Isto porque, no nosso parecer, esse rosto forte disfarça uma alma de poeta solitária e triste, ainda que declare que se deita na erva e é feliz porque sente a realidade. Nas profundezas do seu ser, há, quiçá, a consciência de que não tornou real as suas palavras: AC anulou-se, *coisificou-se* para se curar da doença da racionalidade, mas acaba por tropeçar sem querer no pensamento,²³ e a missão superior de trazer a realidade à realidade não passa de uma dialéctica inútil — cada verso seu é um conceito, por mais que dissimule e repudie tal ideia.²⁴ Velho, triste e de mau humor, AC é o Inverno que desesperou à espera da Primavera.

21 CAEIRO, p. 83: “Ainda assim, sou alguém./ Sou o descobridor da Natureza./ Sou o Argonauta das sensações verdadeiras./ Trago ao Universo um novo Universo/ Porque trago ao Universo ele-próprio.”

22 PESSOA, 1994, p. 160.

23 Referencie-se os quatro poemas d’*O Guardador de Rebanhos*, apresentados como tendo sido escritos na doença: “As quatro canções que se seguem/ Separam-se de tudo o que penso, /Mentem a tudo o que eu sinto,/ São do contrário do que eu sou...”(CAEIRO, 2001, p. 48)

24 Tendo em conta esta afirmação, não há apenas a sátira do conhecimento e dos outros em AC, mas também uma forte auto-sátira de que fala Garcia (1985, p. 345): “a auto-sátira realiza-se por vezes graças ao autoritarismo arbitrário dos enunciados: ‘sou do tamanho do que vejo’; outras vezes mediante a transposição dum certo hiperrealismo para um domínio onde não faz sentido: ‘Tive um sonho como uma fotografia’; outras vezes por um atributo que finge eliminar a sátira: ‘Graves como convém a um deus e a um poeta’, enquanto jogam ‘as cinco pedrinhas’; outras vezes pela negação duma forma verbal afirmativa graças a uma comparação absurda: ‘Comovo-me como a água corre’.”

Mas, eis que algo acontece (ou se esquece²⁵): o mestre apaixonava-se. Dá-o a conhecer nos oito poemas de *O Pastor Amoroso*, os dois primeiros datados de 6 de julho de 1914 e os restantes a título póstumo.²⁶ Amar fê-lo compor dos mais belos e sentidos poemas da poesia bucólica, num estilo simples de quem está a viver o entusiasmo da paixão:

Quando eu não te tinha
 Amava a Natureza como um monge calmo a Cristo...
 Agora amo a Natureza
 Como um monge calmo à Virgem Maria,
 Religiosamente, a meu modo, como dantes,
 Mas de outra maneira mais comovida e próxima.
 Vejo melhor os rios;
 Sentado a teu lado reparando nas nuvens
 Reparo nelas melhor...
 Tu não me tiraste a Natureza...
 Tu não me mudaste a Natureza...
 Trouxeste-me a Natureza para ao pé de mim.
 Por tu existires vejo-a melhor, mas a mesma,
 Por tu me amares, amo-a do mesmo modo, mas mais,
 Por tu me acolheres para te ter e te amar,
 Os meus olhos fitaram-na mais demoradamente
 Sobre todas as cousas.

Não me arrependo do que fui outrora
 Porque ainda o sou.
 Só me arrependo de outrora te não ter amado.²⁷

AC rende-se à visão do amor, sem arrependimentos, a não ser o de não ter amado antes. Continua o mesmo, a Natureza continua a mesma, apenas aumenta a intensidade com que percebe as coisas – mais emocionada, mais próxima, mais demorada. Agora, vê melhor e ama mais a

25 Segundo o discípulo Ricardo Reis, “o mesmo breve episódio, improficuo e absurdo, que deu origem aos [...] poemas de *O Pastor Amoroso*, não foi um incidente, senão, por assim dizer, um esquecimento.” (apud PESSOA, 1994, p. 25)

26 Esta datação torna-se deveras significativa, devido à evolução dos sentimentos do poeta: primo de euforia nos dois iniciais, segundo de desilusão nos restantes, como será aprofundado *supra*.

27 CAEIRO, 2001, p. 91.

Natureza, por existir um *tu* a quem ele devotou, “religiosamente”,²⁸ o seu coração enamorado. O pastor já não está sozinho nos campos: o *tu* responde aos sentimentos do *eu*. Tal facto despertou um novo culto à Natureza: sente-a com o sentimento, já não com os sentidos. O leitor sente-se traído, retirada está a filosofia do “sinto, ergo sum” e substituída, como se nada se tratasse, por “amo, ergo sum”. Vende a Verdade por trinta moedas. Ele tenta atenuar os efeitos do amor — porque ainda é —, mas está diferente no que tem de mais íntimo, no seu modo de ver e de ser. Encontrou o *outro* e é feliz:

Está alta no céu a lua e é primavera.
Penso em ti e dentro de mim estou completo.

Corre pelos vagos campos até mim uma brisa ligeira.
Penso em ti, murmuro o teu nome; não sou eu: sou feliz.

Amanhã virás, andarás comigo a colher flores pelos campos,
E eu andarei contigo pelos campos a ver-te colher flores.

Eu já te vejo amanhã a colher flores comigo pelos campos,
Mas quando vieres amanhã e andares comigo realmente a colher flores,

Isso será uma alegria e uma novidade para mim.²⁹

Cresce o estado de euforia amorosa. Chegou a Primavera, estação do renascimento, do desabrochar e do amor. Ao luar das noites primaveris, o poeta pensa na amada e sente-se completo por dentro. A estranheza desta afirmação reside no facto de contrariar a sua filosofia do exterior, do fora. Rebentou um *outro* AC, inverso a ele próprio. O tom das suas palavras rejuvenesceu, como se tivessem tirado o peso da disciplina que o prendia e impedia de existir plenamente. Está cego de amores, cego dos sentidos: nos dias em que está no campo a sentir a Natureza na face, pensa na amada e murmura o nome dela ao vento. Deixou de ser ele, sem dúvida — AC pensa e é feliz assim. Aban

28 A propósito deste advérbio de modo, registre-se a seguinte ideia de Garcez (1985, p. 131): “se Caieiro, por um lado, dessacraliza a visão da Natureza, recusando-se a vê-la na qualidade de criatura, de propriedade divina e de sinal de Divindade, por outro lado, sua visão panteísta do mundo é uma forma de sacralizá-lo. Afinal há um misticismo em Caieiro que é mais complexo do que o ‘misticismo da objectividade’.”

29 CAEIRO, 2001, p. 92.

dona o presente das sensações, porque amanhã deseja que ela o acompanhe pelos campos e, como ele, colha flores. Até sonha acordado com esse cenário. Tudo isto é estranho ao pastor contemplativo e solitário, agora mais activo ao interagir com o *outro* e fazendo algo, mesmo que tão natural (e romântico) como o acto de apanhar flores. Estrangeiro a ele próprio, AC parece ter emigrado da sua alma, esquecido de quem era, por ter conhecido o *outro*, como se tivesse sofrido um choque cultural, com consequências explosivas nele por estar (aparentemente) no grau zero da cultura. Já não é vazio, mas cheio, completo. Agora, há uma “coisa nova” no perfume das flores:

Agora que sinto amor
 Tenho interesse nos perfumes.
 Nunca antes me interessou que uma flor tivesse cheiro.
 Agora sinto o perfume das flores como se visse uma coisa nova.
 Sei bem que elas cheiravam, como sei que existia.

São coisas que se sabem por fora.
 Mas agora sei com a respiração da parte detrás da cabeça.
 Hoje as flores sabem-me bem num paladar que se cheira.
 Hoje às vezes acordo e cheiro antes de ver.³⁰

Está perdido o embalo romântico e a ilusão dos seus olhos. Nem uma vez se refere directamente à amada, ao *tu*, apenas fala no amor que sente. Centrado em si, regressa à obcecação sensacionista comparando-se ao modo como sabia dantes e como sabe agora. É que agora os sentidos baralham-se, ora cheira com o paladar, ora cheira antes de ver, ora respira “da parte detrás da cabeça”. Está virado do avesso por sentir amor. A consciência disso leva a substituir o entusiasmo, dos poemas iniciais, por uma ténue dor, que se manifesta ciciosamente:

Todos os dias agora acordo com alegria e pena.
 Antigamente acordava sem sensação nenhuma; acordava.
 Tenho alegria e pena porque perco o que sonho
 E posso estar na realidade onde está o que sonho.
 Não sei o que hei-de fazer das minhas sensações,
 Não sei o que hei-de ser comigo.
 Quero que ela me diga qualquer coisa para eu acordar de novo.

30 CAEIRO, 2001, p. 93.

Quem ama é diferente de quem é.
É a mesma pessoa sem ninguém.³¹

Estar do avesso é próprio do amor, afinal “o amor é fogo que arde sem se ver”. AC não foge à ambivalência do sentimento amoroso. Surge, aqui, confuso entre a alegria e a pena, entre o sonho e a realidade. Mas, a tristeza alarga-se. Algo parece ter morrido: o mestre não sabe como ser. Sente-se diferente, vazio, e precisa de renascer. Quer que a amada lhe diga o que quer que seja, talvez só para sentir novamente aquele primeiro fulgor da paixão. Longe, fora de vista, está esse estado de alma. O tom de diálogo de um *eu* para um *tu* calou-se e cedeu a voz à distância indirecta do *ela*. É dessa *ela* que o pastor amoroso aguarda uma espécie de sinal que se faz esperar. Porém, mesmo na ausência dela, o pastor não se sente só:

O amor é uma companhia.
Já não sei andar só pelos caminhos.
Porque já não posso andar só.
Um pensamento visível faz-me andar mais depressa
E ver menos, e ao mesmo tempo gostar bem de ir vendo tudo.
Mesmo a ausência dela é uma coisa que está comigo.
E eu gosto tanto dela que não sei como a desejar.
Se a não vejo tremo, não sei o que é feito do que sinto na ausência dela.
Todo eu sou qualquer força que me abandona.
Toda a realidade olha para mim como um girassol com a cara dela no meio.³²

É que o amor acompanha-o e já não pode andar só pelos campos. Esta paixão enraíza-se e continua a fazê-lo oscilar de um pólo para o outro: sente na rapidez do imediato ou aprecia ao pormenor o que vai vendo; está sozinho e acompanhado; ama-a e não sabe como a querer. Sem ela, perde a firmeza e vê-a por todo lado, até no meio de um girassol. É deveras significativa a referência ao girassol para explicar os efeitos do amor no pastor, uma vez que se trata da flor que usou para simbolizar o seu modo de ver a realidade nos versos d’*O Guardador de Rebanhos*.³³ A forma circundante, o

31 CAEIRO, 2001, p. 94.

32 CAEIRO, 2001, p. 95.

33 CAEIRO, 2001, p. 24: “O meu olhar é nítido como um girassol./ Tenho o costume de andar pelas estradas/ Olhando para a direita e para a esquerda,/ E de vez em quando olhando para trás.../ E o que vejo a cada momento/ É aquilo que nunca antes eu tinha visto,/ E eu sei dar por isso muito bem...”

núcleo negro e cor viva das pétalas lembram um olho humano que observa as ervas, as árvores e os rios, girando consoante a necessidade de luz, numa passividade e serenidade contemplativas. Ao rodar, percepção, nova e instantaneamente, a realidade a cada movimento. O girassol é mais do que paisagem, é o olhar da paisagem, por vezes clarividente como as suas cores vivas, outras vezes cego como o escuro do núcleo, semelhante aos altos e baixos da vida, ou seja, no caso de AC, oscilando entre o ser natural e o ser doente. Agora, por amar, o pastor está doente dos sentidos e, inversamente, é a realidade, representada pelo girassol, que o fita. E assume-se consciente deste revés:

Passei toda a noite, sem saber dormir, vendo sem espaço a figura dela
 E vendo-a sempre de maneiras diferentes do que a encontro a ela.
 Faço pensamentos com a recordação do que ela é quando me fala,
 E em cada pensamento ela varia de acordo com a sua semelhança.
 Amar é pensar.
 E eu quase que me esqueço de sentir só de pensar nela.
 Não sei bem o que quero, mesmo dela, e não penso senão nela.
 Tenho uma grande distração animada.
 Quando desejo encontrá-la,
 Quase que prefiro não a encontrar,
 Para não ter que a deixar depois.
 E prefiro pensar dela, porque dela como é tenho qualquer medo.
 Não sei bem o que quero, nem quero saber o que quero.
 Quero só pensar ela.
 Não peço nada a ninguém, nem a ela, senão pensar.³⁴

Uma noite sem dormir e eis que surge a epifania: “amar é pensar”. Confessa-se distraído – de tanto pensar nela, esquece-se de sentir – e diz que não sabe o que quer – se a deseja ou não encontrar. Com o medo de a enfrentar, o pastor refugia-se no pensamento: só quer pensá-la. Isolado por razões adversas d’*O Guardador*, parece entregar-se a uma melancolia profunda e desvanece-se numa atitude abúlica de que nada importa, “senão pensar”. Deste modo, evade-se da realidade na tentativa de fugir à sua crueza e aliviar o seu sofrer. Está, pensativamente, doente.

Mas, por que se esconde o poeta? Por que está ela distante? Por que demora o sinal dela? A todas estas questões há uma resposta, triste e avassaladora:

34 CAEIRO, 2001, p. 96.

Talvez quem vê bem não sirva para sentir
E não agrade por estar muito antes das maneiras.
É preciso ter modos para todas as cousas,
E cada cousa tem o seu modo, e o amor também.
Quem tem o modo de ver os campos pelas ervas
Não deve ter a cegueira que faz fazer sentir.
Amei, e não fui amado, o que só vi no fim,
Porque não se é amado como se nasce mas como acontece.
Ela continua tão bonita de cabelo e boca como dantes,
E eu continuo como era dantes, sozinho no campo.
Como se tivesse estado de cabeça baixa,
Penso isto, e fico de cabeça alta
E o dourado sol seca as lágrimas pequenas que não posso deixar de ter.
Como o campo é grande e o amor pequeno!
Olho, e esqueço, como o mundo enterra e as árvores se despem.

Eu não sei falar porque estou a sentir.
Estou a escutar a minha voz como se fosse de outra pessoa,
E a minha voz fala dela como se dela é que falasse.

Tem o cabelo de um louro amarelo de trigo ao sol claro,
E a boca quando fala diz cousas que não há nas palavras.
Sorri, e os dentes são limpos como pedras do rio.³⁵

Vagava desde o terceiro poema, uma amargura muda, agora, vo-ciferada: AC amou mas não foi amado. O porquê de não ser correspondido desconhece-o. Talvez porque quem vê não sabe como amar. Ele que vê a Natureza como ela é, por fora, não sabe a visão do amor, que sente por dentro. É com a cabeça alta, embora com lágrimas, que o pastor retorna ao isolamento dos campos. Tinha andado cabisbaixo, iludido, e agora, no fim, vê o quanto o amor é pequeno em relação ao campo. Constata-o com lágrimas que o sol seca. A imagem do sol a recebê-lo e a acarinhá-lo lembra uma outra do filho que regressa a casa dos pais, onde se refugia depois de magoado pelo mundo. Só que volta, mudado, à mesma Natureza, como que esquecido dele próprio naquele modo de vida antigo, ou como se fosse outra pessoa que ainda se mantém presa à beleza atraente da amada. É penoso, para AC, abandonar o pensamento da felicidade amorosa, mas ergue-se, sofrido, para a realidade:

35 CAEIRO, 2001, p. 97.

O pastor amoroso perdeu o cajado,
 E as ovelhas tresmalharam-se pela encosta,
 E, de tanto pensar, nem tocou a flauta que trouxe para tocar.
 Ninguém lhe apareceu ou desapareceu... Nunca mais encontrou o cajado.
 Outros, praguejando contra ele, recolheram-lhe as ovelhas.
 Ninguém o tinha amado, afinal.
 Quando se ergueu da encosta e da verdade falsa, viu tudo:
 Os grandes vales cheios dos mesmos vários verdes de sempre,
 As grandes montanhas longe, mais reais que qualquer sentimento,
 A realidade toda, com o céu e o ar e os campos que existem,
 E sentiu que de novo o ar lhe abria, mas com dor, uma liberdade no peito.³⁶

O coração de AC está despedaçado, sem remedeio. O que lhe aconteceu é mais do que um *chagrin d'amour* adolescente, o que lhe aconteceu dilacerou-lhe as entranhas.³⁷ O tom confessional revela a dor sofrida que torna o mestre mais humano do que qualquer um. Um pastor sem cajado é um homem sem o apoio das suas certezas, um pastor sem ovelhas é um homem sem o seu modo de vida. Curvou-se perante o amor, mas aquele *outro* não lho retribuiu. Sozinho por amar, perdido por pensar, nunca mais voltou a ver claramente como dantes, pois perdeu definitivamente o cajado. Mas, mesmo sem ele, ergue-se da encosta e apercebe-se de que a Natureza continua a mesma, confirmando que os campos são mais reais do que qualquer sentimento. A terra é maior e o amor menor. É então que respira um novo ar que lhe liberta o peito, ainda que dolorosamente como se de um parto se tratasse e fosse o nascituro que inspira pela primeira vez.

Conquanto, trata-se de um nascimento com um fim anunciado, pois inicia um caminho de auto-degeneração que perpassa *Os Poemas Inconjuntos* até que a morte do mestre surge como a única solução para o salvar do paradoxo em que se torna a sua poesia, a sua vida. Após a experiência amorosa e a abertura ao *outro*, AC tenta um regresso ao absoluto do mundo natural, mas, viciado no pensamento, compõe poemas errantes nos bastidores da subjectividade.

O amor é, portanto, um ponto de viragem na poesia do mestre. Este sentimento desloca para o *outro* a capacidade de fazer feliz o *eu* e o pastor

36 CAEIRO, 2001, p. 98.

37 Informe-se que este poema foi escrito após o rompimento de Fernando Pessoa e Ofélia, em julho de 1930.

esquece a felicidade estóica dos campos, sujeito apenas a si mesmo. Amar é depender do *outro* e colocar em mãos alheias a nossa felicidade. AC arriscou a paz e o não-sofrimento dos campos por algo que julgava um bem superior, traindo a Natureza e o seu modo de ver para o alcançar. Menos natural, já não está isolado mas, ao contrário, é um ser social que, pelo contacto com o *outro*, se torna um *alter*. Destituído do ser original, torna-se no que critica severamente: um doente dos olhos que tem sonhos de felicidade e se distrai da simplicidade da percepção sensorial. Talvez tivesse errado, talvez o amor não lhe estivesse destinado. A vida pregou-lhe uma partida, afinal não é certa e segura como os seus sentidos. Jamais voltou a ser quem era e o seu retrocesso é derrotado por ele próprio. Na vida, nada é certo – esta é uma verdade caeiriana. É tão humano como qualquer um de nós: vive na casualidade dos acontecimentos, ora acertando, ora errando e cometendo exageros, na procura da felicidade.

A sua poesia mostra duas formas diferentes e opostas de ser feliz, uma estóica em que a felicidade depende apenas de nós, outra des-centralizada que nasce das relações humanas. Os exageros caeirianos confirmam a necessidade de um equilíbrio entre a individualidade e a alteridade. O ser humano é capaz de ser feliz sozinho, a partir do que emana dele próprio, como os estóicos o defenderam. Todavia, e apesar de absurdo, é natural ao homem ser socializado, aliás o isolamento constitui o pior castigo e a mais triste infelicidade que a sociedade lhe pode infligir. Lembremo-nos da amargura das cartas de Cícero aquando do seu exílio de Roma, ou, hodiernamente, da solidão angustiada que se vive nas prisões.

Quando AC diz: “penso em ti, murmuro o teu nome; não sou eu: sou feliz”, confirma consubstanciação da alteridade em identidade, reconhecendo no *outro* a capacidade de mudar o *eu* e, no caso do *eu-caeiriano*, a capacidade de suscitar sentimentos desconhecidos, como o amor. E quando diz: “não sou eu”, trata-se de mais um exagero do mestre — não é que AC não seja um *ego*, mas é também um *alter* que até, agora, desconhecia, ou melhor, escondia. Ser humano é ser antagónico, diverso, complexo, como ele é exemplo.

Quando AC fala em “verdade falsa” retorna ao vazio das palavras, ao silêncio. Ao usar a antítese, baralha significados e esgota-lhes o sentido. O *nonsense* desta expressão, atribuída à visão do amor, mostra que nada é falso

ou verdadeiro, mas tudo é *outro* perspectivado. A verdade absoluta sobre a realidade constitui sempre uma crença, uma opinião, uma observação exterior, porque o sujeito não pode nem absorver e nem se consubstanciar com o objecto no acto de conhecer. Qualquer visão da realidade, quer sentimental, quer sensitiva, representa uma probabilidade de verdade, que depende de quem vê. No caso da poesia caeiriana, o amor funciona como uma *outra* maneira de ver, *outra* perspectiva do mundo. Ele descobriu o *outro* que o alterou profundamente, desconcertadamente.

A evasão da realidade herdou-a de Pessoa, desiludido com a realidade e com o amor, mal amado por Ofélia e, sobretudo, pela mãe. A personagem “triumfal” do mestre não é mais do que uma derradeira tentativa de fuga ao sofrimento. Mas, AC voltou ao início, no fim.

Talvez essa experiência amorosa não tenha passado de um exercício satírico, esticado ao extremo, para demonstrar a inutilidade do amor ou da vida social, ou talvez tenha sido um acontecimento accidental que derruba a arrogância do mestre e lhe mostra a fragilidade do ser humano – um ser que, além de nascer, viver e morrer, sonha, ama e sofre. Há, de facto, na sua poesia um sentimento trágico, em especial nos versos d’*O Pastor Amoroso*, pelo regresso catártico à realidade e pelos limites a que eleva o sofrimento. Evitou-o de todas as formas, fugiu do pensamento como de uma doença, isolou-se do mundo dos homens e restringiu-se a desejos de naturalidade. A presença do *outro*, física e emocionalmente, concretiza esse seu medo porque sofrer é próprio ao homem e é-lhe impossível escapar à sua condição humana. Conhecendo a alteridade, descobre-se a si próprio como ser humano e exhibe o seu ser profundo, sem as máscaras da aparência nos versos d’*O Guardador*: é a sùmula do que é natural e do que é aprendido, é um pensador e um sensacionista, é sofrido e feliz, é sozinho e companheiro.

Enfim, não há palavras na gramática portuguesa que o definam. Qualquer adjectivação é pobre, qualquer substantivação é parca, qualquer narração é incompleta, ele é a linguagem intraduzível dos deuses, ele é a linguagem reflectida dos olhares. AC é inteiro, é o *eu* e o *outro* - o *alter ego* de Fernando Pessoa e de todos nós.

SOUSA, Ana Patrícia Silva de. “Penso em ti, murmuro o teu nome; não sou eu: sou feliz”. A study on the otherness in *O Pastor Amoroso* by Alberto Caeiro. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 109-126, 2010.

ABSTRACT: *This paper discusses the otherness in the poetry of Fernando Pessoa’s heteronym, Alberto Caeiro, more precisely in the verses of O Pastor Amoroso. The poems describe a love episode in which the ego, before isolated, finds the alter, lives the experience of otherness and becomes an alter ego.*

KEYWORDS: *Otherness. Identity. Metaphysics. Poetry. Love.*

Referências

CAEIRO, A. **Poesia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2001.

GARCEZ, M. H. N. **Alberto Caeiro “descobridor da Natureza?”**. Porto: Centro de Estudos Pessoaanos, 1985.

GARCIA, J. M. **Fernando Pessoa: «Coração despedaçado»** (subsídios para um estudo de afectividade na obra poética de F. Pessoa). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1985.

GROUX, D.; PORCHER, L. **L’Altérité**. Paris: L’Harmattan, 2003.

LOURENÇO, A. A. **Identidade e alteridade em Fernando Pessoa e António Machado**: Álvaro de Campos e Juan de Mairena. Braga: Angelus Novus, 1995.

PESSOA, F. **Poemas Completos de Alberto Caeiro**. Prefácio de Ricardo Reis. Posfácio de Álvaro de Campos. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. **Poesias de Álvaro de Campos**. Mem Martins: Europa-América, s.d.

SENA, J. **Fernando Pessoa & Cª Heterónima**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

SOUSA, A. P. S. **Influências lucrecianas na poesia de Alberto Caeiro**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, Aveiro, Portugal, 2005.

TODOROV, T. **Nous et les autres**. Paris: Seuil, 1989.

_____. **A conquista da América**. Lisboa: Litoral Edições, 1990.

GÊNEROS DIGITAIS E A HIPERTEXTUALIDADE

Flávia Sílvia Machado FERRAZ¹

RESUMO: Os gêneros discursivos digitais potencializam o mecanismo hipertextual de remissão entre enunciados por meio da seleção de *links* que operam. Verifica-se que as relações dialógicas estabelecidas por esses nós eletrônicos nos enunciados digitais são bastante específicas e elevam a hipertextualidade a um patamar de modalidade dialógica ao lado da intertextualidade. É o que procura demonstrar este artigo, cujas bases teóricas fundamentam-se nos estudos do Círculo bakhtiniano, por meio de um *corpus* constituído de artigos e reportagens digitais de divulgação científica da revista eletrônica *Com Ciência*.

PALAVRAS-CHAVE: Círculo de Bakhtin. Dialogismo. Hipertextualidade. Gêneros digitais. *Link* eletrônico. Divulgação científica.

Introdução

A tecnologia de armazenamento digital de dados propiciada com o advento da internet gerou novas perspectivas aos estudos dos enunciados e dos gêneros. O debate acerca dos aspectos linguísticos e discursivos é de diversas ordens. Marcuschi (2004) contempla os aspectos linguísticos do hipertexto digital; Lévy (1999) aponta a internet como espaço sócio-cultural de interação entre sujeitos, o ciberespaço; enquanto Possenti (2002) faz cétricas considerações a respeito dos percursos de leitura do hipertexto.

Entre as questões instauradas acerca da internet, destacam-se, em razão dos objetivos deste artigo, a migração dos gêneros pertencentes a veículos impressos à rede, dimensão que tem sido pouco discutida frente à emergência de gêneros que caracteristicamente incorporam a tecnologia digital de forma mais latente, tal como o *e-mail*, o *chat*, o *blog*, entre outros. Além disso, o

1 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo USP, São Paulo, SP, Brasil. fsm19@hotmail.com

estudo de tais gêneros não emergentes contribui igualmente para a observação da constituição dos gêneros digitais. Logo, a questão que se coloca é a seguinte: de que forma esses gêneros digitais selecionam e aproveitam o *link* eletrônico no hipertexto digital e contribuem para o estabelecimento de uma modalidade distinta de dialogismo, a hipertextualidade?

A partir dessa reflexão, este artigo visa a apresentar os resultados de uma pesquisa maior feita a partir dos gêneros de divulgação científica (doravante DC) veiculados no *site Com Ciência*, sob a luz da teoria do Círculo de Bakhtin. As noções de dialogismo e gêneros discursivos foram centrais à análise empreendida. A escolha do *corpus* privilegiou uma publicação de divulgação científica que existisse somente no meio digital, do qual foram selecionados os gêneros artigos e reportagens de divulgação científica.

O *site Com Ciência* autodenomina-se uma revista eletrônica e veicula reportagens especiais mensais, os chamados dossiês, produzidas pelos alunos do curso de pós-graduação em jornalismo científico oferecido pelo LabJor (laboratório de jornalismo) da UNICAMP. A saber, as reportagens especiais – ou dossiês – escolhidas foram Energia Nuclear, de 2000 (em *Energia Nuclear: custos de uma alternativa*); Clonagem, de 2002 (em *Clonagem: a dessacralização da vida*); e Células-tronco, de 2004 (em *Células-tronco*). Na época de sua publicação, esses assuntos dos dossiês temáticos obtiveram certa repercussão em esferas da sociedade, que não somente a científica e foram alvo de notável debate e discussão em outras mídias.

Nesta pesquisa, a internet foi concebida a partir da articulação da teoria de Lévy (1999) com a noção de esfera do Círculo. Com isso, tomou-se a internet como um espaço de comunicação que comporta diferentes esferas de atividade humana, a partir das quais se desenvolvem os mais variados gêneros discursivos.

A categoria descritiva da análise foi o *link* eletrônico, elemento característico dos enunciados digitais. Os *links* eletrônicos recortados no *corpus* foram selecionados e divididos em três níveis distintos de remissão. Considerando a hipótese de que os diferentes planos de remissão seriam relevantes para o estudo dos dados, a análise da pesquisa configurou-se em dois momentos. O primeiro buscou verificar a ocorrência dos diferentes tipos de remissão em cada dossiê, enquanto o segundo momento da análise centrou-se na questão do aproveitamento dos *links* eletrônicos pelos gêneros artigo e reportagem.

Este artigo está dividido de forma a percorrer, inicialmente, os fundamentos teóricos da teoria do Círculo, a saber, as categorias conceituais gêneros discursivos e dialogismo. Em seguida, apresentar-se-á a hipertextualidade como modalidade distinta de remissão dialógica.

Finalmente, para a análise do *corpus* procurou-se verificar, de modo comparativo, o funcionamento dos gêneros artigo e reportagem digital. A fim de se chegar à análise comparativa quanto ao aproveitamento do *link* nos gêneros selecionados, na etapa inicial da análise, os *links* eletrônicos recortados no *corpus* foram divididos em três níveis distintos de remissão. As três instâncias de remissão encontradas no *corpus* possibilitaram o seguinte levantamento:

- Remissão dialógica hipertextual por meio de *links* eletrônicos entre enunciados do mesmo dossiê;
- Remissão dialógica hipertextual entre enunciados do mesmo *site* (sendo o enunciado *A* interno ao dossiê, ligando-se ao enunciado *B* externo ao dossiê, mas interno ao *site Com Ciência*);
- Remissão dialógica hipertextual entre enunciados do dossiê a enunciados de *sites* externos (em que o enunciado *A* interno ao dossiê e, conseqüentemente ao *site*, liga-se a enunciados de outros *sites* que não o *Com Ciência*).

Perante o levantamento dos três níveis de remissão dialógica hipertextual, a análise centrou-se na questão do aproveitamento dos *links* eletrônicos pelos gêneros artigo e reportagem. Verificou-se que as relações semânticas estabelecidas pelos diferentes níveis de remissões hipertextuais são orientadas pelos gêneros em que se inserem, bem como cumprem as funções propostas pela DC, aproximar o público de não especialistas em assuntos específicos da esfera científica.

Gêneros do discurso, dialogismo e hipertextualidade

Para que se entenda a hipertextualidade como uma modalidade de relação dialógica entre enunciados, serão considerados dois aspectos centrais da teoria de linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin: (i) gêneros do discurso e (ii) dialogismo. A partir do primeiro, verificar-se-á o processo de

constituição dos gêneros discursivos digitais e de seus elementos constituintes. Em seguida, retomar-se-á a questão do dialogismo, capacidade inerente aos enunciados, e sua relação com a dinâmica remissiva estipulada pelos *links* eletrônicos.

O ponto de partida é a consideração de que todo enunciado, em sua modalidade escrita ou oral, obedece às coerções do gênero discursivo e, conseqüentemente, da esfera de que faz parte. O enunciado em suas diferentes formas [relativamente] estáveis e típicas, ao contrário das formas da língua – em sua estabilidade, coerção e normatividade – estabelece diferentes gêneros do discurso.

A fim de que as condições e as finalidades suscitadas por cada esfera sejam concretizadas, os enunciados, ou melhor, os tipos relativamente estáveis de enunciados, obedecem à recorrência de três fatores constitutivos que compõem os gêneros discursivos: o estilo, o conteúdo temático e a forma composicional. Assim, os enunciados, por meio dos gêneros discursivos, correspondem à concretização da língua em diferentes situações sociais mediante ao processo de interação verbal.

A variedade dos gêneros discursivos é imensa, indo “das esferas impublicáveis do discurso interior às obras de arte e aos tratados científicos” (BAKHTIN, 2003[1977], p. 324). Em seu texto dedicado à questão dos gêneros, Bakhtin define os seus elementos constitutivos:

[...] todos esses três elementos — o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional — estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciado*, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (1952, p. 53 / 2003, p. 261)

Os três elementos que constituem os gêneros discursivos – conteúdo temático, estilo e forma/construção composicional – são complementares entre si e apresentam especificidades provenientes de cada esfera em que estão inseridos. Esses fatores conferem aos enunciados o seu caráter estável.

O conteúdo temático ou dimensão semântica do gênero é desenvolvido nos estudos iniciais, sobretudo na obra *The formal method in literary scholarship*, em que Bakhtin/Medevdev (1991[1928]) afirma que os gêneros possuem capacidade de definir diferentes aspectos da realidade. Ou seja, cada

gênero possui a capacidade de definir seus princípios de seleção, formas de ver e conceitualizar a realidade. Segundo Bakhtin/Medevdev (1991[1928], p. 134) “[...] a consciência humana possui uma série de gêneros internos para ver e conceitualizar a realidade. Uma dada consciência é mais rica ou mais pobre em gêneros, dependendo de seu ambiente ideológico”.² Isto é, a consciência humana vale-se dos gêneros para lidar com a realidade. Participam de sua construção tanto elementos estáveis da significação quanto elementos extraverbais que integram a situação de produção, recepção e circulação.

O segundo componente dos gêneros do discurso apresentado é o estilo. Este refere-se à individualidade de expressão de cada autor ou dos diferentes tipos de enunciados, por meio da seleção dos recursos lexicais e sintáticos de um sistema linguístico. Segundo Bakhtin, em *Estética da criação verbal* (1952-53/2003), “o enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve)” (p. 283). Sendo o estilo elemento integrante do gênero discursivo, muitas vezes, o estilo individual não transparece ao estilo genérico. Alguns gêneros são mais suscetíveis a refletir a individualidade do enunciado do sujeito falante que outros, como é o caso dos gêneros literários, por exemplo.

O último elemento do gênero discursivo a ser definido é a forma composicional, que diz respeito ao tipo de estruturação que um enunciado assume de acordo com o gênero ao qual pertence. A forma composicional está ligada a uma “forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo”, segundo Bakhtin (1952, p. 53/2003, p. 301) e pode ser considerada o seu elemento mais característico.

Ou seja, segundo o processo de desenvolvimento das diferentes áreas de atividade humana da sociedade, as formas de linguagem tendem a seguir o mesmo processo, gerando e modificando os gêneros discursivos.

Os gêneros digitais são reflexo da complexificação das esferas perante o advento da internet, cujos enunciados apresentam características tais como encurtamento dos textos, uso de *links* eletrônicos, uso da hipermídia, diferente aproveitamento de infográficos, entre outros. O desenvolvimento acelerado e o uso cada vez maior dos gêneros digitais devem-se, entre outros fatores, à interatividade proporcionada pela velocidade de trânsito das informações na

2 “human consciousness possesses a series of inner genres for seeing and conceptualizing reality. A given consciousness is richer or poorer in genres, depending on its ideological environment”.

rede que acontece não só de um internauta para com um texto, mas, também, de um internauta para outro, ou seja, entre indivíduos.

A natureza dos gêneros discursivos em meio digital pode ser diferenciada de acordo com os elementos midiáticos incorporados, sendo possível a seguinte distinção: (i) gêneros digitais emergentes e (ii) gêneros digitais importados de outras mídias. No primeiro item, é possível considerar gêneros que, apesar de serem transmutações de gêneros pertencentes a outras mídias, ocorrem exclusivamente na internet, por exemplo, o e-mail, o blog, etc. O segundo item corresponde a gêneros que ocorrem em mais de uma mídia como, por exemplo, as reportagens jornalísticas, que ocorrem em mídia impressa, televisiva e digital.

Além disso, considerar-se-á que, mesmo ocorrendo em veículos de comunicação impressos, os gêneros tornam-se digitais no ambiente eletrônico, devido à tecnologia de armazenamento de dados do computador que é feita por meio de dígitos. Todo conteúdo armazenado e processado em um computador é considerado digitalizado. Isso ocorre uma vez que sua codificação depende de dígitos, ou seja, números. Lévy (1999) afirma que “digitalizar uma informação consiste em traduzi-la em números”.

A partir dessa distinção, os gêneros selecionados para a pesquisa, artigo e reportagem de divulgação científica da publicação eletrônica *Com Ciência*, são considerados gêneros digitais importados de outras mídias, uma vez que preservam as características de suas categorias constituintes — estilo, conteúdo temático e forma composicional — da mídia impressa. Ao mesmo tempo, utilizam os recursos da tecnologia digital, como *links* eletrônicos, hipertexto digital, sons e imagens.

O segundo aspecto conceitual selecionado para se entender a hipertextualidade é central para a teoria bakhtiniana, trata-se do dialogismo. O jogo dialógico formado pelos nós eletrônicos que interligam diferentes enunciados é uma característica marcante do hipertexto digital, pois constitui, literalmente, as réplicas de um grande diálogo. Em seguida, atreladas à noção de dialogismo, serão traçadas reflexões a partir de duas categorias descritivas que podem ser recortadas de enunciados digitais: a primeira e mais específica diz respeito ao *link* eletrônico e a seguinte e mais abrangente refere-se ao hipertexto digital.

As relações estabelecidas pelo *link* eletrônico não são puramente linguísticas, mas sim, antes de tudo, relações semânticas, de ordem dialógica. “A

relação com a coisa (em sua materialidade pura) não pode ser dialógica [...]. A relação com o sentido é sempre dialógica” (BAKHTIN, 1992 [1979], p. 327). Ou seja, a compreensão conferida ao processo dialógico não se dá apenas por conta da materialidade da língua e dos aspectos puramente linguísticos, mas se vale deles para estabelecer as relações de sentido.

O *link* eletrônico faz parte de um fragmento de um determinado enunciado, ao mesmo tempo em que recupera algum outro. Logo, o enunciado determinado como *link* eletrônico faz parte de dois planos discursivos e de sentido diferentes, porém complementares, em que será instaurado o dialogismo hipertextual. Trata-se de um fator que essencialmente indica a complexificação da linguagem na internet, pois, em contraposição aos nós discursivos presentes em outras mídias, este potencializa a face hipertextual dos enunciados na internet e nos programas computacionais.

Em sua estruturação hipertextual, os *links* remetem o interlocutor diretamente a outros enunciados que são selecionados pelo locutor. Tomando a noção de enunciado como sendo um elo na cadeia da comunicação verbal, tal como proposta pelo círculo de Bakhtin (2003 [1952], p. 53),³ temos o *link* eletrônico funcionando como um elo na cadeia da comunicação verbal digital. Mais do que ponte digital entre conteúdos, o *link* possibilita diferentes formações de sentido e a criação de novos percursos discursivos de leitura.

A possibilidade de diálogo torna-se possível porque o *link* funciona como um ponto de contato entre dois enunciados. Quando nos deparamos com um fragmento – que pode ser verbal (uma palavra ou uma sentença) ou, muitas vezes, não-verbal (tal como um número, uma figura ou um símbolo) – em forma de *link*, temos não somente parte de um enunciado que já havia sido constituído, mas também o início de um novo enunciado ou de novos enunciados.

O sentido vai sendo estabelecido na relação entre os enunciados e o indivíduo que encontrará novas significações a cada escolha de seu percurso discursivo de leitura. Neste caso, a relação de significação estabelecida pertence a um momento particular, que dificilmente se repetirá na leitura de indivíduos diferentes.

Utilizando outra categoria conceitual do Círculo, a questão do hipertexto também pode ser elucidada. Tecnicamente, o hipertexto pode ser definido como um sistema para a visualização que contém referências internas para

3 A referência remete a Bakhtin, porém representa o pensamento do círculo bakhtiniano.

outros documentos por meio de *links* eletrônicos. As abordagens linguísticas apontam para o uso do *link* como determinante para a composição da estrutura do hipertexto na internet, que foi denominado hipertexto digital.

Contudo, faz-se necessário pensar o hipertexto frente aos diferentes tipos de relações dialógicas estabelecidas entre enunciados. O dialogismo, segundo a teoria bakhtiniana, compreende a capacidade responsiva contida no interior de cada enunciado. As relações dialógicas estabelecidas entre eles podem ser implícitas, evocando o eco de outros enunciados em seu interior, ou explícitas, como a concretização do intertexto. A intertextualidade, por sua vez, traz fragmentos de outros enunciados para dentro do texto, podendo-se utilizar diferentes formas de citação e referência a outras falas e enunciados.

Ao refletir acerca do hipertexto, percebe-se que o diálogo com outros enunciados é determinado de forma distinta, não trazendo o fragmento de outros textos para o interior de um enunciado, mas utilizando-se os *links* eletrônicos. O *link* não materializa o texto citado, como faz o intertexto, mas possibilita um diálogo com outros enunciados ao remeter para fora do texto. Logo, as remissões hipertextuais a outros enunciados realizadas pelos *links* serão consideradas relações dialógicas hipertextuais.

Remissões dialógicas do *link* eletrônico nos gêneros artigo e reportagem de DC

Os gêneros discursivos na internet, que inicialmente assumiram as características dos gêneros impressos, atualmente, vêm assimilando os recursos tecnológicos dessa mídia. No entanto, apesar de fazerem aproveitamento diferente dos recursos da internet, principalmente dos *links* eletrônicos, os artigos e reportagens do *Com Ciência* parecem manter seus elementos constituintes, da maneira como elas ocorrem em enunciados da mídia impressa.

O uso do *link* eletrônico é uma novidade para a composição desses gêneros na internet, mas que não chega a gerar grandes mudanças para o estilo, construção composicional e o conteúdo temático dos mesmos. A internet não deslocou o caráter opinativo mais explícito dos artigos, ou mesmo o caráter informacional também explícito das reportagens. Entretanto, a internet potencializa, por meio de sua tecnologia, certos aspectos que podem ser explorados ou revelados no âmbito dos gêneros discursivos artigo e reportagem encontrados no *corpus*.

Artigo e reportagem digital: um estudo comparativo

Nos diferentes anos escolhidos para análise, sobretudo em relação ao ano 2000, há diferença na maneira como o *site* apresenta e elabora esses gêneros. No caso dos gêneros discursivos aqui analisados, o meio possui uma variável importante que diferencia o hipertexto digital dos demais e que o torna um elemento vital para a construção de sentido, o *link* eletrônico. Logo, buscaremos entender de que forma esse aspecto interage com os elementos constitutivos dos artigos e reportagens dos dossiês, bem como o comportamento desses gêneros em relação à internet.

Do ponto de vista da forma composicional, a categoria selecionada para observação são os *links* eletrônicos, elementos da tecnologia que diferem artigos e reportagens digitais dos impressos.

De forma geral, no dossiê *Clonagem* (2002), há uma diminuição significativa dos *links* em relação aos outros dossiês. No entanto, o fator mais importante que se pode observar, implicado pela diacronia dos dados, é o aumento de *links* em cada artigo, uma vez que passam a ser publicados com maior incidência. Em 2000 há poucos artigos e somente um deles possui *link*, se compararmos ao dossiê de 2004.

Aparecendo com mais frequência nos artigos em 2002 e 2004, o *link* deixou de lado o caráter primordialmente organizacional que possui na primeira etapa dos dossiês (como forma de sequenciação textual, por exemplo) para fortalecer a construção de sentido estabelecida no diálogo com sujeitos individuais e institucionais da esfera da ciência. Há um aumento de *links* que remetem a termos especializados, o que fortalece o diálogo com a esfera científica.

As tabelas 1, 2 e 3 contemplam as categorias e a quantidade de vezes que os *links* ocorrem em cada ano, especificamente nos gêneros artigo e reportagem.

Tabela 1

Remissão a enunciados do mesmo dossiê					
2000					
Gênero	Títulos	Notas	Termo científico	Assinatura de autor	Indicador de sequência
Artigo	3	0	0	0	0
Reportagem	14	0	9	0	9
2002					
Artigo	5	0	0	0	0
Reportagem	10	0	5	0	0
2004					
Artigo	5	11	0	0	0
Reportagem	10	0	5	0	0

Tabela 2

Envio a outros textos do mesmo <i>site</i>					
2000					
Gênero	Termo científico	Autores e filmes			
Artigo	0	0			
Reportagem	0	1			
2002					
Artigo	2	1			
Reportagem	0	0			
2004					
Artigo	0	0			
Reportagem	0	0			

Tabela 3

Envio a textos de <i>sites</i> externos					
2000					
Gênero	Publicações	Termo científico	Autores	Instituições	Outros <i>Sites</i>
Artigo	0	0	3	0	0
Reportagem	0	0	0	15	0
2002					
Artigo	1	0	0	0	1
Reportagem	9	9	1	12	2
2004					
Artigo	0	0	0	0	0
Reportagem	1	9	0	6	1

Inicialmente, percebemos que, ao longo dos anos 2000 e 2004, há uma oscilação em relação ao aspecto quantitativo de *links* que remetem a textos internos de cada dossiê.

Na série sobre *Energia Nuclear* (2000), os gêneros resumem-se a artigo e reportagem. O índice não designa, como nos anos seguintes, as seções do

dossiê, sendo, portanto, mais difícil de distingui-los, guiando-se apenas pelo sumário. Por um lado, os artigos, cuja ocorrência é pequena, trazem as assinaturas e opiniões de especialistas da área em questão, por outro, as reportagens contam com figuras autoexplicativas, maior incidência de *links*, maior índice de dados históricos e numéricos.

O dossiê *Energia Nuclear* é ainda caracterizado por uma sequência textual diferente da dos demais. No final de cada reportagem e artigo, há *links* que funcionam como passagem para o texto da próxima página, isto é, como uma forma de sequenciação dos textos como em (1), (2) e (3).

- (1) Outro sinal da confusa política nuclear brasileira é a indefinição quanto ao destino dos resíduos radioativos...
- (2) Um dado importante é o crescimento da utilização de energia nuclear no mundo, nas últimas décadas...
- (3) Todas essas considerações voltam a ser objeto de debate no Brasil com a inauguração de Angra 2...⁴

O texto seguinte tratará exatamente dos ‘resíduos radioativos’, com que terminou o enunciado anterior. Esse dossiê apresenta uma série de textos, sobretudo no gênero reportagem, que parecem formar um grande e único enunciado dividido pelas páginas eletrônicas, títulos e subtítulos. Essa estratégia de sequenciação não é adotada pelos outros dossiês, cujos gêneros discursivos são bem delimitados e separados por um sumário autoexplicativo. Nos demais dossiês, o texto é mais perceptível do ponto de vista do gênero, no que diz respeito a seu conteúdo temático, composicional e estilístico.

Os artigos tendem a exibir mais *links*, em 2002, que remetem a outros gêneros do dossiê (resenha e notícia), nome de filme, títulos de publicação e expressões em geral. No último dossiê analisado, há uma novidade, notas de rodapé, fator que demonstra uma especialização da utilização dos recursos digitais para facilitar a recepção do gênero em questão.

Contudo, a incidência de *hiperlink* no gênero reportagem é esmagadoramente maior em relação aos artigos. Dentre as ocorrências, eliminan-

4 Fragmentos retirados do dossiê sobre Energia nuclear (2000).

do o próprio título das reportagens que estão sob forma de *link* eletrônico, destacam-se expressões científicas, nome de autores e de instituições em geral. A partir de 2002, incluem-se títulos de publicações externas ao *site Com Ciência*.

Quando o *hiperlink* nos remete a *sites* externos que pertencem à esfera estritamente científica, o hipertexto parece constituir um diálogo com essa esfera e dar voz ao campo da ciência. Nesse caso, o respaldo científico ou a referência de outras esferas como a política (como revela a menção ao *Greenpeace*) seria dado não somente pela voz do cientista, mas também pela instituição cujo *site* está ali sob forma de *link*, como podemos ver no fragmento em (4), (5) e (6):

- (4) Um dos principais argumentos utilizados pelos defensores das usinas nucleares é o seu baixo nível de poluição do ambiente. Segundo eles, a usina nuclear seria capaz de produzir energia elétrica “limpa”. Esta, entretanto, não costuma ser a opinião das organizações de defesa do meio ambiente, como o Greenpeace.⁵
- (5) Rudolf Jaenisch do Instituto Whitehead para Pesquisa Biomédica tem sido um feroz crítico dos esforços correntes em clonagem humana, incluindo os de Zavos.⁶
- (6) Segundo a The Scientist um ano após a decisão de Bush, nem todos os pesquisadores estavam conseguindo acesso às linhagens de células-tronco embrionárias para o financiamento público de seus experimentos e os investimentos na área eram poucos, devido às incertezas legais e políticas em torno do assunto.⁷

A presença de *links* externos, que remetem a títulos de publicações, expressões científicas, nome de autores e instituições, é grande em todos os dossiês e ocorre com maior incidência no gênero reportagem. Em 2000, há

5 Extraído da reportagem *O tratamento dado aos rejeitos radioativos*, do dossiê Energia nuclear (2000).

6 Extraído da reportagem *Políticos tentam regulamentar mundialmente a clonagem*, do dossiê Clonagem (2002).

7 Extraído da reportagem *Há controvérsia no financiamento nos EUA*, do dossiê Células-tronco (2004).

apenas remissão a autores e instituições. Ao longo do tempo, o envio a *sites* institucionais diminui bastante e o envio a nomes de autores desaparece. No entanto, é crescente a utilização do *hiperlink* sob forma de expressão científica que remete a *sites* externos.

Ao contrário da reportagem, que muitas vezes nem é assinada pelo autor, o gênero artigo é mais propício ao estilo individual. No fragmento do artigo *Transformações da energia remetem à origem do Universo* em (9), o autor utiliza uma linguagem mais poética para descrever a ocorrência da produção de energia pelos elementos da natureza, o que foge do caráter mais supostamente objetivo da reportagem. O estilo individual pode ser identificado pela escolha lexical feita pelo autor ao atrelar os verbos ‘encrespar’ e ‘varrer’ a elementos da natureza.

(7) Os ventos encrespam as águas do mar e formam ondas que varrem praias e costões rochosos num movimento incessante. É possível retirar energia das correntes marinhas e das ondas e, no futuro, certamente faremos isso melhor que agora. ⁸

Enquanto isso, nas reportagens, vê-se o uso abundante de dados históricos, estatísticos e *links* eletrônicos para a explicação de termos e fatos.

(8) De certa maneira, surgiu uma intranquilidade desde que a ovelha clonada Dolly foi apresentada há alguns anos atrás. Em janeiro de 1998, como resposta à Dolly, o Council of Europe (COE) delineou um Protocolo (Protocol on Prohibition of Cloning Human Beings) sobre a proibição de clonar seres humanos como parte da existente Convenção Europeia sobre direitos humanos e biomedicina (Convention on Human Rights and Biomedicine).⁹

A utilização dos *links* eletrônicos constitui um aspecto da forma composicional desses gêneros, mas que, ao mesmo tempo, reflete o conteúdo temático de cada um. Mesmo depois do aumento significativo de *links* eletrô-

8 Extraído do artigo *Transformações da energia remetem à origem do Universo*, por Ulisses Capozzoli, do dossiê Energia nuclear (2000).

9 Extraído da reportagem *Políticos tentam regulamentar mundialmente a clonagem*, do dossiê Clonagem (2002).

nicos em artigos, esse gênero parece não comportar o *link* da mesma forma com que o gênero reportagem. Isso pode ocorrer pelo fato de o artigo ser mais claramente autoral e, por conta disso, demarcar uma opinião, o que pode tornar as remissões exteriores ao *site* uma alternativa conflituosa para a ideia desenvolvida pelo autor.

A questão autoral torna-se ainda mais evidente nos dossiês sobre *Clonagem* (2002) e *Células-Tronco* (2004), já que há maior detalhamento do perfil de quem escreve, como em (9), o que delimita quais sujeitos pertencem à esfera científica e quais à esfera jornalística.

(9) Luís Henrique Wolff Gowdak é ex-fellow Gene Therapy Unit, Laboratory of Cardiovascular Science, National Institutes of Health, Estados Unidos — Doutor em Cardiologia pela Faculdade de Medicina da USP — Médico-Assistente do Laboratório de Genética e Cardiologia Molecular e da Unidade Clínica de Coronariopatias Crônicas do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.¹⁰

Nos artigos, em (10) e (11), os autores aparecem no enunciado assumindo posicionamentos a respeito dos assuntos discutidos, respectivamente, clonagem e células-tronco.

(10) Se eu tivesse que dar um nome para essa técnica eu diria que ela é apenas mais uma dentre as diferentes técnicas de fertilização assistida, que procura unir uma célula sexual feminina enucleada com uma célula somática, isto é, uma célula não-sexual. A meu ver, a única e grande restrição que deve ser feita, no momento, à aplicação dessa técnica à espécie humana reside no fato de que, até agora, os resultados conseguidos com ela em outros mamíferos ainda estão longe de serem considerados bons.¹¹

(11) Gostaria de enfatizar que as células-tronco autólogas (do próprio indivíduo) de qualquer fonte não curam as doenças, pois não corrigem as causas da doença seja ela infecciosa, ambiental ou genética.¹²

10 Extraído do artigo *Terapia celular em cardiologia*, do dossiê sobre *Células-tronco* (2004).

11 Extraído do artigo *Nada contra a clonagem*, por Bernardo Beiguelman, do dossiê sobre *Clonagem* (2002).

12 Extraído do artigo *Célula-tronco é promessa para medicina do futuro*, por Antonio Carlos Campos de Carvalho, do dossiê sobre *Células-tronco* (2004).

Quando levanta ideias contrárias, o artigo o faz com o mesmo objetivo, constituir um pensamento, mas, desta vez, por oposição àquilo que não se julga ser coerente. Ou seja, o aproveitamento dos *links* está diretamente relacionado com o posicionamento editorial da revista em torno do assunto da esfera científica que está tratando e na maneira como cada gênero irá apresentar-se quanto aos elementos constituintes. No caso dos artigos, em que a voz do autor é mais explícita, procura-se abafar as vozes externas ao *site* e as remissões contribuem para que as ideias do autor sejam ressaltadas.

Considerações finais

Este artigo procurou refletir acerca dos gêneros digitais e da hipertextualidade, demonstrando o aparato teórico metodológico e analítico utilizado na pesquisa maior que foi motivada pela seguinte pergunta de pesquisa: de que forma os gêneros digitais selecionam e aproveitam o *link* eletrônico no hipertexto digital e contribuem para o estabelecimento de uma modalidade distinta de dialogismo, a hipertextualidade?

Buscando na teoria a definição de gêneros do discurso pesquisou-se o comportamento dos gêneros digitais selecionados no que tange ao aproveitamento do uso de *links* eletrônicos. Os aspectos relacionados à tecnologia não distanciam os artigos e reportagens digitais do *site Com Ciência* dos impressos. Sobretudo, com o passar do tempo, vê-se que, nos dossiês do *corpus* selecionado, esses gêneros vêm mantendo, cada vez mais, as características ligadas aos seus elementos constituintes.

Em seguida, a partir do entendimento sobre as relações dialógicas, foi possível analisar as relações estabelecidas pelos *links* eletrônicos. A observação das remissões dialógicas no hipertexto digital levou a uma redefinição de hipertextualidade como modalidade dialógica distinta.

Considerou-se, portanto, a hipertextualidade uma modalidade das relações dialógicas explícitas no enunciado, articulado pelo *link*, diferenciando-se da estrutura intertextual. Mais precisamente, o dialogismo estabelecido pelos *links* eletrônicos no hipertexto digital constitui relações dialógicas hipertextuais. Diferentemente da intertextualidade que se caracteriza pela inserção no corpo do texto de fragmentos de outros enunciados, as relações dialógicas hipertextuais, assinaladas pelo nó eletrônico, apontam para fora do texto.

O intuito desta análise foi dar conta do dialogismo hipertextual entre enunciados digitais instaurado pelos *links* eletrônicos. Os *links* eletrônicos analisados nos artigos e reportagens do *corpus* podem ser encontrados em três planos distintos de remissões: remissão entre enunciados pertencentes aos dossiês que compõem as reportagens especiais mensais; remissão de enunciados do dossiê a textos de outras seções do *site Com Ciência* e remissão a enunciados externos ao *site*.

Finalmente, o aproveitamento dos *links* eletrônicos nos gêneros artigo e reportagem refletiu a maneira distinta em que a hipertextualidade se faz presente. O dialogismo hipertextual por meio das remissões dos *links* é mais produtiva em reportagens do que em artigos. Isso se refere ao fato de que as reportagens estão mais propícias a intervenções dialógicas dos *links*, uma vez que em seu conteúdo temático reflete-se a tentativa de apontar a diversos fatos, dados e opiniões para que sua argumentação seja construída. Já o artigo, sendo de natureza opinativa, demonstra mais explicitamente a voz do autor. Logo, explica-se o fato de que o uso de um nó de remissão dialógica hipertextual externo não seja produtivo nesse tipo de gênero.

Primeiramente, os gêneros discursivos na internet assumiram as características dos gêneros impressos. Atualmente, os gêneros digitais vêm assimilando os recursos tecnológicos dessa mídia. No entanto, apesar de fazerem aproveitamento diferente dos recursos da internet, principalmente dos *links* eletrônicos, os artigos e reportagens do *Com Ciência* parecem manter suas categorias constituintes, estilo, tema e forma composicional, da maneira como elas ocorrem em enunciados da mídia impressa.

Sob o ponto de vista da forma composicional, o uso de *links* eletrônicos ocorre, com maior incidência, em reportagens que em artigos. Apesar do aumento do número de artigos nos anos 2002 e 2004 e, conseqüentemente, do número de *links* nestes, o aproveitamento desse recurso é bem maior nas reportagens.

Em relação ao estilo, foi visto que o artigo é um gênero mais propenso à expressão do estilo individual do autor e recorre a um registro mais informal para obter maior aproximação do leitor aos assuntos da esfera científica. O conteúdo temático do artigo revela-se mais opinativo e passível de apresentar mais marcas de subjetividade.

Enquanto isso, as reportagens são menos propícias ao estilo indivi-

dual, apagando as marcas de subjetividade de seus enunciados. Contam com mais dados históricos e estatísticos para fundamentar os posicionamentos apresentados nos dossiês. Quanto ao conteúdo temático, a reportagem tende ao caráter mais informativo e objetivo.

Diante de tais considerações sobre os gêneros artigo e reportagem, pode-se constatar que seus elementos constituintes estilo, forma composicional e conteúdo temático mantêm as características encontradas em artigos e reportagens impressos no meio digital da internet. Pode-se considerar o uso do *link* eletrônico como uma novidade para a composição desses gêneros na internet, mas que não chega a gerar grandes mudanças para o estilo e o conteúdo temático dos mesmos.

FERRAZ, Flávia Sílvia Machado. Digital genres and hypertextuality. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 127-144, 2010.

ABSTRACT: *The digital discursive genres make possible the hypertextual mechanism of remission among utterances by the selection of links they operate with. It appears that the dialogical relations established by those electronic links are extremely specific and raise the level of hypertextuality to a distinct dialogical mode beside the intertextuality. This is what the present article intends to demonstrate, based on the Bakhtinian circle theory, through a corpus that consisted of digital scientific divulgation articles and reportages from Com Ciência electronic magazine.*

KEYWORDS: *Bakhtin circle. Dialogism. Hypertext. Digital genres. Electronic link. Scientific divulgation.*

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original russo: 1952-53)

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original russo: 1952-53)

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L.; XAVIER, A. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13-67.

MEDEVDEV, P. **The formal method in literary scholarship**. Translated by Albert J. Wehrle. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1991. (Original russo: 1928)

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar, 2002.

MEMÓRIA DISCURSIVA E SEUS EFEITOS NA PRODUÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO POLÍTICO: O SLOGAN NA CAMPANHA ELEITORAL

Vera Lucia da SILVA¹
Fernanda Luzia LUNKES²

RESUMO: Nas campanhas eleitorais, os candidatos adotam técnicas e práticas discursivas persuasivas para seduzir o eleitorado e conquistar votos. O *slogan* político – frase de fácil memorização que expressa a essência de uma plataforma eleitoral, mediante palavras de ordem com um objetivo a ser atingido – é uma das diversas técnicas utilizadas pelos candidatos para promover sua imagem e/ou feitos no percurso de sua vida pessoal ou política. Propomos, neste artigo, ancoradas na linha teórica da análise de discurso (AD), analisar os efeitos de sentido produzidos na transmissão de *slogans* divulgados no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), na última semana da campanha para prefeito de Maringá, nas eleições de 2004.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Eleição. *Slogan* Político. *Marketing* eleitoral.

O *slogan* político na produção de identidades

Na conjuntura societária contemporânea, o exercício do voto tornou-se um ato de responsabilidade social, pois cabe ao eleitor votar em candidatos honestos para administrar o dinheiro arrecadado no pagamento de tributos e revertê-lo à população através de serviços básicos essenciais, como: educação, saúde, segurança, lazer, habitação, geração de emprego e renda e tantos outros.

1 Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP, Brasil. vluzsilva@ig.com.br

2 Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. flunkes@gmail.com

Tarefa complexa diante dos inúmeros candidatos que se apresentam em época de campanha eleitoral ancorados em estratégias de *marketing* e recursos tecnológicos em que o “parecer-ser”, juntamente com o “ter”, ocupou o espaço anteriormente preenchido pelo ser. Por isso, os discursos das propagandas eleitorais produzem enunciados que proporcionam o bem-estar do cidadão.

O *slogan* político, um dos instrumentos publicitários utilizados nas campanhas eleitorais, constitui uma prática discursiva produzida pelos candidatos, que buscam persuadir o eleitor e conquistar votos. Sua produção discursiva funciona para promover e (re) produzir imagens ou feitos, no percurso da vida pessoal ou política dos candidatos envolvidos no pleito.

Segundo Reboul (1975 apud BARONAS, 2000), o *slogan* possui traços característicos específicos. Citamos alguns: a) é uma fórmula; b) apresenta-se como uma frase, uma palavra, um sintagma; c) destina-se em fazer agir uma coletividade ou multidão; d) prende a atenção; e) serve à publicidade, à propaganda e, sobretudo, à ideologia; f) repetível, fácil e agradável de reproduzi-lo; g) satisfaz as necessidades; h) frustra a censura e seduz a criança que há em cada um de nós; i) age pelo que diz e pelo que não diz; j) pode ser verdadeiro ou falso e k) impede a reflexão.

Para Baronas (2007), nos *slogans* políticos o enunciador é, quase sempre, um sujeito institucional e o destinatário, mesmo quando especificado, pode ser qualquer um. O autor afirma que essa modalidade publicitária é produzida com linguagem de fácil leitura, tendo como um de seus objetivos atingir toda a população. Por isso, não deve ser visto como mera ferramenta de manipulação do inconsciente dos indivíduos e se define como autoria, tecnologia simbólica de poder, capaz de produzir uma ilusão subjetiva de ligação entre o governo e aquilo que a população necessita e deseja.

Nosso gesto interpretativo constitui-se em uma análise comparativa de dois *slogans* enunciados/transmitidos no horário gratuito de propaganda eleitoral na televisão (HGPE/TV), na última semana do segundo turno, nas eleições municipais de 2004, na cidade de Maringá-PR. Os traços linguísticos discursivos produzidos nos *slogans* analisados reforçaram, pela memória discursiva, a construção identitária dos dois candidatos que concorreram ao cargo de prefeito, conforme apresentamos abaixo:

1) *Slogan 1: João Ivo 13 prefeito: Você pode confiar.* Transmitido no HGPE/TV do prefeito em exercício e candidato à reeleição, João Ivo Caleffi, do Partido dos Trabalhadores (JIC/PT).



O slogan foi produzido com o nome do candidato – *João Ivo*. Abaixo do nome, a aliança partidária da candidatura – *Coligação Maringá para todos: PT, PHS e PCdoB*. Entre o enunciado *João Ivo e Prefeito*, a estrela vermelha – símbolo do PT – com o número do partido e do candidato – 13. Acima da estrela, em forma de carimbo, o enunciado – *you can trust*. Em seguida, a função que ele continuaria exercendo, caso fosse reeleito – *prefeito*. Abaixo do cargo, o nome do candidato a vice-prefeito – *vice: Pastor Rubem*.

2) *Slogan 2: Silvio11 honesto e competente. Vote certo, (vote) 11*. Transmitido no HGPE/TV do candidato Silvio Barros, do Partido Progressista (SB/PP).



O slogan foi apresentado em quatro sequências. Produzido com o nome e o número do candidato – *Silvio 11*. Abaixo do nome, o candidato a vice-prefeito – *Vice: Roberto Pupin*. Em seguida, dois qualificativos identitários do candidato – *honesto e competente* – com a designação – *vote certo, vote 11* (o número foi enunciado somente em nível verbal).

Os slogans, já apresentados, direcionarão a análise dentro de uma produção norteada em duplo aspecto: o linguístico e o histórico. Pelas Condições de Produção (CP) da campanha eleitoral e da memória discursiva, verificaremos os retornos, as repetições e os deslocamentos que construíram, discursivamente, a identidade dos candidatos.

Memória e identidade: caminhos paralelos

Para Pêcheux (1999), a memória não deve ser entendida no sentido psicologista individual, mas de efeitos de sentido produzidos no funcionamento entrecruzado e circunvizinho das memórias mítica, histórica e social.

Gregolin (2003) define as referidas memórias como: a) a memória mítica é lendária, sem cronologia possível, refere-se a um tempo anterior, mítico, sagrado e afastado dos deuses e dos homens; b) a memória histórica refere-se ao tempo pesquisável e remissível, sustenta-se em referências cronológicas, documentadas, e trata do tempo mais recente dos homens; c) a memória social, construída entre a atemporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico, é determinada pela história, mas não chega a ser construída, ordenada e sistematizada. Trata-se de um estatuto adquirido na coletividade e produz as condições para o funcionamento discursivo e a interpretação do texto.

Conforme salienta Gregolin, são redes de memória que

sob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos. (GREGOLIN, 2003, p. 54)

A memória discursiva, na concepção pechetiana, é produzida pelo restabelecimento de implícitos – pré-construídos, citação, discurso relatado e transversal etc. Segundo o autor, usufruindo da ideia de Pierre Achard, o implícito reside sob a forma de remissões, retomadas e efeitos de paráfrase e poderá, mediante a regularização discursiva,

ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...], mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa „regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal [...]; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 1999, p.52)

No entanto, o autor salienta que a recorrência de itens ou enunciados pode caracterizar uma divisão de identidade material, pois

sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p. 53)

O que está em jogo é a opacidade que assinala os implícitos e permite um distanciamento das evidências da proposição, frase e estabilidade parafrástica. Assim sendo, a memória não deve ser interpretada como uma esfera plena, com sentido homogêneo à maneira de um reservatório. Ela é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Segundo Baronas (2000), o *slogan*, em qualquer situação ou objetivo a atingir – fins didáticos, religiosos, publicitários ou políticos – sempre se nutre de atualizações e reconfigurações da memória discursiva e, por isso, constitui-se como uma fonte geradora de novos sentidos que, posteriormente, farão parte de uma nova memória coletiva. Dessa forma, no acontecimento televisual em que ocorreu o programa eleitoral, o *slogan* político sempre remeteu a um já-dito/já-lá, enunciado em outro lugar, porém ressignificado com novos efeitos de sentido.

Pela memória discursiva se constrói a identidade do sujeito. Navarro-Barbosa (2007) define-a como um processo de produção e efeito de discurso, que emerge, no interior de práticas discursivas, pelo emprego de estratégias específicas construídas no/pelo discurso e compreendida como produtos de lugares históricos e institucionais. Diante de um programa de propaganda eleitoral, há uma relação de descontinuidade entre a prática discursiva e o processo histórico, envolvido nesse acontecimento político, que justificam o fato de que “a identidade não é algo fixo, mas um processo em constante mutação, fruto de uma negociação de sentidos, de choques, ou de interações culturais” (NAVARRO-BARBOSA, 2007, p. 105).

Segundo Silva (2000), é impossível falar em identidade desvinculada da diferença. Elas são produzidas simbólica e discursivamente de maneira interdependentes, uma vez que é uma relação social. Essa interdependência justifica a construção da identidade política dos sujeitos-candidatos, pois estes a constroem a partir das diferenças opostas do adversário, assegurados pela orientação estratégica de uma equipe de *marketing* eleitoral, que prepara o candidato para persuadir o eleitor, conforme as condições de produção (CP) específicas de cada campanha eleitoral.

Para o autor, tanto a identidade quanto a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas pelos quais adquirem sentido, pois as mesmas não são elementos naturais, mas oriundas da cultura e dos aparelhos simbólicos. São resultados de relações sociais, sujeitas a vetores de força e relações de poder, oriundas de disputas e relações não-harmônicas.

Os *slogans* enunciados foram repetidos inúmeras vezes, durante o período eleitoral e contribuíram para a construção da identidade dos sujeitos políticos, a partir da diferença do oponente. Silva salienta que a identidade não preexiste, não é considerada elemento cultural e sempre passa por processos de criação e recriação, pois ela

não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. [...] a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. (SILVA, 2000, p. 96).

A identidade, tal como é definida pelo autor, comunga com a idéia de Hall (2000), segundo a qual as identidades são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, que constroem posições representativas – pela falta, divisão e lugar do Outro – assumidas pelos sujeitos.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2004) afirma que essas posições são ocupadas pelo sujeito do enunciado e possui uma função determinada e vazia. Essa função muda na variação dos enunciados e o mesmo indivíduo – ou indivíduos diferentes – pode se ocupar diferentes posições. O enunciado, na concepção do autor, é sempre um acontecimento inesgotável, tanto pela língua quanto pelo sentido, e abre para si uma existência remanescente no campo de uma memória.

Na concepção teórica foucaultiana, um enunciado não deve ser considerado livre, neutro e independente, mas integrante de uma série ou conjunto que busca apoio, ao mesmo tempo em que dele se distingue. O autor afirma que as margens de um enunciado estão sempre povoadas de outros enunciados e, por isso, ele o considera dentro de um campo associado que se refere a um conjunto de formulações

seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...]. (FOUCAULT, 2004, p. 111)

Nessa perspectiva, os *slogans* políticos, enunciados durante a campanha eleitoral dos candidatos analisados, têm seus temas – confiança, honestidade, competência – em outras campanhas, no mesmo período ou em passados, em municípios diferentes ou em campanhas estaduais ou nacionais.

Em Maringá, nas eleições de 2004, os *slogans* retomaram fatos já acontecidos, que refletiram a história política da cidade. No que se refere ao candidato da situação João Ivo Caleffi, do Partido dos Trabalhadores (JIC/PT), a prática discursiva salienta uma administração moldada na ética política e transparência administrativa, ao mesmo tempo em que denúncias de corrupção em administrações anteriores faziam parte do cenário político maringaense.

O candidato da oposição Silvio Barros, do Partido Progressista (SB/PP), planejou uma campanha que primou pela honestidade e competência. Qualificativos resultantes da experiência adquirida por motivos diversos: a) filho do casal Barros, pioneiros e participativos da história política da cidade; b) continuação da família Barros no cenário político da cidade, do Estado e do País; c) formação acadêmica e cursos de aperfeiçoamento profissional em áreas diversas; d) atividades desenvolvidas e cargos assumidos no Brasil e no exterior; e) contatos com pessoas influentes como Bill Gates e Jacques Cousteau. Esses motivos impulsionaram o candidato oponente (SB/PP) a se apresentar para o eleitorado maringaense como o mais capacitado para o cargo de prefeito.

Diante da concepção teórica estudada, vale lembrar: por que esses *slogans* e não outros?

Percursos analíticos

Ao observarmos os *slogans* enunciados e transmitidos no HGPE/TV, como um dos mecanismos publicitários da campanha eleitoral, notamos que o conjunto de imagens com uma materialidade linguística tem como objetivo apresentar a qualidade do produto (candidato) e convencer o consumidor (eleitor) a comprar (votar) esse produto.

O *slogan* 1: *João Ivo 13 prefeito: você pode confiar*, produz e retoma, pela memória discursiva, as condições eleitorais do município maringaense, enunciadas por um sujeito em um determinado momento sócio-histórico que vem ao encontro da condição governamental passada e presente do município.

Trata-se de um resgate conjunto da gestão anterior, palco de denúncias por desvio de dinheiro público, considerada indigna da confiança do eleitor. São produzidos efeitos de sentido identitários de saberes do senso comum, de que não se confia em qualquer um, ou seja, em qualquer candidato. O sujeito desse *slogan* se valida e se particulariza pela determinação nominal *João Ivo*, identificando e legitimando uma verdade individualizada em que o sujeito-eleitor pode e deve confiar.

O referido *slogan* do candidato JIC/PT reatualiza o discurso da comunidade maringaense e relembra que esse sujeito assumiu o cargo de vice-prefeito de José Claudio Pereira Neto em 2001, cujo lugar social estava desacreditado pela população maringaense, em virtude dos escândalos de corrupção publicizados na mídia local, envolvendo a administração anterior.

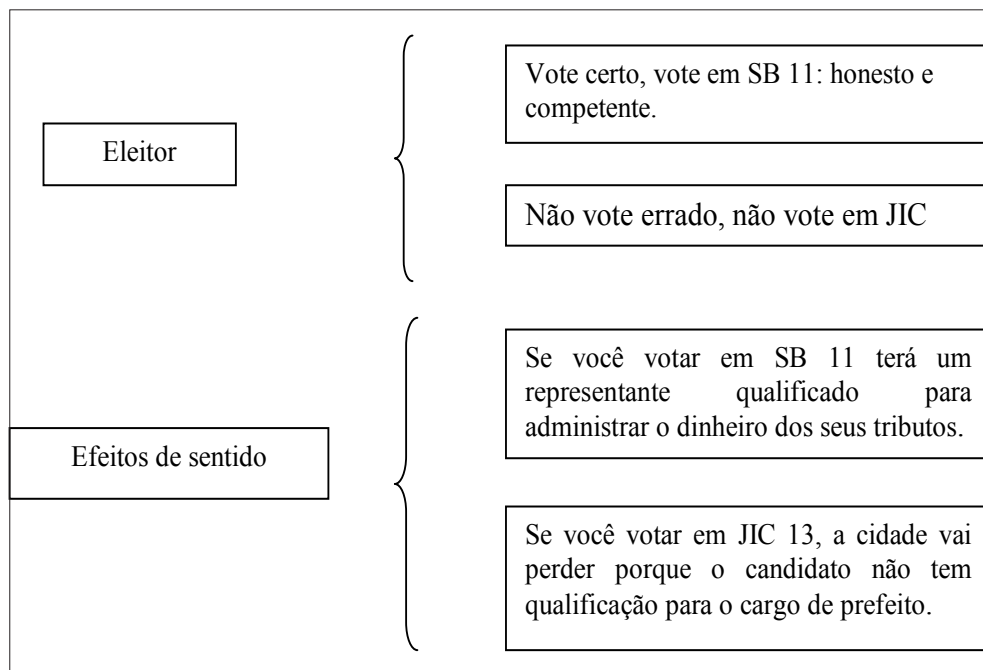
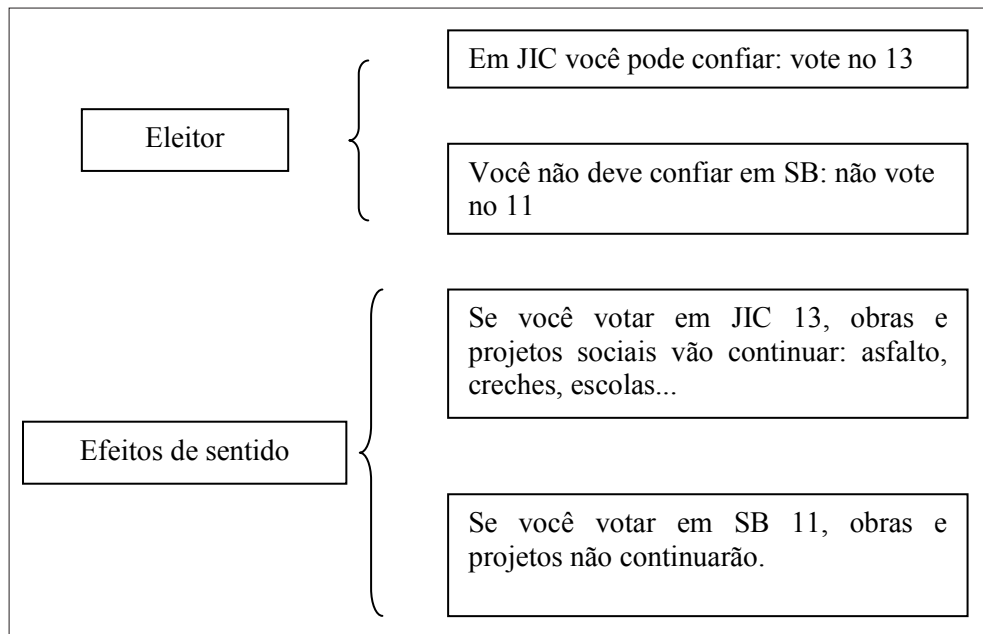
No *slogan 2: Silvio 11, honesto e competente. Vote certo, (vote) 11*, o sujeito ocupa a posição de *honesto* e produz outros efeitos de sentido que vão além dos saberes já dados de que o político brasileiro é corrupto, desonesto, ganha muito e faz pouco, trabalha em benefício próprio e de seus aliados. Através do adjetivo *honesto* o sujeito se posiciona em um lugar diferenciado dos outros políticos contemporâneos.

Além da *honestidade*, que produz efeitos de sentido de político ideal para os cidadãos, o sujeito também possui competência para assumir o cargo do Poder Executivo local. O qualificativo que designa o sujeito como *competente* não acontece ao acaso, pois outros discursos o atravessam e o remete à tradição da família Barros na cidade enquanto pioneiros que sempre marcaram presença na história política da região.

O resgate do passado familiar produz efeitos de uma competência adquirida com os pais sempre lembrados: o pai (*in memoriam*), com imagens de momentos políticos importantes, e a mãe, com depoimentos de sua vida pessoal, enquanto colaboradora atuante da carreira política do marido e na formação dos filhos. Além disso, essa posição-sujeito de *competente* para o cargo foi produzida pela formação adquirida na universidade local, bem como em cursos, cargos e atividades realizados em todo o país, e também no exterior.

No *slogan 2* não ocorre o chamativo pessoal direto (*you can trust*), mas o verbo votar no imperativo (*vote certo, (vote) 11*) valida, particulariza e convoca o voto do eleitor. Este é chamado a ocupar, com responsabilidade, o lugar de cidadão, pois deve votar certo, no número 11, produzindo um efeito de que não é certo votar no oponente JIC/PT.

Resumindo:



Caminhos conclusivos

Pelas análises dos slogans, os candidatos produzem seus discursos na mesma formação discursiva eleitoral, mas ocupam posições diferentes de situação e oposição. Baronas (2007, p. 173) afirma que “os slogans políticos são signos, cuja construção se baseia nas necessidades dos indivíduos”. Isso significa que, mais do que uma prática publicitária, o slogan marca a identificação do candidato. No caso analisado, o slogan 1 produziu a identidade de sujeito merecedor da confiança do eleitor, já provada pela administração vigente voltada para a qualidade de vida através de investimentos na saúde, educação, geração de empregos e projetos sociais na área da cultura, esporte e lazer.

O slogan 2 produziu a identidade de um sujeito político honesto e altamente qualificado para assumir a cadeira do executivo de uma cidade importante no contexto político do Estado paranaense. Essa virtude é bem marcada pela tradição da família Barros, e pela experiência adquirida em cursos e atividades desenvolvidas no país e no exterior. Apropriamos das ideias de Baronas (2007) e verificamos que a identidade dos sujeitos políticos analisados foi produzida pela atualização de memórias discursivas que, além de reatualizarem sentidos já cristalizados, criaram novos sentidos, que serão também ressignificados.

Não basta somente ser digno de confiança do eleitor, é preciso também ser honesto e competente. Efeitos relevantes que deram a vitória apertada a SB e a derrota inesperada a JIC.

SILVA, Vera Lucia da; LUNKES, Fernanda Luzia. Discursive memory and its effects on the political subject's identity production: slogans in election campaigns. *Revista do Gel*. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 145-155, 2010.

ABSTRACT: *Candidates in election campaigns employ persuasive techniques and discursive practices to allure and win votes. The political slogan, an easily remembered phrase that verbally expresses the main point of the election campaign for a determined goal, is one of the technical strategies employed by the candidates to enhance and reproduce their image and deeds throughout their personal and political lives. This essay, foregrounded in Discourse Analysis, investigates the meanings produced in the transmission of slogans broadcasted in Election campaigns on TV in the last week of the 2004 campaign for the mayorship of Maringá PR Brazil.*

KEYWORDS: *Discourse analysis. Election. Political slogan. Election marketing.*

Referências

BARONAS, Roberto Leiser. Slogan político, poder e identidade: efeito bonsai. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Orgs.). *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 161-176.

_____. Configurações da memória discursiva em slogans políticos. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p.69-81.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: _____; BARONAS, Roberto (Orgs.). *Análise do discurso: as materialidades dos sentidos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 47-58.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. Mídia, memória e identidade. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Orgs.). *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 93-110.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.

DA FOTOGRAFIA AO CARTUM, UM PERCURSO DE SENTIDOS SOBRE DETENTOS E DEPUTADOS

Francis LAMPOGLIA¹

Jonathan Raphael Bertassi da SILVA²

Lucília Maria Sousa ROMÃO³

RESUMO: Neste artigo investigamos como os sentidos de detento e deputado materializam-se na fotografia e deslocam-se para o cartum, marcando efeitos de condenação e sátira sobre os sujeitos que ocupam ou ocupariam uma cela. Nossa base teórica consiste na Análise do Discurso de matriz francesa, além de alguns conceitos de Bakhtin que nos sinalizam modos de compreender os processos de produção histórica dos sentidos, de inscrição das condições de produção na linguagem e de naturalização de um efeito pelo mecanismo da ideologia. Seleccionamos, para análise, uma fotografia do jornal *Brasil de Fato*, veiculada no *site* do MST, e também um cartum de Angeli, encontrado na página eletrônica do jornal *Folha de S. Paulo*, ambos datados de 2006.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia. Cartum. Formação discursiva. Memória. Não-verbal. Ideologia.

1 Aluna do curso Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), bolsista de Iniciação Científica FAPESP (07/59219-0). francidusp@hotmail.com

2 Aluno do curso Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), bolsista de Iniciação Científica FAPESP (06/60566-4). cid_sem_registro@yahoo.com.br

3 Curso de Graduação de Ciências da Informação e da Documentação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/ USP). Professora colaboradora do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). luciliamsr@uol.com.br

Introdução

*a mídia não se dirige a nós
para transmitir-nos infor-
mações objetivas, mas para
conquistar o nosso espírito.*

Ignacio Ramonet

Neste artigo, abordamos o funcionamento discursivo de uma fotografia e um cartum que estabelecem, nas páginas midiáticas, um fio de continuidade dos sentidos sobre detentos e deputados. Observamos os efeitos de aliança na mesma formação discursiva (FD) e o modo como eles recuperam o interdiscurso (PÊCHEUX, 1999), tomando como pressupostos teóricos Mikhail Bakhtin (1997), Michel Pêcheux (1975) e Eni Orlandi (1999). Também mobilizamos alguns pensadores da fotografia para entender como ela instala efeitos de *realidade* no espaço do discurso midiático.

O estofo teórico dos estudos discursivos

O conceito de dialogismo, elaborado por Mikhail Bakhtin, tem como pressuposto a noção de diálogo entre textos inseridos num texto literário, referindo-se às relações “que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos” (BRAIT, 1997, p. 98 apud FERNANDES, 2005, p. 37). Desenvolvida a partir da noção de dialogismo, a intertextualidade, denominação cunhada por Júlia Kristeva, marca que todo texto remete a outros textos, dado que “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 64 apud ROMUALDO, 2000, p. 56). Na relação com a noção de intertextualidade, marcamos a contribuição dos conceitos de paráfrase e a polissemia, definidos por Orlandi (2001b); a primeira trata da reafirmação de um sentido já dado e tido como dominante, garantindo assim uma relação intertextual de semelhança e repetição do mesmo. Para essa autora, “o processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas” (ORLANDI, 2001b, p. 20). Já a polissemia tem relação com a possibilidade de o sentido deslizar para outro campo semântico, ser outro, inscrever-se na ordem do novo, movendo-se para uma direção de ruptura e desacordo.

Assim também Sant’Anna (1991) define paródia como o movimento de ruptura e de contestação do sentido construído por uma determinada obra, ou seja, como “um ato de insubordinação contra o simbólico, uma maneira de decifrar a Esfinge da Mãe Linguagem. Ela difere da paráfrase na medida em que a paráfrase se assemelha àquele que dorme edipianamente cego no leito da Mãe Ideologia” (SANT’ANNA, 1991, p. 32). Em afinidade com esse conceito, chamamos para essa construção teórica a noção de polifonia tão cara aos estudos bakhtinianos, que consiste no conjunto de vozes que compõe a voz do sujeito.

O dialogismo não deve ser confundido com polifonia, porque aquele é o princípio dialógico constitutivo da linguagem e esta se caracteriza por vozes polêmicas em um discurso. Há gêneros dialógicos monofônicos (uma voz que domina as outras vozes) e gêneros dialógicos polifônicos (vozes polêmicas). Segundo Brait (2000), o texto irônico é sempre polifônico, mas um artigo de opinião não é polifônico porque há uma voz dominante, não há polêmica. (RECHDAN, 2003, p. 2)

Tais teorias de matriz bakhtiniana são desenvolvidas e incorporadas na teoria da Análise do Discurso de matriz francesa, fundada por Michel Pêcheux e Jean Dubois, em 1969. A Análise do Discurso (AD) de origem francesa concebe o discurso como seu objeto científico, entendendo-o como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1975). Esse lugar teórico promove uma ruptura com a máxima de que o sentido é apenas um, parafrástico e imóvel, a ser repetido como tal, fazendo aparecer a noção de que o sentido está em jogo, em relação às condições sócio-históricas, isto é, em permanente movimento. Considerar tal movimento nos conduz ao conceito de sujeito, estudado aqui como posição discursiva, interpelado pela ideologia, inserido em determinado contexto sócio-histórico.

[...] para a Análise do Discurso, não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como um sujeito empírico, ou seja como alguém que tem uma existência individualizada no mundo. Importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes. (FERNANDES, 2005, p. 13)

Entender o sujeito desse modo tem relação com o movimento de re-tomar os conceitos de polifonia, polissemia e dialogismo, visto que a voz do

sujeito nasce do entroncamento de diversos dizeres, ou seja, é marcada pela heterogeneidade discursiva que diz respeito às diferentes vozes que atravessam e compõem a voz do sujeito. Authier-Revuz (1984) segmenta a heterogeneidade em mostrada e constitutiva. A mostrada refere-se à presença do outro de forma explícita no discurso, podendo ser dos tipos marcada e não-marcada. Já a heterogeneidade constitutiva é da ordem do interdiscurso, ou seja, as vozes que compõem o discurso encontram-se incorporadas nele de maneira tal que “esgota a possibilidade de captar linguisticamente a presença diluída do outro no um. A heterogeneidade constitutiva conduz o sujeito do discurso a um “vertiginoso interdiscurso” (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 108).

Sendo constituído por uma heterogeneidade de vozes, o sujeito “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intra-discurso, no qual ele se articula por ‘co-referência” (PÊCHEUX, 1997, p. 167), ou seja, o sujeito inclina-se à ilusão de ser a origem do que diz, o que configura no denominado esquecimento número 1 (ORLANDI, 2005). Outra ilusão do sujeito é a de se ter domínio sobre o que diz, “de ser o mestre absoluto do seu próprio processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende” (INDURSKY, 1997, p. 32), o que constitui no denominado esquecimento número 2. O sujeito, então, ilusoriamente, imagina controlar os vários sentidos das palavras, ou seja, a polissemia, considerando o significados dessas evidentes (ROMÃO, 2006). Contudo, os sentidos não são fixos e nem iminentes às palavras, mas sim dependentes do contexto sócio-histórico-ideológico. Para Mariani:

Os sentidos não estão nas palavras, nas coisas e nem emanam do sujeito: eles são produzidos no momento em que se dão os atos verbais e estes materializam uma relação com o momento histórico – seja o atual, seja no fio vindo do passado – e com lugar social ocupado pelos interlocutores durante a interação verbal. (1999, p. 108)

Assim, ao enunciar e materializar seu discurso, o sujeito deixa de enunciar outros dizeres e apaga sentidos que a ideologia faz parecer indesejáveis e desprezíveis para ele a partir da posição que ocupa. Derivam daí duas considerações importantes para o nosso estudo: primeiro, o sujeito é uma posição dentre outras; segundo, ao dizer x, o sujeito sempre deixa de dizer y. Esse não-dito que atravessa as palavras é denominado por Orlandi (2001a)

como silêncio constitutivo pois, ao enunciar determinadas palavras em detrimento de outras, ocorre um silenciamento sobre outros sentidos impossíveis de circular. A “escolha” das palavras no momento de se expressar envolve um mecanismo chamando por Pêcheux (1997) como jogo de antecipação das formações imaginárias, em que o sujeito tenta imaginarizar uma representação para si mesmo, para o seu interlocutor e para o referente em jogo. Se considerarmos que os interlocutores estão permanentemente presos nessa teia imaginária, podemos inferir que o discurso implica movimento e tensão de palavras e representações.

[...] segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2005, p. 39)

Entretanto, para poder enunciar, ocupar sua posição no discurso e antecipar-se em relação ao seu interlocutor, o sujeito necessita filiar-se ao já-lá (PÊCHEUX, 1997), ao interdiscurso, sendo este último a superfície que sustenta e viabiliza o dizível. Por interdiscurso, entende-se um conjunto de vozes formadoras da discursividade, como condição de todo dizer. Base e parte do interdiscurso, a memória discursiva opera com o armazenamento de acontecimentos do campo discursivo, absorvidos ao longo da trajetória de sentidos sócio-históricos percorrida pelo sujeito, o que proporciona e viabiliza a recuperação e o cruzamento de sentidos no instante da enunciação. Como Orlandi afirma:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1999, p. 52)

Areladas aos conceitos teóricos já citados, encontram-se a ideologia e as condições sócio-históricas que constituem todo o dizer. Ideologia é

o mecanismo que legitima certos sentidos em uma determinada conjuntura sócio-histórica, produzindo efeitos de evidência, como se o significado de determinada enunciação fosse óbvio. Assim, a condição sócio-histórica da produção de sentidos é um ponto importante na Análise do Discurso, pois funde o linguístico e o histórico:

Sabe-se que trabalhar com o significado, que é um elemento não passível de classificação, subjetivo, variável e contextual, envolve uma série de fatores linguísticos e extralinguísticos, texto e contexto, o aspecto social, histórico, ideológico. (ROMÃO; PACÍFICO, 2006, p. 09)

De posse desses mecanismos cunhados pela Análise do Discurso, verificamos que o sentido de um texto (instância material do discurso), não é uno, mas sim plural, dado às diversas formações discursivas que compõem o repertório do sujeito. Devido a essa pluralidade de sentidos, à abertura aos significantes em produzir múltiplos significados de acordo com o contexto e ideologia, e de acordo com a posição dos interlocutores, notamos que a interpretação resulta de movimentos de inscrição histórica, a qual determina o modo como as palavras assumem certos sentidos e não outros.

Interpretar não consiste [...] em um gesto psicológico de um indivíduo livre que age segundo suas intenções: ele deve ser (estar) sujeito, inscrito no interdiscurso, na história, para poder interpretar. Ao mesmo tempo, ele não é totalmente (mecanicamente) determinado, pois nessa/por essa inscrição ele pode deslocar sentidos (interpretações), significar outras coisas. (RODRÍGUEZ, 2003, p. 58)

Por via da perspicácia da Análise do Discurso como ferramenta teórico-metodológica para analisar os discursos autoritários, dentre os quais o jornalístico tem lugar de destaque, buscamos descortinar a polissemia instalada pela fotografia veiculada na mídia cuja suposta “objetividade” em relação ao referente constitui o mais alto grau da ilusão cartesiana da imprensa de ser dona de seus dizeres, com base nos esquecimentos nº 1 e 2, mencionados acima. Também buscamos compreender os sentidos construídos por um cartum publicado em um jornal, observando-o como um registro para além da suposta imparcialidade midiática, mas como lugar de um texto tido como opinativo.

Fotografia e cartum na mesma formação discursiva

Na tradição dos estudos contemporâneos, a fotografia poderia ser definida como “ao mesmo tempo, impressa em uma superfície sensível de irradiações eletromagnéticas emitidas ou refletidas pelo objeto que ela representa, e ‘impressão de realidade’, é frequentemente caracterizada como ícone indicial” (QUEIROZ, 2008, p. 145). Tal emanção do referente custou à fotografia o título de arte mimética “fácil” (em relação à abstração da pintura, por exemplo), posto que ela encerraria uma suposta objetividade no tratamento de um objeto, tornando-o quantificável e universal. Philippe Dubois (1993) é um dos maiores defensores dessa abordagem indicial. Para o autor francês, “a fotografia testemunha irredutivelmente a existência do referente, mas isso não implica a priori que ela se pareça com ele. O peso do real que a caracteriza vem do fato de ela ser um traço, não de ser mime-se” (DUBOIS, 1993, p. 35). O mesmo autor faz ainda uma ressalva sobre a fotografia, acerca da fixação da imagem que encerra a morte de tantas outras, algo que promove uma fissura na concepção de “pureza” indicial da imagem fotográfica.

[...] a partir do momento em que a imagem pretende ultrapassar seu referente, eternizá-lo, congelá-lo na representação, portanto substituir, como traço detido, sua ausência inelutável, então essa imagem perde parte do que constituía sua pureza indicial, perde sua conexão temporal. O índice torna-se parcialmente autônomo. Abre-se para a iconização, isto é, para *a morte*. Ao matar a indexação com o tempo referencial, a fixação iconizante assinala o início do trabalho de morte da representação. Mumifica. (DUBOIS, 1993, p. 121)

Susan Sontag (2004) afirma que a fotografia tornou-se popular justamente quando se descobriu a possibilidade de ela mentir sobre o referente, tornando belo o que não o era fora do “mundo-imagem”. Nesse contexto, a imagem fotográfica é facilmente usada para atender espetáculos e extravagâncias típicas da mídia de massa sem perder o manto da objetividade que conquistou desde o século XIX, abalando as noções de realidade e realismo para cumprir o duplo papel de meio de vigilância e mercadoria.

As câmeras definem a realidade de duas maneiras essenciais para o funcionamento de uma sociedade industrial avançada: como um espetáculo (para as massas) e como

um objeto de vigilância (para os governantes). A produção de imagens também supre uma ideologia dominante. A mudança social é substituída por uma mudança em imagens. A liberdade de consumir uma pluralidade de imagens e de bens é equiparada à liberdade em si. (SONTAG, 2004, p. 195)

Envolta pelo efeito de realidade e consumo, a fotografia não é aqui compreendida apenas como materialidade a ser descrita, ou seja, como sintaxe de elementos a serem decodificados tais como planos, cor, enquadramento dentre outros. Fazer uma análise de conteúdo das imagens “e não como acontecimento é fazer uma análise semântica e não discursiva dado que a estrutura permite compreender o não verbal apenas como produto e não como processo.” (QUEIROZ, 2008, p. 154). Julgamos importante então entender a foto para além de seus aspectos estruturais, observando-a como discurso que historiciza sentidos, que inscreve efeitos de memória e que é constituído na imbricação da linguagem visual com sua exterioridade.

O mesmo movimento de análise faremos em relação ao cartum, embora marcando que, diferentemente da fotografia em que a palavra de ordem é “objetividade”, ele instala justamente o efeito de inscrição de um sentido absurdo, derrisório, muitas vezes em desacordo com a realidade. Como afirma Propp (1992, p. 39), “na base do cômico existe sempre uma ação absurda qualquer”; assim sendo, o cartum criado sem uma máquina e arquitetado na base do lápis ou do pincel surge da criatividade de um sujeito que não registra apenas, mas recoloca traços, dizeres e sentidos em relação à ordem do que está naturalizado na realidade. “A comicidade do desenho humorístico nasce de uma ruptura com a ordem natural das coisas. O desenho contém elementos neutros e um elemento dissonante que cria o humor” (VANOYE, 2003, p. 243).

Ainda sobre o cartum, anotamos que muitos deles inscrevem o discurso polêmico (ORLANDI, 2003), desafiam o sentido legitimado e, polifonicamente, abrem sentidos outros em relação a autoridades célebres do quadro político e econômico nacional. Os traços exagerados, distorcidos ou caricaturizados repetem-se com regularidade, permitindo a emergência do riso e da denúncia em uma página midiática muito disputada visto que divide espaço com o editorial e as colunas assinadas. Nesse sentido, o cartum é denominado texto opinativo em que as marcas de subjetividade estariam mais expostas do que na fotografia.

Escolhemos, então, uma fotografia que imaginariamente é considerada registro documental da realidade e um cartum tido como objeto de ins-

crição da subjetividade para interpretá-los à luz da teoria discursiva. Como poderíamos olhar para ambos como discursividades em movimento e esboçar nossos gestos de leitura? Apoiados nas noções de *formação discursiva* e *interdiscurso* que nos remetem a sentidos de resistência e de retomada do já-lá. Rompendo definitivamente com o viés estruturalista da Linguística nos moldes saussureanos, o conceito de formações discursivas (FDs), emprestado de Michel Foucault, ganha na AD a perspectiva da heterogeneidade. Nas primeiras fases de desenvolvimento da teoria do discurso, a FD foi entendida como aquilo que “determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social” (MUSSALIM, 2004, p. 119). Entende-se a FD como um espaço aberto, poroso e vazado, enfim, passível de empréstimos de outras FDs, ou seja, não como um sistema fechado em si mesmo com bordas rígidas mas como movimento permanente de sentidos migrantes.

A noção de formação discursiva (FD) começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente ‘invadido’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (PÊCHEUX, 1990, p. 311-319 apud FERNANDES, 2005, p. 51)

É neste momento que o interdiscurso – compreendido como “entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (FERNANDES, 2005, p. 49) – começa a sedimentar-se no nosso trabalho. Como entrelaçamento de FDs, podemos citar para elucidar o conceito de interdiscurso, por exemplo, o uso do crucifixo na formação discursiva do MST, ou seja, a presença de um discurso (o religioso) dentro de outro (o dos trabalhadores rurais proletários politicamente organizados). É por essa heterogeneidade que a imagem fotográfica de uma cruz (ou o símbolo de uma cruz) faz falar e circular sentidos que retomam a memória para instalar efeitos de sentido através do não-verbal. Assim, a memória discursiva é espaço de deslocamentos e retomadas, de conflitos e, simultaneamente, de regularizações (PÊCHEUX, 1999). Cartum e foto podem, desse modo, regularizar sentidos de resistência que se filiam a uma mesma formação discursiva (ou não). É exatamente isso que veremos na próxima sessão.

Detentos e deputados representados pelo imagético

Nosso *corpus* é composto por uma fotografia e um cartum, ambos veiculados no meio eletrônico; a primeira leva a assinatura corporativa do *Arquivo Brasil de Fato*, mas foi disponibilizada na página eletrônica do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o segundo é autoria de Angeli e circulou no jornal *Folha de S. Paulo*. Decidimos analisar como a fotografia, representante de uma suposta “realidade objetiva”, pode obter efeitos de denúncia por meio de recursos ideológicos cunhados sobretudo no ângulo da imagem para fazer falar essa voz de indignação, fugindo à prescrição fidedigna “imparcial” como mandam as cartilhas jornalísticas. O cartum, por sua vez, é calcado essencialmente na busca pela denúncia, mas através de efeitos de comicidade, ao contrário do teor necessariamente sisudo da foto. Todavia, mesmo com diferentes materialidades, foto e cartum também estão inscritas em uma formação discursiva com possibilidade de efeitos de aliança.

Em abril de 2006, a Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) atraiu os holofotes da mídia, por causa de uma rebelião de internos motivada pelos maus tratos sofridos pelos mesmos por ação dos agentes da instituição. Violência, tortura e maus tratos vinham sendo denunciados por familiares há meses e, no dia 20 de abril – data em que se completaram os 30 anos da FEBEM – foram deflagrados diversos protestos contra essa fundação em frente à Secretaria de Justiça de São Paulo, zona central da capital. Sustentavam esses sentidos de protesto o histórico de desrespeito aos direitos humanos e também os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Não demorou muito para que a memória sobre os menores marginalizados socialmente viesse à tona, fazendo circular efeitos diversos desde aqueles que inscreviam a denúncia do encarceramento de crianças e jovens, até aqueles que o legitimavam.



Disponibilizada no *site* do MST ⁴ no dia 18 de julho de 2006, a fotografia acima, creditada ao *Arquivo Brasil de Fato*, evidencia a filiação social do jornal logo pela escolha da foto para ilustrar um artigo sobre os trinta anos da FEBEM. Nela, vemos, em ângulo tipo *plongé* (ou seja, um olhar de cima para baixo), um sem número de rapazes aglomerados num dos extremos da quadra de futebol, sentados com pés e mãos na frente do corpo em posição de imobilidade. A maioria não veste camisa e/ou calças. O enquadramento centraliza os internos, abrindo espaço de modo que todos sejam capturados pelo clique e se exiba boa parte do ambiente no qual estão colocados, um espaço de convivência e prática esportiva que tem muros desenhados. Pelo ângulo escolhido, vê-se a coloração quente e viva do chão vermelho da quadra e de parte dos muros azuis, em divergência com as cores acinzentadas e frias do restante do ambiente; isso nos remete à formação social do sujeito-fotógrafo, ao apontar a desumanização do ambiente opressor contra os internos, literalmente cercados, encurralados, encantoados sem saída.

Cercas e paredes altas fazem falar a memória discursiva sobre a FEBEM como prisão, ao invés de uma fundação de/para re-socializar os garotos (em-

4 Disponível em: http://www.mst.org.br/mst/jornal_pagina.php?ed=3&cd=1118. Acesso em: 12 ago 2008.

bora o termo “re-socializar” seja polêmico nesse sentido, já que tais jovens, em muitos casos, não tiveram a oportunidade de se integrarem na sociedade para que pudessem ser “re”-socializados), o que cerca os sentidos polissêmicos, evocando apenas uma possibilidade de circulação dos efeitos de prisão e domesticação de internos em prol do interesse mercadológico de construção de unidades com melhores esquemas de segurança. Além disso, as posturas corporais similares e o agrupamento acantonado dessas pessoas atualizam uma memória de contenção e aprisionamento, ou seja, de homogeneização como se todos os componentes daquela “massa” de internos fossem iguais, tanto no aspecto moral quanto nos crimes cometidos. Isso permite que o discurso tido como legitimado repita que os “menores” devem ser falados como representantes de uma escória social que é responsável pela violência e criminalidade e que, por isso mesmo, precisa ser contida e encarcerada. A “massificação” dos internos, fotografados à distância e sem possibilidade de serem vistos individualmente, produz um apagamento da heterogeneidade de histórias de vida ou de dizeres dos sujeitos fotografados, homogeneizando todos os sentidos em apenas uma história, ilusoriamente capaz de garantir a padronização na cena.

A posição corporal dos internos remete à discursividade repressora do Estado como o “macropoder” em conluio com a coerção semelhante praticada pelas instituições familiares e católicas acerca do castigo e da punição capaz de corrigir algum ato que transgrediu normas sociais, fazendo falar o discurso da Igreja católica cristã que defende a penitência para a remissão dos pecados cometidos, do discurso judiciário que visa a punir os infratores das leis do Estado, do discurso político autoritário que subjuga seus adversários, do discurso materno que vê na repreensão uma forma de controlar os filhos e do discurso pedagógico vigente em algumas partes do Brasil, que acredita no poder do castigo como forma de educar uma criança.

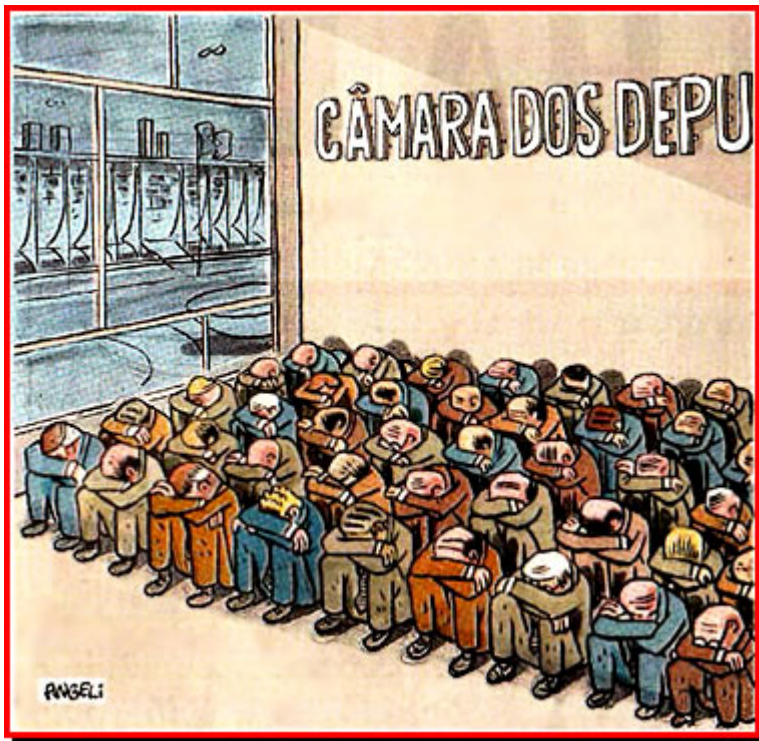
Observamos a discrepância entre as ilustrações na parede ao fundo e a condição dos internos. Tais desenhos apresentam cenas de paisagem bucólica e angelical, em traços notadamente infantis, mas estão grafados justamente nas divisórias que delimitam até que ponto a circulação dos garotos é livre, isto é, até que lugar esses efeitos de colorido podem chegar. Ou seja, trata-se de um eufemismo que opõe a aparência sobreposta de re-socialização dos menores infratores com a realidade concreta da repressão estatal. Novamente, o ângulo escolhido pelo sujeito-fotógrafo é incisivo, pois logo acima da parede

com ilustrações infantis, surge a visão das paredes encardidas e das cercas. Mais uma vez, há a retomada da imagem da prisão, uma vez que o ambiente próprio para os menores, em tese mais ameno e transposto nos desenhos, é somente uma fachada velada para a semelhança com um presídio adulto, sendo a altura dos desenhos e a da parede nua outra evidência da denúncia endereçada ao sujeito-leitor adulto e livre a que nos referimos acima.

Convém ressaltar que a memória da denominação “FEBEM”, nesses trinta anos, ficou tão marcada negativamente que os governantes paulistas do PSDB estrategicamente mudaram o nome da instituição para *Fundação Casa*, o que não apaga da sigla anterior os sentidos de violência, mas promove um deslizamento de sentidos para casa. Esse significante recorta outra rede de filiação dos sentidos, historiciza outros fios do já-lá e faz circular sentidos de abrigo seguro, afetivo, moradia, lugar de convivência familiar para esses “menores”. Pelo acesso ao interdiscurso, “casa” distancia-se do que foi a FEBEM, dando a esta instituição uma “nova” memória e apagando trama de significados dados pela violação dos direitos humanos que tantas vezes ali ocorreu.

Lendo essa mesma fotografia pelo avesso, observamos que o sujeito-fotógrafo capta um olhar amplo sobre o gigantismo do espaço e a pequenez dos internos, apontando-os na cena como menores e diminutos, o que pode instalar sentidos de denúncia de uma assimetria de poderes entre o aparato repressor e a voz dos sujeitos-internos. Destaca-se, ainda, que a posição da câmera fotográfica está acima de todos os elementos, do lado de fora da unidade prisional, em um lugar de destaque ao qual poucos têm acesso. O ângulo sob o qual a fotografia foi feita também reforça e repete o sentido de rebaixamento moral daqueles que são o objeto do clique, já que são retratados de cima para baixo, numa relação subalterna. O fato de estarem parcialmente despidos e agachados, acuados em um canto, regulariza o efeito de repressão e flagelação aos quais estão submetidos os detentos-mirins, silenciando qualquer marca de protesto ou contestação por parte deles, enfim, o total apagamento da voz desses sujeitos.

Cerca de um mês depois da publicação da fotografia acima, num movimento intertextual e deslocador dos sentidos postos em discurso por ela, Angeli produz o cartum que segue, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 13 de agosto de 2006.



A inscrição na parede “Câmara dos Depu” marca um lugar de poder político no âmbito do Legislativo, no qual estão postos homens com vestimentas sofisticadas (terno) – possivelmente deputados – e onde aparecem símbolos da arquitetura do Palácio do Planalto, em Brasília. Nota-se que a palavra “deputados” não está completamente grafada, apresentando apenas a primeira metade “depu”, isso poderia produzir inicialmente efeitos polissêmicos mas, ao mesmo tempo, pela regularidade com que casos de corrupção são divulgados na esfera do Legislativo, instala uma terminação mais evidente. Ou seja, convida o leitor a fechar tão somente uma escrita, o que pelo acesso ao interdiscurso sobre irregularidades no congresso nacional, parece uma charada fácil de acertar. Temos aqui o mecanismo da ideologia que produz evidência de sentidos sobre os deputados brasileiros a partir da memória que se tem sobre estar sentado na posição em que eles estão, isso é, o que poderia estar implícito aparece como óbvio e risível. O silenciamento de parte desse lexema também remete ao sentido de que tais parlamentares não são dignos de uma nomeação completa e que não são deputados íntegros, que se entre-

gam ao ofício inteiramente, merecendo apenas uma designação parcial, que remete ao caráter e à atuação de tais políticos no congresso.

Nota-se também que a posição ocupada pelos sujeitos-deputados intertextualiza à posição dos menores infratores da FEBEM, fotografados na primeira imagem, agachados e acuados em um canto do pátio da instituição em que se encontram. Percebe-se, porém, que os sujeitos do cartum encontram-se de cabeça baixa, remetendo à memória do comportamento do indivíduo que se envergonha de determinado ato, ou mesmo escondendo-se da imprensa para proteger sua identidade. Ocupando posições semelhantes aos internos da Febem, os sujeitos-deputados são identificados como infratores do sistema legislativo e estabelecem uma relação que dialoga de forma irônica e sarcástica com a condição de outros detentos, no nosso caso, os de menor idade. Nota-se, contudo, que os internos estão de cabeça erguida, ao contrário dos deputados, instalando efeitos de resistência e ignomínia, respectivamente. Enquanto os primeiros rogam pelos direitos humanos, visando ao fim dos maus-tratos e torturas, os últimos têm por prerrogativa o aprimoramento das vantagens oferecidas pelo cargo privilegiado que ocupam.

Verifica-se também que as cores direcionam o olhar para dentro da câmara dos deputados, chamando a atenção para o que ocorre no interior do prédio em detrimento da fachada do Palácio do Planalto, que se encontra em branco e preto, demonstrando que o que se interessa no momento é o que ocorre na Câmara, na instância do legislativo e não do executivo, representado pelo Palácio do lado de fora da janela. Observa-se que, embora haja traços parafrásticos na postura corporal dos deputados e dos detentos da Febem, existem elementos de ruptura que diferenciam os sujeitos envolvidos. O fato de serem mais velhos, representado por senhores com cabelos grisalhos ou carecas – o que remete à formação ideológica de idoso – em conjunto com o traje social e o lugar que se encontram, diferencia-os dos sujeito-detentos, que são menores de idade e encontram-se despidos num ambiente prisional degradante.

Nesse ponto, entramos na discursividade peculiar ao cartum e seu efeito humorístico corrosivo: como no riso da teoria bakhtiniana, cujo escopo é a subversão da realidade, busca-se aqui a inversão da hierarquia social vigente, ao colocar os deputados na posição em que se encontram os internos na fotografia. É característico do discurso cartunístico buscar esse riso ácido através de um elemento subversivo; aqui, a repreensão dos agentes estatais.

O fato de o recorte ser puramente icônico e não levar consigo a emanção de um dado momento no tempo como ocorre na foto, ou seja, ter desde sua constituição a memória de que não é um “registro factual” (como se pretende a fotografia), integra ativamente a denúncia do sujeito-cartunista: a punição dos deputados infratores é o absurdo que provoca o riso, e a lembrança desse absurdo na materialidade “ficcional” icônica (oposta à dita objetiva indicial da fotografia) é parte indissociável da denúncia. Como fotografia, portanto, os mesmos elementos aqui retratados perderiam elementos intrínsecos da formação discursiva cartunística.

É possível observar também que, tanto na foto quanto no cartum, os agentes repressores não se encontram, não foram retratados e enquadrados nas dimensões das imagens, o que remete à ideia de que o repressor não é um indivíduo determinado mas o sujeito que ocupa dada posição numa formação discursiva que compactua com a opressão. Tal ideia também é válida para os oprimidos, cuja semelhança da posição corporal apaga a noção de indivíduo para remeter ao sujeito discursivo, à ideologia que interpela todos os retratados. Por fim, nota-se a desconexão das realidades apresentadas na foto e no cartum; na primeira, são os socialmente excluídos que se mostram oprimidos e domesticados, ao passo que, no segundo, são os agentes do Estado que se encontram nesse lugar discursivo. Recordemos que a foto jornalística busca a ilusão da “realidade como ela é” e o cartum, marcadamente, a acusação por via do riso e do deboche, da carnavalização que inverte as desigualdades, portanto, a formação social dos dois recortes se assemelham, inclusive pela própria diferença do que é retratado e da materialidade discursiva. Os traços da realidade na foto trazem a condição desumana dos internos na FEBEM, enquanto o cartum, ao colocar os deputados em situação semelhante, provoca um riso amargo justamente pela impossibilidade de puni-los. Basta observar como um cartum que ilustraria uma situação como a da foto não evocaria o riso, pois aquela já é uma realidade dada. Uma foto da prisão em massa de deputados, por sua vez, causaria assombrosa estranheza, uma vez que não é esperada.

Considerações finais

Nas análises que detalhamos, um jornal da imprensa majoritária como a *Folha de S. Paulo*, típico sustentáculo do discurso dominante, pode tra-

zer consigo as fotografias ideologicamente marcadas pelo silenciamento da luta de classes, com imagens que discursivizam os movimentos sociais como “perturbadores da ordem” (ROMÃO; YADO; SILVA, 2008) e os detentos como estorvo da civilidade democrática. Observamos, então, como fotografia e cartum funcionam discursivamente de modo plural e heterogêneo, emprestando sentidos um do outro e promovendo a emergência da simetria entre detentos e deputados.

Para movimentar-se em gestos de leitura mais abertos, o sujeito precisa ter acesso à memória e romper com a ideia de imparcialidade da mídia e da fotografia e do cartum, além de romper com a noção ilusória de que a fotografia registra a realidade tal e qual ela é e de que a comicidade pueril dos cartuns sustenta-se desprovida do político. Ambos, fotografia e cartum, inscrevem-se no lugar do político, qual seja, aquele em que os sentidos de poder estão em jogo, em permanente e tenso jogo de poder.

LAMPOGLIA, Francis; SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. From photographs to cartoons: a route of senses about inmates and congresspeople. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 156-174, 2010.

ABSTRACT: *In this article we investigated how the prisoner and deputy senses are materialized in the picture and moved to the cartoon, marking condemnation and satire effects on the subjects that occupy or would occupy a cell. We follow the French Discursive Analysis view and some concepts by Bakhtin that offer us understanding of the processes of senses historical production, the production conditions in the language and the naturalization of an effect by the ideological mechanism. We selected, for the analysis, a picture from the newspaper Brasil de Fato, posted on MST site, and also a cartoon by Angeli found on the electronic page of Jornal Folha de São Paulo, both published in 2006.*

KEYWORDS: *Photography. Cartoon. Discursive formation. Memory. Nonverbal. Ideology.*

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Fala Múltipla - Aspecto Retórico, Lógico, Enunciativo e Dialógico. **Revue de Linguistique**. Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, Paris, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução de Marina Appenzeller. 9. ed. Campinas: Papirus, 1993. (Série Ofício de Arte e Forma)

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. cap. 8. p. 102-121.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: ____; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. cap. 4. p. 101-142.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-63.

____. **Discurso e texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2001b.

____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-56.

____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Érica Karine Ramos. **(N)Os telejornais brasileiros**: a textualização lacunar da notícia. 2008. Tese. (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RECHDAN, Maria Leticia de Almeida. **Dialogismo ou polifonia?** Taubaté, 2003. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/dialogismoN1-2003.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, Interpretação e história. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes. 2003. p. 47-58.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; YADO, Thaís Harumi Mafré; SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da. Análise discursiva sobre os dez anos da tragédia de Eldorado de Carajás. **Communicare**: revista de pesquisa, São Paulo, v.8, n.1, p.97-108, 1º sem. 2008.

_____; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Era uma vez uma outra história**: leitura e interpretação na sala de aula. São Paulo: DCL, 2006.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase e cia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios)

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VANOYE, Francis. A expressão verbal e suas relações com outros meios de expressão. In: _____. **Usos da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. cap. 4, p. 237-262.

DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER: IDENTIDADES E TENTATIVA DE BUSCA PELA VERDADE

Débora MARQUES¹

Priscila Júlio Guedes PINTO²

RESUMO: Neste presente trabalho, analisamos um interrogatório policial de uma Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher com o intuito de evidenciar: (i) como a construção sequencial de pares adjacentes de Pergunta-Resposta favorece uma tentativa de construção da verdade e (ii) como se processa a co-construção de identidades dos participantes envolvidos. Para nossa análise, utilizamos as ferramentas da Análise da Conversa de base Etnometodológica, da Sociolinguística Interacional, bem como da Etnografia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise da Conversa Etnometodológica. Sociolinguística. Etnografia. Linguística Aplicada. Organização sequencial. Busca da verdade. Identidade.

Introdução

Nesse presente trabalho, apresentamos nossas análises de dados gerados numa Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher (doravante DRCCM), na região sudeste do Brasil (Minas Gerais).³ Nossos corpora de pesquisa foram coletados de abril a maio e de agosto a outubro de 2007, tendo como paradigma de pesquisa a perspectiva qualitativa e a Etnografia para a coleta de dados; para o trabalho de observação (como

1 Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. debora.marques@ufjf.edu.br

2 Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. deusdelite@ig.com.br

3 A fim de preservar o anonimato dos participantes desse estudo, todos os nomes pessoais bem como o nome da cidade foram substituídos por nomes fictícios quando citados no decorrer das interações e, nas transcrições, há os papéis desempenhados nesse ambiente institucional (inspetor; vítima e suspeito).

observador-participante)⁴ e para a gravação, em áudio, do evento interrogatório policial.

Como forma de análise e arcabouço teórico, valemo-nos da perspectiva de trabalho da Análise da Conversa de base Etnometodológica (doravante ACe), a qual tem alargado seu escopo, já que para além da fala cotidiana, também a institucional tem sido fonte de inúmeros trabalhos que visam a compreender o ordenamento da interação entre os participantes, bem como dos estudos em Sociolinguística, no que tange à construção de identidades e alinhamentos.

No interrogatório policial analisado, investigamos como se processa a tentativa de construção da verdade construída turno-a-turno (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003; DREW; HERITAGE, 1992; HUTCHBY; WOOLFITT, 1998; DREW, 1992; GAGO, 2005; PSATHAS, 1995a), por meio de sequências de perguntas produzidas por um inspetor de polícia (OSTERMANN, 2002), que é quem coordena a interação de interrogatório nesse ambiente.

Levando em consideração que essa sequência interacional da conversa de pares adjacentes de pergunta-resposta (ANDRADE; OSTERMANN, 2007) restringe a tomada de turnos dos participantes, postulamos que, no ambiente analisado da DRCCM, as perguntas feitas pelo inspetor encaminham o interrogatório para seu objetivo primeiro, que é o de chegar à verdade dos fatos (FOUCAULT, 1995).

Dessa forma, defendemos a ideia de que, nesses interrogatórios, há uma tentativa de construção da verdade que se processa interativa e sequencialmente por meio das perguntas produzidas pelo inspetor.

E, ainda, intentaremos evidenciar como os participantes evocam, manifestam e tornam relevante uma determinada identidade ao se orientarem para certas convenções e restrições operantes no decorrer da interação gravada na DRCCM, uma vez que consideramos que a interação social incorpora uma ordem social e institucional e que essa “ordem interacional” (GOFFMAN, 1955, 1983 apud HERITAGE, 1997, p. 161) abrange um conjunto complexo de direitos e obrigações interacionais que estão ligados à identidade pessoal e às instituições macro-sociais.

4 Para mais, cf Gold (apud KAWULICH, 2005, p. 08). Pesquisadoras envolvidas na geração de dados: Débora Marques e Priscila Júlio Guedes Pinto.

Nessa perspectiva, identidade será aqui estudada como forma situada e negociada, no aqui e agora da interação, ou seja, como um fenômeno discursivo, co-construído e negociado em situações de fala-em-interação.

Neste trabalho, demonstraremos também como os participantes se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o enunciado que está sendo proferido ou recepcionado e como essas relações levam a diferentes enquadres.

A Análise da Conversa e Foucault: contribuições

Tomando-se como ponto de partida a ideia de que a linguagem é, para além de uma manifestação de estruturas cognitivas, um elemento crucial na construção das ações sociais, entendemos que as ações, interativamente co-construídas, como na DRCCM, refletem o engajamento dos membros da sociedade que, por meio do uso da linguagem, realizam *coisas* coordenadamente, construindo, colaborativamente, seus encontros.

Dessa forma, se *dizer é fazer*, nossa intenção é mapear como se dá a organização da interação que é construída nesse ambiente institucional.

Como apresentamos na introdução, a Análise da Conversa de base Etnometodológica tem como foco de interesse elucidar e descrever o fenômeno interacional, como ele se organiza e por quais práticas ele é produzido, tal como pontuou Schegloff:

[...] o esforço é elucidar e descrever a estrutura de um fenômeno coerente, naturalmente delimitado pelo domínio dos fenômenos em interação, como eles são organizados e as práticas pelas quais são produzidos. [A Análise da Conversa está] [...] engajada, dentre outras coisas, no estudo da organização da ação social.⁵ (1987, p. 101-102).

Para a ACe, o contexto é aquele sequencialmente produzido por meio das ações dos participantes, ou seja, ele é construído, evocado e guiado por meio da interação, o que equivale a dizer que os participantes co-constroem o contexto de suas conversas em e por meio de suas próprias conversas (HERITAGE, 1997). Assim, a ACe tem como objetivo descobrir os proce-

5 [...] the effort is to elucidate and describe the structure of a coherent, naturally bounded phenomenon of domain of phenomena in interaction, how it is organized, and the practises by which it is produced. (...) [Conversation Analysis is] [...] engaged, among other things, in the study of the organization of social action. (SCHEGLOFF, 1987, p. 101-102)

dimentos e as competências sociolinguísticas que sublinham a produção e a interpretação da fala em seqüências organizadas de interação (HUTCHBY; WOOFFITT, 1998).

Essa interação sofre restrições do ambiente institucional, que reduz a variedade de práticas interacionais que poderiam estar disponíveis para os participantes em outros ambientes, mas que, por exigirem uma especialização, limitam e norteiam as práticas institucionais (DREW; HERITAGE, 1992). Ainda, a conversa, nesses ambientes, está associada a arcações inferenciais diferentes e a procedimentos particulares para contextos institucionais específicos.

Segundo Heritage (1997), há seis lugares básicos para investigar a ‘institucionalidade’ da interação: (i) na organização de tomada de turnos; (ii) na organização estrutural global da interação; (iii) na organização da seqüência; (iv) no modelo de turno; (v) na escolha lexical e (vi) na assimetria epistemológica e de outras formas (HERITAGE, 1997, p. 164).

Dessa forma, na DRCCM, cenário institucional no qual nossos dados foram gerados, buscaremos a ‘institucionalidade’ das interações lá produzidas por meio da organização da seqüência, que, como apresentamos, realiza-se por meio de pares adjacentes de P-R.

A organização da seqüência se constitui como uma análise central para a ACe, já que, entendendo *contexto* como aquele sequencialmente produzido, as ações construídas turno-a-turno nos permitem mapear e compreender o que está sendo interacionalmente construído.

Diante desse tipo de análise sequencial, emerge, nesse ambiente institucional da Delegacia, uma noção importante e sempre visada nos mais variados ambientes institucionais jurídicos: a questão da busca pela verdade.

Segundo Foucault (1995), os modelos de verdade no ocidente têm origem nas práticas judiciárias do direito penal. Esse novo modelo de verdade que se estende a práticas sociais mais amplas e a outras áreas do saber é, para o filósofo, uma forma de dominação e de organização, tanto do sujeito quanto das formas de conhecimento desse sujeito.

Nesse processo de busca pela verdade, o inquérito é apontado como forma característica e a mais importante de se apurar a verdade nas sociedades ocidentais:

O inquérito é apontado por Foucault como uma descoberta capital. Foi a fórmula encontrada para unir, de uma só vez, poder, conhecimento do sujeito e verdade; ele se

cristaliza nas monarquias como o procedimento de estabelecimento da verdade. No entanto, o surgimento do inquérito não deve ser entendido como um processo nas formas racionais de estabelecimento da verdade, [como] uma evolução das provas (...). Essa nova prática é o resultado de transformações políticas; [já que] os novos estados nacionais necessitavam desse sistema judiciário para sustentá-los. [Dessa forma,] o inquérito é, principalmente, uma forma de governo e uma modalidade de gestão. (GAGO, 1997, p.37)

Assim, centrar-nos-emos em verificar como a sistemática organizacional da interação em sequências de P-R na Delegacia contribui para uma tentativa de construção da verdade, já que essa ‘verdade’ é coletada, via interação, por meio das perguntas que o inspetor produz para os outros participantes, em que, seguindo uma agenda tópica oculta, vai levantando questões a fim de apurar o fato ocorrido.

Os estudos da Análise da Conversa e da Sociolinguística Interacional sobre alinhamento e construção de identidade

Em ambientes institucionais como a DRCCM, veremos que os participantes se orientam para a construção de identidades ligadas às identidades relevantes dessa instituição, como suspeito, inspetor e vítima. Porém, nesse ambiente, veremos também que outras identidades surgem.

A identidade se torna visível na fala, ou seja, é por meio da fala-em-interação que as identidades podem também ser co-construídas, uma vez que

as pessoas não têm passiva ou potencialmente essa ou aquela identidade que causa sentimentos e ações, mas elas desenvolvem e trabalham para essa ou aquela identidade, por si mesmas e pelos outros, ambas com um fim em si mesmas ou em direção a algum outro fim. (ANTAKI; WIDDICOMBE, 1998, p. 3)

Na visão da ACe,

a identidade não deveria ser tratada como um ‘recurso’ explanatório que nós, como analistas, levamos conosco para uma cena onde as pessoas estão interagindo, mas como um ‘tópico’ que requer investigação e suor uma vez que nós chegamos lá. (ANTAKI; WIDDICOMBE, 1998, p. 02)

Como já mencionado anteriormente, essa perspectiva tem como pressuposto inicial o fato de que os participantes de uma situação de fala-em-

interação podem ser descritos a partir de uma multiplicidade de categorias (gênero, idade, papéis sociais, institucionais, etc.), sendo a categoria identidade um tipo particular de categorização.

Dessa forma, considerando essas categorias, podemos dizer que o estudo de identidade pode ser visto como um fenômeno situado ou indexicalizado e, principalmente, tornado relevante pelos participantes.

No que se refere à Sociolinguística Interacional, é importante destacar os conceitos de alinhamento, *footing* e enquadre.

Segundo Matoesian (1999), Goffman (1979, apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998) introduziu o conceito de *footing* como um meio de demonstrar a negociação linguística de nossas identidades sociais e conversacionais que emergem durante a fala, ou seja, o que falantes e ouvintes dizem e fazem em determinados momentos interacionais é sinalizado por meio de pistas de contextualização como aspectos prosódicos e linguísticos que servem como base para a interpretação de elocuições (cf. GUMPERZ, 1995 apud MATOESIAN, 1999, p. 493).

Goffman (1979, apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998) define *footing* como “o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”, isto é, para Goffman, o *footing* é uma mudança de postura do *self* na sua relação consigo mesmo, com o outro e com o enunciado que está sendo proferido ou recepcionado.

Com relação à noção de alinhamento proposta por Goffman (1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998), Tannen e Wallat (1998) definem *footing* como: “uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos, uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma como conduzimos a produção ou recepção de uma elocução” (RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 184).

Como um exemplo de mudança de enquadre, as autoras baseiam-se em uma consulta pediátrica. Durante a consulta, as autoras observaram que a pediatra mudava, a todo momento, sua postura e até mesmo sua linguagem para explicar à mãe a respeito da doença de seu filho, para entreter a criança a fim de realizar um exame e para falar com a câmera de vídeo destinada aos alunos do curso de medicina.

Nesse sentido, os *footings* conectam-se com os alinhamentos, uma vez que a mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros de acordo com a maneira como condu-

zimos e recebemos uma elocução. Os *footings* sinalizam o que dizemos ou fazemos, bem como indicam como interpretamos o que é dito ou feito, sendo, portanto, o desdobramento do enquadre, o que acarreta dizer que “uma mudança em nosso *footing* é uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos” (GOFFMAN, 1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p.75).

Além dos conceitos de enquadre, alinhamento e *footing*, Goffman (1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998) sugere uma nova classificação para os conceitos de falante e ouvinte, já que a tradicional descrição de falante e ouvinte não dá conta de descrever as complexidades do processo de comunicação em tempo real da interação.

Goffman decompõe os papéis de falante em categorias mais específicas, via o que o autor chama de *formato de produção*. O *animador* é a caixa sonora de emissão dos enunciados; o *autor* é aquele que compõe as palavras; e o *responsável* é aquele que é responsabilizado pelas palavras. Todos esses papéis podem recair sobre um mesmo falante como, por exemplo, um jornalista de jornais televisivos, que exerce o papel de animador das palavras que lê, sendo o redator do jornal o autor das palavras ditas pelo jornalista e o chefe da redação ou o dono do jornal o responsável pelas palavras.

Da mesma maneira, Goffman decompõe o papel de ouvinte considerando a condição de participação oficialmente ratificada ou não do encontro social. Os participantes ratificados podem ser os endereçados pelas elocuições proferidas pelo falante, sendo aqueles “a quem o falante remete sua atenção visual e para quem espera eventualmente passar o papel de falante” (GOFFMAN, 1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 78) em contraposição ao participante ratificado não-endereçado.

Para o autor, mesmo não sendo participante oficial no encontro, podemos escutar uma conversa de perto de duas formas socialmente diferentes: (i) por intromissão — escutando às escondidas, por trás da porta; (ii) ou por acaso (ouvintes por acaso) — quando ouvimos de forma advertida, sem intenção de ouvir a conversa. Dessa forma, Goffman (1998) enfatiza que um participante ratificado pode não escutar uma conversa e alguém que esteja escutando-a pode não ser um participante ratificado. Essa descrição de categorias específicas para ouvintes se configura através do que o autor denomina de *status de participação* e a configuração que se estabelece entre falantes e ouvintes, em um determinado momento da fala, é denominada de *estrutura de participação*.

Para complementar as definições de Goffman, é válido mencionar a proposta de Zimmerman (1998) de que identidade pode ser estudada como um elemento do contexto para a fala-em-interação. Segundo o autor, a orientação dos participantes para uma ou outra identidade – sua própria ou dos outros – está vinculada à interação em curso e às ordens sociais circundantes.

Zimmerman (1998) aponta três categorias de identidade: (i) identidades discursivas – são aquelas ligadas à organização da interação momento-a-momento. Os participantes assumem identidades discursivas enquanto se engajam nas diversas atividades sequencialmente organizadas: falante corrente, ouvinte, contador de história, recipiente etc.; (ii) identidades situadas – são aquelas constituídas a partir de situações específicas para as quais os participantes, ou pelo menos um participante, se orientam em virtude de normas e rotinas unidas a uma determinada meta institucional.

Um exemplo de identidades situadas são as de suspeito, vítima e inspetor, presentes no interrogatório policial em análise. Todos esses participantes se orientam em relação a tarefas especializadas e particulares que compõem toda a rotina desse ambiente institucional; e ainda, há (iii) identidades transportáveis – são aquelas identidades latentes que seguem com os indivíduos enquanto eles se movem através de suas rotinas diárias: são identidades normalmente visíveis enquanto marcas físicas ou culturais (gênero, etnia etc.).

É relevante enfatizar que essas três categorias de identidades propostas por Zimmerman podem recair sobre um mesmo indivíduo. Um exemplo disso seria uma entrevista de emprego em uma empresa, em que temos com relação às identidades discursivas a alocação de turnos entre falante corrente (entrevistador) e próximo falante (entrevistado); com relação às identidades situadas: o entrevistador e o entrevistado; e, por último, com relação às identidades transportáveis: as características físicas do entrevistador e do entrevistado como etnia, gênero etc.

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

A DRCCM é uma polícia civil especializada, procurada por mulheres que sofreram algum tipo de abuso, agressão ou constrangimento. Entretanto, embora receba o nome de Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher, na instituição em que nossos dados foram gerados, gravamos casos em que

o abuso/crime não foi, necessariamente, cometido contra uma mulher. Nesse presente trabalho, por exemplo, analisaremos um crime cometido contra um menor de 4 anos de idade.

Com isso, cabe esclarecer que já há alguns anos as Delegacias da Mulher no Brasil também servem ao propósito de atender denúncias de crimes contra menores.

Nesse ambiente institucional, as vítimas apresentam denúncias contra algum suspeito de agressão/delito. Num momento posterior, os envolvidos são intimados a comparecer na delegacia para darem seus depoimentos. Nesses, o inspetor de polícia interroga, investigando e apurando os fatos e depois disso, produz um relatório, que será encaminhado para a delegada, em que constam impressões e evidências (caso haja) coletadas do interrogatório que foi interativamente co-construído entre os participantes. Dessa forma, os participantes ratificados dessa interação são: (i) o inspetor de polícia; (ii) a vítima (podendo ser o representante legal) e (iii) o suspeito.

O inquérito policial é instaurado a partir da produção do BO e prossegue quando as partes envolvidas no crime/delito em questão são chamadas à Delegacia a fim de prestarem depoimentos, cujos teores serão cruzados pelos policiais responsáveis pelo caso para que medidas necessárias sejam tomadas.

A esse cruzamento de informações dá-se o nome de “processo de averiguação dos fatos”, e esse processo de averiguação se realiza, básica e discursivamente, no evento denominado interrogatório, momento no qual focamos nossa análise nesse ambiente institucional.

Análise de dados

Há ações rotineiras que se caracterizam como as fases da interação produzida na Delegacia. Essas ações rotineiras podem ser visualizadas nos excertos a seguir:

47	inspetor	muito bem↓ (0,2)((mexe em papéis)) então a senhora é a dona marta da silva não
48		é isso?
49	mãe	ahã.

50		esse rapaz que ta na minha frente aí é: (0,3) o andré↑ ((menor, possível vítima de
51	inspetor	abuso sexual)) não é isso?
52	mãe	ahã.

Excerto 1: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:47-52.

O inspetor enquadra o evento como um interrogatório e, como tal, realiza procedimentos rotineiros, tais como: “muito bem↓ (0,2) ((mexe em papéis)) então a senhora é a dona marta da silva não é isso?”, em que (i) checa os documentos apresentados pela mãe da vítima. Por ser uma interação legal, jurídica, a identidade dos participantes e a correspondência entre os participantes presentes e os intimados devem ser verificadas.

53		tá↓ (0,5) deixa eu perguntar pra senhora (0,1) tá constando aqui pra gente, não é
54	inspetor	isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, ta aqui com a gente, não
55		é isso? da polícia civil, né? dia dezesseis de abril, é isso mesmo, não é isso?
01	mãe	foi.
02		foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô((lendo)) comparece a
03	inspetor	essa unidade policial a senhora marta da silva, não é isso?
04	mãe	ahã.
05	inspetor	mãe do menor andré, a senhora é mãe dele não é isso?
06	mãe	sou.
07		de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente reclama que o autor o
08		obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e
09		esclarece () que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que lá o
10		menor foi submetido ao exame médico, nada foi constatado no que tange ao
11	inspetor	aspecto oral, porém que a criança continua dizendo que o mesmo colocou e
12		continuou a assediá-la e a fazer o mesmo ato, que o autor mora nos fundos da
13		casa da vítima (0,2), e é casado com a irmã da vítima, que nega que seu marido
14		é capaz de fazer tal coisa (0,3) a senhora dona-dona marta confirma isto aqui
15		que está escrito pra mim? é isso mesmo? o que-o que leva a pensar, [só o que o
16		menino fala?
17	mãe	[o negócio↓
18		(0,2)
19	mãe	o negócio é o seguinte:: o menino (0,1) fica-ficava muito lá entendeu?, agora
20		que eu cortei

Excerto 2: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:53-55; 03:01-20.

Nesse excerto, há (ii) a leitura do BO, em que o inspetor verifica a veracidade e a correspondência entre o que está escrito com o que foi relatado

pela vítima (e em outros casos, por testemunhas) aos policiais militares ou civis chamados nos ambientes onde os crimes/delitos ocorreram.

Nas linhas 53-55, emerge da fala do inspetor a sua identidade institucional, marcada pelo uso inclusivo do termo “a gente”: “tá constando aqui pra gente, não é isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, tá aqui com a gente, não é isso?”, que se refere à instituição (DRCCM), ou seja, o inspetor diz em nome da instituição a qual pertence, exercendo aqui a identidade de responsável.

Em seguida, durante a leitura do BO, notamos que o inspetor, em algumas passagens, está sendo o porta-voz da mãe da vítima (cf. linhas: 09-12), relatando em nome da mãe para o suspeito, a queixa feita por ela. Nesse momento, então, a identidade que emerge da fala do inspetor é de animador, uma vez que ele é a caixa sonora de emissão dos enunciados proferidos pela mãe da vítima.

Para além da identidade de animador, percebemos a emersão da identidade situada de suspeito e vítima. No trecho “o autor o obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?”, (linhas 07-08) percebemos o surgimento da identidade de suspeito com o uso do termo “dele” que o coloca na condição de ouvinte endereçado, esclarecendo que o instrumento utilizado para a realização do abuso sexual foi o órgão genital do autor. Tal termo, seguido da *tag question* “né”, reforça o que foi enunciado pelo inspetor “o autor o obriga a pegar seu órgão genital”, comprometendo o suspeito com o que foi dito pelo inspetor. Nesse sentido, é evidente também que a argumentação da criança sobre o fato de o suspeito continuar assediando-a, coloca-a no papel de vítima e o considerado autor do crime no BO, como um possível suspeito (linhas 11-12).

É importante destacar que esse interrogatório é iniciado com perguntas feitas pelo inspetor para o suspeito. Essas perguntas emergem de uma agenda tópica programada pelo inspetor antes da chegada dos participantes, já que, devido à observação que fizemos, especificada em notas de campo, o inspetor, antes do encontro, realizou uma busca nos arquivos da polícia para a checagem dos antecedentes criminais do suspeito.

Assim, no excerto abaixo, ele enquadra o suspeito enquanto “possível” suspeito. Esse enquadramento é tornado claro logo no início, devido ao fato de ser o suspeito desse ‘novo’ delito um indivíduo já *fichado* pela polícia; condenado e cumpridor de uma pena legal (de doze (linha 12)).⁶

6 Refere-se ao artigo 12, do capítulo III da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, no qual há medidas

Essa identificação do suspeito como um possível culpado para o crime é evidenciada pelo uso de categorias relacionadas a esse ambiente policial como: “doze” (linhas 12,13 e 33), “condicional” (linhas 15, 17, 29 e 30) e “passagem pela polícia” (linha 07) que projetam a identidade no outro de suspeito.

01	inspetor	você tem ()? ((se dirigindo ao suspeito))
02	suspeito	tem não↓
03	inspetor	hein?
04		(1,0)
05	suspeito	tem não.
06		(0,5)
07	inspetor	tem passagem pela policia cara?
08	suspeito	já↓
09	inspetor	já?
10	suspeito	já.
11	inspetor	e por causa de quê?
12	suspeito	de doze.
13	inspetor	doze?
14	suspeito	é↓
15	inspetor	condenado?
16	suspeito	é-tô-três-é::agora to é::
17	inspetor	não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
18	suspeito	fui.
19	inspetor	quanto tempo?
20	suspeito	três anos.
21	inspetor	()
22	suspeito	()
23	inspetor	onde?
24	suspeito	no cenara ((presídio))
25		(0,1)
26	inspetor	no cenara?
27	suspeito	é↓
28		(2,0)
29	inspetor	tá na condicional?
30	suspeito	é, tô na condicional↓
31	inspetor	tá por quanto tempo?

de prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes. O artigo 12 prevê uma pena de reclusão de três a quinze anos e pagamento de cinquenta a trezentos e sessenta reais dias-multas para aqueles que importam ou exportam, remetem, preparam, produzem, fabricam, adquirem ou vendem, trazem consigo ou guardam, etc, substâncias entorpecentes sem autorização ou em desacordo com a determinação legal (ANGHER, 2005. *Vade Mecum*, p. 818).

- 32 suspeito um ano-uma no e oito meses.
33 inspetor tá cumprindo aquele artigo, o doze ainda né?
34 suspeito é↓

Excerto 3: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:01-34.

Temos aqui sequências de pares adjacentes de P-R, nas quais o inspetor espera que o suspeito ratifique ter sido já condenado por um crime anteriormente (de doze).

As respostas do suspeito são diretas, curtas, atendendo, sucintamente, ao que foi solicitado pelo inspetor, o que pode sinalizar para o *knowhow* do suspeito com a estrutura dos interrogatórios.

Em alguns pares de P-R, a resposta fornecida não é a esperada e a projetada pela pergunta do inspetor, tal como temos em:

- 11 inspetor e por causa de quê?
12 suspeito de doze.
13 inspetor doze?
14 suspeito é.
15 inspetor condenado?
16 suspeito é-tô-três-é::agora to é::
17 inspetor não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
18 suspeito fui.
19 inspetor quanto tempo?
20 suspeito três anos.

Dessa forma, na linha 17, ocorre um reparo⁷ (*other-initiated repair* (SCHEGLOFF; SACKS; JEFFERSON, 1977, p. 365) iniciado pelo inspetor sobre a fala do suspeito (linhas 16 e 17):

- 16 suspeito é-tô-três-é::agora to é::
17 inspetor não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
18 suspeito fui.

Já que a resposta não foi a esperada (*expected answer* (LEVINSON, 1983, p. 336)), um novo turno (linha 17) foi iniciado como forma de reparar

7 Conforme Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), o reparo se caracteriza pela identificação dos interagentes de um problema interacional, sendo, dessa forma, uma tentativa de resolução do mesmo, já que, para sanar o ‘problema’ instaurado, o reparo se torna foco da interação.

o anterior, com o intuito de receber uma nova resposta cujo conteúdo seja o esperado, que, no nosso caso, é o de comprometer o suspeito com a condenação que lhe foi imputada: “condenado?” (linha 15).

Há a presença nesse interrogatório de *tag questions*, que funcionam como forma de promover o comprometimento do outro participante com o que foi apresentado por ele como resposta:

47	inspetor	muito bem↓ (0,2)((mexe em papéis)) então a senhora é a dona marta da silva não é
48		isso?
49	Mãe	ahã.
50	inspetor	esse rapaz que ta na minha frente aí é: (0,3) o andré↑((menor, possível vítima de
51		abuso sexual)) não é isso?
52	Mãe	ahã.
53		tá↓ (0,5) deixa eu perguntar pra senhora (0,1) ta constando aqui pra gente, não é
54	inspetor	isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, ta aqui com a gente, não é
55		isso? da polícia civil, né? dia dezesseis de abril, é isso mesmo, não é isso?
01	Mãe	foi.
02	inspetor	foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô ((lendo)) comparece a
03		essa unidade policial a senhora marta da silva, não é isso?
04	Mãe	ahã.
05	inspetor	mãe do menor andré, a senhora é mãe dele não é isso?
06	Mãe	sou.
07		de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente reclama que o autor o
08		obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e esclarece
09		() que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que lá o menor foi
10		submetido ao exame médico, nada foi constatado no que tange ao aspecto oral,
11	inspetor	porém que a criança continua dizendo que o mesmo colocou e continuou a assediá-
12		la e a fazer o mesmo ato, que o autor mora nos fundos da casa da vítima (0,2), e é
13		casado com a irmã da vítima, que nega que seu marido é capaz de fazer tal coisa
14		(0,3) a senhora dona-dona marta confirma isto aqui que está escrito pra mim? é isso
15		mesmo? o que-o que leva a pensar, [só o que o menino fala?

Excerto 4: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:47-55; 03: 01-15.

Esse mecanismo de comprometimento tem um papel central nos interrogatórios policiais, dado que somente aquilo que é verbalizado, ou seja, expresso na fala das partes envolvidas pode ser levado em consideração e pode levar à resolução do caso, já que, é por meio da fala que há a confissão ou a negação da culpa.

Cabe comentar que as perguntas proferidas pelo inspetor se direcionam à apuração dos fatos, em que o policial vai construindo, numa co-pro-

dução com os outros participantes, o relato do delito, ou seja, as versões das partes: a narração da vítima e a versão dos fatos pelo suspeito.

É interessante notar como as perguntas do inspetor seguem uma agenda tópica que é guiada por seu *feeling* enquanto investigador e que vão se pautando por sua intuição do que pode levar à apuração dos fatos e, conseqüentemente, à verdade:

12	inspetor	a senhora não vai na casa da sua filha? quanto tempo sua filha ta com ele?
13		(0,5)
14	mãe	ah:, (0,2) foi antes de eu- foi assim que ela ficou grávida, a menina já ta com
15		nove anos.
16	inspetor	e ela trabalha? a sua filha?
17	mãe	não.
18	inspetor	ela não trabalha, fica em casa.
19	mãe	fica em casa↓
20	inspetor	o andré é que não sai do terreiro, só fica naquela área entre sua casa, fica no
21		terreiro lá, da casa da sua filha, não é isso?
22	mãe	ahã.
23	inspetor	a sua filha não sai de casa, em que momento a senhora acha que isso pode ter
24		acontecido?
25	mãe	não:↓ minha filha sai, de vez em quando ela saía.
26	inspetor	ahã.
27	mãe	agora que ela ta mais parada dentro de casa, de vez em quando ela saía.

Excerto 5: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 06: 12-27.

No excerto acima, é possível perceber como o inspetor constrói, encurralando o outro participante, uma conclusão preponderante para o caso, já que, se a filha, irmã da vítima menor, é esposa do suspeito e sempre fica em casa, *como* e *quando* pôde ocorrer o abuso? Ele encurrala a mãe da vítima ao projetar perguntas que seguem a estrutura: se X, então Y.

Nesse sentido, o inspetor incita perguntas que o levem, por meio do *encurralamento* do outro, à verdade dos fatos que não é explicitamente verbalizada pelos interagentes.

Como pode ser visto a seguir:

03	inspetor	o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.((se dirige ao suspeito))
04		o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha, tenho sobrinho, tem um
05		monte lá- e ele tomo(u) raiva de mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão
06		de criança, aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele ele queria papagaio que
07		fazia de vareta, e eu fiz-só que aí eu peguei uma folha de caderno, amassei no
08	suspeito	meio e amarrei duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu não vou-vou fazê pro cê
09		senão as criança, daí ele arrumou um- e chorou pra caramba, aí desse dia pra lá
10		ele tomo raiva de mim (0,2) eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
11		meninos.
12		mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é
13	inspetor	chupar, como é que é isso?
14	suspeito	() eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo é por causa de papagaio.
15	inspetor	tá↓:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a senhora me explica isso pra
16		eu entender.
17	mãe	ah:: num sei.
18	inspetor	pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?
19	suspeito	não::↓ele não vive lá em casa- eu- eu trabalho ()

Excerto 6: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 04:03-19.

Nessa sequência, ao proferir: “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar, como é que é isso?” (linhas 12-13), o inspetor, por meio de uma pergunta de encurralamento, intenta fazer com que as partes expliquem como uma criança poderia ter conhecimento desse tipo de ato sexual. Cabe dizer que, nesse ponto do interrogatório, já tinham sido fornecidas versões dos fatos pela mãe da vítima e pelo suspeito, o qual enquadrou o *possível* abuso sexual como: “aí desse dia pra lá ele tomo raiva de mim” (ABUSO SEXUAL DE MENOR, 04:09-10).

Essas perguntas de encurralamento são empacotadas pelo inspetor como perguntas, que à primeira vista, parecem ser descomprometidas, mas que, na verdade, carregam em si a preferência por respostas que visam a encurralar, no sentido de trazer à tona conteúdos e confissões, esclarecimentos até então omitidos pelos outros participantes.

Com relação à co-construção de identidades, percebemos que, nessa sequência, emerge da fala do suspeito sua identidade de vítima (Cf. linhas: 04; 10-11), apresentando como justificativa o fato de que ele tem uma filha e, por esse motivo, jamais cometeria tal crime com “os meninos” (linha 11).

Ao apresentar a justificativa de que tem uma filha, o suspeito também

constrói uma identidade de pai, já que enquanto tal jamais abusaria de sua filha e muito menos de outras crianças. Nesse sentido, podemos dizer que a argumentação do suspeito de que tem uma filha é uma tentativa de se posicionar como inocente da acusação de abuso sexual.

O inspetor, nas linhas 15 e 16, muda de tópico, o que fica evidenciado pelo uso de um marcador discursivo “tá↓:” no início do turno (Cf. OSTERMANN, 2003, p. 491) e lança uma pergunta “tá↓:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a senhora me explica isso pra eu entender.” (linhas 15-16) se dirigindo à mãe da vítima a fim de retomar o tópico sobre o crime. Essa, por sua vez, responde “ah:: num sei.” (linha 17).

Em seguida, o inspetor se dirige ao suspeito perguntando-lhe: “pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?” (linhas 18). Aqui, é válido mencionar que o inspetor, nesse turno de pergunta, produz uma frase no condicional que pressupõe uma consequência: a ideia de que, por morarem próximos e pela presença assídua da vítima na casa do cunhado, se não há a possibilidade de o menor ter visto filmes eróticos, como ele poderia saber como fazer *sexo* oral? Nesse ponto, o inspetor estaria projetando a identidade do cunhado da vítima como possível suspeito do abuso.

Porém, no turno seguinte, o suspeito protege a sua face ao alegar que trabalha (“não::↓ele não vive lá em casa- eu- eu trabalho ()”, linha 19) e, por isso, o menor, mesmo que frequentasse sua casa, não teria momentos a sós com o suspeito, o que ratifica mais uma vez a identidade de vítima que o suspeito intenta projetar por meio de suas respostas.

Apresentaremos, na sequência, o relato da mãe da vítima sobre o que aconteceu com o menor (linhas 33-36; 40-41) e quais foram os procedimentos que ela tomou enquanto mãe da vítima, ao ficar sabendo do ocorrido.

33		aí um dia (0,1) eu dando banho nele, aliás, eu arrumando água pra dá
34	mãe	banho nele aí, eu peguei falei com ele-ele pegou e comentou isso pra
35		mim, aí isso me levou ao desespero, eu como mãe, eu tinha que levar meu
36		filho pra fazer um exame, entendeu?
37	inspetor	humhum.
38	mãe	entendeu?
39	inspetor	entendo.
40		aí, lá que-que o médico falou realmente né? que tinha coisado isso, né? aí
41	mãe	(0,1) o-o conselho tutelar↑ me encaminhou entendeu? pra eu vim aqui
42		(0,2)

43	mãe	ái (0,1) o-o conselho tutelar↑ me encaminhou entendeu? pra eu vim aqui
44	inspetor	e a senhora fez tudo isso? levou ao médico tal
45	mãe	leve↓
46	inspetor	e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?
47	mãe	o comportamento dele?
48	inspetor	é↓ ele vai à aula, pra escolinha?
49	mãe	ele tá na escolinha.
50	inspetor	ele tá indo na escolinha normalmente?
51	mãe	tá↓
52	inspetor	tá. tá lanchando e jantando tudo direitinho?
53	mãe	olha, isso aí ele nunca foi mesmo não↓
54	inspetor	tá.
55	mãe	ele come- ele come mas só come uma vez por dia.
56	inspetor	então tá normal o comportamento dele?.
57	mãe	tá::

Excerto 7: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 03:33-57.

Nas linhas 35-36, da fala da mãe (“eu como mãe, eu tinha que levar meu filho pra fazer um exame, entendeu?”) emerge a sua identidade como aquela figura materna que, ao ficar sabendo do crime, toma imediatamente providências, como levar o filho ao médico (linha 40) e procurar o Conselho Tutelar (linha 43).

Posteriormente ao relato da mãe, o inspetor começa a perguntar sobre o menor: se a mãe o levou ao médico (linha- 44); como está o comportamento dele, como ele está na escola, se ele está se alimentando direito etc. (linhas 46, 48, 50 e 52).

Porém, na linha 47, a mãe da vítima parece não entender a pergunta feita pelo inspetor no turno anterior (“e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?”- linha- 46), repetindo parte da elocução do inspetor “o comportamento dele?” (linha 50). Tal problema de entendimento por parte da mãe é reparado pelo inspetor (*other-initiated repair* (SCHEGLOFF et al., 1977, p. 365)) no turno subsequente, quando ele diz “é↓ ele vai à aula, pra escolinha?” (linha 48), tentando buscar a resposta para a pergunta feita por ele na linha 49.

Vale mencionar que esse problema de entendimento é negociado interacionalmente entre a mãe e o inspetor, os quais têm como foco a tentativa de resolução do problema.

Semelhante ao que ocorre na consulta pediátrica, apresentada por Tannen e Wallat (;1998), em que a pediatra utiliza registros diferentes ao se dirigir à mãe, à criança a aos residentes que assistem à consulta, nos nossos dados também encontramos essa mudança de registro.

Nas linhas 48, 50 e 52, o inspetor muda o seu registro ao se dirigir à mãe da vítima, utilizando o diminutivo “escolinha”, “direitinho” para que ela responda à pergunta feita por ele sobre o comportamento do menor, ou seja, o inspetor reformula a sua pergunta inicial — “e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?” (linha-46) — para que tal pergunta se torne mais clara e inteligível à mãe.

É importante ressaltar que, ao lançar perguntas à mãe como forma de investigar o comportamento da criança, o inspetor se mostra como um conhecedor do comportamento de uma criança que sofre abuso sexual, dado que é possível crianças, que sofrem abuso sexual, mudarem seus comportamentos.

Na próxima sequência, temos um exemplo de mudança de enquadre do inspetor ao tentar obter alguma informação do menor sobre o crime:

38	inspetor	e a senhora trabalha?
39	mãe	não.
40	inspetor	a senhora fica em casa, cuidando dos afazeres de casa↓
41	mãe	fico em casa.
42	inspetor	entendi.=
43		(0,1)
44	inspetor	=é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a primeira vez que ele reclamou?
45	mãe	não↓, ele me reclamou aquele dia né?
46	inspetor	me espera lá fora um pouquinho, eu te chamo já já. ((se dirige ao suspeito))
47	mãe	ele reclamou aquele dia::
48	inspetor	senta o menino ali.
49		(0,8)
50	mãe	aqui?
51	inspetor	isso=
52		(0,2)
53	inspetor	=senta lá senhora=
54		(0,3)
55	inspetor	=deixa eu te falar um negócio (0,3) ô andré↓
56	mãe	no dia que eu fui levar ele lá no posto médico () ele ficou chorando=
57	inspetor	xô te perguntar um negócio
01	mãe	=ficou chorando

02	inspetor	andré (0,1) não::: (0,2) aqui ô, vou te dar um negócio
03	mãe	fala com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓
04		((o inspetor traz um brinquedo para a vítima))
05	inspetor	quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento
06		ali quer? senta lá, no meu lugar.
07	mãe	senta lá meu filho↓
08	inspetor	ouve aqui () quer falar comigo não?
09	mãe	fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe=
10	inspetor	não quer falar, não quer falar não↓
11	mãe	=do mesmo jeito

Excerto 8: ABUSO SEXUAL DE MENOR , 2007, 04:38-57- 05:01-11.

Nesse momento da audiência, o inspetor pergunta para a mãe da vítima se ela trabalha fora de casa, se foi a primeira vez que o menor falou sobre o acontecido (turnos: 38; 40; 44-43), para que ele tenha uma melhor apuração sobre os fatos.

Na linha 50, o inspetor pede à mãe da vítima que sente a criança em outra cadeira, para que ele possa fazer algumas perguntas à vítima. Inicialmente, o inspetor se dirige ao menor de forma séria, sem estabelecer nenhum contato afetivo ou brincadeiras: “deixa eu te falar um negócio (0,3) ô andré↓” e “xô te perguntar um negócio”(linhas 55 e 57), exercendo aqui o seu papel de inspetor de polícia ao tentar adquirir de André informações verdadeiras sobre o ocorrido.

Não obtendo nenhum tipo de informação do menor, o inspetor muda de estratégia e oferece um brinquedo à vítima (linha 04). Nas linhas 05 e 06, o inspetor muda o seu enquadre e começa a ser mais amável com o menino na tentativa de criar uma relação de confiança com André: “quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu lugar.”, “ouve aqui () quer falar comigo não?”, não conseguindo, no entanto, informações referentes ao crime relatado pela mãe da vítima.

Nesse turno, percebemos também que o inspetor, ao tentar ser mais afetivo com a criança, intenta construir a identidade de “amigo” do menor, para que este confie nele e, conseqüentemente, lhe diga a verdade.

Na seqüência em análise, podemos notar também que a mãe da criança, em contraponto ao enquadre que vinha tendo com o inspetor (linhas 46, 49), muda de enquadre ao dirigir ao filho, demonstrando uma relação mais afetiva com a criança (marcada pelo uso de “meu filho”, “mamãe”)- “fala

com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓”, “senta lá meu filho↓”, “fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe-” (linhas 03;07 e 09), procurando também fazer com que o menino tenha confiança em falar com o inspetor – “não vai te acontecer nada não↓” (linha 03).

Com o intuito de apresentar as principais perguntas proferidas pelo inspetor e que têm como expectativa a tentativa de se chegar à verdade dos fatos, apresentaremos abaixo excertos:

14	inspetor	não quer falar↓ o quê levou a senhora a entender que isto era verdade? é isso
15		que eu quero entender.
16	mãe	hum?
17	inspetor	o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade
18	mãe	é porque, foi assim↓, ele comentou isso comigo, né, aí, foi assim, ele tava
19		brigando-brincando-brigando com a minha neta (0,1) de tarde
20	inspetor	hum.
21	mãe	nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos
22	inspetor	quantos anos tem sua neta?
23	mãe	oito-nove
24	inspetor	nove?
25		aí, eu peguei e falei assim com ele, porque ele é violento, sabe↓, é:: qualquer
26	mãe	coisa ta batendo, aí eu falei, filho, não fica brigando com ele assim não, porque
27		quando você for lá, eles vão te tratar mal, aí ele falou assim, mãe eu não vou lá
28		não.
29	inspetor	ele conversa bem ou tá tímido agora?
30	mãe	tá tímido
31	inspetor	ele conversa direitinho? tá tímido?
32	mãe	ah tá::, no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:
33	inspetor	hum.
34	mãe	aí ele pegou e falou assim (0,2) é::
35	inspetor	eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que isso aconteceu, eu quero
36		uma resposta simples da senhora, agora eu tô perguntando simples pra senhora
37	mãe	ah tá.
38	inspetor	o quê que te leva a entender que isto aconteceu?
39	mãe	ah::num sei::, é porque é coisa que eu ouvi da boca dele
40	inspetor	e o quê que [a senhora acha?-
41	mãe	[é coisa que eu ouvi da boca dele
42	inspetor	-a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece do seu vizinho aí?
43	mãe	é (0,2) é como se diz né? prova né, essa palavra prova, a gente não pode ter:

44		eu não to perguntando prova↓, eu to te perguntando simplezinho, o quê que te
45		leva a concluir que isso aconteceu, seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi
46	inspetor	a primeira? o quê que a senhora conclui, porque eu dependo do que a senhora
47		falar pra falar com ele.
48	mãe	não:::o que ele: não (0,1) ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.

Excerto 9: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 05:14-48.

Nessa sequência, o inspetor coloca em evidência sua posição enquanto representante da lei, que deve encaminhar o caso para posterior aplicação de penas por meio da averiguação e da verdade dos fatos. Para tanto, ele, enfaticamente, apresenta, nas linhas 46-47: “eu dependo do que a senhora falar pra falar com ele”, sua dependência quanto ao que é negociado e interativamente construído pelos participantes ratificados nesse ambiente institucional.

Ao proferir as perguntas das linhas 14-15; 22; 29; 31; 35-36; 38; 40; 42 e 44-47, o inspetor tenta coletar informações que estão diretamente voltadas para a busca da verdade. Ele busca respostas para o porquê de a mãe da vítima ter entendido o *constrangimento* vivido por seu filho como um *crime* praticado contra ele e o porquê de ela acreditar que tenha sido seu genro o autor deste.

Nesse nosso evento, os participantes sabem o que estão desempenhando e quais as consequências e implicações judiciais. Dois exemplos ilustram isso: o primeiro é quando, como já apresentamos, o suspeito responde às perguntas iniciais do inspetor de forma sucinta, e o segundo se encontra no excerto acima, em que, refazendo o que foi exposto para o policial civil que fez o BO (“foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô ((lendo)) comparece a essa unidade policial a senhora (...) de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente reclama que o autor o obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e esclarece () que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que lá o menor foi submetido ao exame médico (..)”), a mãe da vítima reformula a acusação, afirmando que o *possível* abuso sexual aconteceu somente uma vez e não “constantemente”, como foi apresentado anteriormente (“não:::o que ele: não (0,1) ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.”).

Considerações finais

As perguntas formuladas pelo inspetor de polícia da DRCCM para as partes: vítima e suspeito, nos deixam perceber o papel crucial que as sequências de pares adjacentes de pergunta-resposta (P-R) realizam nesse tipo de evento interrogatório, já que, baseando-se em uma agenda tópica que leva em consideração o conteúdo do BO e seu próprio *knowhow*, o inspetor projeta, em suas perguntas que visam ao esclarecimento do caso, tentando trazer à tona elementos omitidos/ocultados a fim de chegar, ou ao menos tentar, à verdade dos fatos.

Nesse interrogatório policial, vimos que o suspeito tenta construir sua identidade de inocente e que o inspetor atua como responsável, animador e como conhecedor do comportamento de uma criança que sofre abuso sexual, sendo, portanto, aquele que *diz em nome de, fala por, mostra ter conhecimento do comportamento de crianças que sofrem abusos sexuais*, tentando alcançar a verdade dos fatos, já que o objetivo primeiro de interrogatórios como esse é o de apurar os fatos para se chegar à verdade.

E, ainda, mostramos em nossas análises como as noções de enquadres e de identidades dão conta do que acontece nesse ambiente interacional, bem como demonstramos como pistas linguísticas evidenciam e sinalizam os diferentes enquadres. Também pudemos perceber que há a construção de identidades que surgem como características da organização sequencial da fala-em-interação, sendo, portanto, formas de como os participantes se dispõem para agirem no mundo.

MARQUES, Débora; PINTO, Priscila Júlio Guedes. Police stations dedicated to crime against women: identities and a tentative truth construction. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 175-201, 2010.

ABSTRACT: *In this paper, a judicial inquiry at a police station dedicated to crime against women is analyzed in order to put into relief the following asserts: (i) how the sequential construction of adjacent patterns of Questions and Answers lead to a tentative truth construction, and (ii) how the participants identity co-construction is processed. This analysis is based on Conversation Analysis Ethnomethodology, Interactional Sociolinguistics and Ethnography.*

KEYWORDS: *Conversation Analysis Etnomethodology. Sociolinguistics. Ethnography. Sequential organization. Pursuit for truth. Identity.*

Referências

ANDRADE, D.N.P.; OSTERMANN, A.C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. **Revista Calidoscópio**, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 92-104, 2007.

ANGHER, Anne Joyce (Org.). **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. Identity as an achievement and as a tool. In: _____. **Identities in Talk**. London: Sage Publications, 1998. p. 1-14.

DREW, P. Contested evidence in a courtroom cross examination: the case of a trial for rape. In: DREW, P.; HERITAGE, J. (Eds.) **Talk at Work: Social Interaction in Institutional Settings**. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 470-520.

DREW, Paul; HERITAGE, John. Analysing talk at work: An introduction. In: ; _____. (Eds.) **Talk at work: Interaction in Institutional Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 470-520.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as formas jurídicas**. 4. ed. 3ª imp. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

GAGO, Paulo Cortes. **Análise do discurso da sentença judicial penal**. 1997. 207 fl. Dissertação (Mestrado em Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. mimeo.

_____. A organização sequencial da conversa. **Calidoscópio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 67-73, 2005.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 70-97.

HERITAGE, John. Conversation Analysis and Institutional Talk: Analysing Data. In: SILVERMAN, David (Ed.) **Qualitative Research: Theory, method and Practice**. London: SAGE Publications, 1997. p. 161-182.

HUTCHBY, I.; WOUFFITT, R. What is Conversation Analysis? In: _____. **Conversation Analysis**. Cambridge: Polity Press, 1998.

KAWULICH, B. B. Participant Observation as a Data Collection Method. **Qualitative Social Research**, v. 6, n. 2, art.43, p. 1-27, 2005.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MATOESIAN, G.M. The grammaticalization of participant roles in the constitution of expert identity. **Language in Society**, Cambridge, v. 28, p.491-521, 1999.

OSTERMANN, Ana Cristina. Localizing power and solidarity: Pronoun alternation at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. **Language in Society**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 351-381, 2003.

_____. A ordem interacional: a organização do fechamento de interações entre profissionais e clientes em instituições de combate à violência contra a mulher. **Alfa**, São Paulo, v. 46, p. 39-54, 2002.

PSATHAS, G. Discovering sequences in interaction. In: _____. **Conversation Analysis: The Study of talk in interaction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995 . p.13-21.

_____. Sequence and structure in interaction. In: _____. **Conversation Analysis: The Study of talk in interaction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995. p. 27-39.

RIBEIRO, B.T. ; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. Trad. Coord. Maria Clara Castellões de Oliveira. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 9-73, jan/dez. 2003.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Analysing Single Episodes of Interaction: An Exercise in Conversation Analysis. **Social Psychology Quartely**, v. 50, n. 2, p. 101-114, 1987.

SCHEGLOFF, Emanuel, SACKS, Harvey; JEFFERSON, Gail. The preferences for self correction in the organization of repair in conversation. **Language**, v. 53, n. 2, p.361-383, 1977.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame \ consulta médica. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 120-141.

ZIMMERMAN, D.H. Identity, Context and Interaction. In: ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. **Identities in Talk**. London: Sage Publications, 1998. p. 87-107.

ANEXO

Convenções de Transcrição

Os símbolos usados foram desenvolvidos por Jefferson e encontram-se em Sacks, Schegloff e Jefferson (1974).

[colchetes]	fala sobreposta
(1.5)	pausa em décimos de segundo
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos.
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação contínua.
? ,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação.
:	alongamento de som.
-	auto – interrupção.
_sublinhado	acento ou ênfase de volume.
MAIUSCULA	ênfase acentuada.
°	fala mais baixa imediatamente após o sinal.
° palavras°	trecho falado mais baixo.
Palavra:	descida entoacional inflexionada.
Palavra;	subida entoacional inflexionada.
↑	subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados.
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
<palavras	início acelerado.
hhh	aspirações audíveis.
(h)	aspirações durante a fala.
.hhh	inspiração audível.
(())	comentários do analista.

(palavras)

()

th

transcrição duvidosa.

transcrição impossível.

estalar de língua.

A ATUAÇÃO DE SEQUÊNCIAS DO TIPO NARRATIVO EM UM TEXTO JORNALÍSTICO IMPRESSO

Gustavo XIMENES CUNHA¹

RESUMO: O objetivo é mostrar que a heterogeneidade composicional de um texto jornalístico não é um fenômeno discursivo simples. Adotando os postulados do Modelo de Análise Modular, evidenciamos a importância que sequências discursivas do tipo narrativo podem assumir quando um jornalista delas se vale para tentar produzir determinados efeitos. Num primeiro momento, o estudo da forma de organização sequencial permite a identificação de duas sequências narrativas. Em seguida, a combinação da forma de organização sequencial com informações de outros planos do discurso permite o estudo das marcas linguísticas das sequências, bem como das funções cotextuais e contextuais que elas desempenham em toda a reportagem estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística do texto. Heterogeneidade composicional. Modularidade.

Introdução

Muitos são os trabalhos que tratam das sequências narrativas em textos que privilegiam esse tipo de sequência, como, por exemplo, as fábulas e os contos (FILLIETTAZ; GROBET, 1999). Entretanto, são poucos os trabalhos que buscam dar conta da função desse tipo de sequência em textos produzidos pelas mídias. Por esse motivo, este artigo tem por objetivo apresentar a descrição de sequências narrativas presentes em um texto jornalístico impresso. Mais especificamente, o objetivo é mostrar que sequências desse tipo podem ter uma atuação importante na construção do texto que o jornalista produz, funcionando mesmo como estratégia de persuasão do leitor. Utilizando-se de sequências narrativas, o jornalista pode, ao mesmo tempo, defender o seu

¹ Programa de Pós-graduação em Linguística da UFMG; pesquisador do “Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso”, da UFMG. ximeneskunha@yahoo.com.br

ponto de vista e construir um discurso aparentemente imparcial. Isso porque o uso desse tipo de seqüências possibilita ao jornalista “camuflar” a sua posição acerca de um acontecimento político específico, apresentando-a indiretamente por meio da narração desse acontecimento.

Para alcançar esse objetivo, propomos a análise da reportagem “Uma vitória da parceira tucano-petista”. Essa reportagem, retirada da revista *Veja* do dia 05/01/2005, trata do acordo firmado entre o governo petista e a oposição tucana, o qual permitiu a aprovação do projeto que cria as parcerias público-privadas (PPPs).² O quadro teórico no interior do qual se realizou a análise desse texto foi o Modelo de Análise Modular do Discurso. Conforme esse modelo, o estudo da heterogeneidade composicional de um texto específico se faz em duas etapas. Na primeira, a descrição da forma de organização sequencial busca identificar as seqüências discursivas que entram na composição do texto. Essa identificação se faz com base em uma lista fechada de tipos de discurso. Em seguida, na segunda etapa, estuda-se a forma de organização composicional. Nesse estudo, combina-se a forma de organização sequencial com módulos e com outras formas de organização, a fim de se dar uma descrição completa da marcação linguística das seqüências discursivas e das funções cotextuais e contextuais que elas desempenham no texto.

Forma de organização sequencial: breve apresentação

O estudo da forma de organização sequencial se ocupa, inicialmente, do inventário dos tipos de discurso (tipos narrativo, descritivo e deliberativo) e, em seguida, da delimitação em discursos específicos das seqüências discursivas (seqüências narrativa, descritiva e deliberativa) por meio das quais os tipos se manifestam textualmente.

A percepção de que as marcas linguísticas, como os conectores argumentativos por exemplo, não são exclusivas de um tipo de discurso foi a razão pela qual, no Modelo de Análise Modular, se abandonaram as tentativas de definir os tipos com base em critérios linguísticos. Por esse motivo, os tipos de discurso são definidos como operações psicológicas gerais, que se ancoram em unidades textuais de natureza monológica. Essa definição se aproxima das abordagens que definem os tipos como categorias pré-linguageiras, para as

² O texto completo da reportagem encontra-se no anexo deste artigo e está segmentado em atos, a unidade mínima de referência para o quadro teórico adotado, o Modelo Modular de Análise do Discurso.

quais “os locutores dispõem de recursos psicológicos específicos a partir dos quais eles interpretam e produzem sequências discursivas particulares” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 314). Entretanto, a definição de tipo de discurso, elaborada pelo modelo modular, apresenta a vantagem de ancorar essas operações psicológicas em unidades textuais. A vantagem de levar em conta unidades textuais está no fato de que tipologias construídas exclusivamente com base em categorias pré-linguageiras não especificam os tipos de discurso, podendo ser aplicadas na análise de fenômenos semióticos indistintos, linguageiros ou não (FILLIETTAZ; GROBET, 1999). Já as sequências discursivas constituem unidades empíricas. Nos discursos específicos, as sequências correspondem a segmentos textuais nos quais os tipos se manifestam efetivamente.

Tendo por base as noções de tipo de discurso e de sequência discursiva, a análise da forma de organização sequencial consiste em extrair as sequências discursivas que compõem uma dada produção linguageira, a partir de um número restrito de tipos de discurso. Nessa forma de organização, o estudo da heterogeneidade composicional faz convergirem informações de diferentes dimensões do discurso. Especificamente, esse estudo necessita de informações sobre os recursos psicológicos mobilizados pelos interlocutores, próprias do módulo referencial, e necessita de informações sobre a unidade textual de natureza monológica, a intervenção, cujo estudo diz respeito ao módulo hierárquico.

Dos tipos de discurso que participam da tipologia proposta pelo modelo modular, o tipo narrativo é talvez aquele que tem sido objeto de um maior número de estudos. Conforme a perspectiva aqui adotada, esse tipo pode ser definido com base na acoplagem da representação praxeológica de história e da macro-estrutura hierárquica de uma narrativa (ROULET, 1999). A representação praxeológica de história diz respeito a uma superestrutura, a qual compreende as fases ESTADO INICIAL – COMPLICAÇÃO – REAÇÃO – RESOLUÇÃO – ESTADO FINAL. A macro-estrutura hierárquica da narrativa, por sua vez, corresponde a um esquema onde uma intervenção (I) se compõe de uma intervenção subordinada (Is) seguida de uma intervenção principal (Ip).

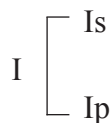


Figura 1: Macro-estrutura hierárquica

A acoplagem da representação praxeológica e da macro-estrutura da intervenção define o tipo narrativo, porque, toda vez que produz uma seqüência narrativa específica, o locutor mobiliza fases da representação praxeológica de história. Uma vez mobilizadas, essas fases se realizam textualmente em uma intervenção (I), onde uma fase (Is) é subordinada à fase seguinte (Ip).

Análise sequencial do texto jornalístico

No texto jornalístico escolhido para esta análise, a identificação de seqüências narrativas implica o reconhecimento de intervenções textuais efetivas em que se ancore uma configuração específica da representação praxeológica de história, apresentada no item anterior. Embora o texto “Uma vitória da parceira tucano-petista” exiba uma grande quantidade de seqüências narrativas, analisaremos apenas as duas seqüências que mais contribuem com o projeto de dizer do jornalista. Essas seqüências estão circunscritas aos atos (32-46) e apresentam o começo e o final marcados por chaves abertas e fechadas, respectivamente. A primeira seqüência trata da criação de parcerias público-privadas (PPPs) por governadores do PSDB:

<S_{narr1} (32) Angustiados com a mesma falta de investimentos, (33) governadores tucanos como o paulista Geraldo Alckmin e o mineiro Aécio Neves fizeram suas próprias PPPs (34) e esperavam pela legislação federal (35) para adaptá-las e colocá-las em prática.>

A segunda seqüência narrativa trata dos problemas apresentados pela versão inicial do projeto de criação das PPPs e de mudanças nessa versão a partir do acordo entre governo e oposição:

<S_{narr2} (36) O problema, porém, é que a versão inicial do projeto oficial pecava pela falta de controles. (37) Não continha limite de gastos (38) nem impedia que algumas obras fossem incluídas sob o guarda-chuva generoso das PPPs (39) mesmo sendo lucrativas. (40) Também não impedia que as empresas privadas fossem buscar no BNDES e nos fundos de pensão todo o dinheiro necessário para fazer as obras de PPPs (41) __ o que retiraria completamente o risco privado. (42) No início, (43) uma troca de acusações transmitiu a impressão de que o projeto ficaria indefinidamente obstruído. (44) Mais tarde, felizmente, (45) governo e oposição transigiram, (46) e o projeto foi aprovado com mudanças.>

A identificação dessas duas sequências pode ser justificada pelas estruturas referenciais e textuais específicas de cada uma delas.

A sequência narrativa que compreende os atos (32-35) se caracteriza por uma estrutura praxeológica que atualiza apenas as fases COMPLICAÇÃO e RESOLUÇÃO:

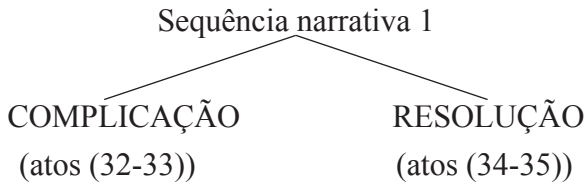


Figura 2: estrutura praxeológica da sequência narrativa 1

O mundo representado por essa sequência se organiza de forma cronológica, porque se caracteriza por dois acontecimentos que se sucedem no tempo: Geraldo Alckmin e Aécio Neves fizeram suas próprias PPPs (COMPLICAÇÃO) e esperavam pela legislação federal para adaptá-las e colocá-las em prática (RESOLUÇÃO).

A estrutura praxeológica dessa sequência narrativa não deve ser confundida com a representação praxeológica de história característica do tipo narrativo. De fato, a estrutura acima constitui uma ocorrência efetiva daquela representação. Nessa sequência, as fases ESTADO INICIAL, REAÇÃO e ESTADO FINAL não foram atualizadas. A ausência dessas fases se explica pelo fato de que elas foram mobilizadas em partes anteriores do texto, estando, portanto, já estocadas na memória discursiva³ durante a leitura dos atos (32-35).

Para caracterizar a sequência que vai do ato (32) ao (35) como sendo própria do tipo narrativo, é necessário ainda levar em consideração a macro-estrutura hierárquica na qual a estrutura praxeológica acima se manifesta.

³ A memória discursiva, segundo Berrendoner (1983, p. 230-231), compreende “os diversos pré-requisitos culturais (normas comunicativas, lugares argumentativos, saberes enciclopédicos comuns, etc.) que servem de axiomas aos interlocutores para conduzir uma atividade dedutiva” e é alimentada tanto pelos acontecimentos extralinguísticos como pelas enunciações sucessivas que constituem o discurso.

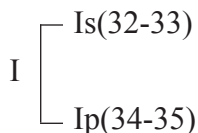


Figura 3: macro-estrutura hierárquica da seqüência narrativa 1

Por meio dessa macro-estrutura hierárquica, descreve-se a seqüência narrativa 1 como uma intervenção formada por outras duas intervenções. O estatuto de subordinado (s) ou de principal (p) que caracteriza cada um dos constituintes dessa intervenção corresponde à importância de cada um deles para a construção de sentidos do texto. Assim, considera-se que a informação trazida por um constituinte principal é mais importante para a compreensão do texto do que aquela trazida por um constituinte subordinado (ROULET, FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Com base nesse critério, a intervenção em que a COMPLICAÇÃO se manifesta é subordinada em relação à intervenção principal em que se manifesta a RESOLUÇÃO da seqüência narrativa. Isso significa que a importância referencial de um dos acontecimentos (a RESOLUÇÃO) se verifica no estatuto de principal da intervenção em que esse acontecimento se ancora.

A outra seqüência narrativa, aquela que compreende os atos (36-46), se caracteriza por uma estrutura praxeológica mais próxima da representação praxeológica de história do tipo narrativo. Isso porque apenas a REAÇÃO não constitui uma das fases mobilizadas pela estrutura dessa seqüência:

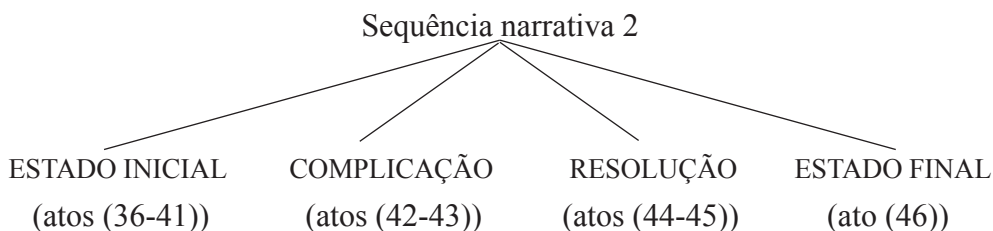


Figura 4: estrutura praxeológica da seqüência narrativa 2

Por apresentar uma estrutura praxeológica emergente semelhante à representação praxeológica de história do tipo narrativo, a seqüência formada pelos atos (36-46) configura uma seqüência narrativa mais típica do que aque-

la formada pelos atos (32-35), composta por apenas duas fases: COMPLICAÇÃO e RESOLUÇÃO. Na sequência narrativa formada pelos atos (36-46), o ESTADO INICIAL diz respeito aos problemas ligados à primeira versão do projeto de criação das PPPs. Esses problemas causaram uma COMPLICAÇÃO, a qual se refere à troca de acusações entre governistas e opositores. A troca de acusações se resolveu por meio da transigência do governo e da oposição (RESOLUÇÃO), o que levou a mudanças no primeiro projeto (ESTADO FINAL). As fases dessa estrutura praxeológica se ancoram nos constituintes da macro-estrutura hierárquica a seguir:

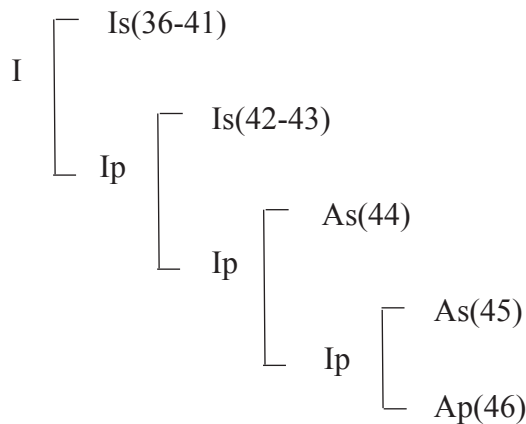


Figura 5: macro-estrutura hierárquica da sequência narrativa 2

Nessa macro-estrutura, cada fase da estrutura praxeológica ancora-se em um constituinte do texto que é sempre subordinado pelo constituinte seguinte. Assim, a **Is(36-41)**, em que se ancora o ESTADO INICIAL, é subordinada pela **Ip(42-46)**, em que se ancoram as demais fases da estrutura praxeológica dessa sequência narrativa. Da mesma maneira, a **Is(42-43)**, em que a COMPLICAÇÃO se manifesta, é subordinada pela **Ip(44-46)**, onde se manifestam a RESOLUÇÃO e o ESTADO FINAL. Esse processo de subordinadas retroativas prossegue, até que se chega ao ato principal (46), o qual carrega a informação correspondente ao ESTADO FINAL da sequência. Conforme a macro-estrutura acima, o ato que traz o ESTADO FINAL é o mais importante, porque apresenta a última fase da cadeia de acontecimentos esquematizada na estrutura praxeológica dessa sequência narrativa.

Como exposto anteriormente, a identificação das sequências discursivas de uma produção linguageira, objetivo primeiro da forma de organização sequencial, é feita com base em um número limitado de tipos de discurso e com base nas estruturas referenciais e textuais dessas sequências. Para se obter uma análise mais dinâmica e menos rígida das sequências discursivas, é preciso aprofundar o estudo da forma de organização sequencial, acoplando-o a informações de outros módulos e formas de organização do discurso. Essa nova etapa do estudo da heterogeneidade composicional permite o tratamento da marcação linguística das sequências, das funções co-textuais que estas assumem no interior do texto que compõem e das implicações contextuais que os gêneros exercem sobre elas. Essa nova etapa permite, assim, a descrição da forma de organização composicional do discurso.

Análise da forma de organização composicional

Para alcançar o objetivo de descrever a marcação formal e as funções co-textuais das sequências discursivas, a forma de organização composicional combina as informações obtidas na descrição da forma de organização sequencial com informações dos módulos linguístico e referencial e da forma de organização relacional. Nos próximos itens, as informações de ordem linguística e relacional serão importantes para extrair as especificidades da marcação linguística das sequências; já as informações de ordem hierárquico-relacional permitirão descrever as funções co-textuais das sequências, porque evidenciam as relações discursivas existentes entre estas e as informações ativadas nos segmentos textuais com que fazem fronteira; por fim, as informações de ordem referencial possibilitarão a análise da influência que o contexto acional (o gênero) exerce sobre as sequências discursivas.

A marcação formal das sequências discursivas

O estudo da heterogeneidade composicional, proposto pelo modelo modular, não se vale de critérios linguísticos para definir os tipos de discurso. Por esse motivo, a marcação formal de uma sequência discursiva não diz respeito ao tipo de discurso que ela manifesta, mas a um “efeito composicional”, que especifica as propriedades linguísticas emergentes dessa sequência. A noção de efeito composicional encontra sua justificativa no fato de que “toda sequência narrativa, descritiva ou deliberativa pode ser mais ou menos marcada do ponto de vista argumentativo ou autotélico pela recorrência mais ou menos forte de formas linguísticas” (ROULET, 1999, p. 138).

Na tentativa de precisar a marcação formal das sequências discursivas, a forma de organização composicional distingue três categorias de efeitos composicionais: os efeitos argumentativos, os efeitos narrativos e os efeitos autotélicos.

Os *efeitos argumentativos* se manifestam em sequências marcadas por conectores, expressões modais e vocabulário axiológico e em sequências que apresentam, no plano das relações discursivas, relações interativas de argumento, de contra-argumento, de reformulação e de clarificação. Os *efeitos narrativos*, por sua vez, se manifestam em sequências marcadas por organizadores temporais e tempos verbais do subsistema do passado (pretérito perfeito, mais-que-perfeito e imperfeito) e em sequências que apresentam, no plano das relações discursivas, relações interativas de preparação e de sucessão. Finalmente, os *efeitos autotélicos* (poéticos) se manifestam em sequências marcadas por paralelismos fônicos, sintáticos, semânticos e lexicais.

Na sequência narrativa formada pelos atos (32-35), identificada anteriormente, efeitos argumentativos se manifestam pela presença do vocábulo axiológico “angustiados”, pertencente ao ato (32). Ao dizer que governadores tucanos estavam “angustiados” com a falta de investimentos do governo federal, o autor representa Geraldo Alckmin e Aécio Neves como políticos que se preocupam com o bem comum e que, por isso, fizeram suas próprias PPPs. No plano das relações de discurso, a existência de relações interativas de argumento (arg) também contribui para a manifestação de efeitos argumentativos.

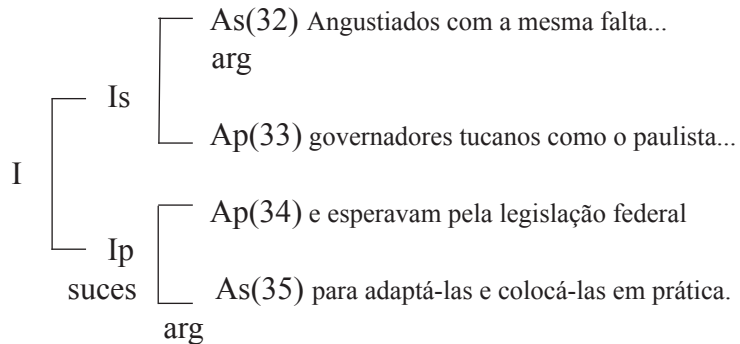


Figura 6: estrutura hierárquico-relacional da sequência narrativa I

Por meio dessa estrutura hierárquico-relacional, é possível visualizar as relações discursivas que caracterizam essa sequência. A informação trazida pelo ato (32) funciona como um argumento para o ato (33). Da mesma forma, a informação que o ato (35) traz atua como argumento para o ato (34).

Essa estrutura representa ainda uma relação de sucessão (suces) entre a Ip(34-35) e a informação trazida pela Is(32-33). Essa relação de sucessão corresponde, no plano relacional, à ordem cronológica entre a COMPLICAÇÃO (atos 32-33) e a RESOLUÇÃO (atos 34-35), verificada anteriormente na estrutura praxeológica da sequência. A relação de sucessão, bem como verbos no pretérito imperfeito (*fizeram, esperavam*) constituem indicadores de que essa sequência se caracteriza ainda por efeitos narrativos.

Na sequência narrativa formada pelos atos (36-46), os efeitos argumentativos se manifestam pela presença de conectores argumentativos e contra-argumentativos (*porém, nem*), de vocabulário axiológico (*generoso, lucrativas*) e de advérbios modalizadores (*completamente, indefinidamente, felizmente*). No plano das relações de discurso, o predomínio das relações de argumento (arg) e a presença de relações de contra-argumento (c-arg) também atuam de forma decisiva para a manifestação de efeitos argumentativos nessa sequência.

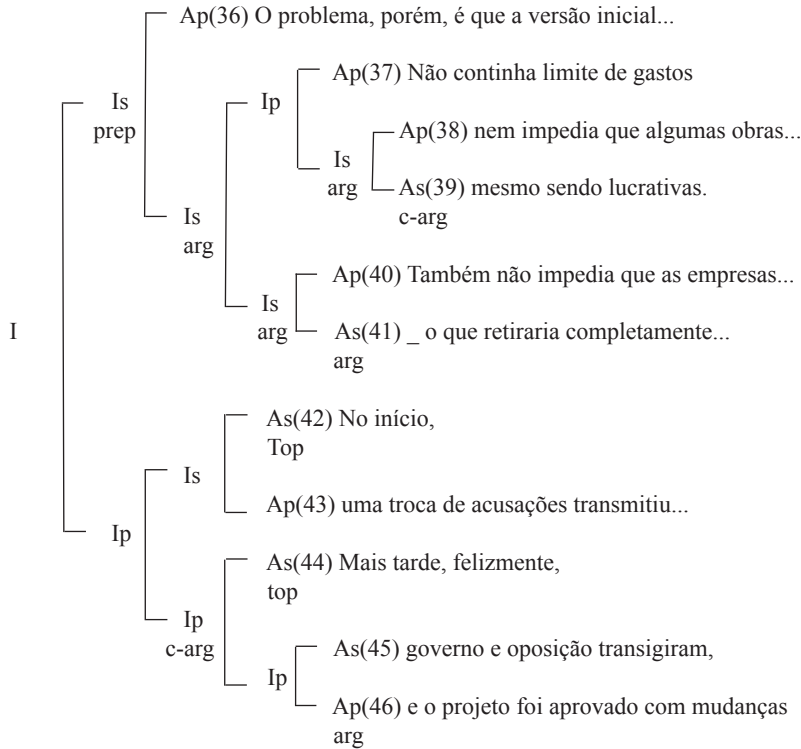


Figura 7: estrutura hierárquico-relacional da sequência narrativa 2

Nessa estrutura, verifica-se ainda a existência de relações de preparação (prep) e de topicalização (top). A relação de preparação indica que a Is(36-41) traz informações que preparam o leitor para o que é dito na Ip(42-46). Não por acaso, a Is(36-41) é o constituinte do texto onde se ancora o ESTADO INICIAL dessa sequência. A apresentação dos problemas existentes na primeira versão do projeto das PPPs constitui, assim, a preparação para as fases seguintes da narração.

Já as relações de topicalização indicam que constituintes do texto foram topicalizados. As expressões topicalizadas “No início” (ato (42)) e “Mais tarde” (ato (44)) atuam como organizadores temporais, porque indicam a transição entre fases da narração. A expressão “No início” indica a passagem do ESTADO INICIAL (atos (36-41)) para a COMPLICAÇÃO (atos (42-43)), enquanto a expressão “Mais tarde” indica a passagem da COMPLICAÇÃO para a RESOLUÇÃO (atos (44-45)).

A presença da relação de preparação, de organizadores temporais topicalizados e de tempos verbais do subsistema do passado (*impedia, transmitiu, transigiram*) constitui evidência de que essa seqüência é marcada ainda por efeitos composicionais narrativos.

Nas duas seqüências estudadas, não encontramos recursos linguísticos que apontem para a manifestação de efeitos autotélicos.

As seqüências narrativas e o cotexto

Buscando relativizar a rigidez da segmentação das seqüências de discurso, o estudo da forma de organização composicional investiga o papel que as seqüências desempenham em relação às porções do texto que as antecedem. Esse momento da análise leva em conta o lugar ocupado pelas seqüências discursivas na estrutura que descreve a articulação dos constituintes de todo o texto, estrutura resultante do estudo da forma de organização relacional.

A macro-estrutura hierárquico-relacional a seguir representa as relações de discurso por que cada intervenção do texto “Uma vitória da parceria tucano petista” se acha ligada a informações da memória discursiva que têm origem em intervenções do próprio texto. As intervenções em negrito constituem as duas seqüências narrativas em análise.

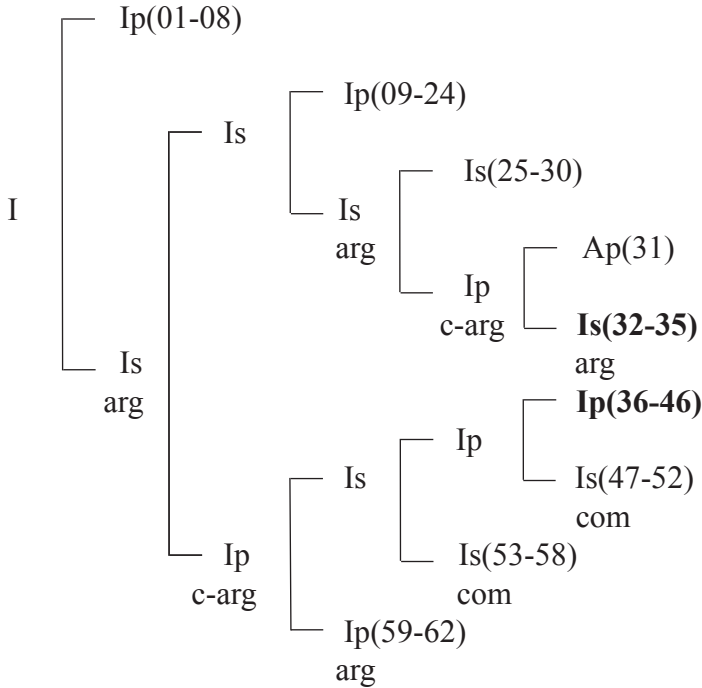


Figura 8: macro-estrutura hierárquico-relacional do texto “Uma vitória da parceira tucano-petista”

Nessa estrutura, descrevem-se as grandes etapas de textualização por meio das quais o jornalista construiu a reportagem. Tratando especificamente das intervenções em negrito, percebe-se que a sequência narrativa 1 (Is(32-35)) não possui uma existência autônoma, uma vez que é um dos constituintes de uma outra intervenção, a Ip(31-35). No interior dessa intervenção, a sequência narrativa 1 exerce a função de argumento (arg) para a informação trazida pelo ato (31). Assim, a informação de que governadores tucanos fizeram suas próprias PPPs (Is(32-35)) funciona como argumento para a informação de que a falta de dinheiro do governo para obras de infra-estrutura não é um problema apenas federal (ato (31)).

Já a sequência narrativa 2 (Ip(36-46)) desempenha função importante na grande intervenção da qual é um dos constituintes, a Ip(36-62). A importância cotextual dessa sequência está no fato de que ela narra todo o processo de elaboração do projeto que criou as PPPs, desde os problemas ligados à versão inicial até a aprovação do projeto modificado. Essa narração fornece

subsídios para o autor argumentar em favor da criação das PPPs. Isso porque somente depois de narrar todo o processo de elaboração do projeto é que ele pode dizer que todos saíram ganhando com a sua aprovação (Ip(59-62)).

As seqüências narrativas e o contexto

Uma distinção necessária ao estudo da linguagem diz respeito àquela entre tipo e gênero de discurso. Enquanto a primeira noção se refere, como vimos, às representações textuais e referenciais que se materializam de forma específica em seqüências discursivas, a noção de gênero, no modelo modular, se refere às ações linguageiras cristalizadas por meio das atividades sócio-comunicativas, as quais se manifestam historicamente numa dada coletividade (FILLIETTAZ; GROBET, 1999). Por esse motivo, estudar a problemática dos gêneros de discurso implica a descrição de percursos acionais (ou praxeológicos) típicos de uma interação. Esse estudo diz respeito, portanto, ao contexto acional no qual as produções linguageiras aparecem e se faz levando-se em conta as informações próprias do módulo referencial.

Embora gênero e tipo sejam noções distintas, o ambiente contextual (ou o gênero de discurso) pode exercer influência sobre os tipos de seqüências que serão mobilizados pela instância de produção. Assim, enquanto os discursos científicos privilegiam as seqüências deliberativas, os romances privilegiam as seqüências narrativas. Mas o gênero a que um dado texto pertence pode, além disso, explicar a função que desempenham as seqüências discursivas.

No que se refere ao gênero “reportagem”, ao qual pertence o texto “Uma vitória da parceira tucano-petista”, ele se caracteriza por uma *aparente* imparcialidade, ligada à expectativa de que, nesse gênero, os fatos devem ser apresentados de modo imparcial, a fim de que o leitor construa o seu próprio ponto de vista. Como decorrência dessa característica, o gênero “reportagem” é marcado pela busca de estratégias discursivas especializadas em fazer com que um acontecimento comentado a partir do ponto de vista do jornalista seja apreendido como a própria expressão da realidade. Essas estratégias têm, portanto, a função de fazer parecer que os objetos (seres, lugares, situações) apresentados na reportagem estão em seu estado de “acontecimento bruto”, camuflando a sua condição de “acontecimento interpretado” ou objeto de discurso (CUNHA, 2008). Por meio dessas estratégias, é possível ao jornalista expor o seu ponto de vista, mas sem colocar em risco a sua credibilidade, porque formata o acontecimento num discurso aparentemente imparcial.

Essas características do gênero “reportagem” explicam, em grande medida, as considerações feitas nos itens anteriores sobre as duas sequências narrativas encontradas no texto “Uma vitória da parceira tucano-petista”.

Em primeiro lugar, a escolha de sequências narrativas não parece ter sido aleatória. Na busca por defender a sua opinião de que as parcerias público-privadas são necessárias ao país, o jornalista apresenta a sequência narrativa 1 (atos (32-35)), em que narra a decisão de governadores tucanos de realizar suas próprias PPPs, em virtude da falta de investimentos do governo federal. Em seguida, apresenta a sequência narrativa 2 (atos (36-46)), em que narra as fases por que passou o projeto de criação das PPPs, até chegar à versão final, resultante do acordo entre governo e oposição. O emprego das sequências narrativas parece atuar, portanto, como estratégia com a qual o jornalista busca convencer o leitor, sem apresentar de forma direta o seu posicionamento político. Ele opta, ao contrário, por defender suas idéias por meio do relato de acontecimentos.

Em segundo lugar, a manifestação de efeitos composicionais argumentativos está fortemente ligada às características do gênero “reportagem”. A estratégia de convencer indiretamente por meio de sequências narrativas implica a presença de recursos linguísticos, tais como conectores, vocabulário axiológico, advérbios modalizadores e relações interativas de argumento no interior das sequências, os quais são utilizados com o objetivo de guiar a construção de sentidos do leitor.

Por fim, a função desempenhada pelas duas sequências no contexto também tem raiz no gênero “reportagem”. A sequência narrativa 1 (atos (32-35)) funciona como argumento para a informação veiculada no ato (31), enquanto a sequência narrativa 2 (atos (36-46)) permite ao autor argumentar em favor da idéia de que todos saíram ganhando com o acordo que permitiu a aprovação das PPPs. Dessa forma, as duas sequências contribuíram para que o autor construísse sua argumentação, sem que fosse preciso expor seu ponto de vista de forma direta.

Considerações finais

Neste artigo, o estudo de um texto jornalístico mostrou que a heterogeneidade composicional não é um fenômeno discursivo simples. Num primeiro momento, foi possível, com o estudo da forma de organização sequencial, identificar duas sequências narrativas e justificar essa identificação por meio das suas infra-estruturas textuais e referenciais. Em seguida, a acoplagem da forma de organização sequencial com outros módulos e formas de organização do discurso permitiu que

se completasse o estudo da forma de organização composicional. Nesse estudo, identificaram-se os efeitos composicionais que as duas sequências narrativas manifestam, bem como as funções co- e contextuais que elas desempenham.

Por meio das análises apresentadas neste artigo, foi possível evidenciar a importância que o estudo da heterogeneidade composicional pode assumir, quando se busca lançar luz sobre os mecanismos de que um jornalista se vale para tentar produzir determinados efeitos sobre o leitor.

XIMENES CUNHA, Gustavo. The effect of sequences of the narrative type in a printed journalistic text. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 202-219, 2010.

ABSTRACT *This paper aims at showing that the compositional heterogeneity of a journalistic text is not a simple discursive phenomenon. Adopting the postulates of the Modular Analysis, we give evidence on the importance that discursive sequences of the narrative type can assume, when a journalist tries to produce certain effects on the reader. In a first moment, the study in the sequential organization form allows the identification of two narrative sequences. Soon afterwards, the combination of the sequential organization form with information from other discursive plans allows the study of the linguistic marks of the narrative sequences, as well as the cotextual and contextual functions that they carry out in the studied text.*

KEYWORDS: *Linguistics of the text. Compositional heterogeneity. Modularity.*

Referências

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 4, p. 215-246, 1983.

CUNHA, G. X. **O sequenciamento de textos como estratégia discursiva**: uma abordagem modular. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. L'hétérogénéité compositionnelle du discours: quelques remarques préliminaires. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 21, p. 213-259, 1999.

REVISTA VEJA. Uma vitória da parceria tucano-petista. São Paulo: Editora Abril. 1888 ed., ano 38, p. 51, jan/ 2005.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.

ROULET, E. **La description de l'organisation du discours**. Du dialogue au texte. Paris: Didier, 1999.

Anexo

Uma vitória da parceria tucano-petista

(01) Um acordo fechado na madrugada de 22 de dezembro entre o governo petista e a oposição tucana mostrou ser possível a cooperação suprapartidária na política, (02) a despeito do histórico de fisiologia e de obstrução na relação entre Congresso e presidentes no país. (03) O acordo permitiu a aprovação do projeto que cria as parcerias público-privadas (PPPs), mecanismo no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deposita enorme esperança (04) para modernizar a debilitada infra-estrutura brasileira. (05) Num desfecho raro, (06) a versão final do projeto concilia o que há de melhor na proposta do governo com as melhores sugestões da oposição: (07) permite a retomada de obras (08) sem que se estimulem a corrupção e o descontrole de gastos.

(09) O projeto era objeto de disputa no Congresso desde novembro de 2003, (10) quando o governo apresentou sua primeira versão à Câmara. (11) O mecanismo das PPPs, em sua essência, é uma idéia funcional que, se não for desfigurada na prática, pode trazer benefícios ao país. (12) Criadas na Inglaterra, (13) elas foram desenhadas com o objetivo de atrair investimento privado (14) para financiar obras públicas urgentes. (15) São obras caras demais e de retorno financeiro incerto, (16) de modo que dificilmente seriam tocadas sem uma parceria entre Estado e empresas. (17) As PPPs funcionam da seguinte forma: (18) o governo, que não tem dinheiro, convida investidores interessados em construir, manter e explorar comercialmente ferrovias ou rodovias por anos ou décadas. (19) Em troca, garante, com recursos oficiais, uma determinada taxa de rentabilidade ao investidor (20) caso os pedágios ou os fretes arrecadados fiquem abaixo de um volume inicialmente combinado. (21) Outro modelo de parceria é a concessão administrativa. (22) Nesse sistema, (23) a companhia privada constrói obras que não arrecadam tarifas, como presídios, por exemplo, (24) e recebe pelos serviços integralmente prestados ao Estado.

(25) Não havia dúvidas de que o projeto era necessário. (26) Dos 57.000 quilômetros que formam a principal parte da malha rodoviária do país, (27) metade está com pavimento comprometido. (28) A extensão ferroviária não ultrapassa os 30.000 quilômetros desde 1970. (29) Sozinho, (30) o governo

não tem dinheiro para essas obras de infra-estrutura. (31) Não se trata apenas de um problema federal. (32) Angustiados com a mesma falta de investimentos, (33) governadores tucanos como o paulista Geraldo Alckmin e o mineiro Aécio Neves fizeram suas próprias PPPs (34) e esperavam pela legislação federal (35) para adaptá-las e colocá-las em prática.

(36) O problema, porém, é que a versão inicial do projeto oficial pecava pela falta de controles. (37) Não continha limite de gastos (38) nem impedia que algumas obras fossem incluídas sob o guarda-chuva generoso das PPPs (39) mesmo sendo lucrativas. (40) Também não impedia que as empresas privadas fossem buscar no BNDES e nos fundos de pensão todo o dinheiro necessário para fazer as obras de PPPs (41) __ o que retiraria completamente o risco privado. (42) No início, (43) uma troca de acusações transmitiu a impressão de que o projeto ficaria indefinidamente obstruído. (44) Mais tarde, felizmente, (45) governo e oposição transigiram, (46) e o projeto foi aprovado com mudanças. (47) Em sua forma final, (48) o projeto das PPPs estabelece que estados, municípios e a União só poderão comprometer até 1% de sua receita líquida anual com recursos que darão (49) para complementar a rentabilidade dos investidores. (50) Além disso, a lei estipulou que o BNDES e os fundos de pensão, juntos, só poderão participar com até 80% do financiamento das obras. (51) Em algumas regiões mais pobres, (52) esse percentual sobe para 90%. (53) O Ministério do Planejamento já tem 23 projetos com valor de 13 bilhões de reais que podem ser executados por meio das PPPs. (54) As principais empresas privadas interessadas nas parcerias já se apressaram em escolher os projetos. (55) O mais cobiçado é a construção do Arco Rodoviário, (56) que desviará o tráfego de caminhões da região metropolitana do Rio de Janeiro, (57) acelerando o acesso ao Porto de Sepetiba, (58) com custo estimado de 250 milhões de reais.

(59) O desfecho das negociações no Congresso premiou o bom senso. (60) Ficou claro que as PPPs não são uma panacéia, (61) mas podem ter o condão de abreviar o começo de obras que vinham sendo eternamente adiadas. (62) Todos saíram ganhando.

Revista Veja (05/01/2005)

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Alteridade, p. 109
Ambiguidade lexical, p. 9
Amor, p. 109
Análise da conversa etnometodológica, p. 175
Análise do discurso, p. 145
Aspecto, p. 30
Busca da verdade, p. 175
Cartum, p. 156
Círculo de Bakhtin, p. 127
Dialogismo, p. 127
Divulgação científica, p. 127
Eleição, p. 145
Ensino, p. 90
Escrita, p. 90
Etnografia, p. 175
Formação discursiva, p. 156
Fotografia, p. 156
Funcionalismo, p. 57
Gêneros digitais, p. 127
Gramaticalização, p. 57
Heterogeneidade composicional, p. 202
Hipertextualidade, p. 127
Historiografia Linguística, p. 71
Identidade, p. 109, 175
Ideologia, p. 156
Língua portuguesa, p. 71
Linguística aplicada, p. 175
Linguística do texto, p. 202
Link eletrônico, p. 127
Livro didático, p. 90
Marketing eleitoral, p. 145
Memória, p. 156
Metafísica, p. 109
Modularidade, p. 202
Morfologia Distribuída, p. 30
Não-verbal, p. 156
Negação, p. 9
Nominalizações, p. 30
Oralidade, p. 90
Organização sequencial, p. 175
Ortografia, p. 71
Particípio presente, p. 30
Poesia, p. 109
Português, p. 90
Princípios neogramáticos, p. 57
Slogan político, p. 145
Semântica, p. 9
Sociolinguística, p. 175
Verney, p. 71

SUBJECT INDEX

- Aspect*, p. 55
Bakhtin Circle, p. 143
Cartoon, p. 172
Compositional heterogeneity, p. 217
Conversation analysis etnomethodology, p. 195
Dialogism, p. 143
Digital genres, p. 143
Discourse analysis, p. 154
Discursive formation, p. 172
Distributed Morphology, p. 55
Election, p. 154
Election marketing, p. 154
Electronic link, p. 143
Ethnography, p. 197
Functionalism, p. 69
Grammaticalization, p. 69
Hypertext, p. 143
Identity, p. 125, 197
Ideology, p. 172
Lexical ambiguity, p. 27
Linguistic historiography, p. 88
Linguistics of the text, p. 217
Love, p. 125
Memory, p. 172
Metaphysics, p. 125
Modularity, p. 217
Negation, p. 27
Neogrammatic principles, p. 69
Nominalizations, p. 55
Nonverbal, p. 172
Otherness, p. 125
Orality, p. 106
Orthography, p. 88
Photography, p. 172
Poetry, p. 125
Political slogan, p. 154
Portuguese, p. 88, 106
Present Participles, p. 55
Pursuit for truth, p. 197
Scientific divulgation, p. 143
Semantics, p. 27
Sequential organization, p. 197
Pursuit for truth, p. 197
Sociolinguistics, p. 197
Teaching, p. 106
Textbook, p. 106
Verney, p. 88
Writing, p. 106

ÍNDICE DE AUTORES/ AUTHORS INDEX

- CUNHA, Gustavo Ximenes, p. 202
FERRAZ, Flávia Sílvia Machado, p. 127
GOMES JR., Saul Cabral, p. 90
HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva, p. 71
LAMPOGLIA, Francis, p. 156
LIMA-HERNANDES, Maria Célia, p. 57
LUNKES, Fernanda Luzia, p. 145
MARQUES, Débora, p. 175
MEDEIROS, Alessandro Boechat de, p. 30
PINTO, Priscila Júlio Guedes, p. 175
ROMÃO, Lucília Maria Sousa, p. 156
SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da, p. 156
SILVA, Vera Lucia da, p. 145
SOUSA, Ana Patrícia Silva de, p. 109
SOUZA, Luisandro Mendes de, p. 9